



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS
CATARINENSE

PROCESSO
23352.001376/2019-65

ELETRÔNICO

Cadastrado em 15/05/2019



Processo disponível para recebimento com
código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
CAMPUS VIDEIRA	gabinete.videira@ifc.edu.br	110107
Assunto do Processo:		
011 - COMISSÕES. CONSELHOS. GRUPOS DE TRABALHO. JUNTAS. COMITÊS		
Assunto Detalhado:		
CONSELHO DE CAMPUS - CAMPUS VIDEIRA BIÊNIO 2017-2019		
Unidade de Origem:		
GABINETE - VIDEIRA (11.01.07.01.01)		
Criado Por:		
RAFAELA AGOSTINI		
Observação:		

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
15/05/2019	GABINETE - VIDEIRA (11.01.07.01.01)		
03/07/2019	REITORIA - ASSESSORIA DE GABINETE (11.01.18.00.10)		
04/07/2019	PORTARIA / REITORIA (11.01.18.56)		
22/07/2019	GABINETE - VIDEIRA (11.01.07.01.01)		
07/08/2019	REITORIA - ASSESSORIA DO REITOR (11.01.18.84)		
09/08/2019	PORTARIA / REITORIA (11.01.18.56)		
26/08/2019	GABINETE - VIDEIRA (11.01.07.01.01)		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

PORTARIA Nº 2.449/2017, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

O REITOR SUBSTITUTO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.645/2017, de 19/06/2017, publicada no Diário Oficial da União em 20/06/2017, considerando o que consta no Memorando nº **125/2017 – DG/VID (11.01.07.01)**,

RESOLVE:

Art. 1º - **ALTERAR** a portaria 2.251 de 09 de agosto de 2017 que **DESIGNA** os membros para comporem o Conselho de Campus (Concampus) do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira, Gestão 2017/2019:

INCLUIR:

REPRESENTANTES DOS CONSELHEIROS NATOS:

Direção Geral;

Titular – ROSÂNGELA AGUIAR ADAM, SIAPE 1763038;

Suplente – RAUL EDUARDO FERNANDEZ SALES, SIAPE 1992399.

Departamento de Desenvolvimento Educacional;

Titular – RAUL EDUARDO FERNANDEZ SALES, SIAPE 1992399.

Suplente – PABLO ANDRÉS REYES MEYER, SIAPE 2931801.

Departamento de Administração e Planejamento;

Titular – GISLAINE JULIANOTTI CARLESSO, SIAPE 2754337.

Suplente – MARION SCHMIDT, SIAPE 1754778.

SECRETÁRIA:

RAFAELA AGOTINI, SIAPE 1826960.

FERNANDO JOSÉ GARBUIO
Reitor Substituto em Exercício



Emitido em 23/08/2017

PORTARIA Nº 915/2017 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/05/2019 11:22)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
915, ano: **2017**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **15/05/2019** e o código de verificação: **c100abf611**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

PORTARIA Nº 2.251/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Decreto não numerado de 12/01/2016, publicado no Diário Oficial da União, seção 2, pág. 01, em 13/01/2016, considerando o que consta no Memorando nº 114/2017 – DG/VID (11.01.07.01).

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho de Campus (Concampus) do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira, Gestão 2017/2019, de acordo com a Resolução 034/IFC/CONSUPER/2012 de 06/07/2012,

REPRESENTANTES DOS DOCENTES:

Titulares: FERNANDO MENON, SIAPE 2940259; e VALDINEI MARCOLLA, SIAPE 1491378.

Suplentes: JOÃO HEMKEMAIER, SIAPE 1132635; e LILIANE MARTINS DE BRITO, SIAPE 1836440.

REPRESENTANTES DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:

Titulares: CAMILA ZANETTE ZUANAZZI, SIAPE 1891825; e ANGELA MARIA CROTTI DA ROSA, SIAPE 1879497.

REPRESENTANTES DOS DICIENTES:

Titulares: VITOR BALDISSERA; e RAQUEL MORAES FONSECA.

Suplentes: AMAURI CARLESSO; e BRUNO BOSSATTI CHAGAS.

REPRESENTANTES DOS EGRESSOS:

Titular: WESLEI CARDOSO LOPES.

Suplente: KELLY CARDOZO DOS SANTOS.

Continua...



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

Continuação...

Página 02 da Portaria nº 1.250/2017, de 09 de agosto de 2017

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS:

Titular: GISLAINE APARECIDA DENARDI BIASIOLO;

Art. 2º – Exceto para os Conselheiros natos, cujo mandato perdura pelo período em que se mantêm no respectivo cargo, o mandato dos membros do CONCAMPUS terá duração de 02(dois) anos

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor nesta data.


SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
Reitora



Emitido em 23/08/2017

PORTARIA Nº 916/2017 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/05/2019 11:22)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
916, ano: **2017**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **15/05/2019** e o código de verificação: **36c74a926c**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

ATA Nº 178/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 15 de maio de 2019.

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, na sala da Direção-geral do bloco administrativo do Instituto Federal Catarinense - *Campus* Videira, reuniu-se o Conselho de *Campus* (CONCAMPUS) do IFC - *Campus* Videira. A reunião teve início às quinze horas e trinta minutos, sob presidência da Diretora-Geral do *Campus* Videira, Rosângela Aguiar Adam. Fizeram-se presentes os conselheiros: Lizete Camara Hubler, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Educacional, a representante dos docentes Liliane Martins de Brito; representantes dos técnico-administrativo Angela Maria Crotti da Rosa e Camila Zanette Zuanazzi. Justificaram a ausência: Bruno Bossatti Chagas e Valdinei Marcolla. A Diretora inicia a reunião dando as boas vindas e apresentando a **1ª Pauta PPC Agronomia**: alguns ajustes foram solicitados pelos conselheiros: atualização da lista de servidores TAE's, verificação do histórico do campus que está descrito somente até 2010, verificação dos municípios pertencentes ao Vale do Rio do Peixe, na justificativa retirada dos nomes das empresas e como sugestão usar agroindústrias, acrescentar a instituição Uniguaçu na lista de instituições próximas a Videira que ofertam o curso de Agronomia. O PPC foi aprovado por unanimidade com as ressalvas citadas. **2ª Pauta - Carga horária para elaboração de material adaptado aos alunos com necessidades especiais**: foi solicitada a retirada desta matéria e indicado pelo conselho que o Núcleo Pedagógico elabore uma proposta para, posteriormente, passar por aprovação deste conselho. Rosângela agradece a participação de todos e, eu, Rafaela Agostini, secretária do Concampus, lavro, dato e assino a presente ata, que também será assinada pelos demais conselheiros.

(Assinado digitalmente em 01/07/2019 16:09)

ANGELA MARIA CROTTI DA ROSA
COORDENADOR GERAL
Matrícula: 1879497

(Assinado digitalmente em 02/07/2019 08:51)

CAMILA ZANETTE ZUANAZZI
COORDENADOR
Matrícula: 1891825

(Assinado digitalmente em 01/07/2019 15:57)

LILIANE MARTINS DE BRITO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
Matrícula: 1836440

(Assinado digitalmente em 02/07/2019 13:19)

LIZETE CAMARA HUBLER
DIRETOR DE DEPARTAMENTO
Matrícula: 1843096

(Assinado digitalmente em 01/07/2019 15:44)

RAFAELA AGOSTINI
CHEFE DE GABINETE
Matrícula: 1826960

(Assinado digitalmente em 01/07/2019 17:10)

ROSANGELA AGUIAR ADAM
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1763038

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **178**, ano: **2019**, tipo: **ATA**, data de emissão: **15/05/2019** e o código de verificação: **ac0192008c**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – *CAMPUS* VIDEIRA
Rodovia SC 135 – km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira/SC – CEP: 89560-000
Fone/Fax: (49)3533-4900 – www.ifc-videira.edu.br

Para: Presidente do CONCAMPUS – *Campus* Videira

SOLICITAÇÃO DE APRECIAÇÃO DE MATÉRIA

ASSUNTO: Carga horária para elaboração de material adaptado alunos com necessidades especiais
PROPONENTE: Departamento de Desenvolvimento Educacional
RESUMO: Apresentação Solicitação tempo adicional alunos com necessidades especiais
SOLICITANTE:DDE
OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Solicitante: _____



Emitido em 15/04/2019

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 4034/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/05/2019 16:54)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
4034, ano: **2019**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **15/05/2019** e o código de
verificação: **2bc3f192e2**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR - AGRONOMIA

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

ROSÂNGELA AGUIAR ADAM
DIRETORA GERAL DO IFC – CAMPUS

LIZETE CAMARA HUBLER
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

ALLAN CHARLLES MENDES DE SOUSA
COORDENADOR DO CURSO

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

ROSÂNGELA AGUIAR ADAM
DIRETORA GERAL DO IFC – CAMPUS

LIZETE CAMARA HUBLER
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

ALLAN CHARLLES MENDES DE SOUSA
COORDENADOR DO CURSO

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	6
1.1	MISSÃO INSTITUCIONAL.....	7
1.2	VISÃO INSTITUCIONAL.....	7
1.3	GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE.....	7
2	IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO.....	8
3	HISTÓRICO DO IFC – <i>CAMPUS</i> VIDEIRA.....	13
4	JUSTIFICATIVA.....	14
5	OBJETIVOS DO CURSO.....	17
5.1	GERAL.....	17
5.2	ESPECÍFICOS.....	17
6	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO.....	19
7	INTEGRAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO.....	23
8	RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA.....	23
8.1	INTERDISCIPLINARIDADE.....	24
8.1.1	ÉTNICOS RACIAIS.....	24
8.1.2	AMBIENTAIS.....	24
8.1.3	DIREITOS HUMANOS.....	25
9	PERFIL DO EGRESSO.....	25
10	CAMPO DE ATUAÇÃO, COMPETÊNCIAS E POSTURA PROFISSIONAL.....	26
11	FORMA DE INGRESSO AO CURSO.....	28
12	PRÉ-REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO.....	28
13	MATRÍCULA.....	28
14	REGIME ACADÊMICO.....	29
15	MATRIZ CURRICULAR.....	29
16	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	29
17	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	30
17.1	AVALIAÇÃO EXTERNA.....	30
17.2	AVALIAÇÃO INTERNA.....	31
18	TRABALHO DE CURSO.....	31
19	ESTÁGIO CURRICULAR.....	31
19.1	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO.....	31
19.2	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO.....	31

19.3	ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO.....	31
19.4	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO.....	32
20	LINHAS DE PESQUISAS.....	33
21	AÇÕES DE EXTENSÃO E PESQUISA.....	33
22	ATIVIDADES DO CURSO.....	34
22.1	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	34
23	DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE DISPONÍVEL.....	34
24	DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL.....	34
25	DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL.....	35
25.1	BLOCO PEDAGÓGICO.....	35
25.2	BLOCO ADMINISTRATIVO.....	35
25.3	BLOCO DE SALA DE AULAS.....	35
25.4	CAMPO EXPERIMENTAL.....	36
25.5	GALPÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS;.....	36
25.6	ESTUFAS AGRÍCOLAS.....	36
25.7	DEMAIS INFRAESTRUTURAS.....	36
25.8	LABORATÓRIOS.....	37
26	ATENDIMENTO DE ENSINO.....	42
26.1	ATENDIMENTO DE APOIO PEDAGÓGICO.....	43
26.2	NÚCLEO PEDAGÓGICO (NUPE).....	43
26.3	COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	44
26.4	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	44
27	ATIVIDADES DE ENSINO À DISTÂNCIA NO CURSO DE AGRONOMIA.....	44
28	ESTÁGIO CURRICULAR E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	45
29	ATIVIDADE DE PERMANÊNCIA.....	46
30	COORDENAÇÃO DE CURSO.....	47
31	COLEGIADO.....	48
32	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	49
33	TRANSFERÊNCIAS.....	50
34	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS, AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO E REGIME ESPECIAL.....	50
35	CERTIFICAÇÃO E DIPLOMAS.....	50
36	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
	APÊNDICE I.....	55
	Matriz Curricular.....	55
	APÊNDICE II.....	141
	Corpo Docente.....	141
	APÊNDICE III.....	149

1 APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e *Campus* Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Agronomia, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI)

e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

1.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

Ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural do indivíduo e da sociedade que ele constitui.

1.2 VISÃO INSTITUCIONAL

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada.

1.3 GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

O Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), possui atualmente onze *Campi* instalados no Estado de Santa Catarina, a saber: Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira.

De acordo com a Lei, o Instituto Federal é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribui para posicionar a nova estrutura do Instituto Federal Catarinense numa Instituição de desenvolvimento estadual e, seus *Campi* em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o Instituto Federal Catarinense busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

O Instituto Federal Catarinense oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção

cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, além de apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, bem como o desenvolvimento integral do cidadão em termos sociais, políticos, culturais e socioambientais.

2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Bacharelado em Agronomia
COORDENADOR	Allan Charles Mendes de Sousa CPF: 019.961.403-29 Regime de trabalho: 40 horas - Dedicação Exclusiva Graduação: Engenharia Agrônoma (UFPI) Graduação: Licenciatura em Biologia (Claretiano-SC) Mestrado: Engenharia Agrícola – Água e Solo (UNICAMP) Doutorado: Engenharia Agrícola – Água e Solo (UNICAMP) Telefone: (049) 3533-4931 E-mail: allan.sousa@ifc.edu.br
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	Docente: Alan Schreiner Padilha CPF: 936.939.239-49 Graduação: Engenharia Florestal (Universidade do Contestado) Especialização: Levantamento Geodésicos (Universidade do Contestado) Mestrado: Engenharia Florestal – Produção Florestal (UDESC) e-mail: alan.padilha@ifc.edu.br
	Docente: Allan Charles Mendes de Sousa CPF: 019.961.403-29 Graduação: Engenharia Agrônoma (UFPI) Graduação: Licenciatura em Biologia (Claretiano-SC) Mestrado: Engenharia Agrícola – Água e Solo (UNICAMP) Doutorado: Engenharia Agrícola – Água e Solo (UNICAMP) E-mail: allan.sousa@ifc.edu.br
	Docente: Andressa Fernanda Campos CPF: 333.727.558-39 Graduação: Zootecnia (UNESP) Graduação: Licenciatura em Biologia (Claretiano-SC) Mestrado: Zootecnia – Forragicultura e Pastagens (UFV) Doutorado: Zootecnia – Forragicultura e Pastagens (UNESP)

	Pós-doutorado: Zootecnia – Forragicultura e Pastagens (UNESP) e-mail: andressa.campos@ifc.edu.br
	Docente: Gilson Ribeiro Nachtgall CPF:429.796.170-91 Graduação: Engenharia Agrônômica (UFPEL) Mestrado: Ciências Agrárias - Fitotecnia (UFPEL) Doutorado: Ciências Agrárias - Fitotecnia (UFPEL) e-mail: gilson.nachtgall.edu.br
	Docente: Isabela Fonseca CPF: 059.903.556-02 Graduação: Zootecnia (UFV) Graduação: Licenciatura em Biologia (Claretiano-SC) Mestrado: Zootecnia (UFV) Doutorado: Genética e Melhoramento (UFV) Pós-doutorado: Genética e Melhoramento (EMBRAPA) e-mail: isabela.fonseca@ifc.edu.br
	Docente: Ricardo de Araújo CPF: 635.473.849-15 Graduação: Engenharia Agrônômica (UEL) Mestrado: Agronomia – Fitotecnia (UEL) Doutorado: Agronomia – Fitotecnia (UEL) e-mail: Ricardo.araujo@ifc.edu.br
	Docente: Josy Alvarenga Carvalho Gardin CPF: 052.219.601-01 Graduação: Administração de Empresas (UFLA) Mestrado: Administração (UFRGS) e-mail: josy.gardin@ifc.edu.br
	Docente: Nadir Paula da Rosa CPF:724.987.810-72 Graduação: Administração com habilitação em comércio exterior (UNOESC) Especialização: Comércio Exterior (UNOESC) Mestrado: Agronegócio (UFRGS) Doutorado: Desenvolvimento Rural (UFRGS) Email: nadir.rosa@ifc.edu.br
	Docente: Liliane Martins Brito CPF: 871.649.228-34

	Graduação: Agronomia (UFSC) Mestrado: Mestrado em Recursos Genéticos (UFSC) Doutorado: Agronomia Email: Liliane.brito@ifc.edu.br
	Docente: Aledson Rosa Torres CPF: 64268764020 Graduação: Farmácia Bioquímica Mestrado: Ciências Biológicas (UFSM) Doutorado: Farmacologia (UFSM) Email: aledson.torres@ifc.edu.br
MODALIDADE	PRESENCIAL
GRAU	BACHARELADO
TITULAÇÃO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
LOCAL DE OFERTA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Videira Rodovia SC 135, km 125 - Bairro Campo Experimental CEP 89560-000 - Videira – SC Fone: (49) 3533-4900 Email: direção.videira@ifc.edu.br https://videira.ifc.edu.br/
TURNO	Diurno
NÚMERO VAGAS	40
CARGA HORÁRIA DO CURSO	Carga horária Núcleo Básico: 255
	Carga horária Formação Profissional: 2925
	Carga horária Estágio Curricular Obrigatório: 360
	Carga horária Trabalho de Conclusão: 30
	Carga horária Atividades Complementares: 80
	Carga horária disciplinas optativas: 90
	Carga horária Total: 3740 horas
PERIODICIDADE	Anual
DURAÇÃO DA AULA	45 minutos
PERÍODOS	5
LEGISLAÇÃO	Legislações vigentes para o curso: • Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996; • Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003. • Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007. • Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações

	Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004. • Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002; • Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005; • Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004. • Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010; • Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 5.773/2006, Portaria Normativa nº 40/2007, Portaria 107/2004; Portaria Normativa nº 23/2010. • Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008. • Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos. • Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. • Duração e carga horária dos cursos de Bacharelado: Parecer CNE/CES 8/2007; Resolução CNE/CES 2/2007. • Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010. • Parecer CNE/CES n.º 1.362, de 12 de dezembro de 2001 -Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia. • Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002. • Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. • Resolução CNE/CES No 2/2007: Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. • Resolução CONFEA 1010/2005: Dispõe e regulamentação da

	atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional. • Parecer CNE/CES nº 306+, de 7 de outubro de 2004. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Engenharias Agrônômica ou Agronomia. • Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares nacionais para o curso de Engenharia Agrônômica ou Agronomia e dá outras providências.

3 HISTÓRICO DO IFC – *CAMPUS* VIDEIRA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC *Campus* Videira está situado no município de Videira - SC, no Vale do Rio do Peixe, distante 450 km da capital Florianópolis. Tem uma área de 377,85 km² e faz limite com os municípios de Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto, ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste.

O município encontra-se na zona agroecológica do Vale do Rio do Peixe, com clima subtropical, segundo classificação de *Koppen*, apresentando temperatura moderada, chuva bem distribuída e verão brando. Podem ocorrer geadas, tanto no inverno como no outono. As temperaturas médias são inferiores a 20°C, exceto no verão. No inverno a média é inferior a 14°C, com mínimas inferiores a 8°C.

O acesso terrestre pode ser feito pelas SC-453 e SC-135, e o aéreo através do Aeroporto Municipal Prefeito Ângelo Ponzoni.

Em 2010, segundo dados do IBGE, o município de Videira apresentou população de 47.188 habitantes, sendo 42.856 residentes na área urbana e 4.332 na área rural.

No setor primário, sobressai-se a fruticultura, com ênfase na cultura do pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destacam-se a criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, as cantinas de vinho, indústrias em geral e agroindústria. Destaca-se, ainda, a empresa Brasil *Foods* (antiga Perdigão S.A.), um dos maiores frigoríficos da América Latina, absorvendo a maior parte da produção de aves e suínos do município e da região, e gerando milhares de empregos.

Devido à sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos atrativos naturais, como rios, cascatas e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por Lei municipal, a reserva florestal Parque da Uva, em uma área de 70.000 m² com bosques e áreas de lazer, composta por rica diversidade de plantas nativas.

O IFC *Campus* Videira iniciou suas atividades em março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia e funcionou, até o início de 2010, no prédio da Escola Criança do Futuro – CAIC, espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Videira. Neste

local foram disponibilizadas duas salas de aula, onde funcionavam a secretaria e diretoria escolar, e os laboratórios de informática e de química.

Neste mesmo período, teve início a primeira turma do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, constituída por trinta e cinco estudantes. Contava com um coordenador, uma secretária e uma equipe de cinco professores. Em 2007 iniciou-se a segunda turma e ocorreu a contratação de novos professores. Para estas duas primeiras turmas, as aulas eram ministradas nos períodos matutino e vespertino e, em junho de 2008, realizou-se a formatura da primeira turma.

Ainda em 2008, emendas parlamentares possibilitaram a aquisição de equipamentos e o início das obras do *Campus*, no local onde anteriormente estava instalado o Horto Municipal da Prefeitura de Videira e, mediante realização de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Videira, realizada em 04 de abril daquele mesmo ano, foi sugerido que o *Campus* ofertasse cursos nas seguintes áreas de conhecimento: agropecuária, embalagens, indústria e licenciaturas.

Todos estes esforços conjuntos, que envolveram a comunidade junto com lideranças locais, foram culminados com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC, do qual o *Campus* de Videira faz parte (BRASIL, 2008).

Em 2009 foi realizado concurso público para a contratação de professores e técnicos administrativos. Também foi realizado o primeiro processo seletivo para a entrada de estudantes nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática para o *Campus* Videira, e nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho para o *Campus* Avançado de Luzerna.

Em 2010, o IFC *Campus* Videira e Campi Avançados contavam com uma estrutura física composta por sete prédios, abrigando 22 salas de aula, a parte administrativa do *Campus*, cinco laboratórios, biblioteca, cantina, auditório e ginásio de esportes. Atualmente, possui uma equipe formada por professores, pedagogos, psicólogo e técnicos administrativos.

4 JUSTIFICATIVA

O setor agrícola brasileiro exerce expressiva importância para o desenvolvimento do país, contribuindo nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Apenas em grãos, no ano de 2017, o Brasil alcançou uma produção de 232 milhões de toneladas, colocando o agronegócio como responsável por 30% das exportações totais, atenuando os impactos econômicos,

durante um crescimento fraco do PIB, além da produção de alimentos o setor fornece metade da demanda de energia do país (FAO, 2018).

Uma análise realizada por Gasques, Bacchi, Bastos, (2018, p. 02), demonstra um significativo crescimento e produtividade da agricultura brasileira de 1975 a 2016. O produto agropecuário quadruplicou no período de 1975 a 2016, “a produção de grãos passou de 40,6 milhões para 187,0 milhões de toneladas, e a produção pecuária expressa em toneladas de carcaças aumentou de 1,8 milhão de toneladas para 7,4 milhões de toneladas; suínos de 500 mil toneladas para 3,7 milhões toneladas, e frangos, de 373 mil toneladas para 13,23 milhões de toneladas”.

Esses resultados devem-se principalmente aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento dos setores público e privado (por exemplo melhor utilização de insumos com efeitos diretos sobre a produtividade) e de políticas de incentivo setoriais, o que levou o país a se tornar um grande produtor de alimentos e um dos maiores produtores e exportadores de carnes, ao mesmo tempo que registrou elevação na produção animal, como ovos, leite e outros produtos de produção animal (GASQUES, BACCHI, BASTOS, 2018).

As perspectivas para o setor são otimistas, projeta-se para 2030 um crescimento da demanda global por energia de 40%, por água 50%, e por alimentos em 35%. Frente a essa necessidade, surge a preocupação de como atender essa demanda de maneira equilibrada entre população e ambiente e os componentes de produção de alimentos e energia. “Diante da expectativa de crescimento da demanda em um ambiente com recursos naturais finitos, crescentes requerimentos legais ambientais pressionam a produção agrícola pela busca contínua por processos mais intensivos e sustentáveis, o que consolida essa megatendência (EMBRAPA, 2018, p. 13). Nesse sentido, o setor agropecuário deve estar em constante aperfeiçoamento e com frequente inserção de novas tecnologias que atendam essas expectativas apresentadas.

Assim como a economia brasileira tem sua base de sustentação no agronegócio, o estado de Santa Catarina também tem como principal aporte econômico o agronegócio. Este setor também é primordial para economia catarinense, ou seja, no ano de 2016 foi registrado que o agronegócio gerou mais 700 mil empregos diretos, o agronegócio foi responsável por 29% do PIB catarinense (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2016).

Portanto, a oferta do curso de agronomia, em especial, tem e muito a contribuir com o desenvolvimento deste setor na região meio oeste catarinense e no estado de Santa Catarina, possibilitando consequentemente uma melhor qualidade de vida tanto aos produtores rurais como a população em geral. É, por meio deste setor e de suas tecnologias, que se garante a segurança alimentar, a segurança do alimento, a redução do êxodo rural, a conservação do

meio ambiente e uma economia robusta. Em suma, atualmente, o setor do agronegócio é uma arena fértil para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias de ponta que tenham como objetivo principal a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

É nesta perspectiva que o Instituto Federal Catarinense (IFC) – Videira/SC, localizado no Km 125, da Rodovia SC 135, um *Campus* agrícola, fundado no ano de 2010, com o objetivo de atender os arranjos produtivos da região, que majoritariamente são voltados à atividade Agropecuária, vem concentrando seus esforços para a abertura de um curso superior na área de agronomia.

O município de Videira, localizado no Meio-Oeste do estado de Santa Catarina, compõe, junto a outros 20 (vinte) municípios, a região conhecida como Vale do Rio do Peixe. A economia gira em torno do comércio, da indústria e da agropecuária, que por sua vez, representa a maior fatia das atividades econômicas do município, sendo responsável pela movimentação de 75% da economia local. Dentre as atividades agrícolas desenvolvidas na região, destacam-se a produção de uva, ameixa, pêssego e maçã, que abastecem o mercado local e de outras regiões do país.

No ramo da pecuária, destaca-se a criação de bovinos de corte, bovinos de leite, suínos e aves, que são absorvidos principalmente pela empresa BRF, um dos maiores frigoríficos da América Latina, com uma filial situada na cidade de Videira-SC. A região desenvolve ainda atividades agroindustriais, referentes à produção de embutidos de carnes, derivados do leite, doces, geleias, sucos e vinhos.

O IFC - Videira tem participado ativamente da formação de profissionais com interesses em ciências agrárias, ofertando o curso técnico em Agropecuária, nas modalidades integrado e subsequente ao ensino médio. Os egressos têm sido absorvidos pelo mercado de trabalho local e de outras regiões e, em alguns casos, retornado às suas propriedades para aplicar os conhecimentos construídos durante o curso. Porém, é importante ressaltar, que esses profissionais possuem atividades limitadas à formação de nível técnica, e, portanto, necessitam de uma formação superior para executá-las.

Na Tabela 1 são apresentados os municípios mais próximos de Videira - SC que oferecem cursos superiores de Agronomia e/ou Engenharia Agrônômica e suas respectivas distâncias.

Tabela 1. Principais municípios que ofertam cursos de Agronomia e/ou Engenharia Agrônômica e suas respectivas distâncias à Cidade de Videira-SC.

Cidade	Instituição	Distância (Km)	Esfera Administrativa

Campos Novos-SC	UNOESC	65,10	Privada
Caçador – SC	UNIARP	40,20	Privada
Concórdia –SC	IFC	129,00	Pública /Federal
Canoinhas –SC	IFSC	193,00	Pública /Federal
Araquari – SC	IFC	370,00	Pública /Federal
Santa Rosa do Sul – SC	IFC	449,00	Pública /Federal
Rio do Sul – SC	IFC	190,00	Pública /Federal
Curitibanos – SC	UFSC	80,90	Pública /Federal
Florianópolis – SC	UFSC	409,00	Pública /Federal
Curitiba – PR	UFPR	329,00	Pública /Federal
Pato Branco – PR	UTFPR	237,00	Pública /Federal
Vacaria - IFRS	IFRS	259,00	Pública /Federal
Lages – SC	UDESC	187,00	Pública /Estadual
Porto Alegre – RS	UFRGS	442,00	Pública /Federal
Santa Maria – SC	UFSM	561,00	Pública /Federal
Pelotas –RS	UFPeI	693,00	Pública /Federal

Diante do exposto, é fundamental para a região de Videira, a oferta de curso superior gratuito, que ofereça formação profissional para o fortalecimento das áreas de maior importância à economia local. Vale ressaltar, que a região do **Vale do Rio do Peixe** não é contemplada por **nenhuma instituição pública de ensino** com curso de graduação em Agronomia, o que justifica a oferta do curso por esta instituição.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 GERAL

Formar profissionais de nível superior em Agronomia para atuarem nas diferentes áreas do setor Agropecuário, preservando os recursos ambientais envolvidos nos diferentes níveis da cadeia de produção, bem como, maximizar a utilização dos recursos financeiros e tecnológicos disponíveis.

5.2 ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos serão apresentados por subárea do conhecimento:

Engenharia Rural

- ✓ Compreender e desenvolver atividades de aquisição, produção, interpretação e análise de informações espaciais relacionadas aos recursos terrestres.
- ✓ Conhecer e utilizar ferramentas empregadas no desenho técnico e representar graficamente áreas e construções rurais.

- ✓ Operar instrumentos topográficos a fim de executar levantamentos topográficos planimétricos para a obtenção de informações que permitam a interpretação, a análise e a intervenção em áreas rurais.
- ✓ Conhecer e operar instrumentos topográficos a fim de executar levantamentos altimétricos e planialtimétricos para a obtenção de informações que permitam a interpretação, a análise e a intervenção em áreas rurais.
- ✓ Realizar o correto manejo da água, bem como otimizar o uso dos recursos ambientais, técnicos e financeiros empregados na prática da irrigação.
- ✓ Projetar, calcular e prever custos de projetos para a construção de instalações rurais, respeitando as necessidades zootécnicas e das culturas economicamente produzidas.
- ✓ Conhecer, recomendar e regular máquinas e implementos empregados na produção agrícola e pecuária.

Gestão Rural

- ✓ Tomar decisões relacionadas a gestão rural de um negócio utilizando técnicas, ferramentas e teorias básicas da administração, como planejar, organizar, dirigir e controlar os processos produtivos e de gestão do empreendimento.
- ✓ Analisar os cenários econômicos, técnicas mercadológicas de comercialização e distribuição dos produtos.

Produção Vegetal

- ✓ Conhecer as principais culturas de verão e inverno, assim como, planejar as várias fases da produção e dinamizar o uso racional dos fatores bióticos e abióticos no intuito de aumentar a produção e a produtividade das lavouras agrícolas.
- ✓ Conduzir e orientar os produtores rurais na implantação, condução e colheita das principais espécies de plantas cultivadas.
- ✓ Reconhecer as principais plantas ornamentais, assim como, sua utilização nos projetos paisagísticos.
- ✓ Executar técnicas de propagação de plantas (sexuada e assexuada) economicamente produzidas.
- ✓ Planejar, conduzir e acompanhar a comercialização de Hortaliças, dinamizando a produção de acordo com as necessidades do mercado e a preferência do consumidor, tendo discernimento sobre a preservação dos recursos naturais e a responsabilidade na utilização de agroquímicos.

- ✓ Planejar, organizar, executar e monitorar a propagação, o cultivo, a manutenção e o manejo de florestas.

Produção Animal

- ✓ Capacitar os estudantes para que possam, ao concluir o curso, planejar, administrar e dar assistência nos diferentes sistemas de produção animal, buscando a alta produtividade, o bem estar animal e a minimização dos impactos ambientais.

Agroindústria

- ✓ Capacitar os egressos para atuarem junto a agricultura familiar por meio da compreensão dos processos de transformação dos produtos primários de origem animal e vegetal, com o intuito de agregar valor ao produto final, primando a qualidade e a segurança do alimento.

Solos

- ✓ Analisar e interpretar análises de solo, bem como recomendar corretas dosagens de adubos para correção nutricional.
- ✓ Reconhecer riscos de degradação do solo e propor práticas conservacionistas que objetivam a manutenção da qualidade química, física e biológica deste recurso natural.
- ✓ Gerenciar de forma responsável as lavouras, respeitando a capacidade de uso da terra para reduzir os riscos de erosão.

6 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

A educação formal desenvolvida em ambientes escolares apresenta no Brasil uma herança dual, ou seja, ensino propedêutico voltado às elites dirigentes e educação profissional voltada aos trabalhadores. Os currículos apresentam a tradição de atender especificamente as atividades profissionais a serem desenvolvidas na sociedade capitalista segmentada em classes sociais.

Com a Lei nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961), a dualidade estrutural é realidade que sofre alterações a partir de mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da legitimidade de

outros saberes, que não só de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo.

A situação agrava-se com Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) que pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no Ensino Médio; dessa forma, todos os filhos da classe média e baixa teriam uma única trajetória. A reforma do governo militar propôs um ajuste à nova etapa de desenvolvimento, marcada pela intensificação da internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações pela hegemonia do capital financeiro. É o “tempo do milagre”: ingresso do Brasil para o bloco do Primeiro Mundo. O desenvolvimento industrial e das cadeias produtivas precisavam de força de trabalho qualificada.

Segundo Kuenzer (2007), a dualidade estrutural não pode ser resolvida no âmbito do projeto político-pedagógico escolar, mesmo porque é originada da dualidade estrutural das classes.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico da formação profissional para atender às demandas desse tipo de organização taylorista-fordista deriva-se de uma determinada concepção de qualificação profissional que a concebe como resultado de um processo individual de aprendizagem de formas de fazer, definidas pela necessidade da ocupação a ser exercida, complementada com o desenvolvimento de habilidades psicofísicas demandadas pelo posto de trabalho.

Nessa concepção, o desenvolvimento das competências intelectuais superiores e o domínio do conhecimento científico-tecnológico não eram necessários para os trabalhadores. A pedagogia do trabalho taylorista-fordista priorizou treinamento para a ocupação e muita experiência, cuja combinação resultava em destreza e rapidez, como resultado de repetição e memorização de tarefas bem-definidas, de reduzida complexidade e estáveis.

O mundo do trabalho no sistema capitalista exige um trabalhador de novo tipo, capacitada em todos os setores da economia, com saberes intelectuais que lhe permitam adaptar-se a produção flexível. Capacidades que merecem destaque: domínio dos códigos e linguagens, autonomia intelectual para resolver problemas práticos utilizando o conhecimento científico, buscando aperfeiçoar-se continuamente; autonomia moral, através de novas situações que exigem posicionamento ético, finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido de forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica e da criatividade. Já não se entende possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral.

A qualificação profissional requer conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitiam ao cidadão-produtor, chegar ao domínio intelectual e do

técnico e das formas de organização social para ser capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento. É preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Habilidades: saber lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade.

São duas as novas determinações do mundo social e produtivo que colocam dois novos desafios para o ensino médio:

- Democratização;
- Formulação de outra concepção, que articule as formações: científica e sócio histórica à formação tecnológica.

Não é o âmbito pedagógico que vai solucionar essa dificuldade, porque a realidade que existe é de uma sociedade dividida na qual crescem exclusões na mesma proporção que diminuem os recursos públicos que permitiriam a formulação de políticas projetos necessários à garantia dos direitos mínimos da cidadania. É uma solução ideológica porque desconsidera a realidade brasileira, com sua carga de especificidades e desigualdades regionais decorrentes de um modelo de desenvolvimento desequilibrado, que reproduz internamente as mesmas desigualdades e desequilíbrios que ocorrem entre outros países, no âmbito da internacionalização do capital.

O acesso ao nível superior de qualidade, e em particular nos cursos nobres, que exigem tempo integral, escolaridade anterior de excelência, e financiamento técnico, bibliográfico, além de recursos complementares à formação, é reservado àqueles de renda mais alta, ressalvadas algumas exceções que continuam servindo à confirmação da tese da meritocracia.

A realidade atual é um mundo do trabalho reestruturado, no âmbito da globalização da economia, que restringe cada vez mais o número de postos e cria, ou recria, na informalidade, um sem número de ocupações precárias que, embora sirvam à sobrevivência, longe estão de permitir um mínimo de dignidade e cidadania.

O artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996 (BRASIL, 1996) requer para todos os níveis, o desenvolvimento da capacidade de usar conhecimentos científicos de todas as áreas para resolver situações que a prática social e produtiva apresenta ao homem cotidianamente. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, apenas o conhecimento prático e o bom senso, embora continuem sendo importantes, não são suficientes para enfrentar os desafios postos por um modelo de desenvolvimento que cada vez mais usa a ciência como força produtiva, para o bem e para o mal, ao mesmo tempo melhorando e destruindo a qualidade de vida, individual e social.

Para os que vivem do trabalho, a aprendizagem de conhecimentos e habilidades, instrumentais e cognitivas, imediatamente vinculadas ao exercício de atividades produtivas, é condição não só de existência, mas também da própria permanência no mercado de trabalho atual.

A efetiva democratização de um ensino que, ao mesmo tempo, prepare para a inserção no mundo do trabalho e para a cidadania, complementando nos níveis subsequentes por formação profissional científico-tecnológica e sócio-histórica, tal como proposto nas finalidades expressas na legislação, exige condições materiais que não são dadas para o caso brasileiro.

O papel da escola pública precisa ser atendido. É a construção de uma proposta pedagógica que propicie condições de aprendizagem variadas e significativas aos seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, pauperizados cultural e socialmente.

A escola de ensino pública será democrática quando o projeto político pedagógico propiciar as necessárias mediações para que todos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades com relação à participação na produção científica, tecnológica e cultural.

A escola pública de qualidade é a única alternativa de apropriação do conhecimento, tendo em vista cada vez mais a difícil construção da dignidade humana, finalidade máxima a orientar a elaboração do projeto político pedagógico. O aluno pode preferir mecânica à arte, porque essa é a realidade do trabalho que conhece e exerce precocemente como estratégia de sobrevivência; outro pode preferir ciências da terra às ciências exatas, porque suas experiências de classe não lhe propiciaram o desenvolvimento do raciocínio lógico.

É a escola, portanto, que lhe propiciará oportunidades de estabelecer relações com os distintos campos do conhecimento, de modo a exercer o seu direito à escolhas, e ao mesmo tempo superar suas dificuldades em face de suas experiências anteriores.

Para os que vivem do trabalho, a escola será um espaço privilegiado para o estabelecimento de relações significativas com as áreas do conhecimento de modo a preparar o aluno para assumir-se também como sujeito de sua história e da história da humanidade, compreendendo o papel revolucionário da ciência para a destruição das condições geradoras de exclusão, as quais, frutos das práxis humanas, só através dela serão superadas.

O eixo do currículo deverá ser o trabalho compreendido como práxis humana e como práxis produtiva, a partir do qual não há dissociação entre educação geral e formação para o trabalho. Toda a educação e educação para o trabalho não se confundirá com educação profissional stricto sensu. Assim, a formação profissional está presente na base nacional

comum e não se confunde com a parte diversificada, que também atenderá a ambas as finalidades (KUENZER, 2007).

Esse eixo, contudo, exige recortes, para que não se caia na ilusão de um sistema científico único que articule todos os saberes, ou se permaneça na lógica que historicamente reproduziu a concepção positivista com sua fragmentação, cristalizada em disciplinas estanques. Esses recortes, observado estatuto epistemológico e histórico de cada ciência, deverão tomar como eixo organizador do currículo as diferentes práticas sociais e produtivas selecionadas a partir das características e demandas da clientela e da região, tendo em vista as finalidades de democratização do conhecimento para a construção da cidadania.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico taylorista-fordista, ainda dominante em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em suas distintas manifestações, que sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação, a partir do que se distribuía diferentemente o conhecimento. O que era estratégico para a classe dominante, que mantinha o monopólio do saber científico, não podia ser democratizado, de modo que o acesso aos níveis superiores de ensino sempre foi controlado, com a interveniência do Estado, que mantinha a oferta de ensino gratuito nos limites das demandas do capital, através de um sistema educacional que se responsabilize pela seletividade.

Essa pedagogia foi dando origem a projetos político-pedagógicos ora centrados nos conteúdos, ora nas atividades, sem nunca propiciar relações entre o aluno e o conhecimento que integrassem efetivamente conteúdo e método, ou mesmo se constituíssem em mediações significativas que pudessem se constituir em aprendizagens. Dessa forma, não chegavam a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas para a maioria do alunado, que iria complementar sua educação para o trabalho em cursos específicos, treinamento ou através da prática no próprio trabalho. Relações significativas entre o aluno e a ciência só iriam ocorrer nos cursos superiores, para poucos que demonstrassem “mérito”.

Em decorrência de sua desvinculação da prática social e produtiva, a seleção dos conteúdos sempre obedeceu a critérios formais fundados na lógica positivista, em que cada objeto do conhecimento origina uma especialidade que desenvolve seu próprio quadro conceitual e se automatiza dos outros objetos da prática que o gerou. Concebidos dessa forma, os diferentes ramos da ciência deram origem a propostas curriculares em que as disciplinas são rigidamente organizadas e sequenciadas segundo sua própria lógica. Os conteúdos, assim organizados, são repetido de forma linear e fragmentada, predominantemente por meio do método expositivo combinado com a realização de atividades que vão da cópia de parcelas de texto à resposta de questões, em que mais importa cumprir a tarefa, tanto para o aluno, quanto para o professor, do que estabelecer profícua relação com o conhecimento.

Os alunos precisam compreender os laços que envolvem a dominação hegemônica, bem como os meios e estratégias que utilizam para desenvolver um comando que aprofunde as diferenças sociais e aos poucos, atuar de maneira que transformem esta realidade. Uma formação sem dualidade de ensino e de condições de aprendizagem, integrado à vida social do sujeito, levando em consideração suas necessidades e possibilidades.

Assim, o curso superior de Agronomia precisa trabalhar os conhecimentos básicos inerentes às atividades desempenhadas pelo engenheiro agrônomo, conhecer as estruturas e aplicações que giram no entorno, estabelecendo relações de modo que se possa desenvolver nos estudantes o espírito crítico para as questões que se apresentam no mundo do trabalho e na sociedade atual, para que tenham condições de integrar-se efetivamente na profissão e na vida, posicionando-se de maneira crítica e emancipatória com relação às injustiças sociais e às ambiguidades profundas existentes entre as classes sociais, entre os dominantes e os dominados.

7 INTEGRAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

O aluno será submetido às situações reais e fictícias que irão proporcioná-lo um contato com a realidade vivenciada pelo profissional intitulado Engenheiro Agrônomo. Para isso, serão realizados convênios com produtores, empresas ligadas ao setor, visitas técnicas e aulas práticas.

8 RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA

O Curso superior de Agronomia do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira procura contribuir na preparação dos estudantes para a cidadania, promovendo o aprimoramento dos valores humanos, das relações pessoais e comunitárias e principalmente da formação profissional de qualidade.

Neste sentido, dentre todas as atividades proporcionadas aos estudantes neste curso, existe a preocupação pela busca constante e efetiva da relação entre teoria e prática, possibilitando o contato, observação e vivência de diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades do curso.

Sendo assim, no curso superior de Agronomia, a relação teoria e prática dar-se-á através de atividades práticas em laboratórios específicos da área, visitas técnicas, palestras de formação, projetos interdisciplinares, feiras de iniciação científica e extensão, dentre outras práticas e atividades relacionadas ao curso.

8.1 INTERDISCIPLINARIDADE

No Brasil, o conceito de interdisciplinaridade passou a fazer parte do cenário educacional do país, a partir da LDB nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) e mais fortemente com a nova LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), influenciando o trabalho das escolas e dos professores para compreender o processo de ensino e aprendizagem como sistêmico e não como uma abordagem ou leitura estanque de conceitos e teorias.

Neste sentido, a interdisciplinaridade oferece uma perspectiva diferente diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto do conhecimento e do ser como pessoa integral. Visa, principalmente, garantir a construção de um conhecimento global, rompendo com os limites de cada disciplina. Ela implica na articulação de ações e dinâmicas que busquem um interesse comum.

8.1.1 ÉTNICOS RACIAIS

De acordo com a resolução 01 de 17 de junho de 2004 o curso irá trabalhar questões ligadas à educação das relações étnicos-raciais e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.

No curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira, as questões étnicos-raciais serão trabalhadas na disciplina de sociologia rural e nas atividades de formação inicial e continuada de professores.

8.1.2 AMBIENTAIS

Visando atender a Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002, o curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira irá trabalhar na ementa de suas disciplinas temas relacionados ao meio ambiente, e incentivar a realização de projetos de pesquisa e extensão voltados à melhoria da qualidade ambiental. Para isso, o curso conta com o apoio do Núcleo de Gestão Ambiental – NGA, que é responsável por desenvolver atividades e políticas relacionados ao meio ambiente no *Campus*.

A seguir, são apresentadas as disciplinas que contemplam temas relacionados ao meio ambiente nas suas ementas: Agroecologia, Biologia geral, Gênese e classificação do solo, Introdução à agronomia, Manejo e utilização de pastagens, Manejo de plantas daninhas e Microbiologia do solo.

8.1.3 DIREITOS HUMANOS

Atendendo ao Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, o curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense, *Campus* Videira, irá trabalhar, em componentes específicas, temas relacionados aos direitos humanos para promover a educação como agente transformadora social, tendo como base:

- Os princípios da dignidade humana;
- Igualdade dos direitos;
- Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- Laicidade do estado;
- Democracia na educação;
- Transversalidade, vivência e globalidade;
- Sustentabilidade social e econômica.

Os temas relacionados aos direitos humanos serão trabalhos na disciplina de sociologia rural, Ética e legislação Aplicada, bem como em eventos promovidos pelo *Campus* e na formação continuada de professores e técnicos.

9 PERFIL DO EGRESSO

O Engenheiro Agrônomo formado pelo Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira, é um profissional habilitado para atuar nas diferentes etapas do processo de produção Agropecuária, responsável por otimizar o uso dos recursos ambientais envolvidos na produção, bem como, maximizar a eficiência dos recursos financeiros e tecnológicos disponíveis.

O egresso está habilitado à atuar de forma gerencial e operacional na áreas de produção animal, produção vegetal, engenharia rural, agroindústria, solos e gestão rural.

No uso de suas atribuições, cabe ao Engenheiro Agrônomo aplicar de forma responsável, os conhecimentos técnicos, teóricos e práticos adquiridos, em consonância com os aspectos sociais, ambientais e econômicos, respeitando os arranjos produtivos locais da região onde atuará.

As habilitações do egresso do curso superior de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira, atendem as recomendações das atividades apresentadas no Artigo 1 da Resolução 218/1973, apresentadas no item 5 (Campo de atuação), deste Projeto Pedagógico.

10 CAMPO DE ATUAÇÃO, COMPETÊNCIAS E POSTURA PROFISSIONAL

Conforme estabelece os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura:

“O Agrônomo ou Engenheiro Agrônomo atua, de forma generalista, no manejo sustentável dos recursos naturais, visando à produção agropecuária. Em sua atividade, desenvolve projetos de produção, transformação, conservação e comercialização de produtos agropecuários; organiza e gerencia o espaço rural; promove a conservação da qualidade do solo, da água e do ar. Controla a sanidade e a qualidade dos produtos agropecuários; desenvolve novas variedades de produtos; otimiza tecnologias produtivas e atua com as políticas setoriais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho; realiza pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica; executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em sua atuação, considera a ética, a segurança e os impactos sócio-ambientais.”

Ainda de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, no que descreve o ambiente de atuação:

“O Engenheiro Agrônomo atua na administração de propriedades rurais; em postos de fiscalização, aeroportos e fronteiras como agente de defesa sanitária; em órgãos públicos como agente de desenvolvimento rural, ou na padronização e classificação dos produtos agrícolas; em empresas de projetos agropecuários, rastreabilidade, certificação de alimentos, fibras e biocombustíveis; em indústrias de alimentos e insumos agrícolas; em empresas que atuam na gestão ambiental e do agronegócio; no setor público ou privado no controle de pragas e vetores em ambientes urbanos e rurais; em empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.”

A seguir, são apresentadas na íntegra as atribuições profissionais do Agrônomo ou Engenheiro Agrônomo descritas na Resolução 218/1973 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA:

- *“Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;*
- *Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;*
- *Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;*
- *Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;*
- *Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;*
- *Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;*
- *Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;*
- *Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;*
- *Atividade 09 - Elaboração de orçamento;*
- *Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;*
- *Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;*
- *Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;*
- *Atividade 13 - Produção técnica e especializada;*
- *Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;*
- *Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;*
- *Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;*
- *Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;*
- *Atividade 18 - Execução de desenho técnico.”*

Na mesma legislação, de acordo com o Artigo Nº 5, compete ao Engenheiro Agrônomo:

“I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola;

biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.”

11 FORMA DE INGRESSO AO CURSO

O ingresso ao curso de Agronomia ocorrerá de acordo com as normas estabelecidas em edital publicado pelo Instituto Federal Catarinense, no Portal do Ingresso, disponível em <<http://ingresso.ifc.edu.br/>> por meio do Exame Nacional do Ensino Médio/Sistema de Seleção Unificado (ENEM/SISU). Para a efetivação da matrícula, é necessária a entrega do certificado de conclusão do ensino médio completo.

O Processo de Seleção pelo SISU realiza reserva de vagas através de Sistema de Ações Afirmativas (cotas), estabelecidas nos termos da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, do Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017, da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012 e da Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017.

12 PRÉ-REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO

Poderão ingressar o curso superior de Agronomia, estudantes com ensino médio concluído, tendo sido aprovado no processo seletivo descrito no item 14.

13 MATRÍCULA

A matrícula será realizada no setor de registros acadêmicos do *Campus* do IFC – Videira, respeitando os prazos estabelecidos pelo calendário acadêmico. O aluno ingressante deverá preencher o requerimento de matrícula e anexar os seguintes documentos:

- I – Certificado do Ensino Médio ou equivalente ou declaração de conclusão, válida por 90 dias.
- II – Histórico Escolar.
- III – Comprovante de quitação das obrigações eleitorais, se maior de 18 anos.
- IV – Comprovante de quitação das obrigações com o Serviço Militar, se maior de 18 anos e sexo masculino.
- V – Documento de identidade.
- VI – CPF.
- VII – Duas fotografias atuais e coloridas 3X4.
- VIII – Comprovante de vacina contra rubéola para mulheres até 40 anos.

IX – Declarar não possuir matrícula em outra instituição pública ou em instituição privada com bolsa custeada pelo governo, conforme legislação vigente.

X – Certidão de nascimento ou casamento;

Os alunos matriculados, e que não comparecerem os cinco primeiros dias letivos serão considerados desistente, exceto os casos de faltas com justificativas.

O aluno ingressante deverá, obrigatoriamente, matricular-se em todas as disciplinas do primeiro semestre. Após isso, o discente poderá escolher as disciplinas que deseja matricular-se, respeitando os pré-requisitos, e o limite de 10 (dez) créditos por semestre.

Após o período de matrícula, serão ofertadas as vagas preenchidas aos alunos de outros cursos do IFC, ou externos, que poderão cursar disciplinas como aluno especial, devendo este respeitar os Artigos 39 ao 44, da RESOLUÇÃO Nº 057/CONSUPER – 2012.

O trancamento da matrícula, bem como o cancelamento poderão ser realizados de acordo com os Capítulos VI e VII, respectivamente, da RESOLUÇÃO Nº 057/CONSUPER – 2012.

14 REGIME ACADÊMICO

A carga horária do curso superior de Agronomia é integralizada com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), como recomenda o Inciso 1º do Artigo 23 da Resolução Nº 057/CONSUPER – 2012, considerando, para isso, horas de 60 minutos.

O total de créditos de cada componente curricular depende da sua carga horária total, sendo o valor de um crédito correspondente a 15 horas. As disciplinas serão ofertadas por semestre, com o mínimo de 15 semanas cada, e 100 dias de letivos, podendo ultrapassar esse valor.

As aulas serão realizadas de segunda a sexta, podendo, também, serem ministradas nos sábados, conforme a necessidade.

15 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do curso de Agronomia ofertado pelo Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira, encontra-se descrita de forma detalhada no Apêndice I.

16 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem será conduzida de acordo com o Artigo 64, Capítulo XII da Resolução Nº 057-2012/CONSUPER que norteia as Organizações

Didáticas dos Cursos Superiores do Instituto Federal Catarinense, apresentada na íntegra, a seguir:

“Art. 64. Nos cursos que não preveem exame será considerado aprovado o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 6,0 (seis) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento);

Art. 65. Será considerado reprovado o aluno que:

I – não obtiver frequência igual ou superior a 75%;

II – não alcançar média final igual ou superior a 5,0 (cinco), no caso dos cursos que preveem exame final.

III – não alcançar a média semestral 6,0 (seis) no caso dos cursos que não preveem exame final.

Art. 66. É dever do professor apresentar ao aluno o resultado das avaliações parciais no máximo, até 15 (quinze) dias após a sua realização.

Art. 67. A disponibilização da média semestral deverá ser feita, no máximo, até o último dia do período letivo.

Art. 68. É vedado ao professor ou a qualquer outra pessoa, abonar faltas, ressalvadas as determinações legais.

Art. 69. Caso o aluno não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, poderá requer nova avaliação.

§1º. O pedido de nova avaliação deverá ser protocolado na Secretaria Acadêmica no prazo de 3 (três) dias úteis após a realização da atividade.

§2º. Cabe à secretaria acadêmica encaminhar o pedido de nova avaliação ao professor do componente curricular, para deferimento ou não.

§3º. O pedido de nova avaliação deverá conter a justificativa e os documentos comprobatórios, se houver.”

17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

17.1 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação do curso será realizada pelo Instituto Nacional de desempenho de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), uma Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

A avaliação externa se fará por meio da análise dos resultados obtidos pelos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), de acordo com a Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e por meio de comissões especializadas. Poderão ser consultados, também, egressos e representantes da comunidade, sobre o grau de satisfação referente ao curso ofertado.

17.2 AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação interna será realizada utilizando os resultados obtidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal Catarinense, de acordo com a Resolução Nº 069/CONSUPER-2014.

18 TRABALHO DE CURSO

Após a integralização da carga horária das disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas e concomitante ao estágio, o aluno deverá realizar a confecção de um relatório técnico, referente as atividades realizadas no estágio, contabilizando 30 horas obrigatórias.

19 ESTÁGIO CURRICULAR

19.1 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O discente, para solicitar o estágio curricular supervisionado obrigatório, deve ter concluído com sucesso todas as disciplinas obrigatórias da matriz curricular do curso. A carga horária mínima do estágio será de 360 horas, podendo ser realizado após deferimento pelo setor responsável.

O estágio curricular supervisionado é obrigatório para a conclusão do curso de Agronomia conforme a Lei no 5.540/68 e decreto de Regulamentação nº 4.807/75 do Ministério de Educação e Cultura e Resolução no 48/76 e 50/76 do Conselho Federal de Educação, Parecer 1898/75 e 2911/76 que tratam dos conteúdos de Engenharia e Resolução 01/2006 da CES/CNE/ME, e demais normas do IFC, dentre elas o Regimento Geral dos Estágios e o Regulamento do Estágio do Campus e do Curso.

19.2 ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

O aluno poderá realizar estágios não obrigatórios, em qualquer fase do curso, ficando sob sua responsabilidade e da empresa concedente os tramites para a formalização do mesmo. Vale ressaltar que não é de responsabilidade do Instituto Federal Catarinense todo e quaisquer problema relacionado à direitos trabalhistas, acidentes de trabalho, que por ventura ocorra durante a realização de estágio não obrigatório.

19.3 ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

O discente deverá realizar o seu estágio obrigatório sob a orientação de um professor atuante no curso de Agronomia do Instituto federal Catarinense *Campus* Videira. O professor – orientador deverá acompanhar as atividades desenvolvidas pelo aluno em consonância com o supervisor do estágio. Além disso, cabe ao professor, orientar o aluno durante o processo de confecção do seu relatório de estágio, que equivale ao trabalho de conclusão do curso.

19.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Os mecanismos de acompanhamento e de cumprimento são realizados pelo setor de estágios do IFC – *Campus* Videira e pelo professor orientador escolhido pelo aluno. Estes consistem sistematicamente nas seguintes etapas:

- a) O plano de estágio curricular supervisionado obrigatório, previamente aprovado pelo setor de estágios.
- b) O Relatório das Atividades técnicas desenvolvidas durante o estágio, assim como uma revisão de literatura a respeito dos procedimentos ou acontecimentos ocorridos durante o estágio. O discente, juntamente com o seu orientador deverão trocar ideias a respeito da aplicação prática de conhecimentos técnicos pela empresa cedente e pelo supervisor do estágio.
- c) O aluno terá o prazo de até seis meses, após a conclusão do estágio, para entregar o relatório final e realizar a defesa.
- d) Após revisado pelo orientador, o acadêmico poderá indicar um membro (Professor) para compor a banca avaliadora do estágio, o seu orientador escolherá um segundo avaliador para compor a banca. O supervisor do estágio poderá ser convidado para compor a banca.
- e) Cada membro da banca deverá receber o relatório prévio no mínimo duas semanas antes da apresentação do relatório.
- f) O acadêmico deverá apresentar oralmente o seu relatório à banca julgadora. O tempo de apresentação será definido posteriormente pelo setor de estágio, assim como o tem-

po que cada membro da banca terá para realizar perguntas e sugestões a respeito do relatório.

- g) O sistema de avaliação do estágio curricular será composto por processos avaliativos. O primeiro, realizar-se-á auto avaliação pelo discente (peso 1); o segundo, pela avaliação do supervisor (peso 2) e a terceiro, pelo orientador (peso 2) e o quarto pelo relatório de estágio avaliado pela banca de avaliadores (peso 5). Estas avaliações ocorrerão ao término do período de estágio em períodos não superiores há seis meses. Em caso de o estágio ser realizado no terceiro ano do curso, o mesmo deverá cumprir o calendário letivo
- h) A banca poderá aprovar o relatório com ou sem ressalvas, ou ainda, reprova-lo, quando julgar o mesmo não atingiu os objetivos propostos.
- i) No caso de aprovação, e/ou após as sugestões serem atendidas e modificadas, o relatório corrigido deverá ser entregue no setor de estágio no prazo estabelecido pela banca. Uma cópia digitalizada do relatório de estágio (corrigido) deverá ser entregue no setor de estágios e ficar arquivada em nome do discente e de seu orientador.

20 LINHAS DE PESQUISAS

As atividades de pesquisas do curso de superior de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira são:

- Produção animal / Zootecnia
- Produção vegetal; Solos;
- Engenharia Rural;
- Desenvolvimento Rural; e
- Gestão.

21 AÇÕES DE EXTENSÃO E PESQUISA

O Instituto Federal Catarinense - *Campus* Videira oferece aos acadêmicos do curso superior Bacharelado em Agronomia a oportunidade de participar de projetos de pesquisa e extensão. Esses projetos visam proporcionar um espaço de aprendizagem, contribuindo para a qualidade da formação dos estudantes, como a possibilidade de criar condições para o aprofundamento teórico e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à área de formação.

A instituição oferece editais de fluxo contínuo e periódico para a submissão de propostas de projetos. A divulgação dos editais fica sob a responsabilidade das coordenações de pesquisa e extensão.

Durante o curso, os alunos serão estimulados a participarem de editais de pesquisa e extensão, publicados através dos editais, e/ou de projetos integradores, que serão divulgados pela coordenação do curso, sempre no período das matrículas. A coordenação, os professores e técnicos estimularão o desenvolvimento de projetos nas seguintes linhas de pesquisas:

- Produção animal / Zootecnia
- Produção vegetal;
- Solos;
- Engenharia Rural;
- Desenvolvimento Rural; e
- Gestão.

As atividades de pesquisas e extensão poderão ser realizadas dentro das disciplinas, em eventos científicos, vinculadas aos editais internos e/ou fomentadas por instituições externas, ou ainda através de projetos integradores.

As ações de extensão corresponderão à 10% da carga horária total do curso e serão desenvolvidas dentro das componentes curriculares técnicas, ficando sob a responsabilidade do colegiado do curso o planejamento da divisão da carga horária, entre as componentes, para a realização das atividades de extensão, no início de cada semestre.

22 ATIVIDADES DO CURSO

22.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O discente deverá cumprir de forma obrigatória, no decorrer do curso, 80 horas de atividades complementares, à seu critério. Poderão ser contabilizadas a participação em eventos científicos de ensino, pesquisa e extensão, palestras, dia de campo, congressos, mini cursos, workshop, feiras, simpósios, semanas acadêmicas e semelhantes.

1.1 ATIVIDADES DE MONITORIA

O curso conta com programas de monitorias que visam fortalecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, auxiliando-os e esclarecendo dúvidas que não foram contempladas em sala de aula.

Os programas de monitorias envolvem discentes pertencentes ao curso, ou não, em atividades didáticas, sob a supervisão do docente responsável pela disciplina, podendo ser realizadas de forma voluntária ou remuneradas e sem gerar vínculo empregatício. A demanda do número de vagas para monitoria será divulgada via edital

A Resolução 066 do CONSUPER/2016 disponível em <http://consuper.ifc.edu.br/resolu/> trata de forma detalhada dos objetivos, atribuições e tramites do programa de monitorias.

23 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE DISPONÍVEL

O corpo docente disponível e suas respectivas formações são apresentados no Apêndice II.

24 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL

O corpos técnico administrativo disponível e suas respectivas funções, são apresentados no Apêndice III.

25 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

O Instituto Federal Catarinense, *Campus* Videira, conta com uma moderna estrutura para a implantação e execução do curso de Agronomia, descritas a seguir:

25.1 BLOCO PEDAGÓGICO.

- Recepção;
- 8 gabinetes para professores;
- Sala de acessória da Coordenação de ensino;
- Sala da coordenação geral de ensino;
- Duas salas de reuniões;
- Sala de convivência;
- Três banheiros; e
- Salas das coordenações de cursos.

25.2 BLOCO ADMINISTRATIVO

- Recepção;
- Sala da direção;
- Sala da direção do departamento de educação.
- Coordenação especial de comunicação;
- Departamento de recursos humanos;
- Departamentos de infraestrutura e transporte;
- Departamento de administração e finanças;
- Departamento de compras e contratos;

- Sala de reuniões e videoconferência; e
- Setor de tecnologia da informação.

25.3 BLOCO DE SALA DE AULAS

- Coordenação de Assistência ao Estudante;
- Laboratório de Segurança do Trabalho;
- Brinquedoteca – Curso de Pedagogia;
- Laboratório de Hardware;
- Núcleo Pedagógico - NUPE;
- Mini auditório;
- Sala de reuniões;
- Setor de extensão;
- Setor de pesquisa;
- Copa;
- Reprografia;
- 10 banheiros com acessibilidade;
- 1 elevador;
- Área de convivência;
- 20 sala de aula, todas com ar-condicionado, lousa e data-show.

25.4 CAMPO EXPERIMENTAL

- Área cultivada com frutíferas;
- Área cultivada com forrageiras;
- Horta;
- Culturas anuais;
- Área destinada à práticas de paisagismo e jardinagem;
- Mata nativa para realização de práticas de Silvicultura;
- Nascente protegida com sistema caxambú; e
- Sistema de irrigação por aspersão.

25.5 GALPÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS;

- Trator;
- Grade niveladora;
- Arado;
- Batedora;

- Carreta;
- Subsolador;
- Enxada rotativa;
- Plataforma; e
- Ferramentas de uso manual (pá, enxada, matraca, rastelo e etc).

25.6 ESTUFAS AGRÍCOLAS

- Duas estufas destinadas à produção de mudas, com sistema de irrigação por micro aspersão automatizado.

25.7 DEMAIS INFRAESTRUTURAS

- Biblioteca (630 m²)
- Auditório (520 m²)
- Ginásio poliesportivo (1.592,50 m²)
- Refeitório;
- Cantina (298,84 m²);
- Lago com aproximadamente 9000 m² de espelho d'água.

25.8 LABORATÓRIOS

- Microscopia

Item	Descrição	Quantidade
1	Centrifuga, de bancada, 12 tubos, tacômetro.	01
2	Conjunto de 100 lâminas biológicas.	04
3	Microscópio, biológico, binocular.	10
4	Microscópio, estereoscópio, binocular.	06
5	Microscópio, óptico, trinocular, zoom 40 x A.	01
6	Modelo anatômico do desenvolvimento.	01
7	Modelo anatômico, coração.	01
8	Modelo, anatômico, célula, vegetal.	01
9	Modelo, anatômico, divisão celular, meiose.	02
10	Modelo, anatômico, encéfalo, 05 peças.	01
11	Modelo, anatômico, esqueleto, padrão, 170 cm.	01
12	Modelo, anatômico, molecular, DNA, dupla.	01
13	Modelo, anatômico, olho, humano.	01
14	Modelo, anatômico, pele em bloco, 70 vezes.	01
15	Modelo, anatômico, pélvis, com gravidez.	01
16	Modelo, anatômico, sistema digestivo.	02
17	Modelo, anatômico, torso bissexual, 24 partes.	01
18	Ar-condicionado, Split 60.000 BTUS, quente, frio.	01
19	Estabilizador de voltagem 600VA.	01
20	Televisor 37 a 42 polegadas.	01

21	Microcomputador, desktop para laboratório.	01
22	Monitor, LCD, VGA, 15 a 17 polegadas, bivolt.	01
23	Armário, alto, laminado melamínico, 04 portas.	02
24	Arquivo de aço, 04 gavetas, para pasta suspensa.	01
25	Balcão laminado melamínico, com tampo.	01
26	Cadeira, fixa, estrutura de aço.	12
27	Cadeira fixa, interlocutor, sem apoia braço.	07
28	Mesa com gavetas	01
29	Mesa em MDF.	10
30	Quadro branco.	01

➤ Química

Item	Descrição	Quantidade
1	Balança analítica, sensibilidade de 0.001 gramas.	01
2	Balança eletrônica de precisão.	02
3	Espectrofotômetro, microprocessador.	01
4	Medidor de pH.	02
5	pHmetro de bancada.	01
6	Refratômetro manual.	01
7	Turbidímetro digital.	01
8	Agitador magnético, 02 litros.	01
9	Agitador magnético com aquecimento.	05
10	Banho maria, termostático.	05
11	Capela, exaustão de gases.	01
12	Centrifuga de bancada, 12 tubos, tacômetro	01
13	Chapa, aquecedora, em aço inox, 220v.	02
14	Chapa aquecedora em pirocerâmica 220 v.	02
15	Cuba de ultrasson, banho seco.	01
16	Câmara escura de conservação para análise.	01
17	Câmara asséptica, cabine plástico PVC, visor.	01
18	Estufa de esterilização e secagem, 0-300° C.	01
19	Evaporador rotativo a vácuo, 50 ° a 120° C.	01
20	Ponto de fusão, a seco, painel digital.	01
21	Ar-condicionado, Split 60.000BTUS, quente e frio.	01
22	Forno de micro-ondas, 20 a 22 litros.	01
23	Refrigerador.	01
24	Capela, exaustão de gases.	01
25	Armário, Alto, laminado melamínico, 02 portas.	02
26	Banqueta fixa, estrutura aço com assento.	20
27	Cadeira, fixa, estrutura aço com assento.	02
28	Mesa com gavetas.	01
29	Quadro branco.	01

➤ Bromatologia

Item	Descrição	Quantidade
1	Balança eletrônica de precisão.	01
2	Aparelho digestor e destilador de Kjeldahl	01
3	Autoclave digital, 12 litros, câmara.	01

4	Centrifuga de bancada, 12 tubos, tacômetro.	01
5	Contador de colônias, eletrônico, Plug 02.	01
6	Câmara, germinação fotoperíodo, 30 litros.	01
7	Descongelador semê de bovino	01
8	Dessecador, vidro, tampa de vidro.	01
9	Estufa, esterilização e secagem, 0-300° C.	01
10	Forno, mufla, elétrico de laboratório.	01
11	Mesa de necropsia, aço inox, com balde.	01
12	Microscópio, estereoscópio, binocular.	01
13	Ar-condicionado Split, 18.000 a 21.000 BTUS.	02
14	Ar- condicionado Split, 60.000 BTUS quente e frio.	01
15	Botijão de criogênico, alumínio, cap. 20.5 litros.	01
16	Fogão de mesa de vidro de 04 a 06 bocas.	01
17	Forno de micro-ondas de 20 a 22 litros.	01
18	Refrigerador.	01
19	Centrifuga de mel, inox, 32 quadros, 220 volts.	01
20	Estabilizador de voltagem 600VA, com 4 amp.	01
21	Alicate para enxertia lateral.	01
22	Capela de fluxo laminar, horizontal.	02
23	Conjunto, motobomba, potência 1,0 a 2,0 CV.	01
24	Balcão laminado melamínico, com tampo.	03
25	Banqueta fixa, estrutura aço com assento.	18
26	Mesa com gavetas.	01
27	Quadro branco	01

➤ Água e solo

Ítem	Descrição	Quantidade
1	Anemômetro digital	01
2	Balança eletrônica, computador, 30 kg.	02
3	Data logger, temperatura e umidade.	04
4	Densímetro de bulbo, sedimentação de solos.	02
5	Detector de gás, 04 gases, digital, portátil.	01
6	Medidor de PH e umidade do solo.	01
7	Medidor de clorofila	01
8	Medidor de PH.	01
9	Medidor eletrônico de umidade do solo.	06
10	Oxímetro, medidor de oxigênio.	01
11	Paquímetro, digital, 150 a 200 mm.	01
12	Penetrômetro analógico.	01
13	pHmetro digital portátil.	01
14	Aagitador magnético, 02 litros.	02
15	Aagitador mecânico de peneiras.	01

16	Câmara, germinação, fotoperíodo, 30 litros.	01
17	Deionizador básico, coluna em PVC.	01
18	Destilador de água, tipo pilsen, aço inox.	01
19	Determinador de fibra, 3000 ml, gabinete de aço.	01
20	Estufa de esterilização e secagem, 0-300° C.	01
21	Forno mufla, elétrico de laboratório.	01
22	Mesa agitadora, 25 garras para frascos.	01
23	Mesa, necropsia, aço inox, com balde.	01
24	Termômetro digital portátil.	02
25	Ar condicionado Split, 60.000 BTUS quente e frio.	01
26	Forno elétrico 45 a 50 litros, autolimpante.	01
27	Conjuntos de peneiras, granométricas, 4,5,6,7,18.	02
28	Moinho de laboratório, motor indução 1 CV.	01
29	Peneira granulométrica, aço inox.	06
30	Quarteador de homogeneização de amostras.	01
31	Trado, perfurador de solo, manual tipo rosca.	02
32	Trado, perfurador de solo, tipo holandês.	01
33	Trado operador de solo, tipo sonda.	01
34	Arquivo, aço 04 gavetas, para pasta suspensa.	01
35	Balcão laminado melamínico, com tampo em	04
36	Banqueta fixa, estrutura de aço com assento.	23
37	Mesa com gavetas.	01
40	Quadro branco.	01

➤ Galpão de máquinas e depósito de máquinas

Item	Descrição	Quantidade
1	Motobomba esguicho mangueira	1
2	Barco de alumínio com 4m comprimento e borda alta	1
3	Parafusadeira elétrica	1
4	Arado reversível de 03 discos de 26 polegadas,	1
5	Subsolador	1
6	Carreta de 02 pneus capacidade 03 toneladas	1
7	Desintegrador, picador e moedor	1
8	Enxada rotativa encanteirador	1
9	Estufa agrícola climatizada	2
10	Grade niveladora	1
11	Plataforma traseira para trator	1
12	Roçadeira costal	1
13	Tanque rede para engorda de peixes	3
14	Trator tração 4x4, motor diese	1
15	Carrinho de mão	15
16	Carro de mão de 50 a 60 kg	7
17	Pluviômetro	1
18	Moinho para cal solo e ração,	1
19	Tanque classe A em aço inox	1
20	Escada de alumínio, 05 degraus	1
21	Switch de rede gerenciável	1
22	Motoesmeril	1
23	Conjunto motobomba potência 1,0 a 2,0 cv	5

24	Fumigador	1
25	Pulverizador costal, manual de 20 litros	3
26	Roçadeira costal	1
27	Armário de aço com duas portas	6
28	Balcão duas portas	1

➤ Outros materiais e equipamentos

Item	Descrição	Quantidade
1	Amostrador para coleta físicas solo	2
2	Trado de rosca	2
3	Trado holandês	1
4	Teodolito	6
5	GPS de navegação	4
6	Estação total	2
7	Nível óptico	4
8	Hipsômetro de handlof	1
9	Mesa de irrigação hidropônica	1
10	Sensores de umidade do solo	3
11	Enfardadeira manual	1
12	Câmara de fluxo laminar	2
13	eratura e foto-período controlado - BOD	2
14	Estufa de secagem	3
15	Mufla	1
16	, bureta, becker, erlenmeyer, placa de petri, vidro de	NC
17	Fogão industrial	1
18	Centrífuga extratora de mel	1
19	Mesa de inox para aulas de anatomia	2
20	Freezer	1
21	EPI's – (Botas, jalecos, luvas e máscaras)	NC
22	Módulo de mecanização agrícola (Sistema Hidráulico)	1
23	Módulos didáticos de solo	NC
24	Módulo didático de produção animal (Setor de	1
25	Reagentes químicos	NC
26	Reguladores de crescimento vegetal	NC
27	pHmetro	3
28	Capela de exaustão	1
29	Balança digital	4
30	Kit para análise de solo em campo	10
31	Botijão de nitrogênio líquido	1
34	Pulverizador costal	3
35	Composteira	1

26 ATENDIMENTO DE ENSINO

Os professores oferecem o atendimento extraclasse para que os estudantes possam tirar dúvidas e revisar os conteúdos, além do oferecimento do trabalho de monitoria. De acordo com o Regimento Didático Pedagógico, a monitoria é a atividade relacionada ao ensino que visa proporcionar auxílio à atuação dos docentes em tarefas ligadas com o processo de aprendizagem, podendo despertar no monitor o interesse pela docência.

26.1 ATENDIMENTO DE APOIO PEDAGÓGICO

O IFC Campus Videira conta com atendimento de apoio pedagógico que inclui as demandas no aspecto psicopedagógico, social e saúde visando atender o estudante de maneira integral, levando em conta o PNAEs (Programa Nacional de Assistência Estudantil). Desse modo a condição econômica que em muitas situações inviabiliza o ingresso ou mesmo a permanência do estudante é amparada com o pagamento de valor mensal durante os meses letivos.

Além disso, questões de saúde, psíquicas e emocionais, fundamentais para o bem-estar do estudante e seu pleno desenvolvimento são atendidas de maneira a promover uma adaptação e contribuir para a conclusão com êxito do estudante inserido. O trabalho multidisciplinar, supervisionado pela Coordenação e Direção de ensino, envolve a coordenação de atendimento estudantil (CAE), orientação educacional e a equipe de AEE (atendimento educacional especializado).

Assim, os estudantes são avaliados e acolhidos na sua individualidade e limitações recebendo atendimento diferenciado a partir das necessidades específicas. Estes profissionais estão envolvidos nas diferentes atividades ligadas ao ensino, desde o ingresso até a conclusão, o que possibilita o suporte e implementação de ações junto aos alunos visando o acesso e permanência com êxito acadêmico.

26.2 NÚCLEO PEDAGÓGICO (NUPE)

Em relação ao atendimento psicopedagógico ao discente, sempre que houver necessidade, o Núcleo Pedagógico (NUPE) está a disposição. O NUPE é composto por técnicos administrativos em educação da área pedagógica para que haja apoio e suporte nas áreas de supervisão educacional, orientação pedagógica, atendimento a professores, alunos, pais/responsáveis e público externo, bem como nas mais diversas instâncias e ações de desenvolvimento educacional, didático-pedagógico e administrativo.

O acolhimento dos ingressantes no curso é realizado por meio da recepção dos estudantes no primeiro dia de aula, com atividades diversificadas, objetivando aproximar os

acadêmicos do ambiente escolar, para que esse primeiro contato com o IFC seja um momento agradável, em que ele poderá conhecer um pouco do espaço acadêmico e das oportunidades que a instituição lhe oferece. O coordenador do curso realiza a ambientação dos calouros, explica o funcionamento do curso e apresenta as dependências da escola.

Nos dias seguintes o NUPE orienta os alunos quanto às normas, direitos e deveres, e esclarece dúvidas. Ainda são explicados os programas de assistência estudantil e os tipos de auxílios aos quais os alunos podem se candidatar para receber (verificar editais divulgados pela instituição).

26.3 COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Coordenação de Assistência estudantil – CAE é um setor de suporte e acompanhamento educacional que tem como objetivo auxiliar os estudantes em seu processo de formação, proporcionando ambiente e condutas adequadas para seu desenvolvimento social e de aprendizagem.

As atribuições são coordenar, acompanhar o atendimento aos alunos e orientar aqueles que apresentam problemas que interferem no desempenho acadêmico e no cumprimento das normas institucionais. É formado por uma equipe técnica multidisciplinar composta por: psicólogo escolar, enfermeira, assistentes de alunos, técnica em assuntos educacionais e assistente social.

26.4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O atendimento educacional especializado (AEE) é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes com necessidades específicas (Resolução 083/ Consuper2014).

Assim, o AEE visa garantir o pleno acesso e a participação dos estudantes com necessidades nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às demandas específicas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário conforme estabelece o decreto Nº 5296, de 2 de dezembro de 2004.

Dentre os principais objetivos está o apoio ao desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que amenizem as dificuldades do processo de ensino e aprendizagem, além de promover condições para a continuidade dos estudos em todos os níveis, em todas as etapas e modalidades de ensino.

O Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira conta com uma estrutura de acessibilidade para alunos com necessidades específicas, tais como; rampas de acesso às salas de aulas, ao bloco administrativo e ao bloco pedagógico, banheiros adaptados para

cadeirantes, elevador e piso tátil. Além disso, conta ainda com profissionais especializados em ensino de libras.

27 ATIVIDADES DE ENSINO À DISTÂNCIA NO CURSO DE AGRONOMIA

O Curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense prevê a possibilidade de realização de atividades não presenciais e utilizará para isso, atividades na plataforma SIGAA.

Essas atividades serão monitoradas por professores capacitados que utilizarem desse recurso em suas respectivas disciplinas. As atividades realizadas à distância tornam-se primordial para incentivar a autoaprendizagem, reforçar conhecimentos básicos, e auxiliar em provas avaliadoras dos cursos de graduação.

Fica a critério do professor da disciplina prever a carga horária destinada às atividades à distância, não podendo ultrapassar 20% da carga horária da componente curricular, devendo está prevista no plano de curso.

28 ESTÁGIO CURRICULAR E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O discente, para solicitar o estágio curricular supervisionado obrigatório, deve ter concluído com sucesso todas as disciplinas obrigatórias da matriz curricular do curso. A carga horária mínima do estágio será de 360 horas, podendo ser realizado após deferimento pelo setor responsável.

O estágio será realizado com uma carga horária semanal máxima de 30 horas, não podendo ultrapassar o limite de seis horas por dia.

O estágio curricular supervisionado é obrigatório para a conclusão do curso de Agronomia conforme a Lei no 5.540/68 e decreto de Regulamentação nº 4.807/75 do Ministério de Educação e Cultura e Resolução no 48/76 e 50/76 do Conselho Federal de Educação, Parecer 1898/75 e 2911/76 que tratam dos conteúdos de Engenharia e Resolução 01/2006 da CES/CNE/ME, e demais normas do IFC, dentre elas o Regimento Geral dos Estágios e o Regulamento do Estágio do Campus e do Curso.

Os mecanismos de acompanhamento e de cumprimento são realizados pelo setor de estágios do IFC – *Campus* Videira e pelo professor orientador escolhido pelo aluno. Estes consistem sistematicamente nas seguintes etapas:

- a) O plano de estágio curricular supervisionado obrigatório, previamente aprovado pelo setor de estágios.

- b) O Relatório das Atividades técnicas desenvolvidas durante o estágio, assim como uma revisão de literatura a respeito dos procedimentos ou acontecimentos ocorridos durante o estágio. O discente, juntamente com o seu orientador deverão trocar ideias a respeito da aplicação prática de conhecimentos técnicos pela empresa cedente e pelo supervisor do estágio.
- c) O aluno terá o prazo de até seis meses, após a conclusão do estágio, para entregar o relatório final e realizar a defesa.
- d) Após revisado pelo orientador, o acadêmico poderá indicar um membro (Professor) para compor a banca avaliadora do estágio, o seu orientador escolherá um segundo avaliador para compor a banca. O supervisor do estágio poderá ser convidado para compor a banca.
- e) Cada membro da banca deverá receber o relatório prévio no mínimo duas semanas antes da apresentação do relatório.
- f) O acadêmico deverá apresentar oralmente o seu relatório à banca julgadora. O tempo de apresentação será definido posteriormente pelo setor de estágio, assim como o tempo que cada membro da banca terá para realizar perguntas e sugestões a respeito do relatório.
- g) O sistema de avaliação do estágio curricular será composto por processos avaliativos. O primeiro, realizar-se-á auto avaliação pelo discente (peso 1); o segundo, pela avaliação do supervisor (peso 2) e a terceiro, pelo orientador (peso 2) e o quarto pelo relatório de estágio avaliado pela banca de avaliadores (peso 5). Estas avaliações ocorrerão ao término do período de estágio em períodos não superiores há seis meses. Em caso de o estágio ser realizado no terceiro ano do curso, o mesmo deverá cumprir o calendário letivo
- h) A banca poderá aprovar o relatório com ou sem ressalvas, ou ainda, reprová-lo, quando julgar o mesmo não atingiu os objetivos propostos.
- i) No caso de aprovação, e/ou após as sugestões serem atendidas e modificadas, o relatório corrigido deverá ser entregue no setor de estágio no prazo estabelecido pela banca. Uma cópia digitalizada do relatório de estágio (corrigido) deverá ser entregue no setor de estágios e ficar arquivada em nome do discente e de seu orientador.

As dúvidas que surgirem serão resolvidas pelo colegiado de curso e o seu coordenador.

29 ATIVIDADE DE PERMANÊNCIA

Os estudantes curso de Agronomia tem o direito de se inscrever em programas de assistência estudantil para suprir as necessidades de transporte, alimentação e demais recursos necessários para o êxito escolar do estudante. Esta ação busca gerar condições de permanência dos estudantes, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, promovendo a permanência e a conclusão dos estudos; reduzir as taxas de retenção e evasão escolar; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O *Campus* também oferece atendimento aos alunos que se encontrarem nas situações previstas no Decreto-Lei n.º 1.044/69 e na Lei n.º 6.202/75, enquanto perdurar comprovadamente a situação de exceção.

Para combater a evasão e a repetência dos estudantes, as seguintes estratégias são propostas:

- Acompanhamento da frequência dos acadêmicos para buscar resolução do problema;
- Atendimento individual e coletivo pelo NUPE, conforme a necessidade e encaminhamentos;
- Disponibilidade de serviço de monitoria e atendimento docente extraclasse.
- Orientação e formação continuada aos docentes;
- Revisão das práticas de ensino e procedimentos de avaliação;
- Trabalhar a relação docente-aluno para melhora do diálogo; e
- Utilizar o ambiente virtual de aprendizagem para disponibilizar atividades e otimizar o processo.

30 COORDENAÇÃO DE CURSO

A coordenação é responsável por gerenciar o curso junto ao NDE, e devendo ser ocupada por um professor escolhidos por seus pares, por um período de dois anos, podendo ser reeleito por mais dois, em casos de mandatos consecutivos, como prevê a resolução 057/2015 CONSUPER.

A seguir, apresentam-se, na íntegra, as atribuições deste cargo de acordo com a Resolução Nº 057/CONSUPER – 2012:

“§1º. Todos os professores que atuam efetivamente no curso são eleitores, porém somente são elegíveis os professores do quadro permanente do câmpus e que atuam no curso. §2º. A escolha do Coordenador deverá observar as diretrizes curriculares do curso.

§3º. Na ausência ou impedimento legal, o Coordenador do Curso será substituído pelo coordenador substituto. Art. 15. Compete ao Coordenador de Curso:

I – cumprir e fazer cumprir as decisões e normas emanadas pelas instâncias superiores e demais órgãos; II – executar, junto ao NDE, as providências decorrentes das decisões tomadas; III – realizar o acompanhamento e avaliação do curso junto ao NDE; IV – orientar os acadêmicos quanto à matrícula e integralização do curso; V – analisar e emitir parecer, junto ao NDE, sobre alterações curriculares, encaminhando aos órgãos competentes; VI – propor, semestralmente, em conjunto com o Coordenador Geral de Ensino, observando o PPC e o calendário acadêmico, os horários de aula do curso, submetendo à aprovação do Colegiado do Curso; VII – analisar e emitir parecer conclusivo dos requerimentos recebidos dos acadêmicos, ouvidas as partes interessadas; VIII – acompanhar a organização disciplinar, no âmbito do curso; IX – tomar, nos casos urgentes, decisões ad referendum, encaminhando-as para deliberação no Colegiado de Curso; X – apoiar a realização de eventos acadêmicos relacionados ao curso; XI – supervisionar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC; XII – convocar e presidir reuniões do corpo docente; XIII – analisar e aprovar, em conjunto com o NDE, os Planos de Ensino; XIV – incentivar os docentes e discentes para atividades articuladoras entre ensino, pesquisa e extensão;”

31 COLEGIADO

O colegiado do curso é responsável pela análise e deliberação de assuntos inerentes ao ensino, pesquisa e extensão relacionados ao curso. Além disso, possui função técnico-consultiva e assessoramento.

São integrantes do colegiado; o coordenador do curso, que atua como presidente deste órgão, um representante do Núcleo Docente Estruturante, docentes que atuam no curso, técnicos administrativos da área pedagógica, e representantes discentes, na proporção de 1/3 do colegiado.

A seguir, apresentam-se, na íntegra, as atribuições deste órgão de acordo com a Resolução Nº 057/CONSUPER – 2012:

"Art. 6º. Competências do Colegiado de Curso: I – analisar e deliberar as matérias que dizem respeito as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso; II – deliberar sobre as decisões tomadas ad referendum pelo Coordenador de Curso; III – emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica, administrativa, disciplinar e funcional, no âmbito do curso; IV – exercer outras atribuições previstas em lei e nesta resolução.

Art. 7º. Compete ao Presidente do Colegiado: I – dar posse aos membros do Colegiado; II – convocar e presidir as reuniões; III – votar, e em caso de empate, dar o voto de qualidade; IV – designar o responsável pela secretaria do Colegiado; V – designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado; VI – submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da reunião anterior; VII – encaminhar as decisões do Colegiado ao órgão ou setor competente; VIII – apresentar a pauta, o número dos membros presentes e o término dos trabalhos; IX – conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso; X – decidir as questões de ordem; XI – submeter à discussão e, definidos os critérios, a votação das matérias em pauta e anunciar o resultado da votação; XII – comunicar as justificativas de ausências apresentadas pelos membros do colegiado; XIII – representar o Colegiado, ou indicar representante, junto aos demais órgãos do IF Catarinense.

Art. 8º. As reuniões do Colegiado de Cursos deverão contar com presença de 50% mais um de seus membros e só poderão decidir pauta após votação pela maioria simples dos presentes.

Art. 9º. Serão realizadas reuniões ordinárias do Colegiado de Curso, mensalmente, desde que haja assuntos em pauta, a partir de calendário publicado. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros”.

32 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturantes é um órgão constituído por docente do curso com a função de acompanhar e atuar no processo de consolidação e atualização do Projeto Político Pedagógico.

De acordo o Artigo 11 com a Resolução Nº 057/CONSUPER – 2012, compete a este órgão:

- I. Elaborar, implantar, supervisionar e consolidar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) do IF Catarinense;
- II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado e/ou mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V. Acompanhar todo processo didático-pedagógico, analisando os resultados do processo de ensino aprendizagem, observando o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- VI. Acompanhar, junto à Coordenação do Curso, o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IF Catarinense;
- VII. Incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;
- VIII. Definir a presidência do núcleo.

33 TRANSFERÊNCIAS

As transferências poderão ser realizadas de forma interna, ou por alunos de outras instituições, obedecendo a disponibilidade de vagas e o calendário acadêmico. As transferências serão realizadas via edital publicado pela secretaria de registros acadêmicos, com divulgação e regulamentação própria do IFC.

34 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS, AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO E REGIME ESPECIAL.

O aluno poderá solicitar aproveitamento de estudos, mediante requerimento encaminhado ao coordenador do curso e protocolado na secretaria de registros acadêmicos, conforme o Artigo 51 da RESOLUÇÃO Nº 057/CONSUPER – 2012.

O discente de matrícula regular que apresentar domínio do conteúdo em determinada componente curricular, em nível igual ou superior ao exigido, poderá solicitar validação integral da componente, obedecendo o Capítulo X da RESOLUÇÃO Nº 057/CONSUPER – 2012.

Sobre o regime especial o artigo 59 da RESOLUÇÃO Nº 057/CONSUPER – 2012 diz:

“O aluno terá direito ao Regime Especial de Exercício Domiciliar conforme previsto em regulamentação própria do IF Catarinense.”

35 CERTIFICAÇÃO E DIPLOMAS

Todos os diplomas, certificados, históricos escolares e demais documentos relacionados à vida escolar dos estudantes do IFC *Campus* Videira, serão emitidos pela coordenação de registros acadêmicos e deverão explicitar o título da formação certificada.

Terá direito ao recebimento de diploma todo estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes curriculares do curso e realizar o estágio curricular obrigatório dentro do prazo estabelecido, conforme orientações do Projeto Pedagógico de Curso e/ou departamento de estágio. Para a colação de grau e entrega do diploma deverão ser observadas as datas previstas no calendário acadêmico.

Alunos em condições especiais, desde que comprovada esta condição por profissional competente, após lograr êxito em atividades a eles designadas, podem ser certificados por resolução institucional específica. A solicitação da segunda via do diploma poderá ser realizada de acordo com o Artigo 75 da RESOLUÇÃO Nº 057/CONSUPER – 2012.

36 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior . **Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007.**

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino dos 1º e 2º graus e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Diário Oficial da União, **Portaria Normativa nº 09 de 05 de maio de 2017**. Altera a Portaria Normativa MEC no 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012, e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação, **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. Ministério da Educação, **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

BRASIL. Diário Oficial da União, **Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

BRASIL. **Decreto de Lei nº de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1044.htm> Acesso em 15 de outubro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.202/75**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional: Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Ministério da Educação. Brasil: MEC, 2000.

BRASIL. **Lei 9.394 de 23 de julho de 2004**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional LDB.

BRASIL. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 12.71, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiências nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

BRASIL. Diário Oficial da União, **Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

CONFEA. **Resolução Confea Nº 218 de 29 de junho de 1973**. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 1898/75 e 2911/76** que tratam dos conteúdos de Engenharia e Resolução 01/2006 da CES/CNE/ME.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Resolução Nº 057/CONSUPER-2012**. Dispõe sobre a reformulação das organizações didáticas dos cursos superiores.

_____. **Resolução Nº 069/CONSUPER-2014**. Dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação – CPA .

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **FAO participa de painel sobre a agricultura brasileira durante conferência internacional sobre fertilizantes, 2018**. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1098805/>. Acesso em: 08 mar 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Agronegócio movimenta R\$ 61 bilhões na economia Catarinense, 2016**. Disponível em? <https://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/agricultura-e-pesca/agronegocio-movimenta-r-61-bilhoes-na-economia-catarinense> Acesso em: 15 mar 2019.

GASQUES, J. G; BACCHI, M. R. P.; BASTOS, E. T. Nota técnica IV: Crescimento e Produtividade da Agricultura Brasileira de 1975 a 2016. **Carta de Conjuntura**, nº 38, IPEA, 2018.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio e Profissional: As Políticas do Estado Neoliberal**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, 104 p.

APÊNDICE I

Matriz Curricular

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

O curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira, atende as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, que determina uma carga horária mínima de 3600 horas para este curso.

A seguir, são apresentadas as componentes curriculares do curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira, as cargas horárias, pré-requisitos e créditos.

Matrizes Curriculares de Disciplinas Obrigatórias

FASE 1						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teórica	CH Prática	Total
AGA0701	Física	-	-	60	0	60
AGA0702	Matemática	-	-	60	0	60
AGA0703	Introdução à Agronomia	-	-	30	0	30
AGA0704	Química Geral e orgânica	-	-	60	0	60
AGA0705	Biologia Geral	-	-	45	0	45
AGA0706	Desenho Técnico	-	-	20	10	30
AGA0707	Ética e Legislação Aplicada	-	-	30	0	30
	OPTATIVA			30	0	30
TOTAL				335	10	345

FASE 2						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teórica	CH Prática	Total
AGA0708	Cálculo diferencial e integral	Matemática	-	60	0	60
AGA0709	Química analítica	Química Geral e orgânica	-	60	0	60
AGA0710	Anatomia e fisiologia Animal	Biologia Geral	-	20	15	45
AGA0711	Zoologia Agrícola	Biologia Geral	-	0	0	45
AGA0712	Gênese e Classificação do solo	Química Geral e orgânica	-	60	15	75
AGA0713	Morfologia Vegetal	Biologia Geral	-	60	0	60
AGA0714	Botânica e Sistemática	Biologia Geral	-	30	0	30
TOTAL				345	30	375

FASE 3						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teórica	CH Prática	Total
AGA0715	Estatística	Matemática	-	60	0	60
AGA0716	Bioquímica	Biologia Geral e Química Geral e orgânica	-	45	15	60
AGA0717	Agroecologia	-	-	30	0	30
AGA0718	Microbiologia Agrícola	Biologia Geral	-	0	0	60
AGA0719	Metodologia Científica	-	-	15	15	30
AGA0720	Fertilidade e adubação do solo	Gênese e Classificação do solo	-	45	15	60
	OPTATIVA					30
TOTAL				285	45	330

FASE 4						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teórica	CH Prática	Total
AGA0721	Fisiologia vegetal	-	-	75	0	75
AGA0722	Topografia	Matemática	-	40	20	60
AGA0723	Genética	Biologia geral e Matemática	-	45	0	45
AGA0724	Entomologia Geral	Zoologia Agrícola e Biologia Geral	-	40	20	60
AGA0725	Experimentação Agrícola	Estatística	-	40	5	45
AGA0726	Manejo e conservação do solo	Fertilidade e adubação do solo	-	45	15	60
TOTAL				285	60	345

FASE 5						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teórica	CH Prática	Total
AGA0727	Topografia II	Topografia I	-	30	15	45
AGA0728	Hidrologia Agrícola	-	-	45	0	45
AGA0729	Entomologia Agrícola	Entomologia Geral	-	50	10	60
AGA0730	Fitopatologia Geral	Biologia	-	60	0	60
AGA0731	Nutrição Animal	Anatomia e Fisiologia	-	55	5	60

		Animal/Bioquímica				
AGA0732	Gestão de organização no Agronegócio	-	-	48	12	60
TOTAL				288	42	330

FASE 6						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teórica	CH Prática	Total
AGA0733	Hidráulica Agrícola	Física	-	45	15	60
AGA0734	Fitopatologia Agrícola	Fitopatologia Geral	-	60	0	60
AGA0735	Manejo e utilização de pastagens	Morfologia Vegetal; Botânica Sistemática; Manejo e conservação do solo.	-	30	15	45
AGA0736	Geoprocessamento	-	-	30	15	45
AGA0737	Plantas de lavoura I	Morfologia Vegetal; Botânica Sistemática; Fisiologia Vegetal; Fitopatologia Geral; Entomologia Agrícola; Manejo e Conservação de Solo; Microbiologia Agrícola e Fertilidade e Adubação do Solo.	-	0	0	45
AGA0738	Suinocultura	Anatomia e Fisiologia Animal/ Nutrição Animal	-	35	10	45
AGA0739	Sociologia Rural	-	-	25	5	30
TOTAL				285	60	345

FASE 7						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teórica	CH Prática	Total
AGA0740	Fruticultura tropical e subtropical	Fisiologia vegetal	-	60	0	60
AGA0741	Irrigação e drenagem	Hidráulica Agrícola	-	45	15	60
AGA0742	Avicultura	Anatomia e Fisiologia Animal; Nutrição Animal.	-	40	5	45
AGA0743	Economia e mercado agrícola	-	-	40	5	45
AGA0744	Cooperativismo	-	-	26	4	30
AGA0745	Olericultura	Morfologia Vegetal; Botânica Sistemática; Fitopatologia Agrícola; Fitopatologia Geral; Hidráulica Agrícola; Entomologia Geral; Fisiologia Vegetal; Fertilidade e Adubação do solo; Microbiologia Agrícola;	-	50	25	75
AGA0746	Construções e instalações rurais	Desenho técnico/Matemática	-	35	10	45
	OPTATIVA		-			30
TOTAL				311	64	375

FASE 8						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teórica	CH Prática	Total
AGA0747	Fruticultura de clima temperado	Fisiologia vegetal	-	60	0	60
AGA0748	Bovinocultura de leite	Anatomia e Fisiologia Animal/Nutrição o Animal/Manejo e Utilização de Pastagens	-	35	10	45
AGA0749	Tecnologia de produtos de origem vegetal	Bioquímica	-	30	15	45
AGA0750	Tecnologia e produção de sementes	-	-	45	0	45
AGA0751	Empreendedorismo	-	-	30	30	60
AGA0752	Mecanização Agrícola	Física	-	45	15	60
AGA0753	Plantas de lavoura II	Morfologia Vegetal; Botânica Sistemática; Fisiologia Vegetal; Fitopatologia Geral; Entomologia Agrícola; Manejo e Conservação de Solo; Microbiologia Agrícola e Fertilidade e Adubação do Solo.	-	40	5	45
TOTAL				285	75	360

FASE 9						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teórica	CH Prática	Total
AGA0754	Bovinocultura de corte	Anatomia e Fisiologia Animal/Nutrição Animal/Manejo e Utilização de Pastagens	-	35	10	45
AGA0755	Tecnologia de produtos de origem animal	Química Geral e Orgânica; Biologia Geral.	-	30	15	45
AGA0756	Floricultura, Plantas ornamentais e paisagismo	Biologia Geral; Morfologia Vegetal; Botânica Sistemática; fertilidade e adubação de Solo; Gestão de Organização do Agronegócio; Economia e Mercado Agrícola.	-	40	5	45
AGA0757	Silvicultura	Fisiologia Vegetal/Botânica/Estatística	-	40	5	45
AGA0758	Fisiologia e manejo Pós – Colheita	Fisiologia vegetal	-	45	0	45
AGA0759	Extensão Rural	-	-	30	0	30
AGA0760	Manejo de plantas daninhas	Morfologia Vegetal; Botânica Sistemática;	-	60	0	60
AGA0761	Melhoramento vegetal	Genética	-	60	0	60
TOTAL				340	35	375

FASE 10						
Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Co-requisito	CH Teoria	CH Prática	Total
AGA0762	Estágio curricular	-	-	0	360	24
AGA0763	Trabalho de conclusão de curso	-	-	0	30	2
TOTAL					390	26

Matrizes Curriculares de Disciplinas optativas

Serão ofertadas disciplinas optativas a partir da terceira fase com o objetivo de aprimorar os conhecimentos técnicos específicos do profissional. Ao longo do curso, o acadêmico deverá escolher e cursar, no mínimo, seis créditos, perfazendo um total de 90 horas. Será de responsabilidade da Coordenação do Curso, juntamente com Núcleo Docente Estruturante do Curso, decidir sobre a periodicidade de oferta, número de vagas, além da inclusão de novas disciplinas, conforme necessidade.

Código	Disciplinas Optativas	CH	Créditos	Pré-requisitos
AGA0764	Gestão Ambiental	30	2	Biologia Geral
AGA0765	Marketing no Agronegócio	30	2	-
AGA0766	Geoestatística	30	2	Estatística
AGA0767	Melhoramento Animal	30	2	Genética
AGA0768	Biotecnologia vegetal	30	2	Biologia Geral
AGA0769	Plantas de lavoura III	30	2	Morfologia Vegetal; Botânica Sistemática; Fisiologia Vegetal; Fitopatologia Geral; Entomologia Agrícola; Manejo e Conservação de Solo; Microbiologia Agrícola e Fertilidade e Adubação do Solo.
AGA0770	Apicultura	30	2	Anatomia e fisiologia Animal
AGA0771	Equídeocultura	30	2	Anatomia e fisiologia Animal
AGA0772	Libras	30	2	-
AGA0773	Leitura e produção de textos acadêmicos	30	2	-
AGA0774	Inglês Instrumental	30	2	-

Componentes da Matriz	Carga Horária
Carga Horária das Disciplinas unificadas (obrigatórias)	2625
Carga Horária das Disciplinas do <i>Campus</i> (obrigatórias)	555
Carga Horária das Disciplinas optativas	90
Estágio Curricular	360
Trabalho de Conclusão de Curso	30
Atividades Curriculares Complementares	80
TOTAL	3740

EMENTAS - EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

PRIMEIRA FASE

FÍSICA (60h) – 4 créditos	
Ementa	Trabalho. Energia. Conservação de energia. Mecânica dos fluidos. Hidrostática e hidrodinâmica. Termodinâmica. Fundamentos de eletrodinâmica e eletromagnetismo.
Objetivo Geral	Proporcionar aos estudantes conhecimentos básicos da Física, visando à preparação dos alunos para as demais disciplinas do seu curso e para sua vida profissional. Ampliar a visão dos estudantes sobre os processos naturais, apresentando-lhes grandes leis que explicam uma série de fenômenos já conhecidos por eles, apresentados em um novo nível de percepção.
Referências Básicas	• HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos da Física, vol. 1. 8ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009. • HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos da Física, vol. 2. 8ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009. • HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos da Física, vol. 3. 8ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009. • HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos da Física, vol. 4. 8ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009.
Referências Complementares	• NUSSENZVEIG, H. M. (Herch Moyses). Curso de física básica: 1: mecânica. 4. ed. São Paulo: E. Blucher, 2002. • NUSSENZVEIG, H. M. (Herch Moyses). Curso de física básica: 2: fluidos, oscilações e ondas, ca--lor. 4.ed. rev. São Paulo: E. Blucher, 2002. • NUSSENZVEIG, H. M. (Herch Moyses). Curso defísica basica: 3: eletromagnetismo. São Paulo, SP: E. Blucher, 1997. 323 p. • NUSSENZVEIG, H. M. (Herch Moyses). Curso de física básica: 4 --ótica, relatividade, física quântica. São Paulo: E. Blücher, 1998. 437p.

MATEMÁTICA (60h) – 4 créditos	
Ementa	Operações numéricas. Regras de sinais. Frações. Razões e proporções. Regras de três simples e composta. Conjuntos numéricos. Expressões algébricas, equações, inequações e funções. Porcentagem e cálculo de juros. Trigonometria. Geometria espacial.
Objetivo Geral	Revisar noções básicas de matemática, relacionando-as com aplicações voltadas à realidade do curso de Agronomia. Promover o desenvolvimento das habilidades do raciocínio matemático, do cálculo envolvendo funções e equações. Resolver situações-problemas. Trabalhar com alguns conceitos matemáticos necessários e relevantes para dar continuidade no estudo de Cálculo Diferencial e Integral.
Referências Básicas	• BOULOS, Paulo. Pré- cálculo. São Paulo: Pearson Education, Makron Books 101 p. ISBN 9788534610414. • DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar 10: geometria espacial, posição e métrica. 6. ed. São Paulo: Atual, 2005. 440 p. ISBN 9788535705492. • FERREIRA, Rosângela Sviercoski. Matemática aplicada às ciências agrárias: análise de dados e modelos. Viçosa: Ed. UFV, 1999. 333 p. • IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, 3: trigonometria. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 311 p. ISBN 9788535716849 (broch.). • IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar, 1: conjuntos, funções. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 410 p. ISBN 9788535716801 (broch.). • IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar 6: complexos, polinômios e equações. 7. ed. São Paulo: Atual, 2005. 250 p. ISBN 9788535705485.
Referências Complementares	• ANTON, Howard; BIVENS, Irl; STEPHEN, Davis. Cálculo: volume I. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. xii; 680 p. ISBN 9788582602256 (broch.). • LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica. 3. Ed. São Paulo: HARBRA, c1994. 2 v. ISBN 8529400941 (v.1).

	• BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral: volume 1. São Paulo: Pearson Education, 2014. Makron Books, 380 p. ISBN 9788534610414. • HUGHES-HALLETT, Deborah et al. Cálculo e aplicações. São Paulo: E. Blücher, c1999. XII, 329 p. ISBN 9788521201786.

INTRODUÇÃO À AGROMOMIA (30 h) - 2 créditos	
Ementa	O curso de agronomia no Instituto Federal Catarinense. História da agricultura e da agronomia. Produção agropecuária, desenvolvimento e meio ambiente. O Engenheiro Agrônomo e a legislação profissional. Ética, perfil e atuação profissional. Órgãos de representação profissional da categoria.
Objetivo	Situar os alunos sobre as atividades e atribuições inerentes à profissão do Engenheiro Agrônomo.
Referências Básicas	• SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. Coletânea de legislação de recursos hídricos do Estado de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: DIOESC, 2013. 445 p. • BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. 11. ed. ampl. e rev. Petrópolis : Vozes, 2009. 159 p. ISBN 9788532618191(broch.). • NALINI, José Renato. Ética ambiental. 3. ed., rev., ampl. Campinas: Millennium, 2010. xlvii, 422 p. ISBN 9788576252085.
Referências Complementares	• BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e. Introdução ao direito ambiental brasileiro. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. • CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. (Orgs.). Direito constitucional ambiental brasileiro. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. • DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. São Paulo: Max Limonad, 1997. • FERREIRA, Helene Sivini. Política Ambiental Constitucional. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho; LEITE, José Rubens Morato. (Orgs.). Direito constitucional ambiental brasileiro. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. • LEITE, José Rubens Morato. (Coord.). Manual de Direito Ambi-

	ental. São Paulo: Saraiva, 2015. • LOUBET, Luciano Furtado. Licenciamento ambiental: a obrigatoriedade da adoção das melhores técnicas disponíveis (MTD). Belo Horizonte: Del Rey, 2014. • SOARES, Guido Fernando silva. A proteção internacional do meio ambiente. Barueri, SP: Manole, 2003.

QUÍMICA GERAL E ORGÂNICA (60h) – 4 créditos	
Ementa	Segurança, equipamentos e operações gerais de laboratório. Estrutura da matéria. Teoria atômica dos elementos e suas propriedades. Ligações químicas. Estequiometria. Funções orgânicas e inorgânicas. Isomeria.
Objetivo Geral	A disciplina tem como objetivo elucidar os conceitos, princípios e leis fundamentais referentes à estrutura da matéria, a sua periodicidade e a aspectos estequiométricos nos fenômenos químicos. Oportunizar o aprendizado das funções orgânicas, suas estruturas, propriedades e reações das quais participam, relacionando o conteúdo a compostos de interesse agrônomo
Referências Básicas	• RUSSEL, J.B; Química geral. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2014. v. 1 • RUSSEL, J.B; Química geral. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2014. v. 2 • ATKINS, P.W; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. Ed. Porto Alegre: Bookmann, 2012. • SOLOMONS, T.W.G; FRYHLE, C.B. Química orgânica. 12 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011.v.1 • SOLOMONS, T.W.G; FRYHLE, C.B. Química orgânica. 9 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011.v.2 • RANGEL, R. N. Práticas de físico-química. 3 ed. ver. e ampl. São Paulo: Edgar Blucher, 2006.
Referências Complementares	• ATKINS, P. W.; DE PAULA, J. Físico-química: volume 2. 9 ed. Rio de Janeiro: livros Técnicos e Científicos, 2012. 459p. • LEVINE, I. N. Físico-química. 6 ed. Rio de janeiro: LTC, 2012

	2v. I. • DAVIDSON, E. R. Modern electronic Structure theory and applications in organic chemistry. Singapura: Word Scientific. 1997. • SANTOS, N. Problemas de físico-química: IME-ITA-Olimpíadas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. • SLABAUGH, W. H., PARSONS, T. D. Química Geral – Segunda Edição. Livros Técnicos e Científicos, 1982, s. Paulo.

BIOLOGIA GERAL (45h) – 3créditos	
Ementa	Noções sobre origem da vida e evolução. Classificação dos seres vivos. A teoria celular: as células e as funções celulares. Ácidos nucleicos e código genético. Fotossíntese, quimiossíntese, respiração e fermentação
Objetivo Geral	Propiciar visão geral de processos e funções biológicas que são a base da vida. Fornecer as bases da organização celular, partindo das células simples até as eucariontes. Proporcionar a compreensão e a integração dos diferentes níveis de organização do mundo vivo, inter-relacionando causa e efeito nos processos naturais e biológicos.
Referências Básicas	• ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. Fundamentos da Biologia Celular. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed. 2011. • JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 8a ed. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2005. • NELSON, D. L.; COX, M. M.; LEHNINGER, A. L. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. xxx, 1273 p. • RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia vegetal. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. xxii, 831 p.
Referências Complementares	• AZEVEDO, C. Biologia Celular e Molecular, Lidel - Edições Técnicas, Lisboa, 1999. • KARP, G. Cell and Molecular Biology: Concepts and Experiments, 4th Ed. John Wiley & Sons, Inc, New York, 2004.

	• LODISH, H.; BERK, A.; ZIPURSKY, S. L.; MATSUDAIRA, P.; BALTIMORE, D., & DARNELL, J. Biologia Celular e Molecular. 5a ed. Ed. Artmed. 2005. • PURVES, W. K.; ORIAN, H.; HELLER, C.; SADAVA, D. Life, the science of biology. 7th ed. Sinauer Associates, inc, W. H. Freeman and Company. USA. 2004. • TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia vegetal. Porto Alegre: Artmed, 3ed. 2004. • RICHAU, J. Biologia: moléculas, células e processos. Universidade Lusófona, Lisboa. 2012. • ROBERTIS, E.; HIB, J. Bases da Biologia Celular e Molecular, 3ª ed. Guanabara Koogan SA. 2001.

DESENHO TÉCNICO (30h) -2 créditos	
Ementa	Dobras, margens e legendas; Normas aplicadas ao desenho técnico; Projeções Ortogonais; Cotagem; Regras de cotagem; Símbolos e convenções; Escalas; Hachuras; Linhas de corte; Cortes; Seções; Perspectivas; Software CAD; Comandos de desenho, edição, cotamento e visualização; Sistemas de coordenadas; Teclas e funções; Ambiente de trabalho; Detalhamento de desenho; Arquivamento de dados e plotagem.
Objetivo Geral	Desenvolver o uso das técnicas básicas para a aprendizagem do desenho técnico aplicado à área de ciências rurais, de acordo com as normas técnicas vigentes.
Referências Básicas	• BALDAM, R.; COSTA, L. Autocad 2011: utilizando totalmente. São Paulo: Érica, 2010. • SILVA, A. et al. Desenho técnico moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. • SILVEIRA, S. J. Aprendendo AutoCad 2011: simples e rápido. Florianópolis: Visual Books, 2011. • SPECK, J. H.; PEIXOTO, V. V. Manual básico de desenho técnico. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
Referências Complementares	• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10068: Folha de desenho - Layout e dimensões. 1987. Disponível em: <http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 22 set. 2017.

	• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10582: Apresentação da folha para desenho. 1988. Disponível em:<http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 22 set. 2017. • ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13142: Desenho técnico - dobramento de papel. 1999. Disponível em:<http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 22 set. 2017. • ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8196: Emprego de escalas em desenho técnico. 1999. Disponível em:<http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 22 set. 2017. • KATORI, R. AutoCAD 2011: modelando em 3D e recursos adicionais. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. KATORI, R. AutoCAD 2014: projetos em 2D. São Paulo: Senac São Paulo, 2014.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO APLICADA (30h) -2 créditos	
Ementa	Conceitos básicos de Direito Ambiental. Princípios que norteiam o Direito Ambiental. Função social da propriedade rural. Discriminação de Terras devolutas. Acordos e Tratados Internacionais de Interesse da Legislação Agrária. Da Reforma Agrária.. A Política Nacional de Recursos Hídricos. Reparação de danos ambientais. Previdência e Trabalhador Rural. Direitos humanos conexos ao Direito Ambiental. Ética profissional.
Objetivo Geral	Estudar os conceitos básicos que norteiam o Direito Ambiental no Brasil. Reconhecer os princípios basilares do Direito Ambiental e sua influência na tomada de decisões políticas. Compreender a função social da propriedade rural e as principais leis, nacionais e internacionais, aplicadas a ela. Ter uma visão geral dos Direitos Humanos na áreas ambiental.
Referências Básicas	• SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. Coletânea de legislação de recursos hídricos do Estado de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: DIOESC, 2013. 445 p.

	• BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. 11. ed. ampl. e rev. Petrópolis : Vozes, 2009. 159 p. ISBN 9788532618191(broch.). • NALINI, José Renato. Ética ambiental. 3. ed., rev., ampl. Campinas: Millennium, 2010. xlvii, 422 p. ISBN 9788576252085.
Referências Complementares	• BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e. Introdução ao direito ambiental brasileiro. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. • CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. (Orgs.). Direito constitucional ambiental brasileiro. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. • DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. São Paulo: Max Limonad, 1997. • FERREIRA, Helene Sivini. Política Ambiental Constitucional. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho; LEITE, José Rubens Morato. (Orgs.). Direito constitucional ambiental brasileiro. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. • LEITE, José Rubens Morato. (Coord.). Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2015. • LOUBET, Luciano Furtado. Licenciamento ambiental: a obrigatoriedade da adoção das melhores técnicas disponíveis (MTD). Belo Horizonte: Del Rey, 2014. • SOARES, Guido Fernando Silva. A proteção internacional do meio ambiente. Barueri, SP: Manole, 2003.

SEGUNDA FASE

CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL (60h) – 4 créditos	
Ementa	Funções de variáveis reais. Limites e continuidade. Derivadas e aplicações. Integral indefinida, definida e aplicações.
Objetivo Geral	Visa proporcionar uma sólida formação básica, aliada às necessidades das disciplinas atuais e posteriores do curso de Agronomia. Capacitar o estudante para a compreensão das noções e técnicas do Cálculo de Limites e Derivadas envolvendo Funções de uma variável, desenvolver habilidades matemáticas que propiciam o entendimento de relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento.
Referências Básicas	• FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 448 p. ISBN

	9788576051152. • HUGHES-HALLET, Deborah; MARKS, Elliot J (Coord). Cálculo de uma variável. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c2004. XII. 509 p. ISBN 8521613903 (broch.). • IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos.; MACHADO Nilson José. Fundamentos de matemática elementar 8: limites, derivadas, noções de integral .6a Ed. São Paulo, SP: Atual, 2005. 263p. ISBN 9788535705478. • STEWART, James. Cálculo. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 2v. ISBN 9788522106608 (v.1).
Referências Complementares	• GUIDORIZZI, Hamilton L. Um curso de cálculo. 5a Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 4v. ISBN 9788521612599 (v.1). • GUIDORIZZI, Hamilton L. Um curso de cálculo. 5a Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 4v. ISBN 9788521612803 (v.2). • ANTON, Howard; BIVENS, Irl; STEPHEN, Davis. Cálculo. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 680 p. 2v. ISBN 9788560031634 (v.1). • LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo: HARBRA, c1994. 2 v. ISBN 8529400941 (v.1).

ANATOMIA E FISIOLOGIA ANIMAL (45h) – 3 créditos	
Ementa	Introdução ao estudo das espécies zootécnicas. Princípios anatômicos, fisiológicos e metabólicos gerais dos animais domésticos.
Objetivo Geral	Fornecer subsídios sobre conhecimentos de química analítica e laboratorial de maneira que possam ser utilizados como base para atuação do profissional de agronomia.
Referências Básicas	• P. ATKINS, L. JONES, “Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente”, 5ª Ed., Porto Alegre: Bookman, 2011. • 2. VOGEL, Análise Química Quantitativa, 6ª Edição, LTC Editora, Rio de Janeiro-RJ, 2002. • 3.

	HARRIS, DANIEL C., Análise Química Quantitativa, 6ª Edição, • LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro-RJ, 2005.
Referências Complementares	• RUSSEL, J. B. Química Geral v.1, 2ed. Makron Books (Grupo Pearson), 2008 • POSTMA, James M.; ROBERTS JR., Julian L.; HOLLENBERG, J. Leland. Química no laboratório. 5. ed. São Paulo: Manole, 2009. 546p. • RANGEL, Renato N. Práticas de físico-química. 3 ed. rev. E ampl. São Paulo: Edgar Blücher, 2006. XVII, 316 p. • RUBINGER, Mayura Marques Magalhães; BRAATHEN, Per Christian. Ação e reação: ideias para aulas especiais de química. Belo Horizonte: RHJ, 2012. 292 p. 5. • GREENBERG, Arthur. Uma breve história da química: da alquimia às ciências moleculares modernas. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 2009. XVIII, 377 p.

ZOOLOGIA AGRÍCOLA (45h) – 3 créditos	
Ementa	Introdução à zoologia. Principais filos de interesse agrícola: Protozoa, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Chordata - Subfilo Vertebrata. Doenças parasitárias animais e vegetais.
Objetivo Geral	Propiciar os fundamentos para o conhecimento da morfologia, fisiologia, biologia, ecologia, evolução e taxonomia dos grupos zoológicos de interesse agrícola.
Referências	• GARCIA, F.R.M. Zoologia Agrícola: manejo ecológico de

Básicas	pragas. 3. Ed. Porto Alegre: Rígel, 2008. 256 p. • HICKMAN, C.P. ET AL. Princípios integrados de zoologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 846 p. • MORAES, G. J. de; FLECHTMANN, C.H.W. Manual de acarologia: acarologia básica e ácaros de plantas cultivadas no Brasil. Ribeirão Preto: Holos. 288 p. • ORR, R. T. 1986. Biologia de vertebrados. Ed. ROCA, São Paulo, 580 p. • WEISCHER, B.; BROWN, D. J. F. Conhecendo os nematóides: nematologia geral. Sofia: Pensoft, 2000. 209 p.
Referências Complementares	• CHAMAS, C.L.M. Histologia Embriologia Zoologia. 2 ed. São Paulo, Livraria Nobel, 1976, 155 p. • COSTA-RIBEIRO, C.S.; DA ROCHA, R. M. Invertebrados: manual de aulas práticas. 2. Ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 226 p. • DELLA LUCIA, T.M.C.; JÚNIOR, R.R.; DE OLIVEIRA, M.C.. Zoologia dos Invertebrados II – Mollusca a Echinodermata (manual de laboratório). 1. Ed. Viçosa: UFV, 2004. 193 p. • HARDON, E.; WEHN, R. Zoologia Geral. F.C. GULBERKIAN, ED. Lisboa, 3 ed., 1978. • NEVES, D.P. ET AL. 2005. Parasitologia humana. 11. Ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 428 p. • SOLENSSEN, B. Acidentes por animais peçonhentos: reconhecimento, clínica e tratamento. São Paulo: Atheneu, 1996. 138 p. • URGUHART, G. M. et al. Parasitologia veterinária. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 273 p. • STOKER, T. I.; USINGER, R.L. Zoologia Geral. 5.ed. Tradução de FROCHLICH, c. g., CORREA, D.D. e SCHLENZ, E. São Paulo: interamericana, 1965. 759 p.

ANATOMIA E FISIOLOGIA ANIMAL (45h) – 3 créditos	
Ementa	Introdução ao estudo das espécies zootécnicas. Princípios anatômicos, fisiológicos e metabólicos gerais dos animais domésticos.
Objetivo Geral	Conhecer e compreender a anatomia e a fisiologia dos animais domésticos de produção. Diferenciar os sistemas que compreende o corpo dos animais domésticos. Conhecer as especificidades anatômicas, fisiológicas

	e metabólicas do aparelho locomotor, nervoso, cardiovascular, respiratório, digestório, reprodutor masculino e feminino e órgãos endócrinos dos animais domésticos.
Referências Básicas	• GOUGH, Alex. Diagnóstico diferencial na medicina veterinária de pequenos animais. São Paulo: ROCA, 2009. XXIII, 447 p. • KOSLOSKI, Gilberto Vilmar. Bioquímica dos ruminantes. 3ª edição. Santa Maria: Ed. UFSM, 2016. 212p. • REECE, William O. Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2008. xi, 468 p.
Referências Complementares	• BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. Reprodução em bovinos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2006. 232 p. • CUNNINGHAM, James G; KLEIN, Bradley G. Tratado de fisiologia veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. xvi, 710 p. • NELSON, David L.; COX, Michael M.; LEHNINGER, Alberto L. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. xxx, 1273 p. • RADOSTITS, O. M. et al. Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002. xxix, 1737

GÊNESE E CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS (75 h) – 5 créditos

Ementa	Histórico, evolução e importância da ciência do solo. Processos de formação do solo. Material de origem e sua relação com a produtividade agrícola dos solos. Caracterização e identificação de classes

	de solos. Pedogênese e sua relação com o relevo e o ambiente. Atributos químicos e físicos do solo.
Objetivo	Compreender o processo de formações do solo, suas classes e suas aptidões agrícolas.
Referências Básicas	• BARBOSA, C. A. Manual de Análise Química de Solo e Fertilizantes. VIÇOSA: Agro Juris. 2009. • KIEHL, E. J. Manual de Edafologia – Relações solo-planta. PIRACICABA-SP: Livroceres, 1979. • TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 2007.
Referências Complementares	• MONIZ, A. C, Elementos de Pedologia. Ed. USP, 1972. 459 p. • OLIVEIRA, J.B. Pedologia aplicada. Jaboticabal: Funep, 2001. 414p. • PRADO, H. Do. Solos do Brasil: gênese, morfologia, classificação, levantamento, manejo agrícola e geotécnico. 3.ed. Piracicaba: H. do Prado, 2003. 275p. • EMBRAPA,. Manual de métodos de análise do solo. Embrapa Solos. Rio de Janeiro.1997, 212 p.

Ementa	Morfologia de órgãos vegetativos e reprodutivos de pteridófitas, gimnospermas e angiospermas. Histologia e anatomia vegetal.
Objetivo Geral	Propiciar aos alunos o estudo teórico-prático dos caracteres anatômicos e organográficos dos órgãos vegetativos e reprodutivos das plantas superiores
Referências Básicas	• CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. PERES. Manual de Fisiologia Vegetal –Teoria e Prática. Livroceres. 2005. 650p. • FERRI, Mário Guimarães (Coord.). Fisiologia vegetal. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: E.P.U., c1979. • CUTTER, Elizabeth Graham. Anatomia vegetal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v. ISBN 8572410112 • ESAU, Katherine. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: E. Blucher, Ed. da USP, 1974. 293 p. • GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda. 448p. • SOUZA, V. C. & LORENZI, H. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. 704p
Referências Complementares	• DAMIÃO FILHO, C. F.; MÔRO, F. V. Morfologia vegetal. 2ª Ed. Jaboticabal:FUNEP/UNESP. 2005. • FERRI, M.G. 1999. Botânica: morfologia interna das plantas (anatomia). Nobel 9ª ed. • MARENCO, R. A.; LOPES, N. F. Fisiologia Vegetal. Viçosa: UFV, 2005. 451p. • SOUZA, V.C.; FLORES T.B.; LORENZI, H. Introdução à botânica: morfologia. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2013. 223p

BOTÂNICA SISTEMÁTICA (30 h) – 2 créditos	
Ementa	Sistemática das gimnospermas e angiospermas. Sistemas de classificação. Nomenclatura botânica. Coleções botânicas. Uso e elaboração de chaves analíticas. Caracterização de famílias e espécies vegetais de interesse agrônomo.
Objetivo Geral	Proporcionar aos alunos os elementos necessários para que sejam capazes de reconhecer e comparar as estruturas externas e internas dos órgãos vegetais e relacioná-las com as suas funções.
Referências Básicas	• CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. PERES. Manual de Fisiologia Vegetal –Teoria e Prática. Livroceres. 2005. 650p. • FERRI, Mário Guimarães (Coord.). Fisiologia vegetal. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: E.P.U., c1979. • CUTTER, Elizabeth Graham. Anatomia vegetal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v. ISBN 8572410112 • ESAU, Katherine. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: E. Blucher, Ed. da USP, 1974. 293 p. • GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda. 448p. • SOUZA, V. C. & LORENZI, H. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. 704p
Referências Complementares	• FREITAS, Denise de et al. Uma abordagem interdisciplinar da botânica no ensino médio. São Paulo: Moderna, 2012. 160 p. (Cotidiano escolar Ação docente). ISBN 9788516082451. • LORENZI, Harri. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil: volume 2. 3. ed. Nova Odessa, SP: Plantarum, 2009. 384 p. ISBN 8586714320.

TERCEIRA FASE

ESTATÍSTICA (60h) – 4 créditos	
Ementa	Conceitos básicos, natureza e métodos em estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuição de frequências. Medidas de tendência central, dispersão e variabilidade. Medidas de assimetria e curtose. Probabilidade e inferência.
Objetivo Geral	Organizar, descrever e analisar dados estatísticos e fazer inferências sobre populações com base em amostra delas extraídas.
Referências Básicas	• CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009. 218 p. ISBN 9788502081062 • LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. xiv, 637 p. ISBN 9788576053729. • FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996. 320 p. ISBN 9788522414710
Referências Complementares	• MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. 540 p. ISBN 978-85-02-08177-2 (broch • TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística. 10. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c2008. xviii, 696p. ISBN 97885216158 • BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2011. 315 p. (Didática) ISBN 9788532803962. • SMAILES, Joanne; MCGRANE, Angela. Estatística aplicada à administração com Excel. São Paulo; Atlas, 2002. 321p. ISBN 9788522430505. • MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C; HUBELE, Norma Faris. Estatística aplicada à engenharia. 2. ed. São Paulo, SP: Livros Técnicos e Científicos, c2004. 335 p. ISBN 8521613989.

BIOQUÍMICA (60H) – 4 Créditos	
Ementa	Introdução à bioquímica. Estrutura e catálise: água, equilíbrio ácido-base e tampões. Aminoácidos e proteínas. Enzimas, coenzimas e vitaminas. Cinética enzimática. Bioenergética. Metabolismo de carboidratos, Lipídios e aminoácidos. Fosforilação oxidativa.
Objetivo Geral	Compreender e explicar as funções das substâncias orgânicas nos organismos vivos, suas estruturas, propriedades e participação nos fenômenos bioquímicos básicos, nas interações metabólicas e nos processos bioquímicos de interesse aplicados a agronomia.
Referências Básicas	• NELSON, D.L. & COX, M.M. LEHNINGER. Princípios de Bioquímica; 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. • CAMPBELL, M.K.; FARREL, S.O. Bioquímica – bioquímica básica, 1ª ed., Thomson, 263p. 2006. • BERG, J.M; TYMOCZKO, J; STRYER, L. Bioquímica. 7. ed. Riode Janeiro : Guanabara Koogan, 2014.
Referências Complementares	• DEY, P. M.; HARBONE, J. B. (eds). Methods in plant biochemistry. London, Academic Press, v.1-9, 1993. • HARBONE, J.B. Phytochemical Methods: a guide to modern techniques of plant analysis. 2º ed. London, Chapman & Hall, 288p. 1991. • CHAMBEL, P.C.; HARVEY, R.A.; Ferrier, D.R. Bioquímica ilustrada, 3ª ed., Editora Artmed, 447p. 2007. • HIRANO, Z.M.B. Bioquímica - manual prático. Edifurg, Blumenau, 2008..

AGROECOLOGIA (60h) – 4créditos	
Ementa	Princípios e processos agroecológicos. Sistemas alternativos de produção. Policultivos. Teoria da trofobiose. Manejo ecológico do solos, de pragas, doenças e plantas ruderais. Caldas e biofertilizantes. Compostagem. Transição agroecológica. Certificação. Educação ambiental.
Objetivo Geral	Fornecer conhecimentos sobre a ciência da agroecologia na conservação e utilização dos recursos naturais, visando a manutenção ou aumento da produtividade. Mitigar a degradação ambiental através da diminuição da dependência de insumos externos.
Referências Básicas	• ALTIERI, M. (2002) Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Agropecuária, Guaíba/RS. 592p. • AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília – DF, Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517p. • GLIESSMAN, S.R. (2009) Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4a ed. UFRGS, Porto Alegre, RS. 654 pp. • KHATOUNIAN, C.A. (2001) A reconstrução ecológica da agricultura. Agroecológica, Botucatu, SP. 348 p. • ODUM, E. P. 1913. Ecologia. (Supervisor da tradução Ricardo Iglesias Rios; tradução et al . Biologia Vegetal Christopher J. Tribe). - (reimpr.). - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 434 p. • PRIMAVESI, A. O manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais. São Paulo, Nobel, 2002. 541p.
Referências Complementares	• ALTIERE, M.; SILVA, E. N.; NICHOLLS, C. I. O papel da biodiversidade no manejo de pragas. Ribeirão Preto: Holos, 2003. • BURG, I. C.; MAYER, P. H. Alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças. Francisco Beltrão: Grafitec, 1999. 153p. • BOHLEN, P.J. & HOUSE, G.J. (2009) Sustainable agroecosystem management: integrating ecology, economics, and society. Taylor & Francis, Boca Raton. • CHABOUSSOU, Francis. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose. / Francis Chaboussou; tradução de Maria José Guazzelli. – Porto Alegre: L&PM, 1987. 256p. il.

	• DAROLT, M. R. Agricultura Orgânica: inventando o futuro. Londrina:IAPAR, 2002. 250p. • EPAMIG. Agricultura Alternativa. Informe Agropecuário, Belo horizonte, v. 22, n. 212, 2001. • THEO COLBORN, D. D.; MYERS, J. P. O futuro roubado. Tradução de Cláudia Buchweitz. I&PM. 1997. 353 p. • PINHEIRO, S.; BARRETO, S. B. “MB-4”: agricultura sustentável, trofobiose e biofertilizantes. Fundação Junqueira Candiru/MIBASA, 1996. 273 p. • PINHEIRO, S.; NASR, N. Y.; LUZ, D. A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil. Porto Alegre: Edições dos Autores, 1993. 355 p. • KIEL, E. J. Fertilizantes orgânicos. São Paulo, Agronômica Ceres, 1985. 492p. • SOUZA, J. L. de. Agricultura orgânica: tecnologias para a produção de alimentos saudáveis. Vitória: Incaper, 2005. V.2. 257p. • SOUZA, J. L. de; RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2006. 823p. • THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA (60h) – 4 créditos	
Ementa	Histórico e importância da microbiologia. Caracterização geral de bactérias, fungos e vírus. Reprodução e nutrição microbiana. Técnicas de isolamento, observação, cultivo e manutenção de microrganismos. Estudo de microrganismos do solo e em processos industriais e ambientais.
Objetivo Geral	Aperfeiçoar os conhecimentos sobre as características morfológicas dos microrganismos e sua aplicação na agropecuária, agroindústria, meio ambiente e patologia vegetal. Observar de forma teórica e prática as principais relações no ecossistema solo/planta/microrganismos, enfatizando as associações simbióticas e assimbióticas entre microrganismos e vegetais.
Referências Básicas	• CARDOSO, E.J.B.N. et al. Microbiologia do solo. Campinas, Soc. Bras. De Ciência do Solo, 1992. • MADIGAN, M.T.; MARINKO, J.M.; PARKER, J. Microbiologia de Brock. 10. ed., Prentice Hall, São Paulo, 2004. 983 p. • PELCZAR, M.; REID,R.; KRIEG, N.R.. Microbiologia. Conceitos e aplicações. São Paulo, Makron Books, v. 1 e 2, 1996. • SIQUEIRA, J. O. Biotecnologia do Solo. Fundamentos e perspectivas. Brasília, MEC, 1988.
Referências Complementares	• HUDSON, H.J. Fungal biology. Edward Arnold Ed. 1986. • PRESCOTT, L.M. et al. Microbiology (3a Edition). London:WCB, 1996. 935 p. • SCHWAN-ESTRADA, K.R.F. Manual de Aulas Práticas de Microbiologia Agrícola. UEM, 2010. 73 p. • SILVA FILHO, G. N.; OLIVEIRA, V.L. Microbiologia – Manual de aulas práticas. 2. Ed. rev. - Florianópolis, Editora da UFSC. 2007. 157 p. • SLONCZEWSKI, J.L.; FOSTER, J.W. Microbiology: na evolving Science. New York: W.W.Norton, 2008. 1096 p.

METODOLOGIA CIENTÍFICA (30 h) – 2 créditos	
Ementa	O papel da ciência na sociedade. Tipos de conhecimentos. Métodos e técnicas de pesquisa. Aplicações de editores de texto, planilhas eletrônicas, gráficos e softwares de apresentação para trabalhos e relatórios acadêmicos. Projeto de pesquisa experimental e não experimental. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Normas ABNT. Direitos autorais.
Objetivo	Iniciar o graduando no processo de Investigação Científica, preparando-o para elaborar textos acadêmicos, além de melhor instrumentá-lo para a realização de pesquisas. Compreender a importância da disciplina na vida acadêmica e profissional.
Referências Básicas	• APPOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2007. 300 p. • GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. • SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.
Referências Complementares	• ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011. 80 p. • CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007. 162 p. • LUCKMANN, Luiz Carlos; ROVER, Ardinete; VARGAS, Marisa. Diretrizes para elaboração de trabalhos científicos: apresentação, elaboração de citações e referências de trabalhos científicos. 4. ed. Joaçaba: Unoesc, 2010. 104 p. • MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. • PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012. 127 p.

FERTILIDADE E ADUBAÇÃO DO SOLO (60 h) – 4 créditos	
Ementa	Conceitos em fertilidade do solo. Acidez do solo. Fertilidade natural, potencial e atual e sua posição no contexto sócio-econômico no estado e no país; critérios de essencialidade; função do elementos essenciais na planta; leis da fertilidade; Amostragem de solo para análise de fertilidade; acidez do solo e sua correção; salinidade do solo e sua correção; Matéria orgânica do solo; macronutrientes,; micronutrientes. avaliação da Fertilidade do Solo; recomendação de adubação.
Objetivo	Analisar, compreender, diagnosticar e recomendar práticas necessárias para a melhoria e ou manutenção da qualidade química do solo.
Referências Básicas	• BARBOSA, C. A. Manual de Análise Química de Solo e Fertilizantes. VIÇOSA: Agro Juris. 2009. • KIEHL, E. J. Manual de Edafologia – Relações solo-planta. PIRACICABA-SP: Livroceres, 1979. • TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 2007.
Referências Complementares	• LEPSCH, I.F. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Campinas, 175p. 1983. • MAZUCHOWSKI, J.Z. & DERPSCH, R. Guia de preparo do solo para culturas anuais mecanizadas. ACARPA. Curitiba, 68p. 1984. • MONTOYA, L.J. Aspectos da economicidade do manejo do solo em plantio direto. IAPAR, Londrina, 19p. 1984. (Informe de pesquisa, 57).

	• MUZILLI, O. et alii. Adubação verde. IN: IAPAR Manual agropecuário para o Paraná. Cap. 3, p.77-97, 1980. • ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. Proteger y producir - conservacion del suelo para el desarrollo. FAO, Roma, 40p. 1984. • UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. 1º Simpósio de manejo do solo e plantio direto no sul do Brasil e IIIº Simpósio de Conservação do Solo do Planalto. Anais. Passo Fundo, 226p. • UFSM. SUDESUL-SA. Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina

QUARTA FASE

FISIOLOGIA VEGETAL (75h) – 5 créditos	
Ementa	Relações hídricas. Transporte e translocação de água e solutos. Nutrição mineral. Fotossíntese e respiração. Hormônios e reguladores vegetais. Movimentos em plantas. Fisiologia do crescimento e desenvolvimento das plantas. Fisiologia do estresse.
Objetivo Geral	Utilizar os conceitos nos quais esta disciplina se baseia a fim de permitir ao aluno estabelecer as relações entre o metabolismo vegetal, respostas das plantas, produção das culturas e o meio ambiente.
Referências Básicas	• CASTRO, Paulo R. C.; KLUGE, Ricardo Alfredo (Coord.). Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126 p. ISBN 8521310781 • CASTRO, Paulo R. C.; KLUGE, Ricardo Alfredo; PERES, Lázaro E. P. Manual de fisiologia vegetal: teoria e prática. Piracicaba, SP: Agronômica Ceres, 2005. 640p. ISBN 8531800447 • CHITARRA, Maria Isabel Fernandes; CHITARRA, dimilson Bosco. Pós-colheita de frutos e hortaliças: fisiologia e manuseio. Lavras: ESAL, 1990. 293 p. • FERRI, Mário Guimarães (Coord.). Fisiologia vegetal. São Paulo: EPU: Ed. da Univ. de São Paulo, 1979. 2 v. • FERRI, Mário Guimarães (Coord.). Fisiologia vegetal. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: E.P.U., c1979. • TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo. Fisiologia vegetal. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. xxviii, 819 p. ISBN

	9788536316147 • WINTER, Eric James. A água, o solo e a planta. São Paulo: E.P.U., 1976. 169 p.
Referências Complementares	• CUTTER, Elizabeth Graham. Anatomia vegetal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v. ISBN 8572410112 • ESAU, Katherine. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: E. Blucher, Ed. da USP, 1974. 293 p. • GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda. 448p. • MARENCO, R. A.; LOPES, N. F. Fisiologia Vegetal. Viçosa: UFV, 2005. 451p. • SOUZA, V. C. & LORENZI, H. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. 704p

TOPOGRAFIA (60 h) – 4 créditos	
Ementa	Conceitos e divisão da topografia. Conceitos de escala, grandezas lineares, angulares e de superfície. Noções de erros. Instrumentos topográficos. Métodos de leituras de ângulos e distâncias. Métodos de levantamento planimétrico. Cálculo de poligonais. Cálculo de área. Desenho de plantas. Memorial descritivo. Métodos de divisão e demarcação de áreas. Locação de obras para fins agrícolas. Noções de posicionamento por GNSS.
Objetivo Geral	Conhecer e utilizar as técnicas necessárias para planejar, orientar e executar o levantamento topográfico planimétrico, dentro das normas vigentes.
Referências Básicas	• CORREIA, M. Santos. O manual do topógrafo: tabelas taqueométricas e traçado de curvas. Porto: Lopes da Silva, 1981. • ESPARTEL, Lelis. Curso de topografia. Porto Alegre: Globo, 1965. 655p. • VEIGA, L. A. K.; ZANETTI, M. A. Z; FAGGION, P. L. Fundamentos de Topografia. Apostila didática, 2007.
Referências Complementares	• BORGES, Alberto de Campos. Exercícios de topografia. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: E. Blucher, c1975. 192 p. • CASACA, João Martins; MATOS, João Luís de; DIAS, José Miguel Baio. Topografia geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2007. 208 p. • FRENCH, Thomas E.; VIERCK, Charles J. Desenho

	Técnico – Engenharia – Gráficos. • GOMES, Edaldo; SILVA JUNIOR, Lucílio Barbosa da. Medindo imóveis rurais com GPS. Brasília: LK, 2001. 136 p. • MANUAL do técnico florestal: apostilas do Colégio Florestal de Irati. Campo Largo: Colegio Florestal de Irati, 1986. 4v. • MCCORMAC, Jack C. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. 391 p.

GENÉTICA (60 h) – 4 créditos	
Ementa	Bases de biologia molecular e informação genética, penetrância e expressividade; mutação, alterações cromossômicas em animais e vegetais; herança mendeliana, polialelia, pleiotropia, interações gênicas, herança genética, genética relacionada com o sexo, herança extra-cromossômica, ligação, permuta e mapas genéticos. Elementos transponíveis e silenciamento gênico.
Objetivo Geral	Conhecer os princípios de genética que são úteis na produção animal e vegetal. Compreender os processos de interação gênica, hereditariedade, alterações numéricas e estruturais e suas implicações.
Referências Básicas	• ALBERTS, Bruce et al. Fundamentos da biologia celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. xx, 843 p. (Biblioteca Artmed). ISBN 9788536324432. • GRIFFITHS, Anthony J. F. Introdução à genética. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 856 p. ISBN 8527704633. • TORRES, Alcides Di Paravicini. Melhoramento dos rebanhos: (noções fundamentais). 5. ed. São Paulo: Nobel, 1997. 399 p. (Biblioteca rural). ISBN 8521300107 (broch.).
Referências Complementares	• CRUZ, Cosme Damião. Princípios de genética quantitativa. Viçosa: UFV, 2005. 394 p. ISBN 857269207X.

	• OTTO, Priscila Guimarães. Genética básica para veterinária. 4. ed. São Paulo: ROCA, 2006. xii, 284 p. ISBN 9788572416320. • RAMALHO, Magno Antonio Patto; SANTOS, João Bosco dos; Pinto, Cesar Augusto Brasil Pereira. Genética na Agropecuária, 3. Ed. São Paulo: Globo, 1994, 359 p. ISBN 8225006777

ENTOMOLOGIA GERAL (60h) – 4 créditos	
Ementa	Introdução e princípios básicos da entomologia. Morfologia externa, anatomia interna e fisiologia. Dinâmica populacional dos insetos. Reprodução, metamorfose, desenvolvimento, taxonomia e classificação dos insetos das principais ordens de interesse agrícola. Coleta, montagem e conservação de insetos. Coleção entomológica. Acarologia.
Objetivo Geral	Conhecer os princípios básicos da entomologia, assim como, identificar e classificar as principais ordens de insetos de interesse agrônomo.
Referências Básicas	• GALLO, Domingos et al. Entomologia agrícola. Piracicaba, SP: FEALQ, 2002. xv, 920 p. (Biblioteca de ciências agrárias Luiz de Queiroz ; 10). ISBN 8571330115
Referências Complementares	• CARNEIRO, José Eustáquio; PAULA JÚNIOR, Trazilbo José de (Ed.). Feijão: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 384 p. ISBN 9788572695138 • CRUZ, José Carlos et al. (). Milho: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 338 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573835267 • TRIGO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 260 p. ISBN 9788572695220

	FORNASIERI FILHO, Domingos. Manual da cultura do milho . Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574 p. ISBN 9788578050061.

EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA (45 h) – 3 créditos	
Ementa	Fundamentos de estatística experimental. Delineamentos experimentais. Análise de variância. Testes para comparação de médias. Interpretação de resultados de experimentos agrícolas. Correlação e regressão.
Objetivo Geral	Compreender os principais conceitos aplicados à experimentação agrícola, a fim de que o aluno possa planejar, executar, coletar e analisar os dados e interpretar os resultados obtidos.
Referências Básicas	• GOMES, F.P. Curso de Estatística Experimental. 12 ed. Piracicaba: Nobel, 2000. 466p. • STORCK, L. Experimentação Vegetal. Santa Maria: UFSM, 2004. 198p. • VIEIRA, S. Estatística Experimental. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 185p.
Referências Complementares	• ANDRADRE, D.F.; OGLIARI, P.J. Estatística para Ciências Agrárias e Biológicas. UFSC, 438p. 2007. • BEIGUELMAN, B. Curso Prático de Bioestatística, 5ª. Ed. FUNPEC, 274p. 2002. BANZATTO, D.A., • KRONKA, S.N. Experimentação Agrícola. 3. Ed. Jaboticabal: FUNEP, 1995. 247p. BUSSAB, W.O.

	Estatística Básica: métodos quantitativos. 5 ed. São Paulo: Atual, 1994. 321p. • FONSECA, J.S. da. Estatística Aplicada. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985. 273p.

MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO (60 h) – 4 créditos	
Ementa	Aspectos econômicos, sociais e ambientais da conservação do solo; Erosão; Sistemas de manejo do solo; Práticas conservacionistas; planejamento do uso da terra; Aptidão de solos agrícolas.
Objetivo	Reconhecer causas e consequências de problemas relacionados ao manejo do solo, bem como, desenvolver estratégias para a recuperação de áreas degradadas, e manutenção da qualidade química, física e biológica do solo.
Referências Básicas	• BARBOSA, C. A. Manual de Análise Química de Solo e Fertilizantes. VIÇOSA: Agro Juris. 2009. • KIEHL, E. J. Manual de Edafologia – Relações solo-planta. PIRACICABA-SP: Livroceres, 1979. • TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 2007.

Referências Complementares	• LEPSCH, I.F. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Campinas, 175p. 1983. • MAZUCHOWSKI, J.Z. & DERPSCH, R. Guia de preparo do solo para culturas anuais mecanizadas. ACARPA. Curitiba, 68p. 1984. • MONTROYA, L.J. Aspectos da economicidade do manejo do solo em plantio direto. IAPAR, Londrina, 19p. 1984. (Informe de pesquisa, 57). • MUZILLI, O. et alii. Adubação verde. IN: IAPAR Manual agropecuário para o Paraná. Cap. 3, p.77-97, 1980. • ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. Proteger y producir - conservacion del suelo para el desarrollo. FAO, Roma, 40p. 1984. • UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. 1º Simpósio de manejo do solo e plantio direto no sul do Brasil e IIIº Simpósio de Conservação do Solo do Planalto. Anais. Passo Fundo, 226p. • UFSM. SUDESUL-SA. Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina

QUINTA FASE

TOPOGRAFIA II (45 h) – 3 créditos	
Ementa	Altimetria. Instrumentos de levantamento altimétrico. Métodos gerais de nivelamento. Desenho da planta altimétrica. Planialtimetria. Métodos de levantamento planialtimétrico. Demarcação de linhas de nível e desnível. Seções transversais. Estudo dos erros.
Objetivo Geral	Conhecer e utilizar as técnicas e equipamentos necessárias para planejar, orientar e executar o levantamento topográfico altimétrico e planialtimétrico, bem como a elaboração de mapas e plantas topográficas dentro das normas vigentes.
Referências Básicas	• CORREIA, M. Santos. O manual do topógrafo: tabelas taqueométricas e traçado de curvas. Porto: Lopes da Silva,

	1981. • ESPARTEL, Lelis. Curso de topografia. Porto Alegre: Globo, 1965. 655p. • VEIGA, L. A. K.; ZANETTI, M. A. Z; FAGGION, P. L. Fundamentos de Topografia. Apostila didática, 2007.
Referências Complementares	• BORGES, Alberto de Campos. Exercícios de topografia. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: E. Blucher, c1975. 192 p. • CASACA, João Martins; MATOS, João Luís de; DIAS, José Miguel Baio. Topografia geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2007. 208 p. • FRENCH, Thomas E.; VIERCK, Charles J. Desenho Técnico – Engenharia – Gráficos. • GOMES, Edaldo; SILVA JUNIOR, Lucílio Barbosa da. Medindo imóveis rurais com GPS. Brasília: LK, 2001. 136 p. • MANUAL do técnico florestal: apostilas do Colégio Florestal de Irati. Campo Largo: Colegio Florestal de Irati, 1986. 4v. • MCCORMAC, Jack C. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. 391 p.

HIDROLOGIA AGRÍCOLA (60 h) – 4 créditos	
Ementa	Ciclo hidrológico. Bacias hidrográficas. Processamento de dados meteorológicos. Balanço hídrico. Precipitação. Interceptação. Evapotranspiração. Infiltração e água no solo. Escoamento. Hidrologia estatística. Regularização da vazão. Legislação e gestão dos recursos hídricos.
Objetivo	Conhecer o ciclo hidrológico e adquirir habilidades técnicas para gerenciamento dos recursos hídricos na agricultura.
Referências Básicas	• ALBUQUERQUE, P. E. P., DURÃES, F. O. M. Uso e manejo de irrigação. 1ª ed. Embrapa, 2008.

	• BERNARDO, S. Manual de irrigação. 5ª Ed. Viçosa, MG; Universidade Federal de Viçosa, 2006. 596p. • DAKER, A. Irrigação e Drenagem: a água na agricultura. 7ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988. 528p.
Referências Complementares	• CRUCIANI, D.E. A Drenagem na Agricultura. São Paulo: Nobel, 1986. 337p. • FRIZZONE, J. A.; ANDRADE Jr., A. S.; SOUZA, J. L. M.; ZOCOLER, J. L. Planejamento de Irrigação: Análise de Decisão de Investimento. Brasília: Embrapa, 2005. • MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: Princípios e Métodos. 2a ed. Viçosa: Editora UFV, 2007, 358 p. • MILLAR, A. A. Drenagens de terras agrícolas. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1987. 521p. • REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole. 2004. 478p.

ENTOMOLOGIA AGRÍCOLA (60h) – 4 créditos	
Ementa	Conceito e importância de insetos-praga. Tipos de danos causados por insetos-praga. Principais pragas das culturas de importância econômica. Métodos de controle de insetos-praga. Manejo integrado de pragas. Modo de ação de inseticidas/acaricidas e toxicologia.
Objetivo Geral	Conhecer e identificar os principais insetos-praga, das principais culturas comerciais, assim como, seus danos e principais métodos de controle desses insetos considerados pragas.

Referências Básicas	• BUENO, Vanda Helena Paes. Controle biológico de pragas: produção massal e controle de qualidade. 2. ed. Lavras, MG: UFLA, 2009. 429 p. ISBN 9788587692696 • GALLO, Domingos et al. Entomologia agrícola. Piracicaba, SP: FEALQ, 2002. xv, 920 p. (Biblioteca de ciências agrárias Luiz de Queiroz ; 10). ISBN 8571330115 • GARCIA, Flávio Roberto Mello. Zoologia agrícola: manejo ecológico de pragas. 3. ed. Porto Alegre: Rígel, 2008. 256 p. ISBN 8573490770 (broch.).
Referências Complementares	• CARNEIRO, José Eustáquio; PAULA JÚNIOR, Trazilbo José de (Ed.). Feijão: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 384 p. ISBN 9788572695138 • CRUZ, José Carlos et al. (). Milho: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 338 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573835267 • FORNASIERI FILHO, Domingos. Manual da cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574 p. ISBN 9788578050061. SEDIYAMA, Tuneo; SILVA, Felipe; BORÉM, Aluizio (Ed.). Soja: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 333 p. ISBN 9788572695190. • TRIGO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 260 p. ISBN 9788572695220

FITOPATOLOGIA GERAL (60h) – 4 créditos	
Ementa	História da Fitopatologia e importância das doenças de plantas. Epidemiologia. Quantificação de doenças. Ambiente e doenças. Diagnose das principais doenças de culturas agrícolas causadas por fitopatógenos. Métodos de controle e manejo integrado de doenças. Modos de ação e seletividade dos produtos químicos para controle

	de fitopatógenos. Receituário Agrônomo.
Objetivo Geral	Conhecer o histórico e avanços sobre o estudo das doenças, sua importância frente aos processos produtivos, analisando sua classificação e agentes causais bem como os mecanismos de defesa e resistência das plantas.
Referências Básicas	• AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIM FILHO, A. Manual de Fitopatologia: Princípios e Conceitos. v.1, 4 ed. São Paulo: Ceres, 2011. • BLUM, L. E. B. Fitopatologia: o estudo das doenças de plantas. 1 ed. Brasília: Otimismo, 2006. • KIMATI, H. et al. Eds. Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas. V. 2. São Paulo: Editora Agronômica Ceres. v.2. 4. ed. São Paulo: Editora, 2011.
Referências Complementares	• BARBOSA, L.C.A. Os pesticidas, o homem e o meio ambiente. Viçosa: Editora UFV. 2004 • BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. eds. Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. V. 1. São Paulo: Editora Agronômica Ceres. v. 1. 3. ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1995. • MIZUBUTI, E.S.G.; MAFFIA, L.A. Introdução à Fitopatologia. Viçosa: UFV, 2007. • VALE, F. X. R.; JESUS JUNIOR, W. C.; ZAMBOLIM, L. Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Belo Horizonte: Perfill, 2004. 531p. • ZAMBOLIM, L.; JESUS JUNIOR, W.C; PEREIRA, O.L O essencial da fitopatologia: agentes causais. V. 1. Viçosa: UFV. 2012. • ZAMBOLIM, L.; JESUS JUNIOR, W.C; PEREIRA, O.L. O essencial da fitopatologia: agentes causais. V. 2. Viçosa: UFV. 2012

NUTRIÇÃO ANIMAL (60h) – 4créditos	
Ementa	Composição química dos alimentos. Carboidratos, lipídios, proteínas, compostos nitrogenados proteicos e não proteicos e aminoácidos essenciais na nutrição animal. Metabolismo energético.

	Minerais, vitaminas e principais aditivos. Exigências nutricionais dos animais domésticos. Formulação de rações para os animais monogástricos e ruminantes. Legislação da nutrição animal.
Objetivo Geral	Compreender os processos digestivos dos alimentos como fonte de nutrientes para os animais, conhecendo sua composição nutricional. Entender a digestão e metabolismo da proteína, energia, minerais, vitaminas e água em animais ruminantes e monogástricos e suas principais diferenças.
Referências Básicas	• ANDRIGUETTO, José Milton et al. Nutrição animal: volume 1 : as bases e os fundamentos da nutrição animal, os alimentos. São Paulo: Nobel, 2002. 395 p. • ANDRIGUETTO, José Milton. Nutrição animal: volume 2 : alimentação animal (nutrição animal aplicada). 3. ed. São Paulo: Nobel, c1983. • VALVERDE, Claudio Cid. 250 rações balanceadas para suínos: como calcular ração balanceada, manejo alimentar e exigências nutricionais para todas as fases da vida. Guaíba: Agropecuária, 1997. 114 p.
Referências Complementares	• ALIMENTAÇÃO das criações na seca. Brasília, DF: Embrapa, 2006. (ABC da Agricultura Familiar 2006). BERCHIELLI, Telma Terezinha; PIRES, Alexandre Vaz, OLIVEIRA, Simone Gisele. Nutrição de Ruminantes. Jaboticabal: Funep, 2011. 616p. • BERTECHINI, Antônio Gilberto. Nutrição de Monogástricos. Lavras :Editora UFLA/FAEPE, 2004. 450p. PEREIRA, Fernando do Amaral (COORD.). Criação de caprinos e ovinos. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. (ABC da agricultura familiar ; 19). • ROSTAGNO, Horacio Santiago et al. Composição de alimentos e exigências nutricionais. Tabelas brasileiras para aves e suínos, v. 3, 2011. • SAKOMURA, Nilva Kazue; SILVA, José Humberto Vilar da; COSTA, Fernando Guilherme Perazzo; FERNANDES, João Batista Kochenborger; HAUSCHILD, Luciano. Nutrição de Não Ruminantes. 1. ed. Jaboticabal: Funep, 2014. 678p.

GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES DO AGRONEGÓCIO (60h) – 4créditos	
Ementa	Importância da visão sistêmica e processo de tomada de decisão nas

	Organizações Rurais. História e evolução das teorias administrativas. Características peculiares do setor agropecuário. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Marketing. Gestão de Pessoas. Gestão Financeira. Gestão da Produção. Gestão da Qualidade. Gestão Ambiental. Noções de contabilidade. Noções de legislação tributária. Noções de legislação trabalhista. Técnicas e ferramentas de gestão mais utilizadas no processo de tomada de decisões.
Objetivo Geral	Formar profissionais capazes de atuar de forma crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando a importância da gestão para o dinamismo das empresas do agronegócio brasileiro e sua influência no crescimento e desenvolvimento da economia brasileira. Capacitar o estudante com o conhecimento teórico e prático da Gestão de Organizações do Agronegócio e das técnicas de planejamento objetivando
Referências Básicas	• BATALHA, Mário Otávio. <i>Gestão Agroindustrial</i>. 5ªed. São Paulo/SP: Atlas, 2009. • CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. xxviii, 608 p. • CHURCHILL, Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 626 p. • KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. 303 p. • NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo M. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005. 152 p. • PORTER, Michael E. Estratégia competitiva. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004. 409 p.
Referências Complementares	• MARION, José Carlos. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda pessoa jurídica. 12. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2010. • MENDES, J.T.G. Economia agrícola: princípios básicos e aplicações. 2ª ed. Curitiba: Editora, 1998. XII, 458p. • ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. 18. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2000. • SANTOS, Gilberto José dos et al. Administração de Custos na Agropecuária. 4. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2009. • SILVA, Roni Antônio Garcia da. Administração Rural: Teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2009.

SEXTA FASE

HIDRÁULICA AGRÍCOLA (60 h) – 4créditos	
Ementa	Hidrostática: pressão, empuxo e instrumentos de medição. Hidrodinâmica: vazão, regimes de escoamento, tipos de movimento e Teorema de Bernoulli. Hidrometria. Escoamento em condutos forçados e condutos livres e perdas de carga. Distribuição de água por gravidade. Estações elevatórias, bombas hidráulicas e carneiro hidráulico. Princípios básicos e aspectos construtivos de pequenas barragens de terra.
Objetivo	Desenvolver habilidades que relacionam o conhecimento teórico e prático das leis da física em materiais hidráulicos para fins de uso agrícola.
Referências Básicas	• ALBUQUERQUE, P. E. P., DURÃES, F. O. M. Uso e manejo de irrigação. 1ª ed. Embrapa, 2008. • BERNARDO, S. Manual de irrigação. 5ª Ed. Viçosa, MG; Universidade Federal de Viçosa, 2006. 596p. • DAKER, A. Irrigação e Drenagem: a água na agricultura. 7ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988. 528p.
Referências Complementares	• CRUCIANI, D.E. A Drenagem na Agricultura. São Paulo: Nobel, 1986. 337p. • FRIZZONE, J. A.; ANDRADE Jr., A. S.; SOUZA, J. L. M.; ZOCOLER, J. L. Planejamento de Irrigação: Análise de Decisão de Investimento. Brasília: Embrapa, 2005. • MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: Princípios e Métodos. 2a ed. Viçosa: Editora UFV, 2007, 358 p. • MILLAR, A. A. Drenagens de terras agrícolas. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1987. 521p. • REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole. 2004. 478p.

FITOPATOLOGIA AGRÍCOLA (60h) – 4créditos	
Ementa	Conceitos e princípios básicos sobre ciclo das relações patógeno-hospedeiro (fonte de inoculo, disseminação e infecção). Epidemiologia com enfoque na relação entre clima e doença; ciclo de doença; crescimento de doença; danos e perdas; patometria. Controle integrado, dentre os quais controle cultural, genético, biológico e químico. Diagnose e manejo integrado de doenças em culturas de interesse agrônomo.
Objetivo Geral	Proporcionar aos alunos de agronomia conhecimento teórico e prático sobre identificação e manejo integrado de doenças em diversas culturas de plantas de interesse agrícola.
Referências Básicas	• AGRIOS, G.N. Plant Pathology. 4th ed. San Diego: Academic Press, 1997, 635p. • AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L.E.A. Manual de Fitopatologia: Doenças de plantas cultivadas. 4ª ed. Vol 2. Piracicaba: Ceres, 2016. 810p. • BLUM, L.E.B.; CARES, J.H.; UESUGI, C.H. Fitopatologia: o estudo das doenças de plantas. 1 ed. Brasília: Otimismo, 2006. 265p.
Referências Complementares	• BERGAMIN FILHO, A.; AMORIM, L. Doenças de plantas tropicais: epidemiologia e controle econômico. São Paulo: Agronômica Ceres, 1996. 289p. • BONETI, J.I.S.; RIBEIRO, L.G.; KATSURAYAMA, Y. Manual de identificação de doenças e pragas da macieira. Florianópolis: Epagri, 1999. 149p. • LOPES, C.A.; ÁVILA, A.C. Doenças do tomateiro. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2005. 151p. • LOPES, C.A.; QUEZADO-SOARES, M.A. Doenças Bacterianas de Hortaliças. Brasília: Embrapa Hortaliças, 1997, 70p. • MICHEREFF, S.J.; ANDRADE, D.E.G.T.; MENEZES, M. Ecologia e manejo de patógenos radiculares em solos tropicais. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2005. 398p. • REIS, E.M.; REIS, A.C.; CARMONA, M.A. Manual de fungicidas: guia para o controle químico de doenças de plantas. 7a ed. Passo Fundo: Ed. Bertier, 2016. 280p. • VALE, F.X.R.; JESUS JUNIOR, W.C., ZAMBOLIM, L. Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Belo Horizonte: Editora perfil, 2004. 531p.

MANEJO E UTILIZAÇÃO DE PASTAGENS (45h) – 3 créditos	
Ementa	Características gerais das plantas forrageiras e dos ecossistemas pastoris. Ecofisiologia do ambiente pastoril, morfogênese, anatomia e qualidade nutricional. Manejo de pastagens, métodos de pastoreio e planejamento forrageiro. Implantação e manejo fitotécnico das espécies forrageiras. Conservação de forragem. Ecologia do pastejo e comportamento animal; Sistemas integrados de produção agropecuária.
Objetivo Geral	Proporcionar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre a formação de pastagens e identificação das principais espécies forrageiras. Além de propiciar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre o manejo e a conservação de plantas forrageiras que permitam a exploração de forma sustentável.
Referências Básicas	• BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. 6a ed. São Paulo: Ícone, 2008. 355p. (Coleção Brasil agrícola). • CUTTER, E.G. Anatomia vegetal. 2a ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v. • MACHADO, L.C.P.; GERALDO, A. Nutrição animal fácil. Bambui: Edição do autor, 2011. 96p.
Referências Complementares	• ALCÂNTARA, P.B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. São Paulo: Nobel, 1999. 162p. • BARBOSA, R.A.(Ed). Morte de pastos de braquiárias. Mato Grosso do Sul: Embrapa Gado de Corte, 2006. 206p. • FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574p. NUERNBERG, N.J.; • BISSANI, C.A. Adubação e calagem de plantas forrageiras: tecnologias para produção de leite. Florianópolis: Epagri, 1997. 48p. (EPAGRI. Boletim técnico; 89.). NUSSIO, L.G.; • PENATII, M.A. Guia para produção de silagem. Uberlândia: Sementes Agrocere, 1999. 48p. VIDOR, M.A.; • DALL'AGNOL, M.; QUADROS, F.L.F. Principais forrageiras para o Planalto de Santa Catarina. 1a ed. Florianópolis: Epagri, 1997. 51p. (EPAGRI. Boletim técnico; 86). WINTER, E.J. A água, o solo e a planta. São Paulo: E.P.U., 1976. 169 p

GEOPROCESSAMENTO (45 h) – 3 créditos	
Ementa	Princípios físicos e elementos de interpretação. Sistemas de sensoriamento remoto. Sensores e produtos. Interpretação de imagens e monitoramento de recursos terrestres. Georreferenciamento de imóveis rurais, cartografia e geoprocessamento. Sistemas de informações geográficas e sistema de navegação global por satélites.
Objetivo Geral	Desenvolver habilidades e fornecer conhecimentos que permitam analisar e programar estratégias na área do Geoprocessamento e sensoriamento remoto.
Referências Básicas	• MOREIRA, M. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. 1o. ed. Viçosa: UFV, 2005. • OLIVEIRA, A.; FERREIRA, E. Fotointerpretação. 1. ed. Lavras: UFLA, 2005. • SEGANTINE, P.C.L. GPS Sistema de Posicionamento Global. EESC.USP. 2006.
Referências Complementares	• ASSAD, E.D.; SAND, E.E. Sistema de Informações Geográficas. 1o. ed. Brasília: EMBRAPA, 1998. • GARCIA, G. Sensoriamento Remoto. 1o. ed. São Paulo: Nobel, 1982. • NOVO, E.M.L.M. Sensoriamento Remoto - Princípios e Aplicações. Editora Edgard Blucher. 1989. • LOCH, C. Interpret.ção de Imagens Aéreas. 1o. ed. Florianópolis: UFSC, 1993. CARVER, A.J. Fotografia Aérea para Planejadores de uso da Terra. 1o. ed. Brasília: Ministério da Agricultura, 1988. • LIBAULT, A. Geocartografia. Companhia Editora Nacional, 1975

PLANTAS DE LAVOURA I (45h) – 3 créditos	
Ementa	Características agrônômicas, potencialidades e cultivo das principais culturas de outono-inverno. Morfologia e estádios fenológicos do desenvolvimento das plantas. Respostas fisiológicas aos fatores de produção. Manejo fitotécnico e fitossanitário. Colheita, beneficiamento e armazenamento. Custos de produção.
Objetivo Geral	Capacitar o futuro profissional técnico para atuar na área de culturas anuais consciente e apto a orientar tecnicamente a produção agrícola, tomando decisões para maximizar a produção, obter bons índices de produtividade, minimizando as perdas ocasionadas por agentes bióticos, abióticos e de clima
Referências Básicas	• CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A. Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126p. ISBN 8521310781. • OSÓRIO, E. A. A cultura do trigo. São Paulo, SP: Globo, 1992. 218p. (Coleção do Agricultor; grãos). ISBN 85-250-0764-1 • TRIGO: do plantio à colheita. Viçosa:UFV, 2015. 260p.
Referências Complementares	• BAIER, A.C.; FLOSS, E.L.; AUDE, M.I.S. As lavouras de Inverno-1: aveia, tritcale, centeio, alpiste, colza. 2ª Ed. São Paulo: Globo, c1988. 172p. (Coleção do agricultor.). • BALDANZI, A. As lavouras de inverno 2: cevada, tremoço, linho, lentilha.. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 184 p. (Coleção do agricultor. Sul Publicações Globo Rural). • FLOSS, E.L. A Cultura da Aveia. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo -Biblioteca Central -Hemeroteca, 1982. 51 p. (Boletim técnico, n. 01). • GASSEN, D.N.. Insetos associados à cultura do trigo no Brasil. Passo Fundo: EMBRAPA, CNPT, 1984. 39 p. (Circular Técnica (Embrapa Trigo) ; 3.). • MALAVOLTA, E. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987. 496 p. (Ceres; 36). • MEHTA, Y.P. Doenças do trigo e seu controle. São Paulo: Agronômica Ceres: Summa Phytopathologica, 1978. 190 p.

SUINOCULTURA (45h) – 3 créditos	
Ementa	História e importância da suinocultura. Principais raças e linhagens suínas. Alimentação, nutrição, reprodução, sanidade, biossegurança e melhoramento genético. Instalações e equipamentos. Sistemas de criação e manejo zootécnico e custos de produção. Bem-estar animal aplicado à suinocultura. Manejo dos dejetos suínos. Legislação.
Objetivo Geral	Identificar e compreender a criação de suínos nos diferentes sistemas de produção e as principais práticas de manejo de alimentação e nutrição, sanitário e de dejetos. Compreender toda a gestão de uma granja produtora de suínos, abrangendo os aspectos de meio ambiente e bem estar animal
Referências Básicas	• AMARAL, Armando Lopes do et al. Boas práticas de produção de suínos. Concórdia, SC: Embrapa, 2006. 60 p. • SEGANFREDO, Milton Antonio (Ed.). Gestão ambiental na suinocultura. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 302p. • VALVERDE, Claudio Cid. 250 rações balanceadas para suínos: como calcular ração balanceada, manejo alimentar e exigências nutricionais para todas as fases da vida. Guaíba: Agropecuária, 1997. 114 p.
Referências Complementares	• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUÍNOS. Produção de suínos: teoria e prática. 1a ed. Brasília:ABCS, 2014. 908p. Disponível em: http://www.abcs.org.br/attachments/-01_Livro_producao_bloq.pdf. Acesso em 18 mar 2019. • CARAMORI JÚNIOR, João Garcia; SILVA, Athaide Batista da. Manejo de leitões: da maternidade à terminação. 2. ed. -. Brasília, DF: LK Editora e Comunicação, 2006. 80 p. (Tecnologia Fácil ; 10). Manual Brasileiro de Boas Práticas Agropecuárias na Produção de Suínos/Revisão técnica Armando Lopes do Amaral ... [et al.] . – Brasília:ABCS; MAPA; Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011. 140p. Disponível em:http://www.abcs.org.br/images/stories/pdf/manual-boaspraticas-suino-web.pdf . Acesso em 19 mar 2019. • OLIVEIRA, Clemário Gerson de. Instalações e manejos para suinocultura empresarial. São Paulo: Ícone, 1997. 96 p. • RADOSTITS, O. M. et al. Clínica veterinária: um tratado

	de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002. xxix, 1737 p. I

EXTENSÃO RURAL (30h) – 2 créditos	
Ementa	Histórico da extensão rural no Brasil. Princípios da comunicação e difusão de inovações. Abordagens de ação extensionista. Comunicação rural. Métodos e meios na ação de extensão rural: o método e sua importância; métodos de comunicação e métodos de extensão rural; Novas tecnologias da informação.
Objetivo Geral	Conhecer e identificar os métodos adequados e eficientes para levar novas tecnologias e informações aos produtores rurais.
Referências Básicas	• BROSE, M. (org.) Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. • FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. • OLINGER, Glauco. Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil. Santa Catarina: Epagri, 1996. 523p. • RUAS, Elma Dias et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável (MEXPAR). Belo Horizonte: EMATER, 2006. 132 p. • THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo (ORG.). Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 234p.
Referências Complementares	• ASSISTÊNCIA técnica e extensão rural no sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos. Editora Unijuí, 2013. 200 p. • BRASIL.; BORGES, J. M.; COELHO, Maria Beatriz (Coord.). Diretrizes curriculares nacionais da educação básica. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2013. 562 p. • JESUS, S. M. S. A. de. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 130 p.

SOCIOLOGIA RURAL (30h) – 2 créditos	
Ementa	Conceitos de sociologia e antropologia. A formação do espaço agrário brasileiro. Relações étnico-raciais. História e cultura afro-brasileira e indígena. Educação em direitos humanos. Os movimentos sociais no meio rural. Formas sociais de produção. A questão da terra e a reforma agrária. O processo histórico de modernização da agricultura brasileira. Pluriatividade e multifuncionalidade.
Objetivo Geral	Conhecer dinâmica dos principais processos sociais, econômicos e tecnológicos associados direta ou indiretamente as atividades agropecuárias e analisar suas principais consequências.
Referências Básicas	• ALMEIDA, J.; LAMARCHE, H. (Org.). A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 214p. • AUED, B.W.; PAULILO, M.I.S. (Org.). Agricultura familiar. Florianópolis: Insular, 2004. 325 p. • COSTA, C. Sociologia: introdução a ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 488 p. • FERRÉOL, G; NORECK, J. P. Introdução à sociologia. São Paulo, SP: Ática, 2007. 208p. • LIMA, A. P. de; BASSO, N.; NEUMANN, P. S. ADMINISTRAÇÃO da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. 3ª ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005. 221p. • SELL, C. E. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2015. 176p. • VASCONCELOS, A. Manual compacto de sociologia. 2.ed. São Paulo: Rideel, 2010. 200p.
Referências Complementares	• ABRAMOVAY, R. Juventude e agricultura familiar: desafios nos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998. 101p. • SANTANA, M.A.; RAMALHO, J.R. Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 62p.

	• SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009. 519 p. • SILVESTRO, M. L. Os impasses sociais da sucessão hereditária na Agricultura Familiar. Florianópolis: Brasília: 2001. 122p. • SILVA, J. G. da. Tecnologia e agricultura familiar. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 238 p. • OLINGER, G. Êxodo rural: campo ou cidade. Florianópolis: ACARESC, 1991. 108p.

SÉTIMA FASE

FRUTICULTURA TROPICAL E SUBTROPICAL (60h) – 4 créditos	
Ementa	Importância da fruticultura tropical e subtropical. Planejamento e implantação de pomares. Ecofisiologia e fisiologia das frutíferas tropicais e subtropicais. Propagação e manejo fitotécnico das principais frutíferas tropicais e subtropicais.
Objetivo Geral	Capacitar o aluno a desenvolver atividades de manejo desde a propagação, planejamento e implantação de um pomar, práticas culturais até a colheita e armazenamento das frutas.
Referências Básicas	• ANTUNES, Luís Eduardo Corrêa (Ed.). Pequenas frutas: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 194 p. (Coleção 500 Perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573834093. • CHAVARRIA, Geraldo; SANTOS, Henrique Pessoa dos (ED.). Fruticultura em ambiente protegido. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 278 p. ISBN 9788570351128. • FACHINELLO, José Carlos; HOFFMANN, Alexandre; NACHTIGAL, Jair Costa (Ed.). Propagação de plantas frutíferas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 221 p. ISBN 9788573833003. • GOMES, Pimentel. Fruticultura brasileira. 13. ed. São Paulo: Nobel, [2007]. 446 p. ISBN 9788521301264. • MANICA, Ivo. Fruticultura em áreas urbanas: arborização com plantas frutíferas, o pomar doméstico, fruticultura comercial. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1997. 154 p. • MANICA, Ivo. Fruticultura tropical 2: Manga. São Paulo: Ceres, 1981. 135 p. (Ceres ; 27). • MANICA, Ivo; ICUMA, Ivone M.; JUNQUEIRA, Keize P.; JUNQUEIRA, Nilton Tadeu Vilela. Pomar doméstico-caseiro-familiar: frutas de primeira qualidade na família 365

	dias do ano. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006. 112 p. ISBN 9788586466304. • MURAYAMA, Shizuto. Fruticultura. 2. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 428 p. • PENTEADO, Sílvio Roberto. Enxertia e poda de fruteiras: como fazer mudas e podas. 2. ed. Campinas: do autor, 2010. 192 p. ISBN 9788561348021.
Referências Complementares	• BORGES, Ana Lucia et al. A cultura da banana. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110 p. (Plantar. Série Vermelha: fruteiras). ISBN 8573833785 • CUNHA, Getulio Augusto Pinto da; CONRADO REINHARDT, Domindo Haroldo. A propagação do abacaxizeiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.. 59 p. (Plantar. Série Vermelha: fruteiras ; 52). ISBN 8573833726. • DRUMOND, Marcos Antônio. Fruticultura irrigada: o produtor pergunta, a Embrapa responde / editores técnicos Elder Manoel de Moura Rocha, Marcos Antônio Dumont. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 274 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573835106. • FARIAS, Alba Rejane Nunes et al. A cultura do mamão. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 119 p. (Coleção plantar, n. 65). ISBN 9788573834352 • FONSECA, Nelson et al. A cultura da manga. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 63 p. (Plantar. Série Vermelha: fruteiras ; 53). ISBN 8573833718 • LIMA, Adelise de Almeida et al. A cultura do maracujá. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, c2006. 124 p. (Coleção plantar ; 51.). ISBN 8573833742

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM (60h) - 4 créditos

Ementa	Introdução a irrigação e drenagem. Usos e qualidade da água para irrigação. Sistema água-solo-planta-atmosfera. Dinâmica da água no solo e necessidade de água das culturas. Métodos, avaliação e manejo de sistemas de irrigação. Projetos de irrigação. Sistemas e manejo da drenagem dos solos.
Objetivo	Adquirir conhecimentos e habilidades para elaborar e executar projetos de irrigação, bem como manejar corretamente os diferentes sistemas e equipamentos utilizados nessa prática agrícola.
Referências Básicas	• ALBUQUERQUE, P. E. P., DURÃES, F. O. M. Uso e manejo de irrigação. 1ª ed. Embrapa, 2008. • BERNARDO, S. Manual de irrigação. 5ª Ed. Viçosa, MG; Universidade Federal de Viçosa, 2006. 596p. • DAKER, A. Irrigação e Drenagem: a água na agricultura. 7ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988. 528p.
Referências Complementares	• CRUCIANI, D.E. A Drenagem na Agricultura. São Paulo: Nobel, 1986. 337p. • FRIZZONE, J. A.; ANDRADE Jr., A. S.; SOUZA, J. L. M.; ZOCOLER, J. L. Planejamento de Irrigação: Análise de Decisão de Investimento. Brasília: Embrapa, 2005. • MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: Princípios e Métodos. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2007, 358 p. • MILLAR, A. A. Drenagens de terras agrícolas. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1987. 521p. • REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole. 2004.

	478p.

AVICULTURA (45h) - 3 créditos	
Ementa	História e importância da avicultura. Principais raças e linhagens avícolas. Alimentação, nutrição, reprodução, sanidade, biossegurança e melhoramento genético. Instalações e equipamentos. Sistemas de criação, manejo zootécnico e viabilidade econômica. Bem-estar animal aplicado à avicultura. Manejo dos dejetos avícolas. Legislação.
Objetivo Geral	Capacitar os estudantes para orientar avicultores quanto aos aspectos de manejo e produção de frangos de corte e galinhas de postura. Conhecer os diferentes sistemas de produção, planejar, organizar e orientar desde a construção de aviários até a comercialização das aves.
Referências Básicas	• ALBINO, L. F. T. et al. Criação de frango e galinha caipira: avicultura alternativa. 2a ed. rev. e ampl. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005. 208p. BAÊTA, F.C.; • SOUZA, C.F. Ambiência em edificações rurais: Conforto animal. 2a ed. Viçosa: UFV, 2010. 269p. • COTTA, T. Galinha: Produção de ovos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. 208 p.
Referências Complementares	• ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C. Produção e manejo de frangos de corte. Viçosa:UFV, Série Didática, 2008. 88p. • COTTA, T. Produção de pintinhos: manual prático. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. 191 p. • GONÇALVES, P.B.D. et al. Biotécnicas Aplicadas à

	Reprodução Animal. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2008.

ECONOMIA E MERCADO AGRÍCOLA (45h) – 3 créditos	
Ementa	Conhecimentos básicos de economia. Fundamentos da teoria macro e microeconômica. Estrutura e política dos mercados agrícolas. Comercialização e formação de preços agrícolas.
Objetivo Geral	Conhecer os principais fundamentos econômicos que norteiam os cenários econômicos agrícolas e influenciam na comercialização e formação de preços agrícolas.
Referências Básicas	• BATALHA, Mario Otávio. Gestão agroindustrial: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, c1996. • BATALHA, Mario Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 770 p. • BUARQUE, Cristóvam; JAVIER OCHOA, Hugo (Clb.). Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Elsevier, 1984. 266 p. • FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Coord). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos. 2. ed. Ijuí: UNIJUI, 2009. • NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo M. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005. 152 p.

	• ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p.
Referências Complementares	• MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia agrícola: princípios básicos e aplicações. Paraná: Scientia et Labor, 1989. 399 p. • HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 2005. xxiv, 512 p. • WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald J. Economia. São Paulo: McGraw-Hill, 1982. 699 p

COOPERATIVISMO (75h) - 5 créditos	
Ementa	O surgimento da doutrina cooperativista. Cooperação no setor agropecuário e suas formas. Panorama das cooperativas no mundo e no Brasil. A doutrina cooperativista e a simbologia do cooperativismo. A gestão e a legislação de cooperativas no Brasil. Representação do sistema cooperativo. Os objetivos do cooperativismo. Sistemas cooperativos brasileiros. Problemas e perspectivas do cooperativismo brasileiro.
Objetivo Geral	Compreender as características, vantagens e dificuldades do cooperativismo e capacitar o estudante com o conhecimento teórico e prático de Cooperativismo como forma de promover e fomentar a competitividade das Organizações do setor agropecuário.
Referências Básicas	• ABRANTES, José. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 127 p. • BATALHA, Mario Otavio (Coord.). Gestão agroindustrial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 770 p.

	• BENATO, J.V.A. Cooperativas e sua administração. São Paulo, OCESP, 1992. 217p. • CENZI, Neri Luiz. Cooperativismo: desde as origens ao projeto de Lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, c2009. 171 p. • TENÓRIO, Fernando Guilherme (Coord). Administração de projetos comunitários: uma abordagem prática. 3ª. ed. São Paulo: Loyola, 2000. 79 p.
Referências Complementares	• AMATO N. J. Redes de cooperação produtiva e clusters regionais para pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000. • DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. 260 p. • EMBRAPA. Como organizar uma associação. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, c2006. 45 p. • SANTOS, A; GOUVEIS, F. H. C.; VIEIRA, P. S.. Contabilidade das sociedades cooperativas. São Paulo: Atlas, 2008 . 292p • WISNIEVSKI, G.. Manual de Contabilidade das Sociedades Cooperativas.

OLERICULTURA (75 h) – 5 créditos	
Ementa	Introdução e Importância da Olericultura no Brasil. As principais famílias de hortaliças e as principais espécies em cada família. Origem e Difusão. Produção de mudas de hortaliças via sexuada e assexuada. Manejo fitotécnico e fitossanitário das principais hortaliças (do transplante á colheita). Cultivo de plantas aromáticas. Cultivo Protegido. Cultivo orgânico de hortaliças. Comercialização de hortaliças.
Objetivo Geral	Capacitar o futuro profissional em Agronomia para atuar na área de Olericultura, consciente e apto a orientar tecnicamente o produtor rural e auxiliá-lo nas tomadas de decisões, no intuito de maximizar a produção, aumentar a renda e minimizar os impactos ambientais dessa exploração agrícola.
Referências Básicas	FILGUEIRA, F. A. R. Manual de olericultura : cultura e comercialização de hortaliças. 2ª ed. ampl. e rev. São Paulo: Agronomica Ceres, 1981. 2v. FILGUEIRA, F. A. R. ABC da olericultura : guia da pequena horta. São Paulo, SP: Agronomica Ceres, 1987. 164 p.

	SOUZA, J. L. RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica . Editora Aprenda Fácil, 2ª ed atualizada e ampliada, Viçosa – MG. 817p.
Referências Complementares	ALBERONI, R. B. Hidroponia: como instalar e manejar o plantio de hortaliças dispensando o uso do solo. São Paulo: Nobel, 2004. 102 p. ISBN 8521309708. ANDRIOLO, J. L. Olericultura geral: princípios e técnicas. Santa Maria: UFSM, 2002. 158 p. ISBN 8573910356. CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, Lenita Lima (Ed.). Horta em pequenos espaços. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 56 p. ISBN 9788570350473. HENZ, G. P.; ALCANTARA, F. A.; RESENDE, F.V.; Coleção 500 perguntas e 500 respostas ex.1 – Produção orgânica de hortaliças. O produtor pergunta, a Embrapa responde. Editora Embrapa Informação Tecnológica. Brasília DF, 2007. 308p. TORRES, M. A. P.; TORRES, P. G. V. Guia do horticultor: faça você mesmo sua horta para grandes ou pequenos espaços. Porto Alegre: Rígel, 2009. 200 p. ISBN 9788573490855

CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES RURAIS (45h) - 3 créditos	
Ementa	Conceitos e características das construções e instalações rurais; Importância da disciplina no curso técnico em agropecuária; Materiais utilizados nas edificações rurais; Resistência de materiais; Elementos de construção; Cálculo de material para construções; Fundações; Uso de madeira nas construções rurais; Principais instalações rurais; Planejamento de uma obra; Noções de desenho técnico; Orçamento; Memorial descritivo.
Objetivo	Adquirir conhecimentos e habilidades para planejar e executar projetos de construção e manutenção de edificações rurais
Referências Básicas	• BAÊTA, F. C.; SOUZA, C. F. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. 2ª ed. Viçosa: UFV, 2010. 269p. • FABICHAK, I. N. Pequenas construções rurais. 1ª ed. reimp. São Paulo: Nobel, 1983. 129p.

	• PEREIRA, M. F. Construções rurais. 1ª ed. reimp. São Paulo: Nobel, 2011. 330p.
Referências Complementares	• CARNEIRO, O. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 1984. 719p. CHAVES, R. Manual de Construções, 1a ed. reimp. São Paulo, Nobel. 2011. 330 p. • LAZZARINI NETO, S. Instalações e benfeitorias. 2a ed. São Paulo: Aprenda Fácil, 200. 110 p. • ROCHA, J. L. V.; ROCHA, L. A. R. Guia do técnico agropecuário: construções e instalações rurais. Campinas-SP: Instituto Campineiro de Ensino agrícola, 1982, 158 p. • SOUZA, J. L. M. Manual de construções rurais. Curitiba. DETR, 1997. 161 p.

OITAVA FASE

FRUTICULTURA DE CLIMA TEMPERADO (60h) - 4 créditos	
Ementa	Importância da fruticultura de clima temperado. Planejamento e implantação de pomares. Ecofisiologia e fisiologia das frutíferas temperadas. Propagação e manejo fitotécnico das principais frutíferas de clima temperado.
Objetivo Geral	Capacitar o aluno à desenvolver atividades de manejo desde a propagação, planejamento e implantação de um pomar, práticas culturais até a colheita e armazenamento das frutas.
Referências	• ANTUNES, Luís Eduardo Corrêa (Ed.). Pequenas frutas: o

Básicas	produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 194 p. (Coleção 500 Perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573834093. • CHAVARRIA, Geraldo; SANTOS, Henrique Pessoa dos (ED.). Fruticultura em ambiente protegido. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 278 p. ISBN 9788570351128. • FACHINELLO, José Carlos; HOFFMANN, Alexandre; NACHTIGAL, Jair Costa (Ed.). Propagação de plantas frutíferas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 221 p. ISBN 9788573833003. • GOMES, Pimentel. Fruticultura brasileira. 13. ed. São Paulo: Nobel, [2007]. 446 p. ISBN 9788521301264. • MANICA, Ivo. Fruticultura em áreas urbanas: arborização com plantas frutíferas, o pomar doméstico, fruticultura comercial. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1997. 154 p. • MANICA, Ivo. Fruticultura tropical 2: Manga. São Paulo: Ceres, 1981. 135 p. (Ceres ; 27). • MANICA, Ivo; ICUMA, Ivone M.; JUNQUEIRA, Keize P.; JUNQUEIRA, Nilton Tadeu Vilela. Pomar doméstico-caseiro-familiar: frutas de primeira qualidade na família 365 dias do ano. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006. 112 p. ISBN 9788586466304. • MEDEIROS, Carlos Alberto B.; RASEIRA, Maria do Carmo B. A cultura do pessegueiro. Brasília, DF: Embrapa-SPI; Pelotas: EMBRAPA-CPACT, 1998. 351 p. ISBN 85-7383-035-2 SPI. • MURAYAMA, Shizuto. Fruticultura. 2. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 428 p. • PENTEADO, Sílvio Roberto. Enxertia e poda de fruteiras: como fazer mudas e podas. 2. ed. Campinas: do autor, 2010. 192 p. ISBN 9788561348021. • PETRI, José Luiz et al. Dormência e indução da brotação de fruteiras de clima temperado. Florianópolis: Epagri, 1996. 110 p. (EPAGRI. Boletim técnico ; 75).
Referências Complementares	• AGUSTÍ FONFRÍA, Manuel et al. Ameixa, cereja, damasco e pêssego: técnicas avançadas de desbaste, anelamento e fitorreguladores na produção de frutos de primeira qualidade. Porto Alegre: Cinco Continentes, c1999. 91 p. ISBN 9788586466052. • ANDRADE, Eliane Rute de. Doenças do pessegueiro e da ameixeira e seu controle no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 1995. 52 p. (Boletim Técnico EPAGRI 71.). • CASTRO, Luis Antonio Suita de et al. A Cultura da ameixeira. Brasília, DF: Serviço de Produção de Informação, 1994. 67 p. (Coleção Plantar. Série Vermelha ; 9). ISBN 8585007141 • EMPRESA CATARINENSE DE PESQUISA AGROPECUARIA. Manual da cultura da macieira. Florianópolis: EMPASC, 1986. 562 p. ISBN

	8585014156 • EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. Normas técnicas para cultivo de quivi no Sul do Brasil. Florianópolis: Epagri, 1996. 38 p. (Sistemas de produção ; 25). • JARA AYALA, Fernando de la. Amora, framboesa, groselha, kiwi, mirtilo e sua comercialização. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1999. 57p. ISBN 8586466069. • PÊSSEGO: fitossanidade. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 53 p. (Frutas do Brasil ; n. 50). ISBN 8573832010. • SOUZA, Paulo Vitor Dutra de; MARODIN, Gilmar Arduino Bettio; BARRADAS, Carlos Iguassú Nogueira. Cultura do quivi. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1996. 104 p.

BOVINOCULTURA DE LEITE (45h) - 3 créditos	
Ementa	História e importância da bovinocultura leiteira no Brasil e no mundo. Principais raças leiteiras. Alimentação, nutrição, reprodução, sanidade, biossegurança e melhoramento genético. Instalações e equipamentos. Sistemas de produção, ordenha e controle leiteiro, manejo zootécnico e custos de produção. Bem-estar animal aplicado à bovinocultura leiteira. Manejo dos dejetos. Legislação.

Objetivo	Identificar e compreender a criação de bovinos leiteiros e seus diferentes sistemas de produção. Conhecer as principais práticas de manejo de alimentação e nutrição, sanitário e de dejetos. Compreender a produção de leite e a gestão de uma granja leiteira, abrangendo os aspectos de meio ambiente e bem estar animal.
Referências Básicas	• AUAD, Alexander Machado. Manual de Bovinocultura de leite. Brasília, DF: LK Editora, 2010. 608 p. • GONÇALVES, Paulo Bayard Dias; FIGUEIREDO, José Ricardo de; FREITAS, Vicente José de Figueiredo. Biotécnicas aplicadas à reprodução animal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2008. 395 p. • LEDIC, Ivan Luz. Manual de bovinotecnia leiteira: alimentos : produção e fornecimento. 2. ed. São Paulo: Varela, 2002. 160 p. • PEIXOTO, Aristeu Mendes; MOURA, José Carlos de; FARIA, Vidal Pedroso de. Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional. 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000. 580p.
Referências Complementares	• KINGHORN, Brian; WERF, Julius van der; RYAN, Margaret (Ed.). Melhoramento animal: uso de novas tecnologias: um livro para consultores, criadores, professores e estudantes de melhoramento genético animal. Piracicaba: FEALQ, 2006. 367 p. • LOPES, Marcos Aurélio; VIEIRA, Paulo de Figueiredo. Criação de bezerros leiteiros. Jaboticabal: FUNEP, 1998. 69 p. • OLIVEIRA, Márcia Cristina de Sena. Doenças infecciosas em sistemas intensivos de produção de leite. São Carlos, Embrapa Pecuária Sudeste, 2006. 25 p. (Documentos (Embrapa Pecuária sudeste) 50). • OLIVEIRA, Mauro Dal Secco de. Cria e recria de bovinos leiteiros. Jaboticabal: FUNEP, 2001. 180 p. • TRONCO, Vania Maria. Manual para inspeção da qualidade do leite. 4. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010. 203 p.

TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL (45h) – 3 créditos	
Ementa	Aspectos históricos e importância da tecnologia de produtos de origem vegetal. Estrutura e composição dos alimentos.

	Microbiologia, tecnologia, processamento e conservação de produtos de origem vegetal. Higiene e controle de qualidade. Legislação.
Objetivo Geral	Planejar, coordenar e elaborar a fabricação produtos derivados de vegetais.
Referências Básicas	• CHITARRA, M. I.; CHITARRA, A. B. Pós-Colheita de Frutas e Hortaliças - Fisiologia e Manuseio. UFPA, 2009. • MAIA, G. A.; SOUSA, P. H. M.; LIMA, A. S. Processamento de sucos de frutas tropicais. Edições UFC. 2007. • BROW, L. O livro das conservas. Publifolha. 2013.
Referências Complementares	• EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1992. 652 p. • FELLOWS, P. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 602 p. • GAVA, A. J. Princípios de tecnologia de alimentos. São Paulo: Nobel, 1984. 284 p. • OETTERER, M. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. Barueri: Manole, 2006. 612 p. • ORDÓÑEZ, J. A.P. Tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TECNOLOGIA E PRODUÇÃO E SEMENTES (45 h) – 3 créditos	
Ementa	Importância das sementes. Embriologia, fisiologia, composição química, maturação, dormência, germinação e deterioração das sementes. Campos de produção, beneficiamento, armazenamento e análise da qualidade de sementes. Legislação para produção e comercialização de sementes.
Objetivo Geral	Oportunizar e ampliar aos discentes do Curso de Agronomia os conhecimentos sobre sementes e tecnologias de produção e de aspectos relacionados desde a formação, germinação e deterioração das sementes..
Referências Básicas	• Carvalho, N.M.; Nakagawa, J. Sementes – Ciência, Tecnologia e Produção.- Jaboticabal (SP) Editora FUNEP, 2012. 590p. ISBN 978-85-7805-090-0 • Marcos Filho, J. Fisiologia de sementes de plantas cultivadas. Piracicaba: FEALQ, 2005. 495p. • Sedyama, T. Tecnologias de produção de sementes de soja / Tuneo Sedyama. – Londrina: Mecenasa, 2013. 352 p. ISBN 8589687119
Referências Complementares	• ARAÚJO, M.M.; NAVROSKI, M.C.; SCHOM, L.A. (orgs.). Produção de sementes e mudas, um enfoque a silvicultura. – Santa Maria: Editora UFSM, 2018. 448p. ISBN 978-85-7391-31156 • BRASIL. Decreto nº 5.153 ,Diário Oficial da União, Brasília. 23 de julho de 2004 –Aprova o regulamento da Lei nº 10.711 • BRASIL. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003–Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Diário Oficial da União, Brasília. 06/08/2003 , Seção 1 , Página 1 • BRASIL. Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasil. Secretaria e Defesa Agropecuária. Manual de análise sanitária de sementes. Brasília: MAPA, 2009. 200p. • BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária Abastecimento. Brasil. Secretaria de Defesa Agropecuária. Regras para análise de sementes. Brasília: MAPA, 2009. 395p. • CARVALHO, N.M. A secagem da semente. Editora FUNEP, 2005. 184p. ISBN 978-85-7805-090-0 • Marcos Filho, J. Fisiologia de sementes de plantas cultivadas. Piracicaba: FEALQ, 2005. 495p. • Nascimento, W.M. Produção de sementes de hortaliças-Volume I. Embrapa, 2014. • Nascimento, W.M. Produção de sementes de hortaliças-Volume II. Embrapa, 2014.

	Nascimento, W.M. Hortalças: tecnologia de produção de sementes. Brasília, DF: EMBRAPA Hortalças, 2011. 314 p

EMPREENDEDORISMO (60h) - 4 Créditos	
Ementa	Conceito de empreendedorismo. Definição e características do Comportamento empreendedor. Tipos de empreendedores. Fatores que inibem o empreendedorismo. Criatividade. Oportunidades de negócios. Modelos de Negócios. Startups no Brasil. Ferramentas de gestão estratégica. Inovação e Competitividade. Classificação de Empresas. Plano de Negócios. Desafios e perspectivas do Empreendedorismo no Brasil.
Objetivo Geral	Proporcionar aos estudantes o conhecimento e reflexão de conceitos que embasam o estudo do empreendedorismo e das características empreendedoras. Desenvolver a capacidade do estudante de compreender os diferentes modelos de negócios e elaborar um plano de negócio.
Referências Básicas	- BATALHA, Mario Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 770 p. - BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmica. - DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios : como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 299 p. - EMPREENDEDORISMO: as regras do jogo: como os empreendedores mais dinâmicos do mundo alcançaram o topo . São Paulo: Nobel, 2009. 175 p. (BusinessWeek) - DORNELAS, José Carlos - Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. 260 p - NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Evaristo M. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005. 152 p. - ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p.
Referências Complementares	- BUARQUE, Cristóvam; JAVIER OCHOA, Hugo (Clb.). Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Elsevier, 1984. 266 p. - MARINS, Luiz. Ninguém é empreendedor sozinho. São

	Paulo: Saraiva, 2008. MENDES, Jeronimo. Manual do empreendedor. São Paulo: Atlas, 2009. • DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 148 p. • FELIPINI, Dailton. Empreendedorismo na internet: como encontrar e avaliar um lucrativo nicho de mercado . Rio de Janeiro: Brasport, 2010. xv, 197 p. (Coleção ecommerce melhores práticas) • HASHIMOTO, Marcos. Espirito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2006. • PERSE, Bel. A menina do vale: como o empreendedorismo pode mudar sua vida. São Paulo: Casa da Palavra, 2012. Disponível em http://www.ameninadovale.com/volume1/

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA (60 h) - 4créditos	
Ementa	Conjuntura e histórico da mecanização agrícola. Dimensionamento, avaliação e adequação de máquinas e conjuntos mecanizados. Análise operacional e econômica. Planejamento da mecanização agrícola. Segurança do trabalho.
Objetivo	Adquirir conhecimentos e habilidades na área de mecanização agrícola, visando otimizar o uso de máquinas e implementos e suas corretas aplicações.
Referências Básicas	• ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS (BRASIL). Manual de uso correto de equipamentos de proteção individual. Campinas: Linea Creativa, 2009. 26 p. • SILVEIRA, G. M. As máquinas para colheita e transporte. São Paulo: Globo, 1991. 184 p. • SILVEIRA, G. M. Preparo do solo: implementos corretos. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 243 p. ISBN 8521309201: (broch.).
Referências Complementares	• BERETA, C. C. Tração animal na agricultura. São Paulo: Nobel, 1988. 103p. • MAZUCHWSKI, J. Z. Guia de preparo do solo para culturas anuais mecanizadas. Curitiba: ACARPA, 1984. 65p. • MACHADO, A. L. T.; REIS, A. V.; MORAES, M. L. B.; ALONÇO, A. S. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. Pelotas: UFPEL, 2002. 221 P. • NUNES, L. F. B. Aração e gradeação a tração mecânica em áreas terraceadas. Brasília: SENAR, 1985. 32p. • ROCHA, A. C. Manual do professor de mecânica agrícola. Rio de Janeiro: Superintendência do ensino agrícola e veterinário, 1967.

PLANTAS DE LAVOURA II (45h) – 3 créditos	
Ementa	Características agronômicas, potencialidades e cultivo das principais culturas de primavera- verão. Morfologia e estádios fenológicos do desenvolvimento das plantas. Respostas fisiológicas aos fatores de produção. Manejo fitotécnico e fitossanitário. Colheita, beneficiamento e armazenamento. Custos de produção.
Objetivo Geral	Capacitar o futuro profissional técnico para atuar na área de culturas anuais consciente e apto a orientar tecnicamente a produção agrícola, tomando decisões para maximizar a produção, obter bons índices de produtividade, minimizando as perdas ocasionadas por agentes bióticos, abióticos e de clima.
Referências Básicas	• CRUZ, José Carlos (Ed. et al.). Milho: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 338 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). • FEIJÃO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 384 p. • SOJA: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 333 p.
Referências Complementares	• CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126p • EMBRAPA MILHO E SOJA. Milho para silagem: tecnologias, sistemas e custo de produção. Sete Lagoas: EMBRAPA/CNPMS, 1991. 85 p. (EMBRAPA-CNPMS Circular técnica 14). • MALAVOLTA, E. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987. 496 p. (Ceres; 36). • MOREIRA, J.A.A.; STONE, L.F.; BIAVA, M.(Ed.). Feijão: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 203 p. (500 perguntas, 500 respostas). • SEDIYAMA, Tuneo; SILVA, Felipe; BORÉM, Aluizio (Ed.). Soja: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 333 p. ISBN 9788572695190.

NONA FASE

BOVINOCULTURA DE CORTE (45h) – 3 créditos	
Ementa	História e importância da bovinocultura de corte no Brasil e no mundo. Principais raças de bovinos de corte. Alimentação, nutrição, reprodução, sanidade, biossegurança e melhoramento genético. Instalações e equipamentos. Sistemas de produção, manejo zootécnico e custos de produção. Rastreabilidade e escrituração zootécnica. Avaliação de carcaças e qualidade da carne bovina. Bem estar animal aplicado à bovinocultura de corte. Manejo dos dejetos. Legislação.
Objetivo	Identificar e compreender a criação de bovinos de corte e seus diferentes sistemas de produção. Conhecer as principais práticas de manejo de alimentação e nutrição, sanitário e de dejetos. Compreender a produção de carne e a sua qualidade, além dos aspectos de gestão de uma bovinocultura de corte, abrangendo os aspectos de meio ambiente e bem estar animal.
Referências Básicas	• ANDRIGUETTO, José Milton. Nutrição animal: volume 2 : alimentação animal (nutrição animal aplicada). 3. ed. São Paulo: Nobel, c1983. • GONÇALVES, Paulo Bayard Dias; FIGUEIREDO, José Ricardo de; FREITAS, Vicente José de Figueiredo. Biotécnicas aplicadas à reprodução animal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2008. 395 p. • REECE, William O. Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2008. xi, 468 p.
Referências Complementares	• BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. Reprodução em bovinos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2006. 232 p. • KINGHORN, Brian; WERF, Julius van der; RYAN, Margaret (Ed.). Melhoramento animal: uso de novas tecnologias: um livro para consultores, criadores, professores e estudantes de melhoramento genético animal. Piracicaba: FEALQ, 2006. 367 p.

	• PIRES, Alexandre Vaz. Bovinocultura de corte. Piracicaba: FEALQ, 2010, v. 1. 760 p. • PIRES, Alexandre Vaz. Bovinocultura de corte. Piracicaba: FEALQ, 2010 v. II, (761-1510) p. • SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DE PASTAGEM, 24., 2007, Piracicaba, SP.; PEDREIRA, Carlos Guilherme Silveira (Ed). Anais ... Piracicaba, SP: FEALQ, 2007. 472 p.

TECNOLOGIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (45h) – 3 créditos	
Ementa	Aspectos históricos e importância da tecnologia de produtos de origem animal. Estrutura e composição dos alimentos. Microbiologia, tecnologia, processamento e conservação de produtos de origem animal. Higiene e controle de qualidade. Legislação.
Objetivo	Aplicar os princípios básicos da tecnologia de processamento de produtos de origem animal e capacitar os alunos para que possam compreender e analisar os princípios básicos de conservação destes produtos com base na microbiota presente e dos fatores intrínsecos e extrínsecos.
Referências Básicas	• COUTO, R.H.N.; COUTO, L.A. Apicultura: manejo e produtos. 3a ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193p. • GERMANO, P. M. L. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. 4a ed. Barueri: Manole, 2011. • SILVA, D. J.; QUEIROZ, A. C. Análise de Alimentos - Métodos Químicos e Biológicos. 3a ed., Viçosa: UFV, 2006. 235p.
Referências Complementares	• COSTA, P. S.; OLIVEIRA, M. O. Processamento de mel puro e composto. Viçosa: CPT, 2003. 147p. • FORSYTHE, S. J. Microbiologia e segurança alimentar. Porto Alegre: Artemed, 2002. 424p. • SILVA, F. T. Queijo Minas Frescal, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005. • SILVA, F. T. Queijo Mussarela, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005. • SILVA, F. T. Queijo Parmesão, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005. SILVA, F. T. Queijo Prato, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005. • TRONCO, V. M. Manual para Inspeção da Qualidade do

	Leite. Santa Maria: UFSM, 2008. 203p.

FLORICULTURA, PLANTAS ORNAMENTAIS E PAISAGISMO (45h) – 3 créditos	
Ementa	Importância socioeconômica. Classificação e sistemas de produção de plantas ornamentais. Comercialização. Arborização urbana. Projetos paisagísticos.
Objetivo Geral	Conhecer as principais práticas relacionadas a atividade de Floricultura, plantas ornamentais e paisagismo, assim como a teoria e conceitos que permeiam esta atividade. Tendo como base os conhecimentos científicos e tecnológicos, o futuro profissional será capaz de realizar com competência essa atividade tão promissora no Brasil.
Referências Básicas	• DEMATTÊ, Maria Esmeralda Soares Payão. Princípios de paisagismo. 3. ed. Jaboticabal, SP: FUNEP, 2006. 143 p. ISBN 85-87632-73-6 (broch.) • LOPES, Luiz Carlos; BARBOSA, José Geraldo (Ed.). Propagação de plantas ornamentais. Viçosa: UFV, 2007. 183 p. (Soluções). ISBN 9788572693097 • KÄMPF, Atelene Normann; TAKANE, Roberto Jun; SIQUEIRA, Paulo Tadeu Vital de. Floricultura: técnicas de preparo de substratos. Brasília, DF: LK, 2006. 132 p. (Tecnologia fácil ; 19). ISBN 8587890328 • ROMAHN, Valério. Enciclopédia ilustrada 1001 plantas & flores. São Paulo, SP: Europa, 2008. 400 p. (Coleção Biblioteca Natureza). ISBN 9788586878480 (enc.)
Referências Complementares	• COMPTON, J. Plantas para casa. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, c1970. 157 p. (Prisma; 11). • GREENWOOD, P. O livro definitivo de dicas & sugestões de jardinagem. São Paulo, SP: Nobel, 1998. 192 p. ISBN 9788521309444.

	• KAMPE, A. N.; COSTA, G. J. C. Produção comercial de plantas ornamentais. 2ª ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 254p. ISBN 859893402. • PAIVA, Haroldo Nogueira de; GONÇALVES, Wantuelfer. Produção de mudas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 128 p. (Jardinagem e paisagismo: Arborização urbana ; 1). ISBN 8588216914 • TUPIASSÚ, A. Da planta ao jardim: um guia fundamental para jardineiros, amadores e profissionais. São Paulo: Nobel, 2008. 156p. ISBN 9788521314233.

SILVICULTURA (45 h) – 3 créditos	
Ementa	A floresta, sua importância econômica, social e ecológica. Princípios de dendrologia e dendrometria. Principais espécies florestais. Produção de sementes e mudas florestais. Implantação e manejo de florestas. Produtos florestais. Legislação florestal.
Objetivo Geral	Incentivar os estudantes a desenvolverem uma visão crítica sobre a silvicultura, o manejo de florestas naturais e plantadas. Conscientizar a utilização racional dos recursos florestais para o desenvolvimento social.
Referências Básicas	• GALVÃO, Antonio Paulo Mendes. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais. Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 351 p. • SOARES, Carlos Pedro Boechat, 1968. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2010. 276p. • SISTEMAS agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006. 365 p.
Referências Complementares	• BARBOSA, C. A. Manual da Cultura do Eucalipto e Pinus. 2009. 156 p. • CARVALHO, P. E. R. Espécies Arbóreas Brasileiras, Vol 1. 2003. E. EMBRAPA.

	• LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras – Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil Vol 01. • LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras – Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil Vol 02. • MARTINS, Sebastião Venâncio. Recuperação de matas ciliares. 2.ed. rev. e ampl. Viçosa: Aprenda Fácil, 2007. 255p.

FISIOLOGIA E MANEJO PÓS-COLHEITA (45 h) – 3 créditos	
Ementa	Caracterização, perdas e qualidade de produtos vegetais na pós-colheita. Fisiologia da pós-colheita. Atmosferas de armazenamento e cadeia de frio. Distúrbios fisiológicos. Índice de maturação, classificação, armazenamento e comercialização. Processamento mínimo. Manejo pós-colheita de frutas, hortaliças, flores e grãos armazenados.
Objetivo Geral	Fornecer conhecimentos sobre os princípios de tecnologia pós-colheita de frutas e hortaliças
Referências Básicas	• CHITARRA, Maria Isabel Fernandes; CHITARRA, Adimilson Bosco. Pós-colheita de frutos e hortaliças: fisiologia e manuseio. Lavras: ESAL, 1990. 293 p. • KLUGE, Ricardo Alfredo et al. Fisiologia e manejo pós-colheita de frutas de clima temperado. Campinas: Livraria e Editora Rural LTDA, 2002. 214 p. ISBN 8587702033. • LUENGO, Rita de Fátima Alves et al. Pós-colheita de hortaliças. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 100 p. (Coleção Saber 6). ISBN 9788573833836 • LUENGO, Rita de Fátima Alves; CALBO, Adonai Gimenez (Ed.). Pós-colheita de hortaliças: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação

	Tecnológica, 2011. 251 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573835229.
Referências Complementares	• AWAD, M. Fisiologia Pós-colheita de frutas. 1ª Ed. Nobel, São Paulo, 1993. • CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A BLEINROTH, E.W. coord. Tecnologia de pós-colheita de frutos tropicais. Campinas, Imprensa Oficial do Estado, ITAL, 1988. 200p. (Manual Técnico) • . B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: glossário. Lavras: UFLA, 2006. 256 p. • CORTEZ, L. A. B.; HONÓRIO, S. L.; MORETTI, C. L. Resfriamento de frutas e hortaliças. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2002. 425p. • CHOUDHURY, Mohammad Menhazudin. Uva de mesa: pós-colheita. Brasília, DF: Embrapa, 2001. 55 p. (Frutas do Brasil ; 12). ISBN 8573831103.

EXTENSÃO RURAL (30h) – 2 créditos	
Ementa	Histórico da extensão rural no Brasil. Princípios da comunicação e difusão de inovações. Abordagens de ação extensionista. Comunicação rural. Métodos e meios na ação de extensão rural: o método e sua importância; métodos de comunicação e métodos de extensão rural; Novas tecnologias da informação.
Objetivo Geral	Conhecer e identificar os métodos adequados e eficientes para levar novas tecnologias e informações aos produtores rurais.
Referências Básicas	• BROSE, M. (org.) Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. • FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. • OLINGER, Glauco. Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil. Santa Catarina: Epagri, 1996. 523p. • RUAS, Elma Dias et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável (MEXPAR). Belo Horizonte: EMATER, 2006. 132 p. • THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA,

	João Nildo (ORG.). Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável . Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 234p.
Referências Complementares	• ASSISTÊNCIA técnica e extensão rural no sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos. Editora Unijuí, 2013. 200 p. • BRASIL.; BORGES, J. M.; COELHO, Maria Beatriz (Coord.). Diretrizes curriculares nacionais da educação básica. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2013. 562 p. • JESUS, S. M. S. A. de. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 130 p.

MANEJO DE PLANTAS DANINHAS (60h) – 4 créditos	
Ementa	Origem, evolução, classificação, identificação e ecofisiologia de plantas daninhas. Competição e interferência. Alelopatia. Banco de sementes. Métodos de controle de plantas daninhas. Classificação, propriedades físico-químicas, comportamento dos herbicidas no ambiente, mecanismos de ação e sintomatologia. Métodos de aplicação, absorção e translocação dos herbicidas. Resistência de plantas daninhas a herbicidas.
Objetivo Geral	Capacitar os alunos para reconhecer as principais espécies daninhas, ao entendimento de sua biologia e ecologia e à seleção de técnicas adequadas para controlar as infestações que comumente ocorrem em áreas agrícolas.
Referências Básicas	• HERTWIG, Kurt von. Manual de herbicidas, desfolhantes, dessecantes, fitorreguladores e bio-estimulantes. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Agronômica Ceres, 1983. 669 p. • LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional. 6. ed.

	Nova Odessa, SP: Plantarum, 2006. 381 p. ISBN 8586714224 • LORENZI, Harri. Plantas daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas. 4. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2008. 640 p. ISBN 8586714276. • OLIVEIRA JÚNIOR, Rubem Silvério de; CONSTANTIN, Jamil. Plantas daninhas e seu manejo. Guaíba: Agropecuária, 2001. 362 p. ISBN 8585347805.
Referências Complementares	• DEUBER, R. Ciência das plantas infestantes: fundamentos. 2ª Edição, Vol.1, Jaboticabal, SP: Funep, 2003. • GAZZIERO, Dionísio Luiz Pisa et al. As plantas daninhas e a semeadura direta. Londrina: Embrapa, 2001. 59 p. (Circular Técnica (Embrapa Soja) ; 33) • KRANZ, Walter Miguel et al. Ocorrência e distribuição de plantas daninhas no Paraná. Londrina: IAPAR, 2009. 283 p. ISBN 9788588184305 • MONQUEIRO, P. A. (Org.). Aspectos da biologia e manejo das plantas daninhas. São Carlos: Rima editora, 2014. 430 p. • MONQUEIRO, P. A. (Org.). Manejo de plantas daninhas nas culturas agrícolas. São Carlos: Rima editora, 2014. 306 p. • VARGAS, L, ROMAN, E.S. Manual de manejo e controle de plantas daninhas. Bento Gonçalves: EMBRAPA Uva e Vinho, 2004.

MELHORAMENTO VEGETAL (60h) – 4créditos	
Ementa	Natureza, perspectivas e objetivos do melhoramento. Origem e Evolução de Plantas Cultivadas. Conservação de germoplasma. Sistemas de Reprodução de Plantas Cultivadas. Estrutura Genética de Populações. Bases Genéticas dos Caracteres: qualitativos e quantitativos. Sistemas de Seleção de Plantas Autógamas e Alógamas. Híbridos e Variedades de Polinização Aberta. Poliploidia. Genética da resistência a pragas e moléstias.
Objetivo Geral	Fornecer os fundamentos do melhoramento de plantas, mostrando os principais conceitos e métodos utilizados na obtenção de variedades melhoradas. Proporcionar a aplicação dos conhecimentos básicos de genética no desenvolvimento de técnicas especializadas de cruzamentos e de sistemas de seleção para obtenção de genótipos superiores.

Referências Básicas	• ALLARD, R.W. Princípios do melhoramento genético das plantas. Traduzido por: BLUMENSCHUEB, A.; PATERNIANI, E.; GURGEL, J.T.A. & VENCOVSKI, R. São Paulo, editora Edgard Blücher Ltda., 1971. 381 p. • BORÉM, A. Melhoramento de plantas. Viçosa, UFV, 1997, 547 p. • DESTRO, D e MONTALVÁN, R. Melhoramento Genético de Plantas. Londrina, UEL, 1999, 818 p. • PATERNIANI, E. ed. 1978. Melhoramento e Produção do Milho no Brasil. Fundação Cargill, 650 p.
Referências Complementares	• BORÉM, A. Melhoramento de espécies cultivadas. Minas Gerais : ed. UFV, 1999. 817p. • BUENO, L.C.S.; MENDES, N.A.G. e CARVALHO, S. P. Melhoramento genético de plantas: princípios e procedimentos. Lavras, UFLA, 2001. 282 p. • PINTO, R.J.B. Introdução ao melhoramento genético de plantas. 2ª Edição. Maringá, Editora da UEM, 2009. 351 p. • RONZELLI JÚNIOR, P. Melhoramento genético de plantas. Curitiba, P. Ronzelli Jr., 1996. 219 p. • TORRES, A. C.; CALDAS, L. S. e BUSO, J. A. Cultura de tecidos e transformação genética de plantas. Brasília: EMBRAPA, 1998. v.1. p.509.

DÉCIMA FASE

Disciplinas	Carga horária (h)	Créditos
Estágio Curricular	360	24
Trabalho de Conclusão de Curso	30	2
TOTAL	390	26

OPTATIVAS

Cada optativa terá carga horária de 30 horas, correspondentes à 2 créditos, cada.

GESTÃO AMBIENTAL (30h) - 2 créditos	
Ementa	Licenciamento Ambiental. Tecnologias para tratamento de resíduos líquidos. Biodigestores e produção de biogás. Compostagem. Fertilizantes Orgânicos. Destinação de animais mortos. Impactos ambientais
Objetivo Geral	Fornecer informações sobre os impactos ambientais causados pela produção animal e vegetal, além de apresentar ferramentas que podem ser utilizadas para minimizar essas ações.
Referências	• HAMMES, V. S. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA

Básicas	AGROPECUÁRIA. Agir, percepção da gestão ambiental. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Embrapa, 2012. 346 p. • MASSUKADO, L. M. Compostagem: nada se cria, nada se perde; tudo se transforma. 1.ed. Brasília: IFB, 2016. 83 p. • THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 234p.
Referências Complementares	• CURSO de gestão ambiental. São Paulo: Manole, 2004. xx, 1045 p. • EMPRESA, meio ambiente e responsabilidade socioambiental. Brasília, DF 2012. 443 p. • INÁCIO, C. T.; MILLER, P. R. M. Compostagem: ciência e prática para a gestão de resíduos orgânicos. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009. 156 p. • OLIVEIRA, P. A. V. Manual de manejo e utilização dos dejetos de suínos. Concórdia: EMBRAPA, CNPSA, 1993. 188 p. • OLIVEIRA, P. A. V.; HIGARASHI, M. M. Unidade de compostagem para o tratamento dos dejetos de suínos. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006 https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/856117/1/doc114.pdf • OLIVEIRA, P. A. V.; HIGARASHI, M. M. Geração e utilização de biogás em unidades de produção de suínos. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006. http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/publicacao_14177t4r.PDF • PEREIRA NETO, J. T. Manual de compostagem: processo de baixo custo. Viçosa: UFV, 2007. 81 p. • UCZAI, P. F. Biocombustíveis: energia renovável e alimento saudável. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2007. 68p.

MARKETING APLICADO AO AGRONEGÓCIO (30h) - 2 créditos	
Ementa	Marketing estratégico aplicado ao agronegócio. Métodos formais de análise estratégica. Principais opções estratégicas das firmas agroindustriais. Diferentes enfoques do marketing nos dias atuais. Comportamento do consumidor. Variáveis da decisão de compra. Tendências relacionadas ao marketing no agronegócio.
Objetivo Geral	Apresentar aos discentes a importância do marketing e como esta ferramenta auxilia na criação de valor e na decisão de compra dos consumidores.
Referências	• BATALHA, Mario Otávio. Gestão agroindustrial: GEPAI:

Básicas	Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, c1996. • BATALHA, Mario Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 770 p. • CHURCHILL, Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 626 p. • MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005-. 2 v. • KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. 303 p. • KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2006. 750 p.
Referências Complementares	• MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005-. 2 v. • PORTER, Michael E. Estratégia competitiva. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004. 409 p. • KELLER, Kevin Lane; MACHADO, Marcos. Gestão estratégica de marcas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. xx, 289 p • KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2006.

BIOTECNOLOGIA VEGETAL (30h) – 2 créditos	
Ementa	Introdução à biotecnologia: História, importância, bases e aplicabilidade. Totipotência celular e cultura de células, tecidos e órgãos. Processos biotecnológicos. Tecnologia do DNA recombinante e organismos geneticamente modificados. Marcadores moleculares. Bioética e legislação.
Objetivo Geral	Apresentar e discutir as atualidades biotecnológicas com aplicabilidade no setor agrícola, proporcionando aos estudantes a

	compreensão de seus fundamentos, prestabilidade e atuação profissional.
Referências Básicas	• BINSFELD, P. C. (Org.). Biossegurança em biotecnologia. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2004. 367 p. • SERAFINI, L. A.; BARROS, N. M. de; AZEVEDO, J. L. de (Org.). Biotechnologia: avanços na agricultura e na agroindústria. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2002. 433 p. • TORRES, A.C.; CALDAS, L.S.; BUZZO, J.A. (eds). Cultura de Tecidos e Transformação Genética de Plantas. V.1. e 2. Brasília, Embrapa, 864p. 1998 e 1999. • ULRICH, H.; TRUJILLO, C. A. Bases moleculares da biotecnologia. São Paulo: Roca, 2008. 218 p.
Referências Complementares	• BORÉM, A; SANTOS, F.R. Entendendo a Biotecnologia. Editora Suprema. 2008. • GEORGE, E.F. Plant Propagation by Tissue Culture. Exegetics, Edington. 1996. V.1,2. • FERREIRA, M.E. & GRATTAPAGLIA, D. Introdução ao uso de marcadores RAPD e RFLP em análise genética. Brasília, EMBRAPA, 220 p.1995. • ROCA, W.M. & MROGINSKI, L.A. Cultivo de Tejidos en la Agricultura. Cali, CIAT, 970 p. 1993. • TEIXEIRA, P. & VALLE, S. Biossegurança, uma abordagem multidisciplinar. RJ, FIOCRUZ, 362 p.1996. • ZAHA, A. (Coord.). Biologia Molecular Básica. Porto Alegre, Mercado Aberto, 336 p. 1996.

GEOSTATÍSTICA (30h) - 2 créditos

Ementa	Histórico e conceitos básicos da geoestatística; amostra e métodos de amostragem; inferência espacial; variáveis aleatórias e regionalizadas; desagrupamento; semivariograma; modelos e ajustes do semivariograma; estimativas geoestatísticas; krigagem;

	krigagem simples e ordinária; cokrigagem; validação para a modelagem.
Objetivo Geral	Introduzir ao aluno conhecimentos sobre conceitos e aplicações de geoestatística, as principais técnicas de estatística espacial, representações gráficas e análise de dados espaciais.
Referências Básicas	• CAMARGO, E. C. G. Geoestatística: Fundamento e Aplicações. In: CAMARA, G.; MEDEIROS, J. S. Geoprocessamento em Projetos Ambientais. 2ª ed. São José dos Campos: INPE, 1998. 36p. • GUIMARÃES, E. C. Geoestatística básica e aplicada. Universidade Federal de Uberlândia, 2004. 78 p. vol. 1. (Apostila). • YAMAMOTO, J. K.; LANDIM, P. M. B. Geoestatística: conceitos e aplicações. 1. ed. São Paulo: Ed. Oficina de Textos, 2013. 215p.
Referências Complementares	• BOLFARINE, H.; BUSSAB, W.O. Elementos de amostragem. Versão preliminar. São Paulo: Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, 2000. • LANDIM, P. M. B. Análise estatística de dados geológicos. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 226p. • VIEIRA, S. R. Geoestatística aplicada à agricultura de precisão. GIS Brasil'98, Curso P, Curitiba, PR, 1998, 53p.

MELHORAMENTO ANIMAL (30h) - 2 créditos	
Ementa	Genética de populações. Genética quantitativa. Seleção. Consanguinidade e cruzamento. Métodos de seleção de mais de uma característica. Melhoramento de animais de produção.

Objetivo Geral	Aplicar os conhecimentos de genética de população e genética quantitativa no melhoramento animal. Além de conhecer a aplicação da seleção, dos cruzamentos e da consanguinidade no melhoramento animal e aplicar os métodos de seleção mais adequados de acordo com as características a serem melhoradas.
Referências Básicas	• AUAD, Alexander Machado, et al. Manual de bovinocultura de leite. Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2010. 608 p. • CRUZ, Cosme Damião. Princípios de genética quantitativa. Viçosa: UFV, 2005. 394 p. ISBN 857269207X. • OTTO, Priscila Guimarães. Genética básica para veterinária. 4. ed. São Paulo: ROCA, 2006. xii, 284 p. ISBN 9788572416320.
Referências Complementares	• CARNEIRO, Newton Portilho; CARNEIRO, Andréa Almeida. A era genômica - desvendando o código genético. Lavras: Ed. UFLA, 2002. 74 p. • CRUZ, Cosme Damião. Modelos biométricos aplicados ao melhoramento genético. 2. ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1997. 390 p. ISBN 8572690239. • GRIFFITHS, Anthony J. F. introdução à genética. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 856 p. ISBN 8527704633. • FALCONER, D. S. Introdução a genética quantitativa. Viçosa: UFV- Universidade Federal de Viçosa, 1987. 279 p. • KINGHORN, Brian; WERF, Julius van der; RYAN, Margaret (Ed.). Melhoramento animal: uso de novas tecnologias : um livro para consultores, criadores, professores e estudantes de melhoramento genético animal. Piracicaba: FEALQ, 2006. 367 p. ISBN 8571330425 (broch.)

CULTURAS DE LAVOURA III (30h) - 2 créditos			
Ementa	Importância	Econômica.	Características Agronômicas,

	potencialidade e cultivo. Morfologia e fenologia de plantas. Manejo fitotécnico e fitossanitário. Colheita, beneficiamento e armazenamento.
Objetivo Geral	Capacitar o futuro profissional técnico para atuar na área de culturas anuais (algodão e mandioca) consciente e apto a orientar tecnicamente a produção agrícola, tomando decisões para maximizar a produção, obter bons índices de produtividade, minimizando as perdas ocasionadas por agentes bióticos, abióticos e de clima.
Referências Básicas	• ALGODÃO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2014. 312 p. ISBN 9788572695053 • CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A. Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126p. ISBN 8521310781 • EMBRAPA ALGODÃO. Algodão: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 265 p. (500 perguntas 500 respostas). 2015.ISBN 8573832789
Referências Complementares	• INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de algodão. 2. ed. rev. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004. 56 p. (Cadernos tecnológicos). ISBN 8575292765 • MALAVOLTA, E. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo, SP: Agronômica Ceres, 1987. 496 p. (Ceres; 36) • MANDIOCA: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa, 2006. 176 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas.). ISBN 8573833688. • SANTOS, Elson Soares dos; MATIAS, Edson Cavalcante; BARBOSA, Maildon Martins. Mandioca: cultivo agroecológico e uso na alimentação humana e animal. João Pessoa, PB: EMEPA-PB, 2011. 90 p. ISBN 9788565808019.

INGLÊS INSTRUMENTAL (30 h) – 2 créditos	
Ementa	Estratégias de leitura: ativar conhecimento prévio, identificar cognatas e não cognatas, contexto e objetivos; aplicar as técnicas de “scanning”, “skimming” e dedução, reconhecer estruturas gramaticais e pistas tipográficas que auxiliam a compreensão. Leitura de textos técnicos na área de Agronomia. Leitura de gêneros acadêmicos em inglês.
Objetivo Geral	Compreender textos técnicos em língua inglesa através do uso de estratégias de leitura.
Referências Básicas	• SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. 2. ed. atual. São • João Del-Rei, MG: Disal, 2005. 203 p. ISBN 9788578440626. • SANTOS, Denise. Ensino de língua inglesa: foco em estratégias. Barueri: Disal, 2012. 343 p. ISBN • 9788578441050. • MURPHY, Raymond. English grammar in use: a reference and practice book for intermediate learners of English: without answers. 4th ed. Cambridge; Cambridge University Press, 2012. ix, 333 p. ISBN 9780521189088 (broch.).
Referências Complementares	• JACOBS, Michael A. Como não aprender inglês: edição definitiva: erros comuns e soluções práticas. Rio de Janeiro: Campus, 2002. XII, 254 p. • MICHAELIS: moderno dicionário inglês-português, português-inglês . 2. ed. - 10a impressão. São Paulo: Melhoramentos, 2008. XXIV, 1735 p • DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. atual. New York: Oxford University Press, 2009. 757 p • TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 448 p. ISBN 9788502063525.

LIBRAS (30h) - 2 créditos	
Ementa	Surdez e linguagem. Concepções do Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo da Educação de Surdos. Alfabeto manual, os números e vocabulário de Libras. Professor Bilíngue. Cultura e identidade dos Surdos. Aspectos Históricos da Educação dos Surdos. Vocabulário de LIBRAS, Intérprete na sala de aula, Construção da escrita dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras.
Objetivo Geral	Difundir o uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para a comunicação de contato com os fundamentos de aprendizagem na comunidade escolar universitária.
Referências Básicas	• CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. • FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e bilinguismo. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. • SOUZA, Regina Maria de. Educação de surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.
Referências Complementares	• CUNHA, Maria Clementina Pereira. Libras - Conhecimento além dos Sinais. São Paulo: Pearson Educations. • GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009. • HONORA, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando à comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. • QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. • SOUZA, Regina Maria de. Que palavra que te falta? Linguística, Educação e Surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

EQUIDEOCULTURA (30h) - 2 créditos	
Ementa	Importância da equideocultura. Raças e exterior dos equídeos. Instalações para a criação de cavalos. Controle sanitário e zootécnico. Alimentos e nutrição de equinos. Reprodução. Aprumos e andamento. Julgamento de equídeos.
Objetivo Geral	Conhecer e compreender as atividades que envolvem a criação, exploração e produção de equídeos, abrangendo os aspectos de meio ambiente e bem estar animal; Conhecer as diferentes espécies e raças dos equídeos bem como suas particularidades e manejo reprodutivo, sanitário e nutricional
Referências Básicas	• BAÊTA, Fernando da Costa; SOUZA, Cecília de Fátima. Ambiência em edificações rurais: conforto ambiental. 2. ed. Viçosa: UFV, 2010. 269 p. ISBN 85-7269-025-5. • RADOSTITS, O. M. et al. Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002. xxix, 1737 p. ISBN 8527707060. • REECE, William O. Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2008. xi, 468 p. ISBN 9788572417396 (broch.).
Referências Complementares	• BONGIANNI, Maurizio. Guia das raças de cavalos. Lisboa: Editorial Presença, 1995. 259 p. • GUILHON, Paulo. Doma racional interativa. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. 207 p. ISBN 8588216353. • SILVER, Caroline. Tudo sobre cavalos: um guia mundial de 200 raças. 3. ed. -. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 231 p. ISBN 8533613008 (broch.). • HAFEZ, E. S. E.; HAFEZ, B. (Ed.). Reprodução animal. 7. ed. Barueri: Manole, 2004. 513 p.

APICULTURA (30h) - 2 créditos	
Ementa	Introdução. Taxonomia. Abelhas africanas no Brasil. Composição, biologia e atividades das abelhas na colmeia. Meliponicultura. Morfologia, fisiologia e nutrição das abelhas. Produtos apícolas. Instalação de apiários. Produção e substituição de rainhas. Flora apícola e polinização. Melhoramento genético na apicultura. Patologia apícola. Legislação apícola.
Objetivo Geral	Compreender a criação de abelhas, com foco na exploração dos produtos apícolas, abrangendo aspectos de meio ambiente e diversificação da renda da propriedade através da sua associação com outras atividades, tanto animal quanto vegetal. Conhecer a espécie bem como suas particularidades e manejo sanitário e nutricional.
Referências Básicas	• BARBOSA, C. A. Manual de Produção de Mel. Viçosa: Editora Agro Juris, 2009. • COUTO, Regina Helena Nogueira; COUTO, Leomam Almeida. Apicultura: manejo e produtos. 3. ed. rev. atual. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193 p. ISBN 8587632779. • SANTANA, Claudenei Neiva; MARTINS, Maria Amélia Seabra; ALVES, Rogério Marcos de Oliveira. Criação de abelhas para produção de mel. Brasília, DF: SENAR, 2004. 135 p. (Trabalhador na Apicultura).
Referências Complementares	• COSTA, P. S. C.; OLIVEIRA, J. S. Manual prático de criação de abelhas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005. 424p.

	• ITAGIBA, M. G. O. R. Noções básicas sobre a criação de abelhas: instalação de um apiário, métodos de criação, colheita e extração do mel, polinização. São Paulo: Nobel, 1997. 110p. • WIESE, Helmuth. Apicultura: novos tempos. 2. ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 378 p. • WOLFF, Luis Fernando. Como alimentar enxames. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 51 p. • WOLFF, Luis Fernando. Como instalar colmeias. Brasília, DF, Embrapa Informação Tecnológica, 2010. 59 p.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS (30h) - 2 créditos	
Ementa	Diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos acadêmicos. Fatores de textualização/textualidade, regras de coesão, coerência e referenciação. Especificidades do texto acadêmico e condições de produção.
Objetivo Geral	Qualificar as diferentes leituras de textos em gêneros da esfera acadêmica, quer na dimensão intersubjetiva - encontro com o autor, em um contexto social e historicamente situado - quer na dimensão intrassubjetiva - ações de leitura demandadas na construção dos sentidos do texto e qualificar a produção de textos nos diversos gêneros discursivos da esfera acadêmica, de acordo com suas particularidades.
Referências Básicas	• FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2009. 104 p. • KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 216 p.

	• OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica. 7. ed. Petrópolis : Vozes, 2011. 222 p. • PERROTTA, Claudia. Um texto pra chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 155 p.
Referências Complementares	• BALTAR, Marcos Antonio Rocha; CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth; ZANDOMENEGO, Diva. Leitura e Produção Textual Acadêmica I. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. • FARACO, C. A. e TEZZA, C. Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. • KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 84 p. • MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. • VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. vii, 133 p. • ZAVALA, Virgínia. Quem está dizendo isso?: letramento acadêmico, identidade e poder no ensino superior. In: VÓVIO, Cláudia; SITO, Luanda; GRANDE, Paula de (Orgs.). Letramentos, Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

APÊNDICE II

Corpo Docente

DOCENTES DO NÚCLEO TÉCNICO

Alan Schreiner Padilha

CPF: 936.939.239-49

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Engenharia Florestal (Universidade do Contestado)

Especialização: Levantamento Geodésicos (Universidade do Contestado)

Mestrado: Engenharia Florestal – Produção Florestal (UDESC)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8069765131542346>

Allan Charles Mendes de Sousa

CPF: 019.961.403-29

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Engenharia Agrônômica (UFPI)

Graduação: Licenciatura em Biologia (Claretiano-SC)

Mestrado: Engenharia Agrícola – Água e Solo (UNICAMP)

Doutorado: Engenharia Agrícola – Água e Solo (UNICAMP)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1127612329430340>

Andressa Fernanda Campos

CPF: 333.727.558-39

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Zootecnia (UNESP)

Graduação: Licenciatura em Biologia (Claretiano-SC)

Mestrado: Zootecnia – Forragicultura e Pastagens (UFV)

Doutorado: Zootecnia – Forragicultura e Pastagens (UNESP)

Pós-doutorado: Zootecnia – Forragicultura e Pastagens (UNESP)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3949111387596992>

Gilson Ribeiro Nachtigall

CPF: 429.796.170-91

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Engenharia Agrônômica (UFPEL)

Mestrado: Ciências Agrárias - Fitotecnia (UFPEL)

Doutorado: Ciências Agrárias - Fitotecnia (UFPEL)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9686935200397247>

Isabela Fonseca

CPF: 059.903.556-02

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Zootecnia (UFV)

Graduação: Licenciatura em Biologia (Claretiano-SC)

Mestrado: Zootecnia (UFV)

Doutorado: Genética e Melhoramento (UFV)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7082684348291486>

Josy Alvarenga Carvalho Gardin

CPF: 052.219.601-01

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Administração de Empresas (UFLA)

Mestrado: Administração (UFRGS)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1932435783920776>

Liliane Martins Brito

CPF:871.649.228-34

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Agronomia (UFSC)

Mestrado: Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais (UFSC)

Doutorado: Agronomia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7858069038447674>

Nadir Paula da Rosa.

CPF:724.987.810-72

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Administração com habilitação em comércio exterior (UFRGS)

Especialização: Comércio Exterior (UNOESC)

Mestrado: Agronegócio (UFRGS)

Doutorado: Desenvolvimento Rural – (UFRGS)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1356445327870265>

Osmar Alberto Crestani

CPF: 304.854.289-20

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Engenharia Agrônômica

Mestrado: Fitopatologia (UNB)

Doutorado: Produção Vegetal (UDESC)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6100645102933781>

Ricardo de Araújo

CPF: 635.473.849-15

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Engenharia Agrônômica (UEL)

Graduação: Graduação em programa especial de formação pedagógica (UEM)

Mestrado: Agronomia – Fitotecnia (UEL)

Doutorado: Agronomia – Fitotecnia (UEL)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1847808263408638>

DOCENTES DO NÚCLEO BÁSICO

Adriana Hoffmann

CPF: 006.179.799-52

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Letras Português/Espanhol (Universidade do Contestado)

Mestrado: Estudos Linguísticos (Universidade da Fronteira Sul)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8144316821004318>

Aledson Rosa Torres

CPF: 64268764020

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Farmácia Bioquímica

Mestrado: Ciências Biológicas (UFSM)

Doutorado: Farmacologia (UFSM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2174661033148121>

Ana Carolina Vieira Rodriguez

CPF:162.476.648-00

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Bacharel em Letras Português-Inglês (PUC –São Paulo)

Mestrado: Literatura de Língua Inglesa (UFSC)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8433510361679086>

Carlos Roberto Silva

CPF: 590.018.364-53

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Licenciatura em Matemática (CUFSA)

Mestrado: Educação Matemática (PUC-SP)

Doutorado: Educação Matemática (UNIBAN)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9959521888530484>

Cintia Fernandes da Silva

CPF: 048.859.669-65

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Licenciatura em Física (UFSC)
Mestrado: Física (UFSC)
Doutorado: Física (UFSC)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3818850858214447>

Davi Cezar da Silva

Regime de trabalho: 40 horas
Graduação: Matemática (FAJESU)
Mestrado: Ensino de Matemática (UFN)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2208750186869475>

Flávia Caraíba de Castro

CPF: 027.449.771-95
Regime de trabalho: 40 horas
Graduação: Matemática (UFT)
Mestrado: Educação Científica e Tecnológica (UFSC)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9937264400127424>

Gabriel Schmitt

CPF: 023.495.249-06
Regime de trabalho: 40 horas
Graduação: Ciências Sociais
Mestrado: Sociologia Política
Doutorado: Sociologia Política
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0889238562568082>

Jaquiel Salvi Fernandes

CPF: 020.147.909-57
Regime de trabalho: 40 horas
Graduação: Licenciatura em Física (FACIPAL)
Mestrado: Física (UEL)
Doutorado: Física (UEL)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6134830462153246>

Lucilene Dal Médico Baerle

CPF: 890.777.680-68

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Ciências Plena – Habilitação em Matemática (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul)

Mestrado: Mestrado Prof. no Ensino de Física e de Matemática (UNF)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9841708735493808>

Marcos Bohrer

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Graduação em Geografia

Mestrado: Mestrado em Geografia (UFRGS)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6106302851573203>

Matias Marchesan de Oliveira

CPF: 012.749.490-17

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Engenharia Química (UFSM)

Mestrado: Engenharia de Processos (UFSM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4090326553618273>

Rafael Antônio Zanin

CPF: 050 329.859-02

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Engenharia de Produção e Sistemas (UDESC)

Graduação: Licenciatura em Matemática (UDESC)

Mestrado: Engenharia de Processos (UNIVILLE)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4115221244038225>

SÉRGIO FERNANDO MACIEL CORREA

CPF:021.289.029-83

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Licenciatura em Filosofia (FFSB)

Mestrado: Filosofia (UFPel)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8396873560896914>

Solange Francieli Vieira

CPF: 046.788-489-75

Regime de trabalho: 40 horas

Graduação: Licenciatura em Geografia (UNICENTRO)

Graduação: Bacharelado em Geografia (UFSC)

Mestrado: Geografia (UFSC)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5217331778997562>

APÊNDICE III

Corpo Técnico-Administrativo

Nome	Cargo	Regime de Trabalho	Formação	E-mail	CPF
Ana Claudia Cagnin	Assistente administrativo	40 horas semanais	Especialização em Controle da Gestão Pública	ana.cagnin@ifc.edu.br	048.136.379-30
Ana Claudia dos Santos	Auxiliar de biblioteca	40 horas semanais	Ensino Médio	ana.santos1@ifc.edu.br	084.586.359-25
Anderson Correa Gonçalves	Técnico em Agropecuária	40 horas semanais	Curso Técnico em Agropecuária	anderson.goncalves@ifc.edu.br	049.779.599-06
Angela Lidvina Schneider	Coordenadora de Patrimônio e Almo-xarifado	40 horas semanais	Especialização em Educação	angelalidvina@ifc.edu.br	019.465.269-67
Angela Maria Crotti da Rosa	Assistente administrativo	40 horas semanais	Especialização em Controle de Gestão Pública	angela_rosa@ifc.edu.br	008.584.909-00
Antoninho Baldissera	Pedagogo	40 horas semanais	Especialização em Logoterapia	antoninho.baldissera@ifc.edu.br	034.530.588-44
Bruno José Dani Rinaldi	Técnico em Labora-tório	40 horas semanais	Graduação em Engenharia de Alimentos	bruno.rinaldi@ifc.edu.br	065.206.879-01
Camila Zanette Zuanazzi	Assistente administrativo	40 horas semanais	Ensino Médio	camila.zuanazzi@ifc.edu.br	956.275.020-53
Carla Genoveva Santin Fernandes	Assistente administrativo	40 horas semanais	Especialização em Língua Portuguesa	carlagsantin@ifc.edu.br	007.155.939-60
Caroline Vian Spricigo	Assistente administrativo	40 horas semanais	Graduação em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	carol.vian@ifc.edu.br	048.180.749-77
Cassiana Schmidt	Assistente administrativo	40 horas semanais	Especialização em Gestão e Direito Público	cassiana@ifc.edu.br	047.022.029-52
Daniel Manenti	Técnico em labora-tório/Área: Automa-ção Industrial	40 horas semanais	Especialização – MBA em Planejamento e Gestão Estratégica	manenti@ifc.edu.br	758.003.579-00
Danieli Vieceli	Psicóloga	40 horas semanais	Mestrado em Educação	danieli@ifc.edu.br	040.961.839-03

Deise Dallposso	Assistente de alunos	40 horas semanais	Ensino Médio	deise.dallposso@ifc.edu.br	051.329.609-36
Denise Danielli Pagno	Técnica em assuntos educacionais	40 horas semanais	Mestrado em Educação	denise.pagno@ifc.edu.br	005.627.129-84
Diego Alan Pereira	Técnico de Tecnologia da Informação	40 horas semanais	Especialização em Governança de TI	diego.pereira@ifc.edu.br	983.506.339-72
Everson Willian Batista	Técnico em Segurança do Trabalho	40 horas semanais	Técnico em Segurança do Trabalho	everson.batista@ifc.edu.br	072.475.369-93
Felipe Ribas	Auxiliar em Administração	40 horas semanais	Graduação (Licenciatura) em Filosofia	felipe.ribas@ifc.edu.br	041.722.579-25
Gabriela Frizzo Patrício	Técnica em assuntos educacionais	40 horas semanais	Mestrado em Educação	gabriela.patricio@ifc.edu.br	046.977.539-41
Giorge Vanz	Analista de tecnologia da informação	40 horas semanais	Mestrado profissional em Computação- área de concentração sistemas de informação.	giorge.vanz@ifc.edu.br	054.818.749-54
Giovana von Mecheln Lorenz (cedida reitoria).	Assistente administrativo	40 horas semanais	Graduação em Tecnologia em Marketing	giovana.lorenz@ifc.edu.br	694.468.229-04
Gislaine Julianotti Carlesso	Administrador	40 horas semanais	Especialização em Gestão Pública	gislaine.carlesso@ifc.edu.br	010.085.209-26
Grazieli Ferreira da Rosa	Enfermeira	40 horas semanais	Especialização em Enfermagem do Trabalho	grazieli.rosa@ifc.edu.br	022.005.910-12
Guillermo Gôngora Figoli (em exercício provisório no IFSC)	Técnico de Tecnologia da Informação	40 horas semanais	Técnico em Informática	guillermo.fogoli@ifc.edu.br	255.418.458-58
Joice Aparecida do Nascimento	Auxiliar de biblioteca	40 horas semanais	Especialização em Educação – Práticas Pedagógicas	joice.nascimento@ifc.edu.br	919.296.449-49
Josiane Bonetti	Assistente administrativo	40 horas semanais	Especialização – MBA em Gestão Pública	josiane.bonetti@ifc-videira.edu.br	043.821.679-22
Juciara Ramos Cordeiro	Assistente Social	40 horas semanais	Especialização em Gestão de Políticas Públicas	juciara.cordeiro@ifc.edu.br	044.653.039-55

Juliana Carla Bauerle Motta	Jornalista	25 horas semanais	Mestrado em Comunicação e sociedade.	juliana.motta@ifc.edu.br	052.609.119-38
Liliane Josefa Orso Pinheiro	Contadora	40 horas semanais	Especialização em Direito Empresarial e Planejamento Tributário	liliane.pinheiro@ifc.edu.br	041.456.809-52
Lizete Camara Hubler	Técnica em assuntos educacionais	40 horas semanais	Mestrado em Educação	lizete.hubler@ifc.edu.br	024.211.809-70
Loriane Vicelli	Técnica em assuntos educacionais	40 horas semanais	Especialização em Séries Iniciais do Ensino Fundamental	loriane.vicelli@ifc.edu.br	020.861.249-10
Luana de Araújo Huff	Gestora de contratos	40 horas semanais	Mestre em Linguística	luana.huff@ifc.edu.br	076.152.169-07
Marcelo Diel	Técnico em Agropecuária	40 horas semanais	Mestre em Ciências	marcelo.diel@ifc.edu.br	603.168.530-20
Maria José de Castro Bomfim	Programador Visual	40 horas semanais	Especialização em Marketing	maria.bomfim@ifc.edu.br	029.811.769-00
Marion Schmidt	Assistente administrativo	40 horas semanais	Especialização em Gestão e Direito Público	marion.schmidt@ifc.edu.br	047.022.019-80
Matheus Bisso Sampaio	Analista de tecnologia da informação	40 horas semanais	Especialização em Redes de Computadores	matheus.sampaio@ifc.edu.br	007.165.580-84
Nelson Magalhães de Oliveira	Bibliotecário/ Documentalista	40 horas semanais	Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares	nelson.oliveira@ifc.edu.br	921.664.078-20
Patrícia Frizzo	Auxiliar em Administração	40 horas semanais	Mestrado em Administração	patricia.frizzo@ifc.edu.br	058.863.759-13
Paulo Bruschi	Auditor	40 horas semanais	Especialização em Direito Material e Processual Civil	paulo.bruschi@ifc.edu.br	006.081.489-62
Rafaela Agostini	Chefia de gabinete	40 horas semanais	Graduação em Nutrição	rafaela.agostini@ifc.edu.br	010.357.559-63
Ramon Silva da Cunha	Tradutor Intérprete de Libras	40 horas semanais	Licenciatura em Matemática	ramon.cunha@ifc.edu.br	059.289.779-64
Ricardo Kohler	Técnico em Tecnologia da Informação	40 horas semanais	Graduação em Ciências da Computação	ricardo.kohler@ifc.edu.br	058.762.859-60
Rodrigo Zuffo	Assistente administrativo	40 horas semanais	Mestre em Administração	rodrigo.zuffo@ifc.edu.br	072.079.269-01

Rosana de Oliveira	Técnica em assuntos educacionais	40 horas semanais	Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais	rosana.oliveira@ifc.edu.br	001.145.469-59
Rosicler Zancanaro Bernardi	Técnica em assuntos educacionais	40 horas semanais	Especialização em matemática e física	rosicler.benardi@ifc.edu.br	005.078.049-29
Rosane Goularte	Técnica em assuntos educacionais	40 horas semanais	Mestrado em Ciências da Educação.	rosane.goularte@ifc.edu.br	557.845.429-15
Samantha Vanin Felchilcher	Auxiliar de biblioteca	40 horas semanais	Graduação em Psicologia	samantha.felchicher@ifc.edu.br	062.893.579-05
Sandra Cristina Martini Rostirola	Técnica em assuntos educacionais	40 horas semanais	Especialização em Ensino e Gestão na Educação Básica	sandra.rostirola@ifc.edu.br	026.148.829-50
Tatiana Zuffo de Castilha	Assistente de alunos	40 horas semanais	Graduação em Tecnologia de Alimentos	tatiana.castilha@ifc.edu.br	052.563.519-07
Thales Felliipe Guill	Assistente administrativo	40 horas semanais	Mestrado em Educação	thales.guill@ifc.edu.br	064.399.629-06
Tiago Heineck	Técnico de Tecnologia da Informação	40 horas semanais	Mestrado profissional em Computação- área de concentração sistemas de informação.	tiago.heineck@ifc.edu.br	047.292.249-14
Tiago Possato	Técnico em Laboratório/ Área: Eletroeletrônica	40 horas semanais	Graduado em Ciências da computação	tiago.possato@ifc.edu.br	061.017.649-82
Vanessa Bettoni	Assistente administrativo	40 horas semanais	Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa	vanessa.bettoni@ifc.edu.br	892.164.239-00
Vera Regina Mazureck	Pedagoga/ Supervisora Educacional	40 horas semanais	Mestrado em Educação	vera.mazureck@ifc.edu.br	370.147.300-53



Emitido em 15/04/2019

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 4035/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/05/2019 16:54)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
4035, ano: **2019**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **15/05/2019** e o código de
verificação: **c749052cb6**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA**

DESPACHO Nº 14/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 21 de maio de 2019.

Juntada de parecer.

(Assinado digitalmente em 21/05/2019 08:13)

RAFAELA AGOSTINI

Função Indefinida

Matrícula: 1826960

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **14**, ano: **2019**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **21/05/2019** e o código de verificação: **cec55be819**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

PARECER N° 1844/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

N° do Protocolo: 23352.001375/2019-11

Videira-SC, 15 de maio de 2019.

ASSUNTO:

Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia

PROPONENTE: NDE Agronomia

ATA ONDE CONSTA A DECISÃO DO CONCAMPUS:

Ata nº 01/2019 do dia 15 de maio de 2019.

OBSERVAÇÕES:

PARECER:

O Conselho de *Campus* - CONCAMPUS, do *Campus* Videira, emite parecer favorável quando a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia, com ressalvas.

(Assinado digitalmente em 17/05/2019 13:59)
ROSANGELA AGUIAR ADAM
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1763038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1844**, ano: **2019**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **15/05/2019** e o código de verificação: **5cda7b4676**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA**

SOLICITAÇÃO Nº 602/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 03 de julho de 2019.

Prezados,

O mandato do Conselho de Campus (CONCAMPUS) do Campus Videira encerra-se em agosto de 2019, visto que o IFC encontra-se em período de escolha de Reitor, Diretor e Conselho Superior solicitamos, conforme formulário em anexo, a prorrogação do mandato até 31/12/2019.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 03/07/2019 17:28)

RAFAELA AGOSTINI
CHEFE DE GABINETE
Matrícula: 1826960

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **602**, ano: **2019**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **03/07/2019** e o código de verificação: **6228e4c880**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

FORMULARIO Nº 2954/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 03 de julho de 2019.

Formulrio-Comisses.odt

VISUALIZAÇÃO INDISPONÍVEL

Total de páginas: 1

(Download Disponível pelo Sistema)

(Assinado digitalmente em 03/07/2019 17:28)

RAFAELA AGOSTINI
CHEFE DE GABINETE
Matrícula: 1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **2954**, ano: **2019**, tipo: **FORMULARIO**, data de emissão: **03/07/2019** e o código de
verificação: **5aa531061e**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
REITORIA - ASSESSORIA DE GABINETE**

DESPACHO Nº 795/2019 - ASSEG/GABI (11.01.18.00.10)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Blumenau-SC, 04 de julho de 2019.

Ao

Setor de Portaria.

CIENTE E DE ACORDO.

Encaminha-se para emissão de portaria de prorrogação de mandato do CONSELHO DE CAMPUS - CAMPUS VIDEIRA BIÊNIO 2017-2019, em atendimento à solicitação acostada à ordem 08.

(Assinado digitalmente em 04/07/2019 15:20)

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITOR

Matrícula: 1757038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **795**, ano: **2019**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **04/07/2019** e o código de verificação: **b5896f6e48**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
PORTARIA / REITORIA**

NOTA TÉCNICA Nº 315/2019 - PORT/REIT (11.01.18.56)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Blumenau-SC, 22 de julho de 2019.

1 - Trata-se de solicitação de análise à confecção de Portaria;

2 - Considerando que as propostas de criação e recriação de colegiados deverão atender ao disposto no art. 6º do Decreto 9.759/2019, de 11 de abril de 2019, abaixo transcrito, bem como, as orientações adicionadas ao Memorando Circular nº 80/2019 REIT/ADM de 18 de julho de 2019, enviado aos Pró-Reitores e Diretores-gerais dos *Campi*, e já publicado no sítio do IFC, entende-se:

Art. 6º As propostas de criação de novos colegiados, de recriação de colegiados extintos em decorrência do disposto neste Decreto ou de ampliação dos colegiados existentes deverão:

I - observar o disposto nos art. 36 a art. 38 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, ainda que o ato não seja de competência do Presidente da República;

II - estabelecer que as reuniões cujos membros estejam em entes federativos diversos serão realizadas por videoconferência;

III - estimar os gastos com diárias e passagens dos membros do colegiado e comprovar a disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso, na hipótese de ser demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou a inconveniência de se realizar a reunião por videoconferência;

IV - incluir breve resumo das reuniões de eventual colegiado antecessor ocorridas nos anos de 2018 e 2019, com as medidas decorrentes das reuniões;

V - justificar a necessidade, a conveniência, a oportunidade e a racionalidade de o colegiado possuir número superior a sete membros; e

VI - vedar a possibilidade de criação de subcolegiados por ato do colegiado, exceto se a norma de criação do colegiado principal houver:

a) limitado o número máximo de seus membros;

b) estabelecido caráter temporário e duração não superior a um ano; ou

c) fixado o número máximo de subcolegiados que poderão operar simultaneamente.

Parágrafo único. A mera necessidade de reuniões eventuais para debate, articulação ou trabalho que envolva agentes públicos da administração pública federal não será admitida como fundamento para as propostas de que trata o caput."

3 - Destarte, uma vez extintas todas as comissões, grupos de trabalhos e assemelhados (desde 28/06/2019), mister se faz o preenchimento do formulário, descrevendo o objetivo para Criação/Recriação do Colegiado, com as justificativas elencadas nos incisos I ao VI do art. 6º do referido Decreto, bem como, informar a verba orçamentária até a efetivação dos trabalhos, contemplando, assim, os critérios estabelecidos pela normativa federal. Deste modo entende-se que a Portaria poderá ser emitida.

4 - Isto posto, devolve-se o processo à origem para que sejam alcançados os ajustes necessários ao deslinde da proposta, com a anuência da respectiva chefia imediata/autoridade superior, sem a necessidade de retornar a essa assessoria técnica.

5- Salvo engano, esse é o entendimento.

(Assinado digitalmente em 22/07/2019 09:05)
MARIA CRISTINA BATISTA RODRIGUES
ASSESSOR
Matrícula: 2283168

(Assinado digitalmente em 22/07/2019 17:05)
SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITOR
Matrícula: 1757038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **315**, ano: **2019**, tipo: **NOTA TÉCNICA**, data de emissão: **22/07/2019** e o código de
verificação: **9e811bc478**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA**

FORMULARIO Nº 3719/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 07 de agosto de 2019.

Prezados,

solicitamos a prorrogação da comissão do prazo de gestão 2017/2019 do Conselho de Campus - Campus Videira, conforme formulário anexo.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 08/08/2019 16:42)
ROSANGELA AGUIAR ADAM
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1763038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **3719**, ano: **2019**, tipo: **FORMULARIO**, data de emissão: **07/08/2019** e o código de verificação: **8fad36b77c**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

FORMULARIO Nº 3720/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 07 de agosto de 2019.

Formulrio-Comisses_CONCAMPUS.odt

VISUALIZAÇÃO INDISPONÍVEL

Total de páginas: 1

(Download Disponível pelo Sistema)

(Assinado digitalmente em 08/08/2019 16:42)

ROSANGELA AGUIAR ADAM

DIRETOR GERAL

Matrícula: 1763038

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: 3720, ano: 2019, tipo: FORMULARIO, data de emissão: 07/08/2019 e o código de
verificação: 8bb0fc0a0b



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
REITORIA - ASSESSORIA DO REITOR**

DESPACHO Nº 11/2019 - ASSER/REIT (11.01.18.84)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Blumenau-SC, 09 de agosto de 2019.

Ao setor de portaria,

Ciente e de acordo.

Encaminha-se o processo 23352.001376/2019-65 que trata CONSELHO DE CAMPUS - CAMPUS VIDEIRA BIÊNIO 2017-2019 para emissão de portaria conforme solicitação acostada à ordem 12.

(Assinado digitalmente em 11/08/2019 18:16)
SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITOR
Matrícula: 1757038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **11**, ano: **2019**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **09/08/2019** e o código de verificação: **336f434bf8**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
PORTARIA / REITORIA

PORTARIA Nº 2490/2019 - PORT/REIT (11.01.18.56)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Blumenau-SC, 26 de agosto de 2019.

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Decreto não numerado de 12/01/2016, publicado no Diário Oficial da União, seção 2, pág. 01, em 13/01/2016, considerando o que consta no processo 23352.001376/2019-65 e no DESPACHO Nº 11 / 2019 - ASSER/REIT,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR até **31/12/2019**, a gestão 2017/2019 do Conselho de Campus (CONCAMPUS) do Campus Videira, designada pela Portaria 2251/2017, de 09 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

(Assinado digitalmente em 27/08/2019 22:34)

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITOR

Matrícula: 1757038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **2490**, ano: **2019**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **26/08/2019** e o código de verificação: **98828d06e6**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA**

DESPACHO Nº 28/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 02 de setembro de 2019.

Juntada de convocação para reunião.

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 10:21)

RAFAELA AGOSTINI

Função Indefinida

Matrícula: 1826960

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **28**, ano: **2019**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **02/09/2019** e o código de verificação: **4a87fdbcfb**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

OFÍCIO Nº 1/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: 23352.001993/2019-61

Videira-SC, 09 de julho de 2019.

Prezados (as) Senhores (as),

Convocamos os membros do Conselho de Campus (CONCAMPUS) do IFC - *Campus* Videira, para reunião ordinária que será realizada no próprio *Campus*, na sala da Direção, no dia 11 de julho, com início previsto para às 15h.

A reunião terá as seguintes pautas:

- PPC PROEJA;
- Calendário 2020;
- Prorrogação Mandato 2017/2019;
- Assuntos Gerais.

(Assinado digitalmente em 09/07/2019 14:01)

ROSANGELA AGUIAR ADAM
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1763038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1**, ano: **2019**, tipo: **OFÍCIO**, data de emissão: **09/07/2019** e o código de verificação: **9bb63d5e2e**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – *CAMPUS* VIDEIRA
Rodovia SC 135 – km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira/SC – CEP: 89560-000
Fone/Fax: (49)3533-4900 – www.ifc-videira.edu.br

Para: Presidente do CONCAMPUS – *Campus* Videira

SOLICITAÇÃO DE APRECIÇÃO DE MATÉRIA

ASSUNTO: PPC - Proeja
PROPONENTE: Comissão Proeja – Ana Carolina Vieira Rodriguez, Rosicler Zancanaro Bernadi e Rafaela Agostini
RESUMO: Apreciação do PPC do Proeja
SOLICITANTE: Ana Carolina Vieira Rodriguez
OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Solicitante:



Emitido em 09/07/2019

SOLICITAÇÃO Nº 857/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 10:24)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
857, ano: **2019**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **02/09/2019** e o código de verificação: **6efe2976d1**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PROEJA

PPC-PROEJA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ENSINO MÉDIO COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

CAMPUS VIDEIRA
VIDEIRA – SANTA CATARINA
BRASIL

Julho 2019

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

CLADECIR ALBERTO SCHENKEL
PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ROSÂNGELA AGUIAR ADAM
DIRETORA-GERAL DO IFC – *CAMPUS* VIDEIRA

LIZETE CAMARA HUBLER
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

COORDENADOR DO CURSO
ANA CAROLINA VIEIRA RODRIGUEZ

GLÓRIA ELIZABETH RIVEROS FUENTES STRAPASSON
COORDENADORA GERAL DE ENSINO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
ANA CAROLINA VIEIRA RODRIGUEZ
RAFAELA AGOSTINI
ROSICLER ZANCANARO BERNARDI

Sumário

Índice

[1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO](#)

[2. APRESENTAÇÃO](#)

[2.1 Missão Institucional](#)

[2.2 Visão Institucional](#)

[2.3 Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense](#)

[2.4 Breve Histórico Institucional / IFC – *Campus* Videira](#)

[3. PERFIL DO CURSO](#)

[3.1 Concepções e princípios do PROEJA](#)

[3.2 Justificativa](#)

[4. OBJETIVOS DO CURSO](#)

[4.1 Geral](#)

[4.2 Específicos](#)

[5. FORMA DE ACESSO AO CURSO](#)

[5.1. Edital de fluxo contínuo](#)

[5.2 Acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida](#)

[5.2.1 Flexibilização Curricular](#)

[5.2.2 Elaboração do Plano de Desenvolvimento Individualizado – PDI](#)

[6. PERFIL DO EGRESSO](#)

[7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA DO CURSO](#)

[7.1 Matriz curricular](#)

[7.2 Da Relação Teoria e Prática](#)

[7.3 Integralização Curricular](#)

[O período para integralização segue o cumprimento da carga horária, sendo 1.200\(mil e duzentas\) horas para a Base Comum do Ensino Médio e 210 \(duzentos e dez\) horas para Qualificação Profissional.](#)

[7.4 Sistemas de avaliação de ensino e aprendizagem do aluno](#)

[7.4.1 Estudos de recuperação](#)

7.5 Da avaliação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais

8 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO

10. QUADRO DE PESSOAL

10.1 Corpo Docente

10.2 Técnicos Administrativos

11. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

11.1 Infraestrutura Atual

11.2 Instalações e Recursos Pedagógicos

11.3 Salas de aula, laboratórios e equipamentos

11.4 Biblioteca

12. CERTIFICAÇÃO

12.1 Terminalidade Específica

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

PRIMEIRO CICLO

SEGUNDO CICLO

TERCEIRO CICLO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Denominação do Curso	Curso PROEJA-QP: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Qualificação Profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
Coordenador do Curso	Nome: Ana Carolina Vieira Rodriguez Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva – 40 horas Titulação: Mestre em Letras – Português/Inglês E-mail: proeja.vieira@ifc.edu.br Telefone: (49)3533 4900
Modalidade	Presencial com atividades não presenciais
Grau	Nível Médio – EJA com qualificação profissional
Titulação	Assistente Administrativo
Legislação	Plano de Desenvolvimento Institucional. Projeto Político-Pedagógico Institucional. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico de Nível Médio. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN). Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010 Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012. Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012. Resolução nº 23 de 18 de dezembro de 2009 – CONSUPER/IFC
Eixo Tecnológico	PROEJA Gestão e Negócios
Local de Oferta	CNPJ:10.635.424/0007-71 Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - <i>Campus</i> Videira Esfera Administrativa: Federal Endereço: Rodovia SC 135 KM 125, Bairro Campo Experimental, CEP: 89564-590 – Videira, SC, Brasil. Telefone/Fax: (49) 3533-4900 E-mail: proeja.vieira@ifc.edu.br Site da Unidade: http://www.vieira.ifc.edu.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Turno	Noturno
Número de Vagas	35
Carga Horária do Curso	Total de 1410 horas (1200 horas de componentes curriculares da base comum do Ensino Médio e 210 horas de Formação Profissional)
Periodicidade	Ciclo
Períodos	Matrícula inicial com inserção por ciclo, de acordo com normatização própria. Duração mínima de 1 ano e 7 meses.

1

2. APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica que visa responder, de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os Estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, a Instituição oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei 11.892/2008 sejam alcançados, faz-se necessária a elaboração de documentos que orientem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Político Institucional), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso do PROEJA-FIC (PPCP-QP) de Assistente Administrativo com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa do curso. Cabe salientar que, devido à importância do PPCP, esse deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado constantemente.

Vale ressaltar que o PROEJA abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos, buscando a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual. Assume-se, dessa forma, o trabalho na sua perspectiva não alienante.

O PROEJA faz parte da política educacional brasileira que busca a inclusão e a emancipação social daqueles que foram privados de acesso e permanência escolar. Busca-se a formação plena do indivíduo, através da compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte.

Através dessa perspectiva o educando deve tornar-se protagonista da própria história, que fará parte da construção coletiva do conhecimento e da cidadania através do respeito, diálogo, reconhecimento do outro e da diferença.

2.1 Missão Institucional

Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.

2.2 Visão Institucional

Ser referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã.

2.3 Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense (IFC) possui atualmente 15 *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau. O IFC foi criado pela Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Ofertamos educação em todos os níveis, desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação. Preferencialmente, buscamos o atendimento das demandas regionais de localização dos *campi*, pois, com isso, esperamos a interferência positiva na transformação da realidade social e econômica, de forma a contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

Programas de bolsa de Pesquisa e Iniciação Científica e de Extensão contemplam importantes atividades, despertando nos estudantes a curiosidade e o interesse em buscar e desenvolver conhecimento além das atividades rotineiras. A maioria dos *campi* possui infraestrutura de alojamento e refeitório para estudantes dos cursos técnicos na área de agropecuária, principalmente para os menos favorecidos, cuja oferta se constitui oportunidade única para o seu desenvolvimento e educação.

A proposta do IFC é, a partir de uma gestão democrática, aproximar o diálogo com a realidade local e regional na busca de soluções, em especial aquelas relacionadas com a educação profissional, reafirmando o compromisso da oferta de educação pública e gratuita de qualidade em todos os níveis e modalidades para os catarinenses.

2.4 Breve Histórico Institucional / IFC – *Campus* Videira

O Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira iniciou suas atividades pedagógicas em 06 de março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC), tendo seu funcionamento autorizado pelo convênio 036/2005. O técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária e ênfase na Gestão da Propriedade Familiar foi o curso pioneiro da unidade, sendo que em 14 de junho de 2008 foi realizada a formatura da primeira turma.

Visando expandir a EAFC em Videira e ampliar a oferta de cursos na cidade em 27 de dezembro de 2007 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cedeu em comodato uma área de 235.989,5 m² (23,5 hectares), onde em 05 de maio de 2008 iniciaram-se as obras para construção de salas de aulas e laboratórios. Com a publicação da Lei 11.892 (29 de dezembro de 2008), que criou os Institutos Federais, as Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Sombrio e Rio do Sul foram integradas e passaram a ser *Campi* do Instituto Federal Catarinense. A partir da portaria 04, publicada em 07 de janeiro de 2010, o Ministério da Educação estabeleceu a relação de todos os *Campi* que fariam parte de cada um dos 38 institutos criados no Brasil. Com isso, a unidade que funcionava em Videira como extensão de Concórdia foi elevada à condição de *Campus* Videira do Instituto Federal Catarinense, com autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira.

O *Campus Videira* em seu novo espaço foi inaugurado em 01 de fevereiro de 2010, sendo que as aulas iniciaram em 26 de abril do mesmo ano com os cursos técnicos concomitante e subsequentes em Agropecuária, Eletroeletrônica, Informática. No segundo semestre do mesmo ano, passou a ofertar o curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho. Em 2011 houve expansão na oferta de vagas, sendo mantida a modalidade subsequente e criada a modalidade integrado ao Ensino Médio para os cursos de Informática, Agropecuária e Eletroeletrônica. Em 2011, também, foi criado o bacharelado em Ciência da Computação. No primeiro semestre de 2015 teve início o curso técnico subsequente em Eletrônica e no 2º semestre iniciaram as aulas do curso técnico subsequente em Eletrotécnica. No ano de 2016 teve início o curso de Engenharia Elétrica.

Atualmente o *campus* conta com mais de 26 mil metros quadrados de área construída em um terreno equivalente a 47 campos de futebol. Esse espaço compreende o bloco salas de aula, laboratórios diversos, bloco administrativo, refeitório, biblioteca e ginásio poliesportivo.

Primeira instituição federal implantada no Meio-Oeste Catarinense, o IFC vem se consolidando ao longo destes oito anos. Desde então, servidores e alunos têm demonstrado que é possível fazer uma Educação pública, gratuita e de excelência na formação de profissionais capacitados, éticos e humanos.

3. PERFIL DO CURSO

3.1 Concepções e princípios do PROEJA

1. Inclusão da população em suas ofertas educacionais: esse princípio parte da premissa de que os jovens e adultos que não concluíram a educação básica em sua faixa etária regular têm tido pouco acesso à rede educacional.
2. Inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos: um princípio que assume a educação como direito de todos e dever do Estado, em todas as suas etapas.
3. Ampliação do direito à educação básica pela universalização do Ensino Médio: entende que a formação humana necessita da concepção do trabalho como princípio educativo, homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho, para transformar o mundo para si e para os outros.

4. Pesquisa como fundamento da formação: esse princípio valoriza a contribuição da autonomia intelectual dos sujeitos a partir da produção de conhecimento, de percepções de mundo e do conhecimento da realidade.
5. Condições geracionais, questões de gênero e relações étnico-raciais como bases da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais: perspectiva de que existem outras categorias, além da dos trabalhadores, que são e estão no mundo de jovens e adultos.

Os princípios do PROEJA baseiam-se no conhecimento elaborado a partir da ação conjunta entre docente e aprendiz. Trata-se de uma relação para a reconstrução da realidade e a reorganização do conhecimento historicamente construído de maneira a facilitar a autonomia e a participação crítica do aluno em seu meio.

O que se pretende é uma integração epistemológica de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas, uma integração teoria-prática entre o saber e o saber-fazer, bem como o envolvimento de todos os sujeitos no processo.

3.2 Justificativa

A educação básica é um direito de todos e sua universalização é urgente e necessária, devendo ser assegurada por políticas de acesso e permanência na escola. É através de uma educação pública e de qualidade que se abrem possibilidades para o desenvolvimento pessoal e para a realização do ser humano. Dados estatísticos ainda demonstram que a oferta escolar da Educação de Jovens e Adultos está muito aquém das necessidades socialmente colocadas. Nos 15 *campi* do Instituto Federal Catarinense, dos 132 cursos oferecidos, apenas 4 são de EJA.

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), um quarto dos brasileiros entre 18 e 29 anos não conseguiu nem mesmo completar o ensino fundamental. São quase 9 milhões de jovens sem escolaridade básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 39 apregoa que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Observa-se aqui que a integração da educação profissional com o processo produtivo, com a produção de conhecimentos e com o desenvolvimento científico-tecnológico é, antes de tudo, um princípio a ser seguido, uma vez que já está previsto na lei que rege a educação nacional.

Seguindo os preceitos da lei, e buscando atender de forma mais abrangente os jovens e adultos trabalhadores vitimados pelos processos de exclusão social, surgiu o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Instituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos é dirigido aos jovens acima de 18 anos sem o ensino médio e sem formação profissional formal.

No programa, jovens e adultos têm a possibilidade de cursar o Ensino médio articulado à Educação Profissional, com a proposta de oferecer tanto a formação inicial e continuada de trabalhadores quanto a educação profissional técnica de nível médio articulada ao ensino médio, retomando assim os princípios ético políticos já presentes no campo da EJA, como direito à educação, formação humana e à busca de universalização do ensino médio com vistas à elevação da escolaridade. O Programa tem seu projeto educacional fundado na “Integração entre trabalho, ciência, técnica e tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições para o efetivo exercício da cidadania.” (BRASIL, 2007, p. 05)

A EJA – Educação de Jovens e Adultos - é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas. Como finalidade, há o compromisso de propiciar um atendimento mais aberto aos jovens e adultos tanto no que se refere ao acesso à escolaridade obrigatória, quanto a iniciativas de caráter preventivo para diminuir a distorção idade/ano.

No que diz respeito às funções da Educação de Jovens e Adultos, o Parecer CEB nº 11/2000 destaca:

Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negados – o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, porém não podemos confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos. (BRASIL, 2000).

Função equalizadora: a equidade se relaciona com a forma pela qual se distribuem os bens sociais com vistas à construção da igualdade social. Trata-se de garantir que a redistribuição desses bens considere situações específicas, pelas quais determinadas populações foram sustentadas dos seus direitos e que, para a devida equiparação, devam receber proporcionalmente mais oportunidades. Sendo assim, a função equalizadora da EJA busca restabelecer a trajetória escolar de jovens e adultos de modo que possam readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade, viabilizando também novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços das estéticas e nos canais de participação. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura (BRASIL, 2000).

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2000).

Portanto, as finalidades e funções específicas dessa modalidade de ensino “indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito” (BRASIL, 2000).

Outros atos normativos que fundamentam o PROEJA são: a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, os Pareceres CNE/CEB nº 16/99, nº 11/2000 e nº 39/2004 e as Resoluções CNE/CEB nº 01/2005.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Geral

Promover a inclusão social de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, proporcionando condições para que constituam sua cidadania e possam ter acesso à qualificação profissional, com possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou melhoria na sua condição de sujeito trabalhador.

4.2 Específicos

1. Compreender o sujeito como ser histórico-social capaz de transformar a realidade em que vive por meio dos conhecimentos adquiridos;
2. Ofertar educação comprometida com as três funções definidoras da Educação de Jovens e Adultos: a reparadora, pois permite o retorno à sala de aula desse jovem/adulto; a equalizadora, por permitir que ele volte ao ponto de onde parou, sem qualquer prejuízo; e a função permanente, que propicia a atualização do conhecimento, aquele que vai acompanhá-lo pelo resto de suas vidas e pode ser chamado de qualificadora;
3. Ter o trabalho como princípio educativo no sentido de que o trabalho permite a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências;
4. Preparar o educando para o trabalho e a cidadania, para que ele continue aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
5. Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
6. Capacitar o educando para compreender os fundamentos científico-tecnológicos, relacionando a teoria com a prática;
7. Capacitar o educando para utilizar o raciocínio lógico, crítico e analítico, visando à resolução de problemas;
8. Atender às expectativas e demandas da sociedade e do mercado de trabalho;
9. Promover a inserção de novos profissionais com plena qualificação para o mercado de trabalho, considerando o arranjo produtivo da região.

5. FORMA DE ACESSO AO CURSO

5.1 Edital de fluxo contínuo

O ingresso ao Instituto Federal Catarinense *Campus Videira* para o PROEJA ocorrerá mediante Edital de fluxo contínuo publicado pela Instituição. O acesso é permitido a todo candidato que tenha concluído o Ensino Fundamental e tenha idade mínima de 18 anos no ato da matrícula.

A matrícula deve ser realizada, preferencialmente, antes do início de cada disciplina/ciclo, ou, excepcionalmente até no máximo dois dias de aulas (8 aulas de 50 minutos) após o início de cada componente curricular.

O edital será lançado para ingresso de novos estudantes a fim de completar o número de vagas previstas neste PPC. Havendo demanda em determinado período, o número de vagas ofertado poderá ser revisto pelo Núcleo Docente Básico (NDB), considerando o índice de desistência do curso.

Ao discente é garantido o direito de matricular-se em quantas disciplinas puder frequentar, desde que respeitada a organização curricular em ciclos, ciente de que essa opção poderá acarretar a dilatação do prazo para conclusão do curso. O IFC reserva-se o direito de ofertar apenas as disciplinas do ciclo vigente, tendo o discente o compromisso de aguardar edital referente ao ciclo em que possui disciplinas não frequentadas e ou pendentes de aprovação. A seleção de alunos acontecerá conforme regras do edital da instituição.

5.2 Atendimento a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

O Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira, a exemplo de muitas instituições de ensino no país, não foi construído visando a acessibilidade de Pessoas com deficiência. Pode-se afirmar que as barreiras existentes eram tanto físicas quanto atitudinais, visto que não se considerava que este grupo pudesse fazer parte destas instituições, pelos mais diversos motivos. Nesse sentido, para que se viabilizasse o acesso e permanência de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na instituição, fez-se necessária uma série de medidas, ligadas ao sistema de ensino ou não. Algumas dessas medidas foram baseadas na Lei 10.098/2000 que estabeleceu normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. Entre essas, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Outra norteadora das mudanças foi a Lei 10.172/2001, referente ao Plano Nacional de Educação, que estabelece os objetivos e as metas para a educação de pessoas com deficiência, e, entre outros, faz referência aos padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, como também faz articulação das ações de educação especial com a política de educação para o trabalho. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, constantes na Resolução CNE/CEB 02/2001, manifesta o compromisso do país com o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos. Considera-se que tais diretrizes tenham significado um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco no que se refere à atenção à diversidade, na educação brasileira. Como diz Carneiro, um dos segmentos que têm um papel de destaque na inclusão de pessoas com deficiência são as instituições federais de ensino:

Em um país de tantas e tão grandes desigualdades sociais, a inclusão no campo da educação profissional do aluno com deficiência supõe a priorização de vagas nos Centros de Educação Profissional das redes públicas... Estas instituições terão, certamente, um papel estratégico fundamental, como centros de referência em cada estado, no campo de uma educação profissional onde caibam todos (CARNEIRO, apud Brasil, 2003, p. 07).

Pode-se afirmar que, mediante tais manifestações legais e o impacto destas na sociedade, iniciou-se um processo de conscientização de que não seria mais o aluno que deveria adaptar-se à escola, mas a escola que, consciente de sua função, possibilitaria a efetivação do processo de inclusão escolar, garantindo o seu acesso e permanência. Visando a eliminação de possíveis discriminações às pessoas com deficiência, através do Decreto Lei nº 3956/01, o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra PNEs, esclarecendo em seu Artigo 1º que o termo discriminação seria definido como:

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência da deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, considera-se que todos tenham direito à educação, sem discriminação, tendo suas necessidades especiais atendidas de maneira adequada pelas instituições de ensino em todo o país. A Constituição Federal é bem clara ao garantir a todos o direito à educação e o acesso (e permanência) à escola, fazendo com que toda instituição de ensino prime pelo princípio da inclusão. O Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira tem procurado atender de maneira efetiva às indicações da legislação brasileira nos projetos de construção, (edificação, mobiliário, comunicação, urbanística, etc.) buscando facilitar a acessibilidade e inclusão. A Instituição tem mobilizado seus setores no sentido de encontrar soluções e implementar projetos de caráter inclusivo. A Criação do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, por exemplo, já é uma realidade. A seguir, são citados alguns projetos/metodologias institucionais que possibilitarão melhor acesso e permanência das pessoas com deficiência:

1. Eliminação das barreiras físicas por meio de um melhor controle dos projetos arquitetônicos (novas construções) e reforma/adaptação da parte antiga;
2. Quebra de barreiras atitudinais via participação da comunidade interna em cursos, seminários, palestras, projetos, etc. que tenham por objetivo fortalecer o espírito inclusivo;

3. Criação de uma Sala Multifuncional para atendimento, equipada com recursos didático-pedagógicos e condições de criação de material específico, de acordo com as necessidades educacionais dos alunos matriculados;
4. Implementação de política de acesso por meio da divulgação dos cursos em espaço específico de frequência de pessoas com deficiência, como as associações e escolas da região.
5. Adaptação do Processo Seletivo aos candidatos com deficiência ou mobilidade reduzida;
6. Regulamentação das funções do NAPNE na Instituição e, em caráter emergencial, a complementação deste com a agregação de outros servidores, pais, alunos, etc., atendendo às indicações do projeto TECNEP do SETEC/MEC, que orienta a criação de Núcleos com uma média de cinco membros;
7. Levantamento e acompanhamento periódico de pessoas com deficiência pelo NAPNE, inclusive no que se refere a possíveis sugestões de adaptações do currículo e avaliação;
8. Valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de intérprete/tradutor de LIBRAS, bem como a adoção de estratégias didático-metodológicas que considerem o conteúdo semântico da escrita do surdo.
9. Sinalização da instituição com a colocação de placas indicativas, inclusive com escrita em Braille onde for possível;
10. Indicação de espaços específicos de estacionamento para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
11. Solicitação e instalação de TDD, telefone com teclado para surdos. A meta da instituição, ao longo dos próximos anos, com os incentivos provenientes do Governo Federal para o estabelecimento efetivo das novas diretrizes para a Educação Profissional no Brasil, será a de fazer com que o IFC – *Campus* Videira se apresente como um modelo de acessibilidade e inclusão. No *Campus* de Videira as construções possuem banheiros próprios para cadeirantes em todos os blocos e foi instalado um elevador para uso exclusivo das pessoas com necessidades específicas. Toda a pavimentação contempla rampas de acessibilidade e guia tátil, além de alerta para deficientes visuais que interligam os blocos, desde o abrigo de ônibus em frente ao *campus* até os blocos.

5.2.1 Flexibilização Curricular

A legislação brasileira recomenda que cabe às escolas organizarem-se para o atendimento dos alunos com necessidades específicas. Sendo assim, a instituição de ensino que busca adotar uma postura inclusivista é aquela que atende ao princípio da flexibilização, para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos discentes, respeitando o seu ritmo e favorecendo seu progresso escolar, assegurando “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, art. 59).

Conforme CNE/CEB/2 (BRASIL, 2001), a escola proverá:

[...] flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória (BRASIL, 2001).

No paradigma da inclusão, a adaptação curricular participa, na escola, como ferramenta pedagógica que avalia, identifica e responde às necessidades educacionais específicas individuais, intervindo para o processo ensino-aprendizagem à maneira de cada aluno. Ela implica na programação do processo de escolarização e de ações docentes fundamentadas em critérios que definam: “o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno” (BRASIL, 1998, p.33).

No processo ensino aprendizagem, após verificar que um educando apresenta Necessidades Educacionais Especiais (NEE), a escola deverá prosseguir acompanhando o desenvolvimento desse aluno, identificando: as necessidades educacionais especiais; a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário; o assessoramento técnico; e a avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto é fundamental:

- I – a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
- II – o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
- III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte.

A aprendizagem escolar está vinculada ao currículo, portanto as dificuldades de aprendizagem na escola, sejam temporárias ou permanentes, estão vinculadas às adaptações curriculares centradas na interação/tensão entre as necessidades dos discentes e as respostas educacionais a serem oferecidas pela escola.

Neste Projeto Pedagógico a flexibilização do currículo tem como princípio norteador a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que é o instrumento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Deve ser elaborado desde a entrada do aluno no curso, por todos os professores do curso, em parceria com NAPNE, NUPE, CGE e a família, e atualizado conforme temporalidade prevista no Projeto Pedagógico do Curso. Para atualizá-lo, as informações do Plano de Atendimento Educacional Especializado/AEE deverão ser consideradas, quando esse atendimento for disponibilizado.

5.2.2 Elaboração do Plano de Desenvolvimento Individualizado – PDI

As ações adaptativas estão presentes no cotidiano da sala de aula, mas nem sempre acompanhadas da intencionalidade educativa por parte do professor. Muitas são as possibilidades de sistematizar as ações adaptativas intencionais.

No PPC do Curso de Assistente Administrativo - Ensino Médio com Qualificação Profissional - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA-QP), o PDI será elaborado com base em cinco passos, identificados na legislação especializada, a saber:

1º Passo - Respaldo da educação inclusiva nos Documentos Institucionais do *Campus*:

Professores informados sobre a importância da flexibilização no fazer/pensar o processo educativo. Professores cientes dos serviços de apoio pedagógico especializado e de ajudas técnicas que a instituição possui. Tais organizações por parte das instituições se encontram previstos em vários documentos, como o art. 44 da Resolução CNE/CEB/4 (BRASIL, 2010).

Destacamos o que recomenda a Resolução CNE/CEB/2, (BRASIL, 2001) em seu parágrafo único e o Parecer CNE/CEB/17, (2001): Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva (BRASIL, Resolução CNE/CEB/2, 2001). A proposição dessas políticas deve centrar seu foco de discussão na função social da escola.

É no Projeto Pedagógico que a instituição e seus profissionais se posicionam em relação a seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os seus alunos. Assim, a escola deve assumir o papel de propiciar ações que favoreçam determinados tipos de interações sociais, definindo, em seu currículo, uma opção por práticas heterogêneas e inclusivas (BRASIL, 2001).

2º Passo - Avaliação inicial. Realizada pelo NAPNE:

Segundo Parecer CNE/CEB/17, (BRASIL, 2001), no decorrer do processo educativo:

[...] deverá ser realizada uma avaliação pedagógica dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, objetivando identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo em suas múltiplas dimensões [...] Essa avaliação deverá levar em consideração todas as variáveis: as que incidem na aprendizagem: as de cunho individual; as que incidem no ensino, como as condições da escola e da prática docente; as que inspiram diretrizes gerais da educação, bem como as relações que se estabelecem entre todas elas (BRASIL, 2001).

Por meio dessa avaliação inicial e geral, feita pelo NAPNE, é possível reunir informações sobre o aluno, o contexto em que ele está inserido na escola (sala de aula) e onde mora (família); como o aluno e a família lidam com a necessidade específica apresentada; qual a experiência da escola com essas necessidades específicas; quais recursos técnicos a serem usados podem facilitar o processo de ensino e de aprendizagem (devem ser listados por área do conhecimento).

Nesse momento pode-se, por meio do histórico escolar e de vida desse aluno, sugerir meios de apoio para os professores na sala de aula, assim como verificar se a escola já tem ou necessita adquirir condições materiais ou humanas para atendimento desse aluno.

Segundo o Parecer CNE/CEB/17 (BRASIL, 2001), a avaliação pode ser feita por equipe formada por profissionais da instituição. No entanto, “quando os recursos existentes na própria escola mostrarem-se insuficientes para melhor compreender as necessidades educacionais dos alunos e identificar os apoios indispensáveis, a escola poderá recorrer a uma equipe multiprofissional”. A composição dessa equipe multidisciplinar pode abranger pedagogos, médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais da instituição ou de instituições diferentes. Esse momento se configura em prática educativa intencional.

3º Passo - Identificação das Necessidades Educativas Especiais:

Os professores devem buscar conhecer como e quando o aluno aprende. Partindo das informações listadas na avaliação inicial, os professores poderão identificar as NEE temporárias e/ou permanentes. Nesse momento, o aluno e os professores se comunicam e oportunizam se conhecer. O professor observará as Necessidades Educativas Especiais próprias do aluno, ao mesmo tempo em que verificará as suas possibilidades e as da instituição em responder a elas de forma compatível com as expectativas do aluno. Conforme Resolução CNE/CEB/2 (BRASIL, 2001), para a identificação das Necessidades Educativas Especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar avaliação do aluno no processo de ensino e de aprendizagem, contando, para tal, com:

- I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
- II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
- III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário (BRASIL, 2001).

4º Passo - Interação entre as NEE do discente e as ações educativas que serão necessárias para o seu processo ensino aprendizagem, com intuito de responder que “formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem”. Nessa fase intensificam-se os serviços da Educação Especial, a formação dos profissionais da escola, a flexibilização do processo educativo, a forma como os professores têm conhecimento das estratégias de aprendizagem e do nível de planejamento de adaptação do currículo, assim como das condições de planejar e realizar tais procedimentos sobre o atendimento às dificuldades de aprendizagem. As decisões quanto aos ajustes no processo ensino-aprendizagem do aluno com NEE devem ser compartilhadas com todos os envolvidos no trabalho pedagógico.

A Resolução CNE/CEB/2 (BRASIL, 2001) dispõe sobre as competências e valores que o professor deve ter para atuar em classes comuns com alunos que apresentam NEE:

- I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II – flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III – avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV – atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001).

5º Passo - Registro do desenvolvimento do aluno no processo educativo:

O registro do percurso do aluno no processo de ensino e de aprendizagem, os ajustes necessários na programação de sala de aula são de fundamental importância para verificar os progressos ou mudanças necessárias. Esse momento do planejamento da ação educativa se caracteriza por possibilitar a reflexão crítica e a reorganização da prática pedagógica docente (visando não só ao aluno com NEE, mas à turma) e pede o diálogo entre professores e alunos. No seu acontecer, não é um momento marcado. É o contínuo do fazer/pensar a prática pedagógica, quando percebemos não ser suficiente ter boas intenções. É preciso ter boas estratégias para que o processo de ensino e de aprendizagem do aluno com NEE aconteça de fato.

A aplicabilidade das adaptações curriculares é uma exigência para toda a escola inclusiva que desenvolve uma pedagogia com foco no aluno. Nesse processo de ensino/aprendizagem as decisões são tomadas em um ritmo no qual cada aluno se desenvolve e aprende. Nessa perspectiva Blanco destaca:

[...] não há adaptações previamente concebidas, como receitas, para as diversas necessidades ou problemáticas. Obviamente, existem algumas condições do desenvolvimento dos alunos com algum tipo de deficiência que têm repercussões em seu processo de aprendizagem e que exigirão certo tipos de adaptações; contudo, não se podem estabelecer a priori as modificações necessárias nas diferentes áreas curriculares ou nas estratégias metodológicas, visto que os alunos e os contextos educativos são diferentes (BLANCO, 2004, p.296).

O PDI, sendo norteador da ação educacional do público estratégico da educação especial, é considerado um documento comprobatório de registro de escolaridade, devendo compor obrigatoriamente a pasta individual do aluno.

6. PERFIL DO EGRESSO

O estudante egresso do Curso PROEJA-QP deve ter demonstrado avanços na aquisição de seus conhecimentos básicos, estando preparado para dar continuidade aos seus estudos. Do ponto de vista da qualificação profissional, deve estar qualificado para atuar nas atividades relativas à área do curso para que possa desempenhar, com autonomia, suas atribuições, com possibilidades de (re)inserção positiva no mundo do trabalho.

Espera-se que o egresso seja capaz de processar e se apropriar das informações, a fim de desenvolver senso crítico, criatividade e atitudes éticas, integrando os conhecimentos gerais, os da cidadania e os da (re)qualificação, na busca da elevação da escolaridade integrada à educação profissional.

Dessa forma, o egresso do Curso de Qualificação Profissional **Assistente Administrativo**, vinculado ao PROEJA-QP Ensino Médio, deverá apresentar um perfil que lhe possibilite:

1. Executar processos administrativos e atividades de apoio em recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas;
2. Atender fornecedores e clientes;
3. Fornecer e receber informações sobre produtos e serviços;
4. Tratar documentos variados.

Além das habilidades específicas da qualificação profissional, os estudantes egressos devem estar aptos a:

- Trabalhar com editor de texto e sistemas operacionais de forma básica;
- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA DO CURSO

A Proposta Pedagógica do curso de Educação de Jovens e Adultos ofertado no *Campus Videira* considera o educando um sujeito sócio-histórico-cultural com diferentes experiências de vida, que se afastou da escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais, muitas vezes com ingresso prematuro no mundo do trabalho, evasão ou repetência escolar.

Tal educando traz modelos internalizados durante suas vivências escolares ou por outras experiências de vida. Nesses modelos, predomina o de uma escola tradicional, em que o educador exerce o papel de detentor do conhecimento e o educando de receptor desse conhecimento. Busca-se, portanto, o rompimento desse modelo, propiciando ao educando a autonomia intelectual, ou seja, educandos ativos no processo educacional. É importante ressaltar que a proposta do PROEJA-QP não contempla a cultura do aligeiramento da escolarização nem a pedagogia da reprovação, mas sim a pedagogia da aprendizagem, com oferta de qualidade de ensino.

A interdisciplinaridade é uma prática desejável no PROEJA, principalmente pelo caráter integrador da organização curricular, baseada na concentração dos componentes curriculares em suas respectivas áreas do conhecimento. Os docentes envolvidos no programa devem, preferencialmente, construir seus Planos de Ensino de forma conjunta, buscando conteúdos programáticos que interajam com as disciplinas de determinado ciclo.

Além desse aspecto, merece destaque a interação entre teoria e prática, possível de ser alcançada por intermédio das orientações deste documento e pelas estratégias adotadas pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem.

Como forma de estimular a autonomia do discente e sua familiaridade com equipamentos de informática, adota-se como instrumento de aprendizagem aulas presenciais e aulas na modalidade a distância – EAD –, no limite de 20% da carga horária do respectivo componente curricular, conforme Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e regulamentações internas, organizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle.

O *campus* se compromete a oferecer, durante as atividades não presenciais, suporte tecnológico para os alunos que não tenham acesso a computadores. É de responsabilidade do professor de cada um dos componentes curriculares organizar as suas respectivas aulas no *Moodle*, com a inserção das atividades, conteúdos, referenciais, avaliações etc. O professor também deve estar disponível para os alunos nos momentos previstos para aulas não presenciais do componente curricular que ministra, a fim de suprir eventuais dúvidas que possam ocorrer, conforme definido pelo Memorando Circular nº 048/2015 – PROEN/REITORIA/IFC.

As atividades pedagógicas relacionadas às disciplinas em ambiente virtual deverão ser realizadas pelo professor da disciplina ou por profissional da área pedagógica formalmente designado, tal como previsto no Memorando Circular nº 048/2015 – PROEN/REITORIA/IFC.

Os horários reservados para a realização das atividades não presenciais serão de segundas à sextas-feiras das 18h10min às 19h. Esses horários serão fixados nos murais e na página do *campus* para conhecimento dos discentes e acompanhados pelo professor do respectivo componente curricular (Memorando Circular Nº 048/2015 – PROEN/REITORIA/IFC).

O registro de todas as atividades não presenciais serão realizadas no Diário de Classe do professor, inclusive as atividades de Recuperação Paralela e sua avaliação, quando for o caso (Memorando Circular Nº 048/2015 – PROEN/REITORIA/IFC).

Poderão ser adotadas atividades de cunho pedagógico para apoio continuado aos alunos, disponibilizadas pelo docente via *Moodle*, com o objetivo de complementar o conteúdo desenvolvido em sala de aula.

Quanto à organização metodológica das atividades educativas, usando como referência Machado (2005), poderão ser agrupadas, entre outras possibilidades, da seguinte forma:

Abordagens embasadas na perspectiva de complexos temáticos:

- ❖ Concentricidade de temas gerais, ligados entre si;
- ❖ Temas integradores, transversais e permanentes;
- ❖ Temas que:
 - abranjam os conteúdos mínimos a serem estudados;
 - possam ser abordados sob enfoque de cada área do conhecimento;
 - possibilitem compreender o contexto em que os alunos vivem;
 - atendam às condições intelectuais e sociopedagógicas dos alunos;
 - produzam nexos e sentidos;
 - permitam o exercício de uma pedagogia problematizadora;
 - garantam um aprofundamento progressivo ao longo do curso;
 - privilegiem o aprofundamento e a ampliação do conhecimento do aluno.

Abordagem por meio de esquemas conceituais:

- ❖ Foco em conceitos amplos;
- ❖ Escolha de conceitos que mantenham conexão com várias ciências;

- ❖ Desenvolvimento de cada conceito em diversos contextos;
- ❖ Enriquecimento de cada conceito pelas diversas contextualizações.

Abordagem centrada em resolução de problemas:

- ❖ Interpretação visando à solução de problemas propostos por cada disciplina.

Abordagem mediada por dilemas reais vividos pela sociedade:

- ❖ interpretação visando à discussão de dilemas propostos por cada professor em relação a decisões políticas ou programáticas;

Abordagem por áreas do conhecimento:

- Natureza/trabalho;
- Sociedade/trabalho;
- Multiculturalismo/trabalho;
- Linguagem/trabalho;
- Ciência e Tecnologia/trabalho;
- Saúde/trabalho;
- Memória/trabalho;
- Gênero/trabalho;
- Etnicidade/trabalho;
- Éticas religiosas/trabalho.

Independentemente da forma de organização e das estratégias adotadas para a construção do currículo integrado, torna-se imperativo o diálogo entre as experiências que estão em andamento, o diagnóstico das realidades e demandas locais e a existência de um planejamento construído e executado de maneira coletiva e democrática.

7.1 Matriz curricular

Apresenta-se, a seguir, a Matriz Curricular do Curso PROEJA Assistente Administrativo – Qualificação Profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

Os componentes curriculares estão organizados por áreas de conhecimento, num total de três ciclos, sendo essas áreas compostas por componentes curriculares da Base Comum do Ensino Médio e componentes da Qualificação Profissional. Poderá haver troca na ordem das disciplinas nos ciclos, de acordo com a necessidade do campus e a disponibilidade docente.

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA RELÓGIO	CARGA HORÁRIA/ AULA TOTAL	CARGA HORÁRIA/ AULA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA MÁXIMA ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS (20%)
1º CICLO				
LÍNGUA PORTUGUESA	180	216	174	42
LÍNGUA ESTRANGEIRA*	30	36	30	06
EDUCAÇÃO FÍSICA	60	72	58	14
ARTES	30	36	30	06
QUÍMICA	120	144	116	28
INFORMÁTICA BÁSICA - (SISTEMAS OPERACIONAIS E EDITOR DE TEXTO)	30	18	15	03
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E ÉTICA	30	54	44	10
2º CICLO				
MATEMÁTICA	180	216	174	42
FÍSICA	120	144	116	28
BIOLOGIA	120	144	116	28
ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL	30	36	29	07
ATENDIMENTO AO CLIENTE	30	36	29	07
3º CICLO				
HISTÓRIA	120	144	116	28
GEOGRAFIA	120	144	116	28
FILOSOFIA	60	72	58	14
SOCIOLOGIA	60	72	58	14
LEGISLAÇÃO E DIREITOS TRABALHISTAS	30	36	30	06
CONTABILIDADE BÁSICA	60	72	58	14
CARGA HORÁRIA TOTAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO (HORA RELÓGIO)				210
CARGA HORÁRIA TOTAL DE BASE COMUM DO CURSO (HORA RELÓGIO)				1200
CARGA HORÁRIA TOTAL DE DO CURSO (HORA RELÓGIO)				1410

*Na disciplina de Língua Estrangeira poderá ser ofertada a Língua Inglesa ou Língua Espanhola dependendo da disponibilidade de recursos humanos do *campus* naquele ciclo.

A organização da Matriz Curricular contempla o total da carga horária estabelecida na legislação vigente de 1.200 horas para a Base Comum do Ensino Médio e 210 horas para Qualificação Profissional, contemplando ações pedagógicas específicas à modalidade, que levem em consideração o perfil do educando, assegurando-lhe oportunidades apropriadas, considerando suas características culturais, sociais, interesses, condições de vida e de trabalho.

O Componente Curricular de Educação Física é obrigatório, porém o aluno pode pedir dispensa conforme LDB:

Art. 26. § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação, IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; VI – que tenha prole.

Desta forma, o aluno que está amparado pela lei acima citada poderá pedir dispensa da prática de Educação Física na Coordenação de Registros Acadêmicos antes do início do componente curricular.

A Matriz Curricular prevê que até 20% da carga horária de cada componente curricular poderá ser ofertada na forma de Educação a Distância - EAD, desde que garantido aos estudantes o acesso à infraestrutura de laboratórios de informática e à tutoria dos professores de cada um dos componentes curriculares.

7.2 Da Relação Teoria e Prática

O PROEJA-QP busca a garantia e a consolidação da aprendizagem necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e práticas de trabalho, bem como atuação social. O PROEJA-QP do IFC *Campus* Videira procura contribuir para a preparação dos jovens e adultos para a cidadania, promovendo o aprimoramento dos valores humanos, das relações pessoais e comunitárias e, principalmente, da formação continuada de qualidade.

Nesse sentido, dentre todas as atividades proporcionadas aos estudantes neste curso, existe a preocupação pela busca constante e efetiva da relação entre teoria e prática, possibilitando o contato, a observação e a vivência de diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades do curso.

Sendo assim, no PROEJA-QP Assistente Administrativo a relação teoria e prática dar-se-á por meio de atividades práticas em laboratórios de informática, visitas técnicas, palestras de formação, projetos interdisciplinares, feiras de iniciação científica e extensão, dentre outras práticas e atividades relacionadas ao curso.

7.3 Integralização Curricular

O período para a integralização do curso segue o cumprimento da carga horária, sendo 1.200(mil e duzentas) horas para a Base Comum do Ensino Médio e 210 (duzentos e dez) horas para Qualificação Profissional. A Matriz Curricular segue a organização por ciclos, tendo a duração de acordo com a carga horária das disciplinas de cada ciclo, como apresentada no item 7.1 deste PPC. A entrada será regulamentada por edital de fluxo contínuo e a matrícula poderá ser efetivada por disciplina, conforme perfil ou condição de frequência do estudante.

7.4 Sistemas de avaliação de ensino e aprendizagem do aluno

A avaliação fornece subsídios ao professor para analisar o processo de ensino-aprendizagem, buscando compreender as defasagens que podem existir no caminho. A avaliação diagnóstica tem como um dos objetivos investigar os conhecimentos que o aluno traz para que, a partir dele, sejam adequados os processos de aprendizagem na busca das suas reais necessidades, com o compromisso de sua ampliação, trabalhando o conhecimento científico e tecnológico.

Nesse sentido, a avaliação possibilita a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos alunos, seus sucessos e dificuldades, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira paralela aos estudos, como preconiza a LDBEN.

Tem como princípio o diagnóstico das potencialidades dos alunos, compreendendo-os como seres em construção, situados em um contexto histórico e com capacidade de interagir com o meio em que vivem. Ela será contínua e cumulativa, visando elevar o nível de saberes, bem como promover e estimular o educando no aprimoramento do seu próprio conhecimento e de sua realidade, buscando uma formação cidadã.

Nessa perspectiva, não basta elencar novos instrumentos para avaliar alunos e alunas jovens e adultos, mas sim propor a superação das concepções tradicionais e alicerçar o currículo como um todo num paradigma emancipatório, que permita diálogo e negociação entre professores e alunos acerca dos objetivos e critérios pedagógicos.

Assim, a avaliação passa a ser determinante na construção de um movimento curricular permanente que aponte não só intervenções necessárias para que os alunos façam elaborações mais complexas dos conhecimentos, mas também que reoriente cotidianamente a prática pedagógica. Para o aluno, a avaliação passa a ser reguladora da aprendizagem, ou seja, cada aluno é parâmetro de si mesmo, cabendo a ele identificar, em conjunto com a escola, os pontos a serem enfatizados para alcançar melhores resultados. Por fim, o resultado das avaliações também reorganiza espaço/tempo, buscando ações que favoreçam a formação permanente individual e também coletiva.

Ao ensino de jovens e adultos, pode-se considerar o modelo andragógico, o qual baseia-se nos seguintes princípios:

1. Necessidade de saber: adultos carecem saber por que precisam aprender algo e qual o ganho que terão no processo.
2. Autoconceito do aprendiz: adultos são responsáveis por suas decisões e por suas vidas, portanto querem ser vistos e tratados, pelos outros, como capazes de se autodirigir.
3. Papel das experiências: para o adulto, suas experiências são a base de seu aprendizado. As técnicas que aproveitam essa amplitude de diferenças individuais serão mais eficazes.
4. Prontidão para aprender: o adulto fica disposto a aprender quando a ocasião exige algum tipo de aprendizagem relacionado a situações reais de seu dia a dia.
5. Orientação para aprendizagem: o adulto aprende melhor quando os conceitos apresentados estão contextualizados para alguma aplicação e utilidade.
6. Motivação: adultos são mais motivados a aprender por valores intrínsecos: autoestima, qualidade de vida, desenvolvimento.

Portanto, as propostas de atividades que pretendem avaliar os alunos são, necessariamente, acompanhadas de critérios que se pautam principalmente pela aprendizagem de determinado conhecimento. De acordo com a natureza da disciplina admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação da aprendizagem:

- Prova escrita, com questões objetivas e/ou dissertativas;

- Prova oral ou prático-oral;
- Prova prática;
- Trabalho individual ou em grupo;
- Seminário;
- Estudos de Caso;
- Resenhas e artigos;
- Relatório de atividades;
- Relatório de visita técnica;
- Trabalho ou atividade prática de pesquisa, de extensão, de projetos interdisciplinares e outros.

O professor poderá adotar os critérios e definir os instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-los no item Avaliação da Aprendizagem do Plano de Ensino. Para registro no Diário de Classe, será adotada a escala de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), devendo predominar os aspectos qualitativos. Ao final de cada disciplina, será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco) e frequência mínima de 75%, como consta na LDBEN 9.394/96.

7.4.1 Estudos de recuperação

Os estudos de recuperação são realizados paralelamente ao período letivo, por componente curricular em que o aluno está matriculado. A recuperação paralela ocorre da seguinte forma:

Recuperação de conteúdos;

Recuperação de notas.

A **recuperação paralela de conteúdos** é desenvolvida durante o processo de ensino-aprendizagem. Todos os alunos que desejam melhorar seu rendimento escolar têm direito à recuperação paralela de conteúdos. É critério do professor estabelecer a metodologia utilizada na realização da recuperação paralela de conteúdos, de forma a atender as peculiaridades da disciplina ministrada. A metodologia da recuperação paralela de conteúdos é especificada no Plano de Ensino da disciplina.

A **recuperação paralela de notas** é desenvolvida durante o processo de ensino-aprendizagem. Os alunos que obtêm rendimento escolar inferior a 5,0 (cinco vírgula zero) têm direito à recuperação paralela de notas. Assim, é obrigatório o oferecimento da recuperação paralela para as notas inferiores à média. É critério do professor estabelecer os instrumentos que serão utilizados na realização da recuperação paralela de notas, de forma a atender as peculiaridades da disciplina ministrada. Na recuperação paralela de notas, a nota obtida substitui a nota anterior. Caso o aluno obtenha uma nota inferior na recuperação paralela, prevalece a maior nota e o resultado da avaliação de recuperação é notificado ao aluno.

Somente pode fazer as avaliações de recuperação o aluno que tiver cumprido as atividades avaliativas programadas para a unidade curricular. É facultado aos estudantes que obtiverem aproveitamento escolar igual ou superior à média o direito de participação na recuperação paralela de notas.

O professor deve prever no Plano de Ensino a realização da recuperação paralela. Além disso, o professor deve registrar no Diário de Classe da disciplina tanto as atividades de recuperação paralela de conteúdos quanto as atividades de recuperação paralela de notas.

7.5 Da avaliação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais

A Resolução nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, salienta que à escola cabe o “reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade”.

A mesma resolução define que “estes cursos devem atender às diretrizes e normas nacionais definidas para a modalidade específica, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, Educação Especial e Educação a Distância”.

Nos processos avaliativos, a escola deve assegurar, também, as condições necessárias para o acesso e a participação dos alunos, considerando o princípio da equidade, a garantia da flexibilidade e os recursos de acessibilidade. Assim sendo, a avaliação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais deverá considerar seus limites e potencialidades, facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer e deve contribuir para o crescimento e a autonomia desses alunos.

Logo, considerando legislação específica da área da Educação Especial, tais como a Resolução nº 02/2001, que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, fica estabelecido:

1) O processo de avaliação do aluno com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser diversificado, considerando as suas especificidades, tendo como base seu desenvolvimento e a sua capacidade de aprendizagem significativa, que devem estar previstos no Plano de Desenvolvimento Individual – PDI:

a) A avaliação do desempenho escolar do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser realizada como processo dinâmico, considerando o conhecimento prévio e o nível atual do desenvolvimento do aluno, as possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o seu desempenho em relação ao seu progresso individual, devendo prevalecer na avaliação os aspectos qualitativos, que indiquem as intervenções pedagógicas do professor;

b) A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deverá contemplar as adequações de instrumentos e procedimentos que atendam à diversidade dos alunos;

c) O registro do aproveitamento desses alunos na documentação escolar será feito nos mesmos moldes utilizados para os demais alunos da escola, devendo ser acompanhado de relatório descritivo;

d) Quando necessário, o processo de avaliação do desempenho escolar deve envolver, além dos professores da sala de aula, o Núcleo Pedagógico (NUPE), o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e o professor do Atendimento Educacional Especializado, quando este fizer parte do quadro;

e) Na avaliação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais serão oferecidas adaptações de instrumentos de avaliações e os apoios necessários, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme as características da necessidade específica.

A avaliação na perspectiva da inclusão é apontada como de caráter processual, com potencial educativo, com base no diálogo e na cooperação, e deve produzir reflexão e decisão. Além disso, deve ser capaz de ir ao encontro de todos alunos, sobretudo daqueles com deficiência.

Nesse contexto, a avaliação de alunos deficientes deve, para ser verdadeiramente inclusiva, ter a “disposição de acolher”, como afirma Luckesi (2002, p. 250) e ter como finalidade verificar continuamente os conhecimentos que cada aluno possui, no seu tempo e por seus caminhos.

Sugestão de adaptações possíveis, considerando-se os instrumentos e práticas avaliativas mais utilizadas:

a. Prova: Esse instrumento de avaliação normalmente prevê respostas por escrito dos alunos e é utilizado para aferir a aprendizagem do conteúdo trabalhado em sala de aula. As adaptações, baseadas na necessidade específica do aluno, abrangem a dilação do tempo destinado à prova; prova oral; uso de materiais concretos ou recursos pedagógicos que facilitam o raciocínio; uso de recursos tecnológicos (lupa eletrônica, calculadora, gravador, computadores com softwares leitores de telas, etc.); uso de recursos humanos (ledor ou intérprete de Libras); adaptações na forma da prova (ampliação da fonte, uso de desenhos, ou pictogramas, provas em braille ou em outros meios de comunicação); adaptações no conteúdo da prova ou até mesmo supressão de conteúdos, conforme a necessidade específica do aluno;

b. Observação e Registro: A observação do processo de aprendizagem feita pelo professor deve ser devidamente registrada. Portfólios, maquetes, fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, cadernos ou diários de campo podem ser utilizados com a finalidade avaliativa para comprovar a participação e o desenvolvimento do aluno;

c. Trabalhos (individuais e/ou em grupos): São atividades e instrumentos importantes no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, pois maximizam a participação e as trocas de conhecimento. Nesses casos, a mediação do professor estimula a aprendizagem;

d. Autoavaliação e Avaliação Compartilhada: Ouvir o próprio aluno e os seus colegas sobre as suas facilidades e dificuldades na aprendizagem propicia ao professor refletir sobre o processo de ensino. Compartilhar suas considerações com a família e até mesmo com outros profissionais que ofertam o atendimento traz ao professor a possibilidade de conhecer a opinião de atores externos ao processo que, somada ao parecer dos profissionais da educação, ajuda a construir um processo educacional mais próximo à realidade e necessidade dos alunos.

O processo de avaliação envolve, necessariamente, a política educacional vigente e os compromissos assumidos no PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) e no PPC, a atuação do professor, sua interação com os alunos, o ambiente físico da sala de aula, os recursos instrucionais e metodológicos disponíveis, todas as relações que se desencadeiam no contexto escolar, além da família e dos próprios alunos como sujeitos do processo. O resultado da avaliação, expresso no PDI e no histórico escolar, orientará a escola/família nos futuros encaminhamentos do aluno.

8 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E ENCCEJA

Em consonância com o Documento Base do PROEJA (2007, p. 52) “o aluno EJA entra e sai de um curso dessa natureza a qualquer tempo, desde que verificadas suas condições para ingresso e o domínio de conhecimento atingido, em confronto com os objetivos definidos para o curso, o que tanto pode ser em tempo menor que o previamente fixado, quanto em tempo maior”. Sendo assim o aluno PROEJA-Qualificação Profissional pode solicitar à coordenação do curso uma avaliação de proficiência do ciclo desejado ou aproveitamento das disciplinas que conseguiu certificação conforme regulamentações específicas. A coordenação, em parceria com o corpo docente do referido ciclo ou componente curricular, dependendo do caso, elaborará a avaliação seguindo as ementas das disciplinas.

O ENCCEJA tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros.

No Encceja, os resultados podem ser utilizados para fins de certificação de conclusão do Ensino Médio, observados os termos das Portarias Ministeriais n.º 3415/2004 e n.º 783/2008, e para a obtenção da declaração parcial de proficiência, de que trata a Portaria Inep n.º 179/2014. No caso do PROEJA-Qualificação Profissional, os alunos que obtiveram declaração parcial de proficiência podem eliminar disciplinas. A avaliação de cada caso será realizada pela Coordenação do Curso, NUPE e Coordenação de Registros Acadêmicos.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO

De acordo com as normas vigentes para os Cursos PROEJA-QP de Nível Médio, não há um sistema oficial de avaliação externa como acontece nos cursos superiores.

Nesse sentido, o Curso PROEJA-QP em Assistente Administrativo do IFC – *Campus Videira* tem sua avaliação de curso realizada anualmente pelo NDB – Núcleo Docente Básico, o qual discute e avalia todas as questões relacionadas à formação dos estudantes do PROEJA-QP.

10. QUADRO DE PESSOAL

10.1 Corpo Docente

O corpo docente do curso PROEJA-FIC é formado pelos seguintes servidores:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Nome docente	Disciplina	Regime trabalho	Maior Titulação
Adenes Sabino Schwantz	Eletroeletrônica	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Automação Industrial
Adriana Hoffmann	Português/Espanhol	D.E.	MESTRADO em Estudos Linguísticos
Adriano Bernardo Moraes Lima	História	D.E.	MESTRADO em História
Alan Schreiner Padilha	Topografia	D.E.	MESTRADO em Engenharia Florestal
Alécio Comelli	Eletroeletrônica I	D.E.	MESTRADO em Engenharia Elétrica
Aledson Rosa Torres	Bioquímica	D.E.	DOUTORADO em Farmacologia
Aline Roberti Werminghoff	Português/Inglês	Substituta 40 horas	Graduação em Letras Português/Inglês/Espanhol
Allan Charllles Mendes de Sousa	Engenharia Rural	D.E.	DOUTORADO em Engenharia Agrícola
Ana Carolina Vieira Rodriguez	Português/Inglês	D.E.	MESTRADO em Letras/Inglês e Literatura correspondente
Andressa Fernanda Campos	Produção Animal	D.E.	DOUTORADO em Zootecnia
André Ricardo Oliveira	Educação Física	D.E.	MESTRADO em Educação.
Angelita Rettore de Araújo Zanella	Informática / Hardware e Redes	D.E.	MESTRADO em Informática
Ariane Luiza Fossatti Zancan	Informática/Hardware e Redes	Substituta 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão de Banco de Dados
Carlos Roberto da Silva	Matemática	D.E.	DOUTORADO em Matemática
Carlos Roberto Pereira Oliboni	Eletroeletrônica II	D.E.	MESTRADO em Engenharia Elétrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Celso Cardoso de Lima Júnior	Eletrotécnica	Substituto 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Engenharia de Produção
Cintia Fernandes da Silva	Física	D.E.	DOUTORADO em Física
Claudia Fatima Kuiawinski	Pedagogia	D.E.	MESTRADO em Educação
Cristiane Aparecida Fontana Grümme	História	D.E.	MESTRADO em História do Brasil
Darc Ionice Feijo da Rocha	Pedagogia	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Educação Especial
Davi César da Silva	Matemática	D.E.	MESTRADO em Educação Matemática
Denise Moreira Gasparotto	Português/Inglês	D.E.	MESTRADO em Letras
Diego Ricardo Krohl	Informática/Programação de Sistemas	D.E.	MESTRADO em Engenharia de Processos
Edneide Ramos de Santana	Artes Visuais	D.E.	GRADUAÇÃO em Artes Visuais
Eliana Teresinha Quartiero	Psicologia	D.E.	DOUTORADO em Psicologia Social e Institucional
Evandro Ribeiro	Português/Inglês	Substituto 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Metodologia do Ensino de língua Inglesa
Fábio José Rodrigues Pinheiro	Informática	D.E.	MESTRADO em Computação
Fernanda Zanotti	Segurança do Trabalho	D.E.	MESTRADO em Trabalho, saúde e ambiente
Flavia Caraiba de Castro	Matemática	D.E.	MESTRADO em Educação Científica e Tecnológica
Francini Carla Grzeca	Pedagogia/Educação Infantil	D.E.	MESTRADO em Educação
Frederico de Oliveira Santos	Engenharia e Controle da Automação	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Engenharia de Segurança do Trabalho

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Gabriel Schmitt	Sociologia	D.E.	DOUTORADO em Sociologia Política.
Gerson Antonio de Oliveira	Segurança do Trabalho	Substituto 40 horas	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho
Gerson Luiz Camillo	Informática/Hardware e Redes	Substituto 40 horas	MESTRADO em Ciência da Computação
Gilson Ribeiro Nachtigall	Fitotecnia	D.E.	DOUTORADO em Ciências Agrárias/Fitotecnia
Gloria Elizabeth Riveros Fuentes Strapasson	Português/Espanhol	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Metodologia da Língua Portuguesa
Guilherme Machado Nunes	História	Substituto 40 horas	MESTRADO em História
Gunther Cristiano Butzen	Português/Inglês	D.E.	GRADUAÇÃO em Letras – habilitação Português/Inglês
Isabela Fonseca	Zootecnia	D.E.	DOUTORADO em Genética e Melhoramento
Jane Suzete Valter	Pedagogia/Alfabetização	D.E.	MESTRADO em Educação
Jaquiel Salvi Fernandes	Física	D.E.	DOUTORADO em Física
João Hemkemaier	Eletroeletrônica	D.E.	MESTRADO em Mecatrônica
Jonatan Rafael Rakoski Zientarski	Eletroeletrônica	D.E.	DOUTORADO em Engenharia Elétrica
José Reinaldo Nonnenmacher Hilario	Língua Portuguesa/Inglês	D.E.	DOUTORADO em Literatura
Josy Alvarenga Carvalho Gardin	Administração/Gestão	D.E.	MESTRADO em Administração
Kennedy Ferreira Araújo	Informática/ Programação Web/Web Design	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior/ em Gestão de Tecnologia Industrial / em Engenharia de Software

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Leandro Goulart Louzada	Educação Física	20 horas	MESTRADO em Ciências da Saúde Humana
Leandro Hupalo	Matemática	Substituto 40 horas	MESTRADO em Educação
Leila Lisiane Rossi	Informática/Engenharia de Software e Banco de Dados	D.E.	MESTRADO em Ciência da Computação
Leonardo Rodrigues Thomaz Bridi	Segurança do Trabalho	D.E.	MESTRADO em Administração
Liliane Martins de Brito	Biologia	D.E.	MESTRADO em Ciências
Luciane Szatkoski	Pedagogia	D.E.	MESTRADO em Educação, História, Política, Sociedade
Lucilene Dal Medico Baerle	Matemática	D.E.	MESTRADO em Ensino de Matemática
Ludmila Losada da Fonseca	Geografia	Substituta 40 horas	MESTRADO em Geografia
Luiza Ines Kaim	Letras/Libras	40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Literatura Infante Juvenil e Ensino
Manassés Ribeiro	Informática	D.E.	MESTRADO em Ciências da Computação
Marcelo Cizewski Borb	Eletrotécnica	D.E.	GRADUAÇÃO em Engenharia Elétrica
Márcia Elizabete Schüler	Segurança do Trabalho	D.E.	MESTRADO em Trabalho, Saúde e Ambiente.
Marcos Bohrer	Geografia	D.E.	MESTRADO em Geografia
Marcos Collares Machado Bina de Souza	Eletroeletrônica	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão Empresarial
Marcos Rohling	Filosofia	D.E.	DOCTORADO em Educação
Mariane Luiza Vanz	Educação Física	Substituta 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Nutrição Esportiva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Mariah Rausch Pereira	Direito	40 horas	MESTRADO em Direito
Matias Marchesan de Oliveira	Segurança do Trabalho	D.E.	MESTRADO em Engenharia de Processos
Mauricio Natanael Ferreira	Informática/ Programação Web/Web Design	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Desenvolvimento Web
Nadir Paula da Rosa	Administração/Gestão da Agricultura Familiar	D.E.	MESTRADO em Agronegócios
Nicole Trevisani	Agropecuária/ Engenharia Rural	Substituta 40 horas	DOUTORADO em Produção Vegetal
Osmar Alberto Crestani	Agropecuária/ Engenharia Rural	D.E.	MESTRADO em Fitopatologia
Pablo Andrés Reyes Meyer	Eletroeletrônica I	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Mecatrônica Industrial
Patricia Rodrigues	Segurança do Trabalho	Substituta 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Engenharia de Segurança no Trabalho
Rafael Antonio Zanin	Matemática	D.E.	MESTRADO em Engenharia de Processos
Raffael Marcos Tófoli	Biologia	D.E.	DOUTORADO em Ciências
Renan Hackbarth	Telecomunicações	D.E.	MESTRADO em Telemática
Ricardo de Araújo	Fitotecnia	D.E.	DOUTORADO em Agronomia
Rosângela Aguiar Adam	Informática	D.E.	MESTRADO em Ciência da Computação
Sergio Fernando Maciel Corrêa	Filosofia	D.E.	MESTRADO em Filosofia
Solange Francieli Vieira	Geografia	D.E.	MESTRADO em Geografia
Taynara Cerigueli Dutra	Informática	Substituta 40 horas	GRADUAÇÃO em Ciências da Computação
Tiago Lopes Gonçalves	Informática/Engenharia de Software E Banco de Dados	D.E.	MESTRADO em Ciência da Computação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Valdinei Marcolla	Pedagogia	D.E.	DOUTORADO em Educação
Wagner Carlos Mariani	Informática	D.E.	MESTRADO em Informática
Wanderson Rigo	Informática/ Linguagens de Programação	D.E.	MESTRADO - ÁREA: Ciência da Computação

10.2 Técnicos Administrativos

O corpo técnico administrativo do curso PROEJA-FIC é formado pelos seguintes servidores:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Nome do Servidor	Cargo	Maior Titulação
Ana Claudia Cagnin	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Controle da Gestão Pública
Ana Claudia dos Santos	Auxiliar de biblioteca	Ensino Médio
Anderson Correa Gonçalves	Técnico em Agropecuária	GRADUAÇÃO em Tecnologia de Gestão em Agronegócios
Angela Maria Crotti da Rosa	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Controle de Gestão Pública/ em Educação Empreendedora
Antoninho Baldissera	Pedagogo/Orientador Educacional	ESPECIALIZAÇÃO em Logoterapia/ em Orientação e Supervisão Educacional
Bruno José Dani Rinaldi	Técnico em Laboratório/Área:Química	ESPECIALIZAÇÃO em Engenharia de Segurança do Trabalho
Camila Zanette Zuanazzi	Assistente administrativo	GRADUANDA em Tecnologia de Gestão Pública
Carla Genoveva Santin Fernandes	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Língua Portuguesa/em Educação Infantil
Carlos Felipe de Oliveira Raymundo	Técnico em Laboratório/Área: Eletromecânica	Técnico em Eletromecânica
Caroline Vian Spricigo	Assistente administrativo	GRADUAÇÃO em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
Cassiana Schmidt	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão e Direito Público
Daniel Manenti	Técnico em laboratório/Área: Automação Industrial	MBA em Planejamento e Gestão Estratégica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Danieli Vieceli	Psicóloga	MESTRADO em Educação
Deise Dallposso	Assistente de alunos	Ensino Médio
Denise Danielli Pagno	Técnica em assuntos educacionais	MESTRADO em Educação
Diego Alan Pereira	Técnico de Tecnologia da Informação	ESPECIALIZAÇÃO em Governança de TI
Edwin Albert Muller	Técnico Audiovisual	Graduando em Direito
Eliana Silva da Silva	Assistente de alunos	Ensino Médio/ Técnico em Enfermagem.
Everson Willian Batista	Técnico em Segurança do Trabalho	Técnico em Segurança do Trabalho
Felipe Ribas	Auxiliar em Administração	Licenciatura em Filosofia
Gabriela Frizzo Patrício	Técnica em assuntos educacionais	MESTRADO em Educação
Giorge Vanz	Analista de tecnologia da informação	ESPECIALIZAÇÃO em Redes e Segurança de Sistemas
Giovana von Mecheln Lorenz	Assistente administrativo	GRADUAÇÃO em Tecnologia em Marketing
Gislaine Julianotti Carlesso	Administrador	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão Pública
Grazieli Ferreira da Rosa Silveira	Enfermeira	ESPECIALIZAÇÃO em Enfermagem do Trabalho
Guillermo Gôngora Figoli	Técnico de Tecnologia da Informação	Técnico em Informática
Joice Aparecida do Nascimento	Auxiliar de biblioteca	ESPECIALIZAÇÃO em Educação – Práticas Pedagógicas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Josiane Bonetti	Assistente administrativo	MBA em Gestão Pública
Juciara Ramos Cordeiro	Assistente Social	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão de Políticas Públicas
Juliana Carla Bauerle Motta	Jornalista	MESTRADO em Comunicação e Sociedade
Liliane Josefa Orso Pinheiro	Contadora	ESPECIALIZAÇÃO em Direito Empresarial e Planejamento Tributário
Lizete Camara Hubler	Técnica em assuntos educacionais	MESTRADO em Educação
Loriane Vicelli	Técnica em assuntos educacionais	ESPECIALIZAÇÃO em Séries Iniciais do Ensino Fundamental
Luana de Araújo Huff	Assistente em administração	MESTRADO em Linguística
Marcelo Diel	Técnico em Agropecuária	MESTRADO em Ciências
Maria José de Castro Bomfim	Programador Visual	MBA em Marketing
Marion Schmidt	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão e Direito Público
Matheus Bisso Sampaio	Analista de tecnologia da informação	ESPECIALIZAÇÃO em Redes de Computadores
Nelson Magalhães de Oliveira	Bibliotecário/Documentalista	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão de Bibliotecas Escolares

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Patrícia Frizzo	Auxiliar em Administração	MESTRADO em Administração
Paulo Bruschi	Auditor	ESPECIALIZAÇÃO em Direito Material e Processual Civil
Rafaela Agostini	Auxiliar de biblioteca	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Segurança de Alimentos
Ramon Silva da Cunha	Tradutor Intérprete de Libras	GRADUAÇÃO em Licenciatura em Matemática
Ricardo Kohler	Técnico em Tecnologia da Informação	GRADUAÇÃO em Ciência da Computação
Rodrigo Vially Campos Alves	Técnico em Eletrotécnica	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão Pública
Rodrigo Zuffo	Assistente administrativo	MESTRADO em Administração
Rosana de Oliveira	Técnica em assuntos educacionais	ESPECIALIZAÇÃO em Educação Infantil e Séries Iniciais
Rosane Goularte	Técnica em assuntos educacionais	MESTRADO em Ciências da Educação
Rosicler Zancanaro Bernardi	Técnico em assuntos educacionais	ESPECIALIZAÇÃO em Matemática e Física
Samantha Vanin Felchilcher	Auxiliar de biblioteca	GRADUAÇÃO em Psicologia
Sandra Cristina Martini Rostirola	Técnica em assuntos educacionais	ESPECIALIZAÇÃO em Ensino e Gestão na Educação Básica
Silmar de Matos dos Santos	Tecnólogo em Gestão Pública	ESPECIALIZAÇÃO em Administração Pública
Silvia Marina Rigo	Auxiliar em Administração	MBA em Gestão Pública

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Tatiana Zuffo de Castilha	Assistente de alunos	GRADUAÇÃO em Tecnologia de Alimentos
Thales Fellipe Guill	Assistente administrativo	MESTRADO em Educação
Tiago Heineck	Técnico de Tecnologia da Informação	MESTRADO em Computação
Tiago Possato	Técnico em Laboratório/Área: Eletroeletrônica	GRADUAÇÃO em Ciência da Computação
Vanessa Bettoni	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa/ em Farmacologia Clínica/ em Microbiologia Clínica
Vera Regina Mazureck	Pedagoga/Supervisor Educacional	MESTRADO em Educação

11. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

1.1 Infraestrutura Atual

- A infraestrutura geral do *Campus* compreende uma área total de 235.989,5 m² (23,5 hectares) e 12.033,78 m² de área construída, composta pelos seguintes espaços:
 - Bloco administrativo: com 514,37 m², nele ficam localizadas as salas de administração do Campus, como recepção, gabinete da direção geral, telefonista, chefia de gabinete, auditoria, setor financeiro, coordenação de gestão de pessoas, licitações, setor de tecnologias da informação, departamento de infraestrutura e serviços, sala de reuniões, dois banheiros;
 - Bloco pedagógico: com 666,38 m² no primeiro piso, onde estão localizadas as salas da Coordenação Geral de Ensino – CGE, sala de professores e coordenadores de curso. No segundo piso, com área de 630 m², fica localizada a biblioteca.
 - Bloco de salas de aula: com 5914,18 m², contendo 43 salas e serviços diversos, tais como Coordenação de Assistência Estudantil – CAE, copa, Coordenação de Registros Acadêmicos, reprografia, Serviço de Atendimento Psicopedagógico e Educacional – NAPSE, setor de estágio e de extensão, nove laboratórios de informática e sala do Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Específicas (NAPNE).
 - Ginásio de esportes: com dimensões de 1592.50 m², possibilita a prática de várias modalidades desportivas de quadra, como basquetebol, voleibol, handebol e futsal. Além disso tem 4 salas anexas, sendo duas de 70 m², uma de 140 m² e uma de 32 m².
 - Bloco de laboratórios: com 983,17 m², constituído de dois espaços, sendo que no primeiro estão alocados os laboratórios destinados inicialmente aos segmentos do Ensino Médio e ao Curso Técnico de Agropecuária, mas que poderão ser usados pelo curso de Ciência da Computação nos diversos componentes curriculares.

TABELA: RECURSOS E INSTALAÇÕES PEDAGÓGICAS DISPONÍVEIS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ITEM	RECURSO/INSTALAÇÃO	QUANTIDADE
01	Sala de aula	22
02	Sala de orientação pedagógica	03
03	Sala de reunião	02
04	Laboratório de informática	07
05	Microcomputador	152
06	Central de cópias	01
07	Brinquedoteca	01
08	Biblioteca	01
09	Sala de Professores	08
10	Laboratório de Práticas Pedagógicas	01
11	Laboratório de Agropecuária	04
12	Laboratório de Física	01
13	Laboratório de Engenharia Elétrica	04
14	Auditório com capacidade para 340 pessoas	01
15	Miniauditório com capacidade para 70 pessoas	01
16	Ginásio de esportes	01
17	Refeitório	01

11.2 Biblioteca

A biblioteca do *Campus* Videira do Instituto Federal Catarinense tem uma área construída de 630 m², com capacidade para 150 pessoas com sala de processamento técnico, setor de acervo, área de estudo em grupo e individual com 70 lugares, espaço com 08 computadores para consulta aos livros cadastrados no sistema Pergamum, pesquisa na internet e digitação de trabalhos, rede wireless para facilitar o uso de computadores pessoais, equipado com vídeo, DVD e sanitários adaptados. A biblioteca abriga um acervo composto de livros, periódicos, folhetos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 13.500 exemplares, que estão organizados segundo a Classificação decimal de Dewey (CDD). Desses 1700 exemplares são da área da Educação. O gerenciamento de todos os serviços na biblioteca é automatizado utilizando-se o sistema Pergamum. Sendo assim, procedimentos básicos realizados pelos usuários tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos online, através do sítio eletrônico. Visando atender os usuários de forma plena, a biblioteca mantém os serviços de empréstimo entre bibliotecas e o Portal de Periódicos da Capes a fim de suprir as necessidades informacionais não acessíveis localmente. O apoio à iniciação científica é um serviço de mediação educativa oferecido nas áreas da busca, seleção e uso de informações em produções acadêmicas. São oferecidos treinamentos específicos abrangendo orientações de uso dos recursos da biblioteca, visitas orientadas, uso de bases de dados, pesquisas na internet, normatização bibliográfica e elaboração de projetos de pesquisa. Outro importante serviço oferecido é o repositório e Ambiente Virtual de Aprendizagem Colaborativa denominada CRIACAC (<http://www.bscac.ufsc.br/criacac/tikiindex.php>). Idealizado e gerenciado pela biblioteca, esse instrumento é um importante veículo de informação, comunicação e geração de novos conhecimentos. Permite a comunidade do *Campus*, disponibilizar arquivos, trocar ideias e produzir conteúdos textuais

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense *Campus* Videira de forma colaborativa (wiki), integrando os saberes de alunos, professores orientadores e do bibliotecário. No ambiente, o usuário pode deixar de ser um consumidor passivo de informações e se transformar em produtor. Os produtos gerados ficam automaticamente publicados e se transformam em sementes para novas produções.

TABELA: SOFTWARES E SISTEMAS DISPONÍVEIS ITEM DESCRIÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ITEM	DESCRIÇÃO	LINK DE ACESSO
01	Sistema de Gestão de Bibliotecas Pergamum	http://pergamum.ifc.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php
02	Assinatura on-line das Normas ABNT	http://www.abntcolecao.com.br/
03	Assinatura Portal CAPES	http://www-periodicos-capesgovbr.ez317.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome
04	Acesso Base de Dados SCIELO	http://www.scielo.br/?lng=pt
05	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia (IBICT)	http://bdtd.ibict.br/
06	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações CAPES	http://capesdw.capes.gov.br/

12. CERTIFICAÇÃO

Certificados, Históricos Escolares e demais documentos relacionados à vida escolar dos estudantes do IFC – *Campus* Videira serão emitidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos e deverão explicitar o título da formação certificada, de acordo com a regulamentação vigente. Terá direito ao recebimento de Certificado todo estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes curriculares do Curso PROEJA-QP de Assistente Administrativo, conforme orientações do Projeto Pedagógico de Curso.

12.1 Terminalidade Específica

Este PPC registra as formas de acesso e permanência com sucesso para alunos com Deficiência ou Mobilidade reduzida, com vistas a um trabalho técnico, com aprovação de normas mais abalizadas no sentido de obtermos mais apoio de todos que acompanham nossos alunos de inclusão, bem como, apoio na adaptação dos seus currículos e em suas atividades avaliativas. Assim um dos grandes desafios da inclusão perpassa pela aplicação de conteúdos e avaliações, bem como a retenção e promoção dos alunos com deficiência, que em função de suas especificidades em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem e por isso precisam de material diferenciado, adaptações, até supressões ou omissões de conteúdos previstos nas ementas das disciplinas.

Conscientes de toda essa problematização, busca-se na lei e toda programação sobre inclusão formas de garantir acesso e permanência com sucesso, sendo o TERMO DE TERMINALIDADE ESPECÍFICA, uma das possibilidades previstas na legislação, que traz uma solução para esse impasse escolar e quantificador, trazendo inclusive mais respeito aos potenciais de todos os alunos de forma individualizada e particular.

Quando os alunos com deficiência, ainda que com os apoios e adaptações necessários, não alcançarem os resultados de escolarização previstos no Artigo 32, I da LDBEN o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo – e uma vez esgotadas as possibilidades apontadas nos Artigos 24, 26 e 32 da LDBEN – as escolas devem fornecer-lhes uma certificação de conclusão de escolaridade, denominada terminalidade específica.

As escolas, portanto, devem adotar procedimentos de avaliação pedagógica, certificação e encaminhamento para alternativas educacionais que concorram para ampliar as possibilidades de inclusão social e produtiva dessa pessoa.

Entretanto, a expedição do termo de terminalidade escolar específica somente poderá ocorrer em casos plenamente justificados, devendo se constituir em um acervo de documentação individual do aluno que deverá contar com um relatório circunstanciado e com os registros das adaptações, flexibilizações realizadas em diário, com a emissão de avaliações descritivas.

Ocorre então que com base na lei, é possível a emissão do Termo de Terminalidade Específica, no sentido de promovermos uma educação mais real, baseada nas condições potenciais e das habilidades reais de cada aluno, respeitando assim suas condições reais e promovendo seu aprendizado factual.

Conforme o Parecer CNE/CEB nº 2/2013 de 31/01/2013, entende que a “terminalidade específica”, além de se constituir como um importante recurso de flexibilização curricular, possibilita à escola o registro e o reconhecimento de trajetórias escolares que ocorrem de forma específica e diferenciada. Logo, a Terminalidade Específica para alunos com Deficiência, no contexto do IFC *Campus* Videira, tem por princípio a constituição de meios que permitam ao aluno avançar ao máximo em seu processo educacional e ao longo de sua trajetória educacional ir estabelecendo novas perspectivas de itinerários formativos.

Com essa sólida argumentação, o IFC *Campus* Videira viabiliza a aplicação desse procedimento pedagógico em seu contexto educacional, nos moldes do que já é normatizado sobre a chamada “terminalidade específica” nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial.

O IFC *Campus* Videira, oferece a organização Plano de Desenvolvimento Individual de alunos com deficiência, como forma de garantir as adequações necessárias à aplicação desse estatuto da “terminalidade específica” ao contexto próprio do IFC *Campus* Videira.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC, SETEC, Documento Base. Brasília, 2007

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº. 11/2001e Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154. 23 de julho 2004.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.478. 24 de junho 2005.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.840. 13 de julho 2006.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

IBGE. PNAD 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IRELAND, T.; MACHADO, M. M.; PAIVA, J. **Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V CONFITEA**. In: Educação de Jovens e Adultos. Uma memória contemporânea 1996 – 2004. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação para Todos). p. 41-49.

OLIVEIRA, M. K de. **Jovens e Adultos como sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. Trabalho apresentado na XXII ANPEd, Caxambu, 1999.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo Cortez, 2005.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade, uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNIVALI. Processo de Reconhecimento. Curso de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental e Médio.

EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

PRIMEIRO CICLO

LÍNGUA PORTUGUESA – 180h	
Objetivo	Compreender as redes de diferenças e semelhanças entre a língua oral e a língua escrita e seus códigos sociais, contextuais e linguísticos. Dominar os recursos expressivos da linguagem verbal (escrita e oral), relacionando texto/contexto, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção, recepção (intenção, época, local, interlocutores). Estabelecer relações dialógicas entre textos.
Ementa	Língua Padrão e variação linguística. Análise, interpretação, leitura e produção textual. Coerência e coesão em textos. Aspectos gramaticais relevantes: pontuação, acentuação, concordância nominal e verbal. Técnica e prática de oratória: seminário. Estudo dos gêneros textuais e dos tipos de texto. Estudo dos períodos literários brasileiros, com ênfase na Literatura Brasileira dos séculos XIX e XX.
Referências Bibliográficas	Básica: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 216 p. ISBN 9788572443272 (broch.). BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p. ISBN 9788520923184. BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 49. ed. São Paulo: Cultrix, 2013. 567 p. ISBN 9788531601897. Complementar: FARACO, Carlos Alberto. Oficina de texto. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 327 p. ISBN 9788532628107. DIONISIO, Angela Paiva (org.) et alii. Gêneros textuais e ensino. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 16.ed. São Paulo: Ática, 2003. CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 36.ed. São Paulo: Cultrix, 2004. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 18.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 118p. ISBN 9788585134600 (broch.).

INGLÊS – 30h	
Objetivo	Desenvolver as quatro habilidades linguísticas básicas (falar, ouvir, ler e escrever), com ênfase na leitura e compreensão de textos. Conhecer diferentes aspectos culturais de países falantes da língua inglesa. Conhecer e utilizar recursos on-line (ferramentas de tradução, exercícios em sites, jogos educativos e dicionários).
Ementa	A importância da Língua Inglesa, estratégias de leitura em língua inglesa. Vocabulário técnico na área de administração. Pronouns (subject/object), Simple Present, Present Continuous, Simple Past, Future, Modal Verbs. Aspectos culturais da Língua Inglesa.
Referências Bibliográficas	Básica:
	MARTINEZ, P. Didática de línguas estrangeiras. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 109 p. (Estratégias de Ensino 15). ISBN 9788579340079. PAIVA, V. L. M. O. Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática. São Paulo: Edições SM, 2012. 183 p. (Somos mestres). ISBN 9788576759881. SANTOS, D. Ensino de língua inglesa: foco em estratégias. Barueri: Disal, 2012. 343 p. ISBN 9788578441050.
Referências Bibliográficas	Complementar:
	JACOBS, M. A. Como não aprender inglês: edição definitiva: erros comuns e soluções práticas. Rio de Janeiro: Campus, 2002. xii, 254 p. LÍNGUA estrangeira e didática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 166p. (Como bem ensinar) MICHAELIS: dicionário escolar inglês: inglês-português, português-inglês. 2. ed. São Paulo, SP: Melhoramentos, c2008. 843 p. MURPHY, R. Basic Grammar in Use. 3rd edition. Cambridge: CUP, 2010. VALLANDRO, L. Dicionário SpeakUp: inglês - português, português - inglês. Rio de Janeiro: Globo, 1997. 574 p.

ESPANHOL – 30h	
Objetivo	Conhecer a língua espanhola aplicada no trato das questões interpessoais e empresariais associadas ao mundo do trabalho, através da compreensão e aprendizagem dentro das quatro habilidades comunicativas da língua: a fala, a leitura, a escrita e a compreensão oral, por meio de atividades projetadas para adquirir vocabulário e estruturas gramaticais, bem como do conhecimento das diferenças socioculturais entre língua materna e língua-alvo.
Ementa	Análise e reflexão sobre o idioma Espanhol, relacionando aspectos da cultura dos diversos países de Língua espanhola; Reconhecimento de tempos e formas verbais; Identificação das diferentes classes gramaticais; Amplificação do vocabulário e estudo das estruturas linguísticas; Atividades de prática comunicativa em situações formais e informais; Estudo da cultura dos diversos países de Língua espanhola; Compreensão e interpretação de textos; Produção Oral e Escrita.
Referências Bibliográficas	Básica:
	DICIONÁRIO Larousse espanhol-português, português-espanhol. 2ª ed. São Paulo: Larousse, 2009. MARTIN, I. R. Síntesis : curso de lengua española. São Paulo: Ática, 2009. SOUZA, J. O. Por supuesto! : español para brasileños - Ensino Médio. Volume único. São Paulo. Editora FTD, 2003
	Complementar:
	ERES FERNÁNDEZ, G. (Coord.). Gêneros textuais e produção escrita : teoria e prática nas aulas de espanhol como língua estrangeira. São Paulo: IBEP, 2012. FLAVIAN, E.; FERNÁNDES, G. Eres. Minidicionário : espanhol-português e português-espanhol. 19.ed.São Paulo: Ática, 2010. MARTINEZ, P. Didática de línguas estrangeiras . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. MICHAELIS : dicionário escolar espanhol: espanhol-português e português-espanhol. 2.ed.São Paulo: Melhoramentos, 2009. ROJAS, O. Novo minidicionário escolar espanhol: espanhol/portuguêsp português/espanhol. São Paulo: DCL, 2001.

EDUCAÇÃO FÍSICA – 60h	
Objetivo	Compreender as possibilidades da cultura corporal; apropriar-se das diferentes formas de manifestação da cultura corporal; compreender o sentido/significado das práticas corporais na contemporaneidade.
Ementa	Práticas corporais tradicionais; esportes coletivos; esportes individuais; expressão corporal; conhecimentos sobre o corpo, alimentação, educação alimentar e nutricional (Lei no 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica - conforme Resolução No. 2 – CNE/CEB/2012).
Referências Bibliográficas	Básica:
	KRÖGER, C.; ROTH, K. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2005. 208 p. ISBN 8576550261 (broch.). MEDINA, J. P. S. 1948-. A educação física cuida do corpo e mente. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2008. 96 p, ISBN 8530802934. ZATSIORSKY, V. M. Biomecânica no esporte: performance do desempenho e prevenção de lesão. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2004. xiv, 519 p. (A enciclopédia de medicina do esporte ; v. 9). ISBN 8527708868 (enc.).
	Complementar:
	EHRET, A. Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2008. 229 p. ISBN 9788576550648. FERNANDES, J. L. Atletismo: corridas. 3ª ed., rev. e ampl. São Paulo: EPU, 2003. 156 p. ISBN 9788512362007. FERNANDES, J. L. Atletismo: lançamentos e arremesso. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: EPU, 2003. 129p. ISBN 8512361905 (broch.). FERNANDES, J. L. Atletismo: os saltos. 2ª ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: EPU, 2003. 125 p. ISBN 8512361808. MUTTI, D. Futsal: da iniciação ao alto nível. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2003. xiv, 306p. ISBN 8586702625 MUTTI, D. Futsal: da iniciação ao alto nível. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2003. xiv, 306p. ISBN 8586702625

ARTES – 30h	
Objetivo	Conhecer, conceituar e discriminar a música (arte e o som) enquanto fenômeno físico; Compreender e perceber os elementos básicos da dimensão da linguagem musical, a citar, os parâmetros sonoros e seus desdobramentos. Conhecer e experimentar formas variadas de artes visuais, desde as tradicionais, como a pintura, a gravura, a escultura, o desenho, ampliando o repertório teórico-prático para meios e modos de apresentação diversos, característicos da arte contemporânea. Conhecer e refletir sobre a História da Arte.
Ementa	Música como dimensão da linguagem. Processos e agentes da produção musical na indústria cultural; Instrumentos musicais; Parâmetros sonoros e seus desdobramentos; História da música; Música coral; Percussão corporal; Vanguardas artísticas; Arte contemporânea; Práticas diversas de elaboração plástica.
Referências Bibliográficas	Básica: BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1990. 98 p. ISBN 9788571101449. BENNETT, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 80 p. (Cadernos de música da universidade de Cambridge). ISBN 8571103658 (broch.). GOMBRICH, E.H. (Ernst Hans). A história da arte. 16ª ed. Rio de Janeiro (RJ): LTC, 1999 Complementar: FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 2010. PROENÇA, G. História da Arte. São Paulo. Ática, 1999. RICHTER, I. R. Interculturalidade e estética do cotidiano. Campinas: Mercado das Letras, 2003. SEVERIANO, J.; MELLO, Z. H. A Canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras: vol.1: 1901-1957 SCHWAMBACH, D. Estrutura e percepção da música. 2006 (Apostila)

QUÍMICA – 120h	
Objetivo	Propiciar ao aluno reconhecer os materiais, as substâncias presentes nas diversas atividades do seu dia a dia, além da compreensão das transformações químicas nos processos naturais, industriais, agrícolas e tecnológicos, reconhecendo a Química como uma criação humana.
Ementa	Introdução à química. Matéria: estudo das transformações da matéria. Estrutura atômica: modelos atômicos e estrutura atômica atual. Tabela Periódica. Ligações químicas. Polaridade das moléculas. Funções químicas inorgânicas. Compreender as transformações químicas que ocorrem no mundo físico de forma abrangente e integrada para que e assim possam julgar com fundamentos e informações advindas da tradição cultural, da mídia e da própria escola e tomar decisões autonomamente, enquanto indivíduos e cidadãos. Equilíbrios Químicos. Eletroquímica. Reações Nucleares. Evolução da Química Orgânica. Funções orgânicas.
Referências Bibliográficas	Básica:
	FELTRE, Ricardo. Química : volume 1: química geral. 7.ed. São Paulo: Moderna, 2008. 526 p. ISBN 9788516061111. PERUZZO, Tito Miragaia; CANTO, Eduardo Leite do. Química na abordagem do cotidiano : físico-química. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 640 p. + 1 Suplemento de teoria e tabelas para consulta ISBN 8516052737. BIANCHI, J. C. A., ALBRECHT, C. H., MAIA, D. J. Universo da Química . Vol. Único. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2005.
	Complementar:
	REIS, Martha. Química : meio ambiente, cidadania e tecnologia - vol. 1. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2010. SANTOS, W. L. P., MÓL, G. S. Química & Sociedade . Vol. único. São Paulo: Nova Geração, 2005.

INFORMÁTICA BÁSICA – SISTEMAS OPERACIONAIS E EDITOR DE TEXTO - 60h	
Objetivo	Ambientar o aluno com o computador; Acessar serviços na WEB; Apresentar o ambiente de um editor de texto e suas funcionalidades; Aumentar a produtividade e a qualidade nos trabalhos textuais. Familiarizar o aluno com os sistemas operacionais necessários à função de assistente administrativo.
Ementa	Manipulação de Texto; Configurações e Formatações no Editor de Texto; Internet, E-mail, Ambiente virtual.
Referências Bibliográficas	Básica:
	CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 350 p. ISBN 8587918885.
	NORTON, Peter. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 2009. - 619 p. + 1 CD-ROOM. – ISBN 9788534605151.
	VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Campus, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 391 p. ISBN 9788535243970.
Referências Bibliográficas	Complementar:
	MORIMOTO, Carlos E. Hardware II: o guia definitivo . Porto Alegre: Sul Editores, 2013. 1086 p. ISBN 9788599593165.
	FOROUZAN, Behrouz A.; MOSHARRAF, Firouz. Fundamentos da ciência da computação . São Paulo: Cengage Learning, 2012. xiv, 560 p. ISBN 9788522110537.
	CARTER, Gerald. LDAP: administração de sistemas . Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2009. xiii, 263 p. ISBN 9788576083139.
Referências Bibliográficas	FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando Eduardo. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xvi, 250 p.
	DALE, Nell; LEWIS, John. Ciência da computação . 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c2011. xx, 436 p. ISBN 9788521617419.

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E ÉTICA – 30h	
Objetivo	Compreender, interpretar e redigir textos utilizando a norma-padrão da língua portuguesa. Refletir sobre relações pessoais e posturas éticas no ambiente de trabalho.
Ementa	Elementos da comunicação. Leitura e produção textual. Tipos e gêneros textuais. Coerência e coesão. Variação e adequação linguística. Gêneros textuais: ata, relatório, ofício, memorando. Uso de mídias sociais. Linguagem para e-mails. Oratória e apresentação de trabalhos. Relações e condutas profissionais.
Referências Bibliográficas	Básica: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto . 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 216 p. ISBN 9788572443272 (broch.). FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010. 432 p. (Ática universidade). ISBN 9788508105946. BOFF, Leonardo. A ethos mundial? Um consenso mínimo entre os humanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 131 p. Complementar: CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário de dificuldades da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: lexikon., 2009. 431 p. ISBN 9788586368493 (broch.) BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. 2. ed. ampl. e atual. pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. 707 p. ISBN 9788520921456 (broch.). VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. vii, 133 p. (Texto e linguagem). ISBN 8533602103 COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade . 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. 307 p CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras

	falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 367p. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 18.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 118p. ISBN 9788585134600 (broch).

SEGUNDO CICLO

MATEMÁTICA – 180h	
Objetivo	Aprender a construir e fazer cálculos; Interpretar e utilizar a Matemática como construção humana, relacionando seus conceitos ao cotidiano do educando.
Ementa	Equações do 1º grau; Equações do 2º grau; Expressões Algébricas; médias; números proporcionais; Teoria de conjuntos, Estudo de Funções, Geometria Plana; Sequências e Análise Combinatória.
	Básica:
Referências Bibliográficas	GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto. Matemática Completa . 2ª ed. renov. São Paulo: FTD, 2005.
	IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, David; PÉRIGO, Roberto; ALMEIDA, Nilze de. Matemática : Ciências e Aplicações. São Paulo: Saraiva, 2010.
	RIBEIRO, Jackson. Matemática : Ciência, Linguagem e Tecnologia. São Paulo: Scipione, 2012.
	Complementar:
	DANTE, L.R. Matemática : contexto e aplicações. São Paulo: Ática, 2003.
	GENTIL, N.; GRECO, S. E.; SANTOS, C. A. M. Matemática . Coleção: Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.
	PAIVA, M. Matemática . Volume Único. São Paulo: Moderna, 2005.

FÍSICA – 120h	
Objetivo	Apresentar a Física como uma ciência não neutra e historicamente constituída, associada ao estudo da natureza, particularmente dos movimentos. Relacionar fenômenos naturais com os princípios e leis físicas que os regem. Aplicar os princípios e as leis da Física em problemas envolvendo situações presentes no cotidiano. Analisar e interpretar as grandezas e leis físicas representadas em gráficos e tabelas. Utilizar a representação matemática das leis físicas como instrumento de análise e associação das relações entre grandezas e conceitos. Compreender, interpretar, analisar e estabelecer conexões entre os principais conceitos físicos presentes na cinemática, mecânica, óptica geométrica, ondulatória, eletricidade e magnetismo, necessários para a explicação e compreensão de fenômenos que acontecem todos os dias em nossa volta.
Ementa	Força e movimento. Princípios de conservação. Termodinâmica. Ondas eletromagnéticas. Eletromagnetismo.
Referências Bibliográficas	Básica: GASPAR, A. Física Série Brasil (Ensino Médio/Volume Único). São Paulo: Ática, 2004. MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. Curso de Física, vol. 1. São Paulo: Scipione, 2004. ROCHA, J.; VISNECK, R. Física, vol. 1. Curitiba: Editora OPET, 2005. Complementar: LUZ, A. M. R.; ALVARENGA, B. G. Física (volume único). São Paulo: Scipione, 2008. PARANÁ, D. N. S. Física (volume único). 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006. SILVA, C. X. e BARRETO FILHO, B. Física aula por aula, vol. 1. São Paulo: FTD, 2010.

BIOLOGIA – 120h	
Objetivo	Contribuir para a formação geral do estudante, proporcionando acesso às bases para o conhecimento e interpretação dos fatos, fenômenos e processos naturais e artificiais que envolvam os conteúdos selecionados de biologia na sua relação com a vida e com o seu cotidiano.
Ementa	Bioquímica, citologia, classificação dos seres vivos (os 5 reinos), fisiologia humana, estudo de hereditariedade, ecologia e poluição ambiental.
Referências Bibliográficas	Básica:
	AMABIS, JM; MARTHO, GR. Biologia : biologia das populações. 2ª Edição. São Paulo: Editora Moderna, 2004. Volumes 3.
	LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio : volume 1. São Paulo: Saraiva, 2014. 384 p.
	LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio : volume 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 400 p.
	Complementar:
	CHEIDA, L. E. Biologia Integrada . Obra em 3 v. São Paulo: FTD, 2002.
Referências Bibliográficas	LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio , volume 3. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 400 p.
	MACHADO, S. Biologia : ciência & tecnologia. – volume único – 1 ed.- São Paulo: Scipione, 2009. 688 p.
	PAULINO, W. R. Biologia atual. Obra em 3 v. - 14. ed. - São Paulo: Ática, 2002. 303p.
	RAVEN, P. H. et al. Biologia Vegetal . – 7 ed. – tradução Ana Cláudia de Macêdo Vieira et al. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 830 p. WILSON, E. O. Diversidade da vida. - 1 ed. – tradução: Carlos Afonso Malferrari. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 447p.

ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL – 30h	
Objetivo	Conhecer as principais funções de uma empresa, sua estrutura e organização. Exercitar práticas administrativas.
Ementa	Conceitos, definições e funções das empresas e organizações; Recursos; Estrutura e Organização Empresarial; Funções Básicas da Administração; Protocolo e Arquivo; Ambiente Organizacional. Métodos de organização empresarial. Organização de eventos. Execução de práticas administrativas.
Referências Bibliográficas	Básica: CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. xxviii, 608 p. DRUCKER, Peter F. Introdução à administração. São Paulo, SP: Pioneira, 1984. 713 p. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008. XXI, 491 p. Complementar: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: Edição compacta. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 19. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ATENDIMENTO AO CLIENTE – 30h		
Objetivo		Identificar técnicas de atendimento ao cliente. Conhecer aspectos de marketing empresarial.
Ementa		Técnicas de atendimento ao cliente. Tipos de clientes. Satisfação do cliente. Vendas inteligentes. Fidelização de clientes; Pesquisa de satisfação. Excelência em atendimento ao cliente. Marketing de vendas.
Referências Bibliográficas		Básica:
		KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2006. 750 p.
		KOTLER, Philip; BLOMM, Paul N. Marketing de serviços profissionais . 2.ed. São Paulo: Atlas, 1988. 511 p.
		CHURCHILL, Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes . 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 626 p.
		Complementar:
		BEKIN, Saul Faingaus. Endomarketing: como praticá-lo com sucesso . São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2004. xv, 186 p.
		KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. 303 p.

TERCEIRO CICLO

HISTÓRIA – 120h	
Objetivo	Conduzir os alunos a refletir sobre as diferentes relações sociais e de trabalho que caracterizam as diversas sociedades no tempo e no espaço, desenvolvendo a capacidade de leitura e interpretação de diferentes fontes históricas. Reconhecer as permanências e mudanças em relação a vários aspectos da sociedade, das atividades humanas, das relações de trabalho e das concepções de cidadania.
Ementa	1. Concepções de tempo e História. 2. Pré-História, arte rupestre e os primeiros povos da América. 3. Manifestações culturais inerentes às civilizações da Antiguidade Clássica: Grécia e Roma. 4. Estruturas econômicas, políticas e sociais da Idade Média, o papel da Igreja e a cultura durante o período medieval. 5. As transformações na estrutura da sociedade europeia ocidental decorrente da transição entre o feudalismo e o capitalismo: Cruzadas e o contato com as civilizações orientais/islâmicas, Renascimento, Reforma Religiosa e Formação dos Estados Nacionais. 6. História das civilizações pré-colombianas. 7. Brasil Colônia: economia, política e sociedade. 8. O fim do Antigo Regime: o advento da modernidade e o iluminismo. 9. Revolução Francesa e Império Napoleônico. 10. Transformações geográficas, econômicas e políticas ocorridas devido a Revolução Industrial. 11. Estados Unidos: Colonização, independência e expansão no século XIX. 12. Independência das colônias da América espanhola e do Haiti. 13. Independência política do Brasil. 14. Os povos africanos América. 15. Sociedade e trabalho na Primeira República brasileira. 16. Imperialismo e Primeira Guerra Mundial. 17. Crise do capitalismo e regimes autoritários. 18. Segunda Guerra Mundial. A memória social como fonte de pesquisa e a valorização do idoso. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei no 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso – conforme Resolução No. 2 – CNE/CEB/2012). Educação em Direitos Humanos (Decreto no 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 – conforme Resolução No. 2 – CNE/CEB/2012). 19. Era Vargas. 20. Descolonização e conflitos regionais. 21. Período democrático no Brasil. Populismo no século XX. 22. Golpe civil-militar e autoritarismo no Brasil. Ditaduras na América Latina. 23. Fim da História: a fragmentação da União Soviética e o término das utopias. 24. A volta do processo democrático no Brasil. Princípios neoliberais e a nova ordem mundial. Globalização, Internet e a Terceira Revolução Industrial.
Referências Bibliográficas	Básica: BETHELL, Leslie. História da América Latina (volumes II e III). São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Complementar:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil** - Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVII, volume 3: o tempo do mundo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HOBSBAWM, E. J.; GARSCHAGEN, Donaldson M. (Trad.). **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVÉRIO, Valter Roberto (Ed.). **Síntese da coleção História Geral da África**: século XVI ao século XX. Brasília, DF: UNESCO, 2013.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2014.

VEYNE, Paul (Org.). **História da vida privada**: Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

GEOGRAFIA – 120h	
Objetivo	Buscar a conscientização geográfica e a formação de cidadãos que compreendem as transformações do espaço geográfico a partir do lugar e de suas relações socioeconômicas e culturais de poder. Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social. Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos geográficos.
Ementa	Categorias de análise do espaço geográfico: paisagem, território, região e lugar a partir do espaço vivido; Meios de orientação: sol e sombra; Alfabetização cartográfica com o município de Videira e sua configuração espacial; A dinâmica dos elementos naturais e suas relações com as sociedades; As inter-relações entre os aspectos demográficos, urbanos, rurais e industriais; A Nova Ordem Mundial e suas implicações na vida das diferentes sociedades e na economia local e global; As empresas transnacionais e o comércio.
Referências Bibliográficas	Básica:
	BOLIGIAN, Levon. Geografia: espaço e vivência. São Paulo: Atual, 2007. GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e Modernidade. 10 ed. - Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2011. MOREIRA, Ruy. O que é Geografia? 2ª Ed. Revisada e Ampliada. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2010.
	Complementar:
	LACOSTE, Ives. A Geografia serve, antes, para fazer a guerra. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988. MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação. - 2 ed. - São Paulo : Contexto, 2012. SANTOS, Milton; SILVEIRA Maria L.S. O Brasil – Território e Sociedade no Início do Século XXI. 5ª Edição. Rio de Janeiro e São Paulo: E. Record, 2003. SANTOS, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002. SPOSITO, Eliseu Sevério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo : Editora UNESP, 2004.

FILOSOFIA – 60h	
Objetivo	Oferecer aos alunos conhecimentos provenientes do saber filosófico e das teorias da filosofia, para que possam olhar criticamente para a realidade que os cerca, posicionando-se responsabilmente como indivíduo e cidadão.
Ementa	O estudo de Filosofia. Sua origem e nascimento. Seus campos do conhecimento. Principais períodos de sua história da filosofia e seus aspectos contemporâneos. As concepções de verdade e a busca desta. Aspectos referentes ao conhecimento, a preocupação com este, a percepção e a memória. Imaginação, linguagem e pensamento. Possibilidades da consciência. A razão. Ignorância e verdade. Teoria do conhecimento. A filosofia política. Concepções de filosofia e métodos de investigação. Ciência: atitude científica, a ciência na história, as ciências da natureza, as ciências humanas. Concepções de ética e política. Iluminismo, filosofia moderna e contemporânea.
Referências Bibliográficas	Básica:
	ARANHA, M. L. A. Filosofando : Introdução à filosofia. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.
	CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. 520 p. ISBN 9788508134694.
	VERNANT, J. P.; FONSECA, Í. B. As origens do pensamento grego . 20ª ed. Rio de Janeiro; DIFEL, 2011.
	Complementar:
	ARENDT, H. A condição humana . 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
Referências Bibliográficas	FLORENZANO, M. B. B. O mundo antigo : economia e sociedade: Grécia e Roma. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
	GAARDER, J. Mundo de Sofia : Romance da história da filosofia. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
	LA TAILLE, Y. Moral e ética : dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
	MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia : dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SOCIOLOGIA – 60h		
Objetivo		Contribuir para o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica do estudante acerca da construção dos sujeitos, das instituições e da sociedade em geral e, compreender as transformações no mundo do trabalho e o impacto das tecnologias.
Ementa		Contexto histórico do surgimento da Sociologia como ciência. O processo de desnaturalização ou estranhamento da realidade. O homem como ser social. Socialização e o processo de construção da identidade. As correntes teóricas clássicas do pensamento sociológico. Cultura. Trabalho e Sociedade. Da Diferença às Desigualdades Sociais: comparação entre os dois conceitos. Relações raciais e étnicas. Gênero e sexualidade. Impactos Sociais da Tecnologia. Divisão social e sexual do trabalho. Crise no mundo do Trabalho. Globalização. Sociedade e Meio Ambiente. Temas transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação e direitos humanos; educação ambiental.
Referências Bibliográficas		Básica:
		ARAUJO, S.M. BRIDI, M. A. e MOTIM, B. L. Sociologia. São Paulo: Editora Scipione, 2013. ISBN 9788510053501 GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005. ISBN 978853630222-5. TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o ensino médio: volume único. 4. ed. São Paulo: Atual, 2014. 368 p. ISBN 9788535719475.
		Complementar:
		COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade . 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 488 p. ISBN 9788516065959 (broch.). OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. Introdução à sociologia. 8. ed. São Paulo: Ática, 1994. 144 p. ISBN 8508028563.. SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber . 6. ed., rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 176 p. (Coleção Sociologia). ISBN 9788532639059. TOSCANO, Moema. Introdução à sociologia educacional. 14. ed.. rev. ampl. Petrópolis : Vozes, 2010. 254 p. ISBN 9788532606242 (broch.).

LEGISLAÇÃO E DIREITOS TRABALHISTAS – 30h	
Objetivo	Conhecer os principais aspectos das relações trabalhistas e sua legislação.
Ementa	Aspectos operacionais da legislação trabalhista e previdenciária. Relação patrão e empregado. Rotinas de admissão e demissão. Manutenção do contrato de trabalho. Jornada de trabalho. Insalubridade. Folha de pagamento. Rescisão contratual. Estabilidade. Aposentadoria e retorno ao serviço.
Referências Bibliográficas	Básica:
	CARRION, Valentin. Comentários a consolidação das leis do trabalho : legislação complementar, jurisprudência. 35. ed. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 1322 p.
	CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho . 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Editora Método, 1349 p.
	SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade : aspectos técnicos e práticos. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012. 256 p.
	Complementar:

CONTABILIDADE BÁSICA – 60h	
Objetivo	Conhecer trâmites contábeis necessários para a área de administração.
Ementa	Noções básicas de contabilidade: receita; controle de custos fixos e variáveis; formação de preço de venda; lucro líquido; fluxo de caixa; investimentos; juros simples; Práticas em Custos e Finanças.
Referências Bibliográficas	Básica: BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. -. São Paulo: Atlas, 2010. xiv, 214 p. COSTA, Rosenei Novochadlo da; MELHEM, Marcel Gulin. Contabilidade avançada: uma abordagem direta e atualizada. Curitiba: InterSaberes, 2012. 133 p. (Série Gestão Financeira). BORINELLI, Márcio Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 483 p. Complementar: IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade introdutória. 11. ed. -. São Paulo: Atlas, 2010. 335p. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010



Emitido em 09/07/2019

SOLICITAÇÃO Nº 858/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 10:24)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
858, ano: **2019**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **02/09/2019** e o código de verificação: **b84cb72644**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA
Rodovia SC 135 – km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira/SC – CEP: 89560-000
Fone/Fax: (49)3533-4900 – www.ifc-videira.edu.br

Para: Presidente do CONCAMPUS – *Campus* Videira

SOLICITAÇÃO DE APRECIÇÃO DE MATÉRIA

ASSUNTO: Normativa fluxo operacional para ingresso e permanência de estudantes com deficiência e laudo.

PROPONENTE: Direção-Geral

RESUMO: Apresentação de normativa de fluxo operacional para ingresso e permanência de estudantes com deficiência e laudo.

SOLICITANTE: Napne e AEE

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Solicitante:



Emitido em 09/07/2019

SOLICITAÇÃO Nº 859/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 10:24)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
859, ano: **2019**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **02/09/2019** e o código de verificação: **e9256a2e27**

Portaria Normativa nº XX de maio de 2019

Esta portaria normativa visa estabelecer o fluxo operacional para o ingresso e permanência dos estudantes com deficiência com laudo, estudantes com deficiência sem laudo, autodeclarados, estudantes com necessidades específicas, superdotação e altas habilidades matriculados no ensino médio Integrado, dos cursos subsequente, Proeja, da graduação e pós graduação no IFC campus Videira.

CAPITULO 1

DAS CARACTERÍSTICAS DO ESTUDANTE

Art.1. No Instituto Federal Campus Videira para a finalidade administrativa e pedagógica considera-se a seguinte subdivisão: os estudantes com deficiência com laudo; estudantes com deficiência sem laudo; autodeclarados, estudantes com necessidades específicas, superdotação e altas habilidades, considerando os pressupostos da legislação vigente.

CAPÍTULO 2

DO INGRESSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM LAUDO

Art.2. Após a aprovação nos diferentes sistemas de seleção do IFC campus Videira o estudante quando maior de idade e os pais e ou responsáveis pelo estudante menor de idade deverão entregar na secretaria acadêmica os documentos exigidos no edital da matrícula.

Parágrafo Primeiro – Os estudantes que estiverem inscritos no processo seletivo através do sistema de cotas para a pessoa com deficiência devem entregar os documentos exigidos no editais específicos da matrícula, o laudo médico, o histórico escolar com a terminalidade específica e outras documentações sobre a questão da deficiência, se houver.

Art.3. A Secretaria Acadêmica encaminhará eletronicamente por e-mail ou por sistemas de registro de documentos que vierem a ser constituídos na instituição o laudo (s) médico, o histórico escolar com a terminalidade específica e outras documentações sobre a questão da deficiência, se houver, para o:

- Professor (a) de Atendimento educacional especializado - AEE;
- Coordenador (a) do NAPNE;
- Coordenadoria Geral de Ensino – CGE;
- Coordenadores de Curso do respectivo curso do estudante matriculado.

Parágrafo primeiro – o e-mail enviado pela secretaria deverá vir com o assunto – INCLUSÃO – NOME DO ESTUDANTE - CURSO - ANO

Parágrafo segundo – Caso haja algum impedimento do servidor titular ao cargo ficará a cargo do seu substituto legal o prosseguimento das atividades prevista nesta resolução.

CAPÍTULO 3

DO INGRESSO DA PESSOA SEM LAUDO, AUTO DECLARAÇÃO E OU CONSTATAÇÃO DE DEFICIÊNCIA AO LONGO DO PERÍODO LETIVO.

Art.4. Havendo casos de autodeclaração na matrícula, ou após a matrícula, e ou constatação de alguma deficiência, superdotação e ou altas habilidades ao longo do período letivo, a equipe do AEE deverá ser acionada pelo coordenador do curso e iniciar o procedimento de investigação e verificação junto a família do estudante, buscando preferencialmente a solicitação de um laudo médico que contribua ao AEE elaborar, construir o parecer descritivo e orientar os gestores e professores que lecionam para este estudante.

Art.5. A equipe do AEE deverá elaborar o parecer descritivo (ANEXO 1) obedecendo um prazo máximo de 20 dias a partir da informação recebida, pela família, pela escola anterior, pelos docentes, coordenadores de cursos e ou gestores do campus.

Art.6. Havendo a entrega do laudo posterior ao ato da matrícula o AEE deverá encaminhar para:

- Secretaria Acadêmica;
- Coordenador (a) do NAPNE;
- Coordenadoria Geral de Ensino – CGE;
- Coordenadores de Curso do respectivo curso do estudante matriculado.

Parágrafo primeiro – o e-mail enviado pelo AEE deverá vir com o assunto – INCLUSÃO – NOME DO ESTUDANTE – CURSO - ANO

CAPITULO 4

DO PARECER DESCRITIVO DO ESTUDANTE

Art.7. Esta etapa é válida para todos os estudantes matriculados no Instituto Federal Campus Videira previstos nesta normativa.

Art.8. De posse do laudo (s) médico, o histórico escolar com a terminalidade específica e outras documentações sobre a questão da deficiência a equipe do AEE deverá elaborar o parecer descritivo (ANEXO 1).

Parágrafo único - Caso haja a necessidade a equipe do AEE pode solicitar o apoio dos membros do NAPNE e poderá efetuar diligências à residência e as escolas anteriores do estudante para verificar as informações do processo escolar, solicitar documentos e obter informações sobre o estudante, com a finalidade de subsidiar o parecer descritivo.

Art.9. Após a elaboração do parecer descritivo a equipe do AEE encaminha para o coordenador de curso do respectivo estudante e para o Coordenador Geral de Ensino – CGE para ciência e providências.

Art.10. O Coordenador do Curso correspondente deverá encaminhar o parecer descritivo, para os docentes do estudante.

Parágrafo primeiro – fica sob responsabilidade do Coordenador do Curso informar os docentes sobre o estudante, retomando sempre que necessário os casos indicados do AEE para ajustes pedagógicos e quando houver situações de afastamento e mudança de professores.

Parágrafo segundo – fica sob responsabilidade do docente informar possíveis alterações de horário, substituições e cancelamento de aulas, para a supervisão de ensino, coordenação de atendimento ao estudante e demais interessados principalmente em casos que possuam currículo adaptado, para possa-se organizar a logística e a permanência do estudante na escola.

Art.11. A Coordenação Geral de Ensino – CGE em conjunto com a equipe do AEE deverá elaborar um plano de ações que permitam a acessibilidade do estudante para diminuição de barreiras arquitetônicas e pedagógicas.

Parágrafo único – Através das reuniões do Núcleo Pedagógico – NUPE articulada e em consonância com o AEE deverá ser construído um processo de orientação e de formação continuada com os docentes do curso do respectivo estudante.

CAPITULO 5

DO PLANO DE ACESSIBILIDADE AO COMPONENTE CURRICULAR

Art.12. A partir do recebimento do parecer descritivo os professores dos referidos estudantes deverão elaborar o PLANO DE ACESSIBILIDADE AO COMPONENTE CURRICULAR do estudante com conforme prazo estabelecido no calendário escolar.

Art.13. O plano de acessibilidade ao componente curricular é parte integrante do plano de ensino da instituição (ANEXO II) e deverá ser feito em conjunto e com a orientação do AEE agendado previamente para esta finalidade, conforme portaria normativa nº 04, de 29 de janeiro de 2018.

Parágrafo único – O plano de acessibilidade deverá ser refeito sempre que houver necessidade em conjunto com o AEE, conforme portaria normativa nº 04, de 29 de janeiro de 2018.

Art.14. A entrega do plano de acessibilidade ao componente curricular deverá ser feito eletronicamente pelo e-mail do AEE aee.videira@ifc.edu.br em arquivo editável ou por sistemas de registro de documentos que vierem a ser constituídos na instituição.

Parágrafo único – O e-mail enviado pelo professor com o plano de acessibilidade deverá vir com o assunto – PLANO DE ACESSIBILIDADE – NOME DO ESTUDANTE - CURSO - ANO – NOME DO COMPONENTE CURRICULAR

Art.15. A equipe do AEE dará um parecer sobre o plano de acessibilidade ao componente curricular e acompanhará a execução orientando o coordenador e os professores do curso sobre alterações dos procedimentos e eventuais ajustes no plano de acessibilidade ao componente curricular conforme a necessidade do estudante.

Art.16. O plano de acessibilidade ao componente curricular deverá ser aprovado no NDB do referido curso permitindo a execução respeitando o prazo em calendário escolar.

Parágrafo único: O plano de acessibilidade ao componente curricular deverá ser arquivado na secretaria acadêmica junto aos documentos do estudante.

CAPITULO 5

DO PARECER DO DESEMPENHO DO COMPONENTE CURRICULAR

Art.17. O Parecer do Desempenho Curricular (ANEXO III) é um documento que constitui de informações sobre o processo de acompanhamento do estudante ao longo da aplicação do plano de

acessibilidade e deve ser completamente preenchido indicando a terminalidade específica, quando houver, conforme portaria normativa nº 04, de 29 de janeiro de 2018.

Art.18. A entrega do parecer do desempenho curricular deverá ser feito eletronicamente pelo e-mail do AEE aee.videira@ifc.edu.br em arquivo PDF ou por sistemas de registro de documentos que vierem a ser constituídos na instituição.

Parágrafo único - A entrega do parecer do desempenho curricular deve obedecer as datas previstas em calendário escolar.

Art.18. Junto ao parecer do desempenho curricular deverá constar cópias das avaliações dos estudantes aplicadas ao longo do período.

Parágrafo único – O professor poderá elaborar quantos pareceres do desempenho curricular que entender necessário ao longo do período em consonância com o plano de acessibilidade ao componente curricular.

Art.19. O professor deve orientar o estudante com deficiência quanto a forma de arquivamento das avaliações originais aplicadas ao longo do período de aulas.

Parágrafo único - A não entrega do parecer do desempenho curricular conforme previsto nesta portaria normativa impedirá a emissão do parecer da equipe do AEE e a consolidação da turma.

Art.20. O parecer do desempenho curricular dos componentes, o plano de acessibilidade do componente curricular, provas e demais documentos entregues pelos professores serão encaminhados pela Equipe do AEE, a secretaria acadêmica provido de um parecer único sobre cada um dos componentes cursados pelo estudante.

Parágrafo único – A equipe do AEE emitirá parecer sobre o parecer do desempenho curricular dos componentes, conforme portaria normativa nº 04, de 29 de janeiro de 2018 (ANEXO IV).

Art.21. A secretaria dará prosseguimento verificando a consolidação da turma preenchendo o campo no SIGAA relativo a terminalidade específica, se houver.

Parágrafo Primeiro – Caso não haja a disponibilidade de um campo específico nos sistemas de gerenciamento acadêmico, o coordenador do curso, o professor do componente curricular e a equipe do AEE, expedirão um documento único, informando a terminalidade específica do(s) componente(s) curricular(es) do(a) estudante, documento este que deverá ser entregue junto ao histórico escolar da estudante, sempre que solicitado.

CAPÍTULO 6

DOS PRAZOS

Art.22. O prazo máximo para elaboração do parecer descritivo pela equipe do AEE é de 20 dias contados a partir da notificação da secretaria para estudantes que entregaram o laudo no ato da matrícula e ou para estudantes que após constatada a deficiência, superdotação e ou altas habilidades que entregaram um laudo médico com os apontamentos sobre a sua condição atualizada.

Art.23. A entrega dos planos de acessibilidade do componente curricular e o parecer do desempenho curricular deverão obedecer as datas previstas em calendário escolar.

Art.24. A entrega do parecer único da equipe do AEE sobre a execução do plano de acessibilidade e do parecer do desempenho curricular deverão obedecer o prazo previsto no calendário escolar.

CAPÍTULO 7

DO AJUSTE DA MATRÍCULA

Art.25. O ajuste de matrícula é um direito do estudante com deficiência, superdotação e altas habilidades com laudo. A solicitação pode vir a ser feita por meio do trancamento, aceleração, dilação de tempo e ou a exclusão de matrícula para todos os níveis de ensinos oferecidos no IFC Campus Videira.

Art.26. O trancamento e a exclusão de matrícula pode vir por meio de análise da equipe do AEE, da coordenação do curso e ou professor da disciplina e em acordo com a família do estudante.

Art.27. Por meio de formulário próprio (ANEXO VI) a documentação deve ser preenchida pelo AEE em conjunto com o coordenador do curso, em seguida coleta-se a assinatura dos pais que permitirão o ajuste da matrícula.

Art.28. O formulário de ajuste de matrícula pode ser feito sempre que necessária a inclusão e a exclusão de estudantes com deficiência com base na justificativa emitida pela Equipe do AEE, coordenador do curso e pelos pais.

Parágrafo único – a exclusão ou inclusão de uma componente curricular pode ser feito a qualquer tempo, respeitando as condições do estudante, prazos de dilação de tempo e com a concordância dos pais e os responsáveis do estudante.

Art.29. Após o preenchimento do formulário de ajuste de matrícula constando a assinatura da equipe do AEE, do coordenador do curso e dos pais, a coordenação do curso entregará este formulário na secretaria acadêmica para providências.

Parágrafo único: A Secretaria Acadêmica deverá arquivar o formulário de ajuste de matrícula nos registros de matrícula do estudante.

CAPÍTULO 8

DA DOCUMENTAÇÃO DO AEE

Art.30. Os documentos dos estudantes matriculados no AEE deverão ser armazenados na forma digital e ou física.

Parágrafo único: Caso haja documentos dos estudantes na forma digital os mesmos devem ser compartilhados e ou ser oferecido acesso integral a todos os membros do AEE.

Art.31. Os documentos dos estudantes matriculados no AEE devem ser organizados da seguinte forma:

- Informações pessoais do estudante;
- A ficha de acompanhamento de reuniões com os pais e atividades desenvolvidas com o estudante;
- Laudos;
- Planos de ensino com acessibilidade;

- Outras informações;

CAPÍTULO 8

DO ESTUDANTE COM NECESSIDADE ESPECÍFICA

Art.32. O estudante com necessidade específica é aquele que possui uma dificuldade em relação aos conteúdos e que no entanto, não possui deficiência constatada por meio de laudo médico.

Art.33. Para estes casos a Equipe do AEE em conjunto com a família elabora um plano de estudos Individual – PEI (ANEXO VII).

Parágrafo único - O AEE deverá informar o NUPE e o coordenador do curso sobre as condições do estudante e sobre a aplicação do plano de estudos individual. O coordenador deverá informar os docentes do respectivo curso sobre os procedimentos a serem adotados pelo estudante.

Art.34. A orientação e acompanhamento será feito pela a equipe do AEE e o coordenador do curso deverá acompanhar as condições do estudante e ajustes que vierem a ser necessários para que o mesmo possa evoluir nos estudos.

Parágrafo único - O AEE fará o acompanhamento do desempenho escolar registrando e orientando sobre os procedimentos e ações a serem adotados ao longo do período letivo.

ANEXO I

PARECER DESCRITIVO

Nome do estudante

Idade:

Deficiência

Endereço:

Escola anterior:

Comparecerá no IFC as segundas-feiras (tarde), terça-feira (manhã e tarde) e sexta-feira (Manhã e tarde)

Atendimentos adicionais que realizou e ou realiza

1. Aspectos relacionados a aprendizagem

2. Aspectos Familiares

3. Adequação de mobiliário e do espaço escolar

4. Recomendações gerais

ANEXO II

PLANO DE ENSINO COM ACESSIBILIDADE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

CURSO:	
MODALIDADE:	CÓDIGO:
COMPONENTE CURRICULAR:	
CARGA HORÁRIA (HS): 64	NÚMERO DE AULAS:
ANO/SEMESTRE LETIVO:	TURMA:
PROFESSOR:	
CONTATO DO PROFESSOR:	

2. EMENTA DA DISCIPLINA:

3. OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

3.1. GERAL:

3.2. ESPECÍFICOS:

4. JUSTIFICATIVA DO COMPONENTE CURRICULAR:

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: (Temas Transversais)

6. METODOLOGIAS DE ENSINO:

6.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

6.2. INTERDISCIPLINARIDADE:

7. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E PESOS:

8. REFERÊNCIAS:

8.1. BÁSICAS:

8.3. OBSERVAÇÃO:

9. CRONOGRAMA DE AULAS (OPCIONAL):

10. PLANO DE ACESSIBILIDADE PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nome do estudante	Turma/Ano
1 – XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX

11. PRÉ REQUISITO PARA CURSAR A DISCIPLINA

Estudante 1 - Colocar quais são os pré - requisitos necessários para cursar a disciplina, ex. Ler, escrever,

11. TEMPORALIDADE

Estudante 1 - Escrever se há a necessidade de mais tempo para execução da disciplina.

12. OBJETIVOS

12.1 OBJETIVOS ELIMINADOS DA EMENTA ORIGINAL

Estudante 1 - São os objetivos de caráter funcional e prático que devem ser priorizados e deve-se eliminar os que extrapolam as condições do estudante

12.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS ALTERNATIVOS

Estudante 1 - Indicar os objetivos específicos alternativos aos que não podem ser alcançados.

12.3 OBJETIVOS COMPLEMENTARES E SUPLEMENTARES

Estudante 1 - Inserir objetivos específicos complementares e suplementares para suprir as necessidades educativas específicas identificadas na situação do estudante.

12.4 Adequação e adaptação de conteúdo

Estudante 1 – informar as modificações, eliminando ou acrescentando conteúdos, conforme as adaptações dos objetivos. Deve-se considerar rigorosamente, o significado dos conteúdos, ou seja, se são básicos, fundamentais e pré-requisitos.

12.5 Metodologia adaptada

Estudante 1 – indicar as alterações nos procedimentos didáticos e acrescentar os conteúdos demandados para atender melhor o estudante.

ex1.

Usar imagens, vídeos e materiais impressos. Sentar próximo do aluno, conversar com ele de forma a perceber suas reações sobre o tema que tem sido trabalhado.

ex.2

A metodologia utilizada será qualitativa levando em consideração os avanços da estudante. As avaliações serão adaptadas considerando as características da estudante e as orientações do AEE. Poderão ser oferecidas provas orais, atendimentos individualizados em momentos extraclasse e em sala de aula. Poderão ocorrer alterações nos instrumentos mediante os resultados apresentados ao longo do processo.

12.6 Avaliação adaptada

Estudante 1 - (Identificar que critérios e instrumentos serão adaptados e descrever como se dará a recuperação de avaliações em que o estudante obteve rendimento insuficiente)

12.7 Outras adequações e ou adaptações

Estudante 1 - (Inserir outras adaptações, tais quais: acompanhamento do estudante em horário fora da sala, uso de materiais adaptados, de tecnologia assistiva, etc.)

ex.

Solicitada a oferta de monitoria para a disciplina. Acompanhamento extra classe em casa e com a família. Serão oportunizadas formas de avaliação e reavaliação, tecnologias assistivas (se houver necessidade) que contemplem a necessidade da estudante.

10. ASSINATURAS:

Nome do Professor
IFC-Videira
Portaria Nº XX DOU de XX/XX/XXXX

XXXXXXXXXX
Coordenador do Curso
Portaria Nº XX DOU de XX/XX/XXXX.

Videira, XX de XXXXXX de 20XX.

11. REVISÕES:

Versão	Data	Ação	Assinaturas
		Entrega ao Coordenador	
		Revisão pelo NDB	
		Devolução ao professor	

Versão	Data	Ação	Assinaturas
		Entrega ao Coordenador	
		Revisão pelo NDB	
		Devolução ao professor	

ANEXO III

PARECER DE DESEMPENHO DO COMPONENTE CURRICULAR



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

ANEXO V - PARECER DO DESEMPENHO NO COMPONENTE CURRICULAR

1. Dados de identificação

1.1 Nome do estudante:

1.2 *Campus*:

1.3 Curso:

1.4 Semestre/ano:

1.5 Nível: () Técnico () Superior

2. Dados do componente curricular

2.1 Componente curricular:

2.2 Ementa:

2.3 Pré-requisito (se houver):

2.4 Nome do docente:

2.5 Carga horária:

3. Deliberação quanto ao aproveitamento no componente curricular

() Aprovação por nota

() Progressão por parecer descritivo **em caso de terminalidade específica** (após esgotadas as possibilidades de dilação de tempo)

() Dilação de tempo

() Aceleração de tempo

() Reprovação (após esgotadas as possibilidades de dilação de tempo), nos casos não enquadrados no inciso I do art. 23 do Regulamento do AEE

4. Considerações complementares

As adaptações foram adequadas? O que poderia funcionar melhor? Informações relevantes para identificar as dificuldades e facilidades observadas no transcorrer do componente curricular: houve envolvimento do discente durante as aulas? Como foi o relacionamento com colegas e professor(a)? etc.

5. Evolução do estudante no componente curricular

Descreva o que foi proposto durante o componente e como foi o desempenho do estudante:

Data	Adequações/adaptações realizadas
16/05/17	O estudante foi chamado para revisão do conteúdo, expliquei novamente o conteúdo com atendimento individual.
20/05/14	Realização da prova, em ambiente diferenciado, com a assistência do professor. Prova feita oralmente. Prova diferenciada.
21/05/17	Após a correção da avaliação, foi possível perceber que o estudante entendeu o conceito de xxxxx, analisou xxxxx, descreveu o processo xxxx.
28/08/17	Percebi que, durante a aula, o estudante mostrou entendimento sobre o conteúdo trabalhado (xxxxx), pois xxxxx.
xxxxx	Prazo ampliado para entrega de trabalho.

6. Parecer descritivo

(Preencher somente em caso de estudante com avaliação descritiva)

a) Justificar detalhadamente a deliberação tomada no item 3, com parecer descritivo.

b) Avaliação do alcance dos objetivos propostos

Objetivos de acordo com o plano de acessibilidade ao componente curricular	Desempenho do estudante: objetivos atingidos
1)	Atingiu os objetivos propostos.
2)	Atingiu parcialmente os objetivos propostos, pois xxxxx.
3)	Não atingiu os objetivos propostos, pois xxxxx.

c) Parecer descritivo das atividades avaliativas

Atividade avaliativa realizada	Desempenho do estudante na atividade avaliativa

d) Habilidades e competências desenvolvidas pelo estudante no componente curricular

Anexar:

- Cópias das avaliações;
- Plano de Ensino

Data: ____ / ____ / ____.

Docente do componente curricular

ANEXO IV

PARECER DA EQUIPE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Nome o Estudante
Turma
Componentes cursados

Parecer único da equipe do AEE em relação ao plano de acessibilidade e do parecer do desempenho no componente curricular.

Aprovado por:

Data:

ANEXO V

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO ESTUDANTE

[illegible]

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
IFC - Instituto Federal Catarinense

1. Dados do Estudante

Nome: _____

Campus: _____

CPF: _____ Número da matrícula: _____

Curso:

Nível: () Integrado () Técnico () Superior Ano/Semestre: _____

2. Solicitação

[illegible]



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
IFC - Instituto Federal Catarinense

3. Justificativa para solicitação

3. Data e Assinaturas

Assinatura dos membros da equipe do AEE	
Nome: _____	Assinatura: _____ Data: ____/____/____
Nome: _____	Assinatura: _____ Data: ____/____/____
Nome: _____	Assinatura: _____ Data: ____/____/____
Assinatura da Coordenação do Curso	Assinatura do(a) estudante ou responsável
Nome: _____	Nome: _____
Assinatura: _____ Data: ____/____/____	Assinatura: _____ Data: ____/____/____

4. Registro Acadêmico

Ajuste realizado em: ____/____/____

Visto do servidor:

ANEXO VII



Plano de Estudos Individual - PEI

Plano de Estudos Individual - PEI

Aluno _____

Curso _____

Ano _____ Turma _____

Aula - Data: ____/____/_____. **Disciplina** _____

O que foi ensinado: assunto da aula	Conteúdos da aula	Atividade feita na aula	Dúvida

Avaliações e trabalhos agendados _____

Assinatura dos pais _____

Aula - Data: ____/____/_____. **Disciplina** _____

O que foi ensinado assunto da aula	Conteúdos da aula	Atividade feita na aula	Dúvida

Avaliações e trabalhos agendados _____

Assinatura dos pais _____ Data: ____/____/____

Aula - Data: ____/____/____. **Disciplina** _____

O que foi ensinado: assunto da aula	Conteúdos da aula	Atividade feita na aula	Dúvida

Avaliações e trabalhos agendados _____

Assinatura dos pais _____ Data: ____/____/____

Aula - Data: ____/____/____. **Disciplina** _____

O que foi ensinado assunto da aula	Conteúdos da aula	Atividade feita na aula	Dúvida

Avaliações e trabalhos agendados _____

Assinatura dos pais _____ Data: ____/____/____

Aula - Data: ____/____/____. **Disciplina** _____

O que foi ensinado assunto da aula	Conteúdos da aula	Atividade feita na aula	Dúvida

Avaliações e trabalhos agendados _____

Assinatura dos pais _____ Data: ____/____/____



Emitido em 09/07/2019

SOLICITAÇÃO Nº 860/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 10:24)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
860, ano: **2019**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **02/09/2019** e o código de verificação: **d93292e263**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA**

DESPACHO Nº 29/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 03 de setembro de 2019.

Juntada de ata e pareceres de reunião de julho/2019.

(Assinado digitalmente em 03/09/2019 15:42)

RAFAELA AGOSTINI
Função Indefinida
Matrícula: 1826960

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **29**, ano: **2019**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **03/09/2019** e o código de verificação: **370fe3bc26**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

ATA Nº 539/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: 23352.002041/2019-64

Videira-SC, 12 de julho de 2019.

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e dezenove, na sala da Direção-geral do bloco administrativo do Instituto Federal Catarinense - *Campus* Videira, reuniu-se o Conselho de *Campus* (CONCAMPUS) do IFC - *Campus* Videira. A reunião teve início às dezesseis horas, sob presidência da Diretora-Geral do *Campus* Videira, Rosângela Aguiar Adam. Fizeram-se presentes os conselheiros: Lizete Camara Hubler, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Educacional, Rodrigo Zuffo, Diretor de Planejamento de Administração Substituto, Valdinei Marcola representante dos docentes, Angela Maria Crotti da Rosa e Camila Zanette Zuanazzi, representantes dos técnicos-administrativo. A Diretora inicia a reunião dando as boas vindas e sequência as matérias: **1ª Pauta PPC PROEJA**- o projeto foi brevemente apresentado pela servidora Rosicler, que também sanou algumas dúvidas levantadas pelo conselheiro Valdinei, referentes a disciplinas como matemática, português e Educação Física, que é obrigatória. Rosicler explica que as ementas foram revisadas pelos docentes do campus, o grupo encaminhou as ementas via e-mail aos docentes e alguns deram devolutivas com considerações, para as demais foram utilizadas as ementas do PROEJA do Campus Fraiburgo, que já está em funcionamento. Valdinei relata a experiência que teve com o PROEJA em outra instituição. Lizete apresenta um breve histórico de como o projeto do PROEJA aconteceu no Campus Videira. Rosicler explica como funcionará a entrada dos discentes por fluxo contínuo e como foi feita a divisão de carga horária das disciplinas, básicas e técnicas. Em votação o PPC foi aprovado por unanimidade. **2ª Pauta Normativa AEE** - Lizete solicita a inclusão da matéria Normativa AEE, explica a proposta, seu objetivo e justificativa. A proposta objetiva uma regulamentação do fluxo, uma vez que foram encontradas muitas dificuldades ao longo do ano com o atendimento especializado, espera-se que com esse documento os processos sejam facilitados melhorando o atendimento como um todo. Rosângela coloca que foi liberada a contratação de profissionais especializados para esses atendimentos, porém com recursos próprios do campus. Valdinei relata a experiência da equipe do curso de pedagogia e fala como foi importante a revisar os planos após o início das aulas, depois do contato com o aluno e suas reais necessidades. Lizete acrescenta que não há uma regulamentação/normativa institucional. Em votação o documento foi aprovado com ressalvas, retirada da terminalidade específica pois não é permitido exigir, apresentação de um fluxograma, revisão dos prazos e adequação do título, de normativa para regulamento. **3ª Pauta** - Rosângela solicita a inclusão do Calendário 2020, os dados que ainda faltam são as datas que a CRA precisa fechar e alguns ajustes da CGE, conselhos e planos de ensino adaptado que tem prazo diferente. Em votação o calendário 2020 foi aprovado por unanimidade. Rosângela fala um pouco sobre o novo organograma, que entra em vigor em 2020 e sobre o recolhimento das FG's de nº 4 a 9. Explica sobre a prorrogação do prazo de vigência deste Conselho de Campus, agradece a participação de todos e, eu, Rafaela Agostini, secretária do Concampus, lavro, dato e assino a presente ata, que também será assinada pelos demais conselheiros.

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 11:23)
ANGELA MARIA CROTTI DA ROSA
COORDENADOR GERAL
Matrícula: 1879497

(Assinado digitalmente em 03/09/2019 08:53)
CAMILA ZANETTE ZUANAZZI
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
Matrícula: 1891825

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 13:41)
LIZETE CAMARA HUBLER
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
Matrícula: 1843096

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 11:09)
RAFAELA AGOSTINI
CHEFE DE GABINETE
Matrícula: 1826960

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 13:33)

RODRIGO ZUFFO
DIRETOR
Matrícula: 1827025

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 13:28)

ROSANGELA AGUIAR ADAM
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1763038

(Assinado digitalmente em 02/09/2019 14:54)

VALDINEI MARCOLLA
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
Matrícula: 1491378

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **539**, ano: **2019**, tipo: **ATA**, data de emissão: **12/07/2019** e o código de verificação:
cf39fa1ae2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

PARECER N° 2465/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

N° do Protocolo: 23352.002040/2019-10

Videira-SC, 12 de julho de 2019.

ASSUNTO:
Calendário Escolar 2020
PROPONENTE: DDE
ATA ONDE CONSTA A DECISÃO DO CONCAMPUS:
Ata nº 02/2019 do dia 12 de julho de 2019.
OBSERVAÇÕES:
PARECER:
O Conselho de <i>Campus</i> - CONCAMPUS, do <i>Campus</i> Videira, emite parecer favorável quando a aprovação do Calendário 2020.

(Assinado digitalmente em 12/07/2019 17:07)
ROSÂNGELA AGUIAR ADAM
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1763038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **2465**, ano: **2019**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **12/07/2019** e o código de verificação:
86ee339395



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

PARECER N° 2464/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

N° do Protocolo: 23352.002039/2019-95

Videira-SC, 12 de julho de 2019.

ASSUNTO:
Normativa Fluxo - AEE
PROPONENTE: NAPNE e AEE
ATA ONDE CONSTA A DECISÃO DO CONCAMPUS:
Ata n° 02/2019 do dia 12 de julho de 2019.
OBSERVAÇÕES:
PARECER:
O Conselho de <i>Campus</i> - CONCAMPUS, do <i>Campus</i> Videira, emite parecer favorável quando a aprovação do Regulamento , com ressalvas.

(Assinado digitalmente em 12/07/2019 17:07)

ROSANGELA AGUIAR ADAM
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1763038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **2464**, ano: **2019**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **12/07/2019** e o código de verificação: **f397fdbb4f**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

PARECER N° 2458/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

N° do Protocolo: 23352.002037/2019-04

Videira-SC, 12 de julho de 2019.

ASSUNTO:

Projeto Pedagógico do Curso PROEJA

PROPONENTE: Ana Carolina Viera Rodriguez

ATA ONDE CONSTA A DECISÃO DO CONCAMPUS:

Ata n° 02/2019 do dia 11 de julho de 2019.

OBSERVAÇÕES:

PARECER:

O Conselho de *Campus*- CONCAMPUS, do *Campus* Videira, emite parecer favorável quando aprovação do Projeto Pedagógico do Curso PROEJA.

(Assinado digitalmente em 12/07/2019 17:07)
ROSÂNGELA AGUIAR ADAM
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1763038

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **2458**, ano: **2019**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **12/07/2019** e o código de verificação:
1af2aed14d

Convocação CONCAMPUS

4 mensagens

Gabinete Campus Videira IFC <gabinete.videira@ifc.edu.br>

30 de setembro de 2019 17:33

Para: Rosângela Aguiar Adam <rosangela.adam@ifc.edu.br>, Ângela Maria Crotti Da Rosa <angela.rosa@ifc.edu.br>, Camila Zanette Zuanazzi <camila.zuanazzi@ifc.edu.br>, Valdinei Marcolla <valdinei.marcolla@ifc.edu.br>, Bruno <abschagas@hotmail.com>, venenovda@yahoo.com.br, Rodrigo Zuffo <rodrigo.zuffo@ifc.edu.br>, Liliâne Martins De Brito <liliane.brito@ifc.edu.br>, Glória Elizabeth Riveros Fuentes Strapasson <gloria.strapasson@ifc.edu.br>

Prezados (as) Senhores (as),

Convocamos os membros do Conselho de Campus (CONCAMPUS) do IFC - *Campus* Videira, para reunião ordinária que será realizada no próprio *Campus*, na sala da Direção, no dia 02 de outubro, com início previsto para às 15h.

A reunião terá as seguintes pautas:

- Eleição do Concampus;
- Encerramento Cursos Concomitante e Subsequente em Informática;
- Assuntos Gerais.

--

Chefia de Gabinete
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
Campus Videira
SC 135, Km 125 - Campo Experimental
Videira - SC - CEP 89564-590
Fone (49) 3533 4904

João Hemkemaier <joao.hemkemaier@ifc.edu.br>

1 de outubro de 2019 07:52

Para: Valdinei Marcolla <valdinei.marcolla@ifc.edu.br>, Gabinete Campus Videira IFC <gabinete.videira@ifc.edu.br>

Olá, gostaria apenas de confirmar se participo da reunião ou não.

Atenciosamente
Prof. Me. João Hemkemaier
Mestre em Mecatrônica

Instituto Federal Catarinense - IFC - *Campus* Videira
Rodovia SC 135, Km 125 - S/N - Bairro Campo Experimental
Videira - Santa Catarina. CEP 89560-000
Telefone: (49) 3533 4900
www.ifc-videira.edu.br

Em seg, 30 de set de 2019 às 18:37, Valdinei Marcolla <valdinei.marcolla@ifc.edu.br> escreveu:

Boa noite!

Colegas, segue para conhecimento.

Aguardo posicionamentos do grupo.

Atte.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Valdinei Marcolla
Professor de Pedagogia
IFC - *Campus* Videira

Gabinete Campus Videira IFC <gabinete.videira@ifc.edu.br>

1 de outubro de 2019 09:35

Para: João Hemkemaier <joao.hemkemaier@ifc.edu.br>

Cc: Valdinei Marcolla <valdinei.marcolla@ifc.edu.br>, Liliâne Martins De Brito <liliane.brito@ifc.edu.br>

Olá João,
você participará caso o Valdinei ou a Liliâne não possam se fazer presentes.

Att.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Gabinete Campus Videira IFC <gabinete.videira@ifc.edu.br>

1 de outubro de 2019 09:39

Para: Rosangela Aguiar Adam <rosangela.adam@ifc.edu.br>, Angela Maria Crotti Da Rosa <angela.rosa@ifc.edu.br>, Camila Zanette Zuanazzi <camila.zuanazzi@ifc.edu.br>, Valdinei Marcolla <valdinei.marcolla@ifc.edu.br>, Bruno <abschagas@hotmail.com>, venenovda@yahoo.com.br, Rodrigo Zuffo <rodrigo.zuffo@ifc.edu.br>, Liliane Martins De Brito <liliane.brito@ifc.edu.br>, Gloria Elizabeth Riveros Fuentes Strapasson <gloria.strapasson@ifc.edu.br>

Prezados,

encaminho, em anexo, a matéria com a documentação.

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Matéria Cursos Informática.pdf

2295K



Emitido em 01/10/2019

SOLICITAÇÃO Nº 1023/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/10/2019 17:44)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
1023, ano: **2019**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **08/10/2019** e o código de verificação: **8f43dce308**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA
Rodovia SC 135 – km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira/SC – CEP: 89560-000
Fone/Fax: (49)3533-4900 – www.ifc-videira.edu.br

Para: Presidente do CONCAMPUS – *Campus* Videira

SOLICITAÇÃO DE APRECIÇÃO DE MATÉRIA

ASSUNTO: Encerramento dos cursos Subsequente e Concomitante em Informática
PROPONENTE: DDE
RESUMO: Os cursos subsequente e concomitante em informática iniciaram a área de informática no campus em 2010. Há mais de cinco anos que a área não oferece os mencionados cursos. Atualmente, os docentes dedicam-se aos cursos integrados e Ciências da Computação.
SOLICITANTE: DDE
OBSERVAÇÕES: Junto a esta solicitação acompanham os relatórios da atividade dos cursos pela Coordenação de Assuntos Acadêmicos e a ata com a manifestação dos docentes da área de informática a respeito do encerramento dos cursos em questão.

Assinatura do Solicitante:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA

Relatório de Conclusão de Ciclo – Curso Técnico Concomitante em Informática

O Curso Técnico Concomitante em Informática historicamente apresentou o seguinte Ciclo de Matrícula:

TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL CONCOMITANTE - ABR. 2010 / ABR. 2012

O quadro Abaixo, vem demonstrar o quantitativo atual, no que tange a movimentação acadêmica, de acordo com os Censos Internos (PI/2019).

INFORMÁTICA 2010	
Alunos	48
Cursando	0
Desligados	29
Transferidos	0
Integralizados	0
Concluintes	19
TOTAL	48
Percentual de Evasão	60,42
Percentual de conclusão	39,58

Dessa forma, venho por meio deste informar que não há aluno cursando, trancado ou integralizado. A descrição dos resultados acadêmicos desse ciclo, nominalmente, encontra-se anexa a esse relatório e foram obtidos junto aos registros da Secretaria Acadêmica do IFC – Campus Videira.

Sendo o que tínhamos, subscrevemo-nos,

Sandra Cristina Martini Rostirola
Pesquisadora Institucional Substituta
Portaria 185 GAB/DG/CVID/IFC/2019 de 16/07/2019

Informática – Concomitante – Turma 2010/1		
NOME	CPF	STATUS
Adriana de Cássia Baldo	010.469.529-35	desistente
Ana Claudia dos Santos	084.586.359-25	desistente
André Zuconelli	072.495.749-90	concluente
Andressa Rodrigues	064.444.039-28	desistente
Andressa Tonello	060.033.449-03	desligada
Baghia Klebowski Chaves	090.072.209-69	concluente
Beatriz Viecei	073.416.629-05	desistente
Bianca Luíza Soares da Silva	089.950.639-98	desistente
Bruna Delany	090.250.419-30	desligada
Bruna Frarão	089.657.189-02	concluente
Carla Twardowski Grando	089.839.919-09	desistente
Darlana Hacckbarth	083.946.599-85	desistente
Débora Osmarin	088.589.599-14	desistente
Derick Lucas Fernandes	085.975.819-21	desistente
Eduarda Maria Zanetti	089.202.169-16	concluente
Eliton May	084.222.289-80	desistente
Ewelyn Pazini Sebem	086.159.109-79	desistente
Fabiane Alves de Oliveira	081.382.019-75	desistente
Fábio Monteiro dos Santos	085.384.569-70	concluente
Giovanni da Silva Strapazon	047.483.639-83	desistente
Hendrix Tomaz da Silva	090.027.999-00	desistente
Jaqueline Selzlein	086.499.929-19	desistente
Jeferson José Schneider Boesing	090.188.499-52	concluente
Jéssica Dalla Costa	084.917.239-00	concluente
Johnatan Campagnaro	090.124.159-85	desligado
Julia Baldissera	090.103.459-20	concluente
Kátia Goês	070.405.089-74	desistente
Kenidi de Oliveira Ariotti	075.362.699-35	concluente
Larissa dos Reis	087.510.429-08	concluente
Leonardo Aquiles Turco	081.495.469-36	desistente
Luan André Cardoso	074.845.219-22	desistente
Luan Cenci	079.867.489-07	concluente
Lucas André Arcari	061.832.959-57	desistente
Luciane dos Santos	065.055.569-40	desligada
Luís Fernando Vian	065.813.809-03	concluente
Moacir Baggio Júnior	078.564.539-07	concluente
Shanna Ferreira da Silva	085.449.799-47	desistente
Sibele Schultz	089.996.919-42	desistente
Tailane Aparecida Lira	090.034.189-00	desistente
Tainara Tedesco	085.359.569-05	desistente
Talitha Cristina Ricci	081.287.169-30	desistente
Tasiana Rodrigues Guimarães Heemann	048.612.389-86	desistente
Thanamara Luvizon	089.996.899-64	concluente
Thiago Crestani	088.413.509-89	concluente

Planilha1

Taynara Cerigueli Dutra	076.341.719-05	concluinte
Uesley Onil Weiss	081.422.059-20	concluinte
Vagner Luis Spolti	057.587.609-35	concluinte
Waleska Antunes	087.547.469-14	concluinte



SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SISTEC

Impressão: Ciclo de Matrícula - Ciclo de Matrícula - Listar Existentes

Código do Ciclo	Nome do Ciclo	Curso	Tipo do Curso	Período do Ciclo	Oferta	Status do Ciclo	Alunos	Ações
445418	TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL - SUBSEQUENTE - ABR. 2010 / ABR. 2012	TÉCNICO EM INFORMÁTICA - EDUCAÇÃO PRESENCIAL	TÉCNICO	26/04/2010 a 26/04/2012 em 1455 horas	Regular	CONCLUÍDO	2	2

 Página de 1 Total de Registros: 1

[Exportar CSV](#)



SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SISTEC

Impressão: Ciclo de Matrícula - Ciclo de Matrícula - Listar Existentes

Aluno	Nome Social	CPF	Data de Nascimento	Status
ADRIANE CARON	-	028.014.039-89	15/05/1979	DESLIGADO
AERCIO ZAGO	-	047.921.879-07	16/08/1986	DESLIGADO
ALCIMAR GONCALVES	-	064.825.609-03	18/07/1991	DESLIGADO
ALEXANDRO AUGUSTO TURCO	-	053.191.799-10	04/12/1984	CONCLUÍDA
ALINI PEREIRA DOS SANTOS	-	067.322.289-60	13/02/1990	DESLIGADO
ANDRE PAULO HENRICHES	-	078.264.739-18	13/01/1992	DESLIGADO
BARBARA ELISA PINHEIRO	-	069.889.429-47	01/01/1992	DESLIGADO
CARLA ALINE MUHLBRANDT	-	059.294.839-06	02/02/1988	DESLIGADO
CASSIANO GABRIEL DE LIMA	-	066.671.329-40	28/12/1990	DESLIGADO
CESAR AUGUSTO RISSI	-	073.938.859-21	30/08/1991	DESLIGADO
EMERSON DA ROSA	-	029.302.309-32	25/02/1980	DESLIGADO
ERIANE TOMAZI RIBEIRO	-	055.151.049-86	11/11/1988	DESLIGADO
FELIPE BARBOSA DE LIMA	-	076.221.119-96	22/03/1992	CONCLUÍDA
GIZELI DE FATIMA FURST	-	062.928.339-76	18/10/1988	DESLIGADO
GLEDSON GOMES DE CAMPOS	-	037.048.369-31	29/01/1982	DESLIGADO
GUILHERME CONSTANTINI	-	085.304.809-61	02/12/1992	DESLIGADO
ISAC ROBERTO GAIO	-	991.259.869-53	15/07/1975	DESLIGADO
IVETE DE FATIMA SALES	-	071.061.489-62	25/05/1989	DESLIGADO
JAINE PATRICIO	-	079.710.829-75	12/06/1992	DESLIGADO
JEAN CARLO DE MELO	-	064.438.569-37	29/03/1989	DESLIGADO
JEFFERSON DANTAS DE SOUZA	-	418.910.230-04	22/02/1964	DESLIGADO
JOSENILDO HELDER GARCIA	-	080.913.719-42	17/08/1992	DESLIGADO
LEANDRO ANTONIO RIBEIRO	-	064.490.829-76	01/04/1988	DESLIGADO
LEONARDO DALLPOSSO	-	054.152.619-74	20/01/1988	DESLIGADO
LEONARDO GUZI	-	083.531.139-29	27/07/1992	CONCLUÍDA
LIGIANE MACIEL	-	065.656.299-43	28/04/1990	CONCLUÍDA
MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS	-	004.863.899-44	28/06/1980	DESLIGADO
MARIA GORETE CORDEIRO	-	548.235.369-91	01/11/1967	DESLIGADO
MARILISE FIORELLI	-	081.869.579-01	01/03/1992	DESLIGADO
MARINA DAGOSTIM ALVES	-	038.178.349-93	08/04/1984	DESLIGADO



SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SISTEC

Impressão: Ciclo de Matrícula - Ciclo de Matrícula - Listar Existentes

Aluno	Nome Social	CPF	Data de Nascimento	Status
NELIS LUIZA FOSSATTI	-	476.704.449-91	10/12/1964	DESLIGADO
NELSON DANIELLI	-	176.091.408-80	18/07/1969	DESLIGADO
RENATO BEAL	-	063.709.319-42	21/04/1986	DESLIGADO
RICARDO KOHLER	-	058.762.859-60	27/11/1992	CONCLUÍDA
RONALDO CASTANHA	-	067.845.849-96	12/03/1989	DESLIGADO
ROVANI CAMPOLIM MOTTA	-	079.243.699-70	18/01/1992	DESLIGADO
SIMONE FANTIN	-	057.296.669-50	02/10/1987	CONCLUÍDA
SONIA MARIA HENTZ	-	010.107.479-40	02/12/1987	CONCLUÍDA
TATIANE PRISCILA LEGNANI	-	077.507.129-33	06/08/1992	DESLIGADO
THIAGO BALDISSERA	-	052.019.159-57	20/10/1986	DESLIGADO
VALDERI VARELA	-	022.889.249-00	02/06/1981	CONCLUÍDA



Página

de 2

Total de Registros: 41

Exportar .csv

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SISTEC

Impressão: Ciclo de Matrícula - Ciclo de Matrícula - Listar Existentes

Código do Ciclo	Nome do Ciclo	Curso	Tipo do Curso	Período do Ciclo	Oferta	Status do Ciclo	Alunos	Ações
445424	TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL - SUBSEQUENTE - AGO. 2010 / AGO. 2012	TÉCNICO EM INFORMÁTICA - EDUCAÇÃO PRESENCIAL	TÉCNICO	02/08/2010 a 02/08/2012 em 1455 horas	Regular	CONCLUÍDO		



SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SISTEC

Impressão: Ciclo de Matrícula - Ciclo de Matrícula - Listar Existentes

Aluno	Nome Social	CPF	Data de Nascimento	Status
ADRIANA APARECIDA MARTINS	-	032.001.559-90	21/01/1984	DESLIGADO
ADRIANO PAULO DE SOUZA	-	907.329.799-00	17/04/1983	CONCLUÍDA
ALEXANDRE RIBEIRO	-	053.859.809-35	13/06/1991	DESLIGADO
ALINE DE FATIMA FARIAS CASTANHA	-	074.839.259-90	08/04/1990	DESLIGADO
ANDERSON LUIS DE OLIVEIRA	-	009.403.579-25	17/12/1985	DESLIGADO
ANTONIA IVANILDA FELIX OLIVEIRA	-	997.930.083-34	14/09/1982	DESLIGADO
CASSIA MINOSSO GATTI	-	072.415.619-45	30/05/1992	DESLIGADO
CLEIDIMAR DAS GRACAS ANDRADE NATUS	-	825.025.959-91	21/10/1974	DESLIGADO
CLESIANE LIMA OLIVEIRA	-	009.671.955-94	12/07/1983	DESLIGADO
DIGIANE FURST	-	040.917.229-46	04/09/1984	DESLIGADO
DIONI MORAIS SIEBAUER	-	056.092.799-17	02/06/1986	DESLIGADO
DIONISIO ALVES RIBEIRO	-	044.002.389-03	08/02/1986	DESLIGADO
EDILAINE MARIA TOIGO	-	049.148.459-38	30/03/1986	DESLIGADO
EDSON FELIPE DE CARVALHO	-	055.768.589-30	23/03/1988	DESLIGADO
ELISA PIRES DOS SANTOS	-	047.292.179-77	02/07/1985	DESLIGADO
EZEQUIEL WASCHINTO CESA	-	032.439.739-96	20/09/1982	DESLIGADO
FERNANDO IRINEU BERTO	-	076.441.639-13	10/02/1992	DESLIGADO
FERNANDO JOSE CANALLI	-	008.597.039-59	05/11/1987	DESLIGADO
FERNANDO RIBEIRO	-	053.859.659-79	13/06/1991	DESLIGADO
GELSON ALTEMIR CZERVINSKI	-	611.079.300-06	17/10/1969	DESLIGADO
GUILHERME DE CASTRO	-	059.195.149-57	06/12/1990	CONCLUÍDA
HELIO ALVES RIBEIRO	-	606.870.889-68	07/02/1968	DESLIGADO
IVETE BRESOLIM	-	892.135.309-78	29/01/1973	DESLIGADO
JIUVANA VIEIRA CARDOSO	-	055.074.039-29	12/06/1985	DESLIGADO
JOAO CESAR FERREIRA	-	649.393.759-00	24/06/1970	DESLIGADO
KALINE BARCARO PRIGOL	-	055.630.619-81	18/06/1986	DESLIGADO
KARINA CARELLI	-	066.210.719-57	23/12/1988	DESLIGADO
LEONARDO COSTA LOPES	-	054.666.419-95	14/02/1987	DESLIGADO
LETICIA APARECIDA CERON ALABORA	-	087.317.299-08	27/08/1992	DESLIGADO
LEUCIR ROSSI	-	009.871.839-82	27/04/1987	DESLIGADO
MAICON INACIO HANAUER	-	080.846.899-59	14/06/1991	DESLIGADO
MARCELO KAIPERS	-	041.325.669-35	11/05/1983	DESLIGADO
MAURICIO JACIR ZARDO	-	042.583.539-14	01/03/1985	DESLIGADO
MAYRO LUIZ MACHADO	-	052.664.209-28	05/05/1984	DESLIGADO
ODAIR JOSE ZACARON	-	023.806.289-98	06/05/1975	DESLIGADO
OLIR ESTEVAO TURCO	-	430.554.789-91	30/04/1962	DESLIGADO
PEDRO BASEGGIO	-	039.780.229-31	29/06/1984	DESLIGADO
POTIASSU JOSE KLEBER DA SILVA	-	712.944.739-72	30/06/1974	CONCLUÍDA
RAFAEL BARCARO PRIGOL	-	058.875.789-63	09/07/1987	DESLIGADO
RAFAEL DO PRADO	-	010.150.519-10	23/08/1987	DESLIGADO
REGERSON RODRIGUES FORTES	-	281.072.548-99	06/11/1980	DESLIGADO
RENATO MELO PEREIRA JUNIOR	-	041.435.299-80	15/11/1984	DESLIGADO
RODRIGO DALLABRIDA CENDRON	-	060.335.889-67	06/09/1986	CONCLUÍDA
ROSANGELA PIMENTEL DA SILVA	-	065.539.339-01	19/03/1988	DESLIGADO
SANDRO PAULO ZANGALLI	-	040.391.469-80	20/07/1984	DESLIGADO
SILVANO BROLEZZI	-	006.071.619-30	03/05/1982	DESLIGADO



Aluno	Nome Social	CPF	Data de Nascimento	Status
SILVIANE CRISTINA ROARES	-	008.565.139-70	12/01/1984	DESLIGADO
SIRLEI ANTUNES DALAZEN	-	052.797.189-80	26/04/1986	DESLIGADO
TAIS SANTOS DE MELLO	-	063.132.879-32	16/11/1988	DESLIGADO
THAIS TESCK	-	052.842.349-52	31/07/1991	DESLIGADO
THIAGO LUIZ GRANETO	-	010.246.169-40	03/06/1987	DESLIGADO
TIAGO HEINECK	-	047.292.249-14	23/01/1984	DESLIGADO
VONISLEI LUIZ DE ANDRADE	-	004.894.669-90	03/03/1982	DESLIGADO
WELLYSSON NERIS	-	081.488.609-47	20/03/1992	DESLIGADO



SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SISTEC

Impressão: Ciclo de Matrícula - Ciclo de Matrícula - Listar Existentes

Código do Ciclo	Nome do Ciclo	Curso	Tipo do Curso	Período do Ciclo	Oferta	Status do Ciclo	Alunos	Ações
1173773	TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL - SUBSEQUENTE - FEV. 2012 / FEV. 2014	TÉCNICO EM INFORMÁTICA - EDUCAÇÃO PRESENCIAL	TÉCNICO	13/02/2012 a 13/02/2014 em 1455 horas	Regular	CONCLUÍDO	2	

SP

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SISTEC

Impressão: Ciclo de Matrícula - Ciclo de Matrícula - Listar Existentes

Aluno	Nome Social	CPF	Data de Nascimento	Status
ALEXANDRE TADEU MATTANA	-	067.635.339-85	09/10/1990	DESLIGADO
ALINE COSMIANA LUZIA MUHLBRANDT	-	063.033.559-19	07/04/1987	DESLIGADO
ANA PAULA XAVIER DE OLIVEIRA	-	087.470.479-09	07/10/1992	DESLIGADO
ANNA CRISTINACORREA COUTO	-	041.169.429-44	03/11/1981	CONCLUÍDA
CLEVISSON PADILHA DOS SANTOS	-	020.267.529-74	15/12/1978	DESLIGADO
DENNER RONALDO THIBES PADILHA	-	094.976.329-24	23/09/1994	DESLIGADO
DIEGO EBELING	-	068.604.049-06	14/09/1990	DESLIGADO
DRIELI FINGER MORESCO	-	049.580.919-55	17/04/1986	DESLIGADO
EDIOMAR LUCAS RUZYCKI	-	074.481.609-23	14/07/1990	DESLIGADO
EDUARDO SOARES MACHRY	-	075.518.299-54	27/02/1991	DESLIGADO
ELIANE CABRAL	-	030.482.279-54	19/09/1979	DESLIGADO
ELISIANE MENDES DE OLIVEIRA	-	068.777.949-90	24/04/1989	DESLIGADO
ERICO SOUZA OLIVEIRA	-	042.254.969-02	30/11/1984	DESLIGADO
EUNICE BRUNS	-	020.279.919-05	18/03/1979	DESLIGADO
FERNANDO BOCCA	-	042.583.549-96	30/10/1984	DESLIGADO
FRANCIELE PADILHA DOS SANTOS	-	006.381.089-18	18/09/1984	DESLIGADO
FRANSIELE AGNEZE BAVARESCO	-	007.588.349-00	16/11/1979	DESLIGADO
GABRIELLE CRISTINE MUHLBRANDT VELOSO	-	094.218.939-64	19/02/1994	DESLIGADO
GILSOMAR BRUCH	-	056.832.519-23	24/03/1987	DESLIGADO
GISLAINE FERREIRA	-	064.972.939-06	29/08/1989	DESLIGADO
GREGORY MAIKY PAGLIARINI	-	075.025.899-37	26/10/1992	DESLIGADO
JACSON TOMASI PADILHA	-	071.425.089-90	18/05/1990	DESLIGADO
KALYNE DANIELEWICZ	-	048.498.889-17	19/01/1986	DESLIGADO
LUAN ANDRE CARDOSO	-	074.845.219-22	20/12/1994	DESLIGADO
LUIZ FELIPE LIDANI	-	085.178.499-22	06/05/1994	DESLIGADO
MARCOS ROBERTO HUBNER	-	523.263.571-91	28/01/1974	DESLIGADO
MARILVA CRISTIANE CORREIA	-	007.581.939-20	07/06/1984	DESLIGADO
PAULO FELIPE ARAUDI	-	048.222.599-86	22/03/1985	DESLIGADO
PRISCILA DRAGER FOSSATTI	-	059.258.419-48	07/12/1988	DESLIGADO
ROBSON RIBEIRO	-	021.123.609-81	18/05/1980	DESLIGADO
ROBSON RODRIGUES MARTINS	-	048.308.839-01	05/09/1987	DESLIGADO
RODRIGO PINTO COELHO	-	070.334.776-43	18/08/1985	DESLIGADO
ROSENILDA RICARDO	-	004.737.699-64	28/02/1979	DESLIGADO
SILUANA GRASSI PIROLI	-	083.047.569-94	14/11/1990	CONCLUÍDA
TAIS TONIOLI	-	090.411.869-05	17/04/1993	DESLIGADO
VALDESNEI LUIZ TOIGO	-	005.561.919-35	10/11/1979	DESLIGADO
VANDERLEI PERETI	-	037.295.859-16	10/07/1985	DESLIGADO

Exportar .csv





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA

Relatório de Conclusão de Ciclo – Curso Técnico Subsequente em Informática

O Curso Técnico Subsequente em Informática historicamente apresentou os seguintes Ciclos de Matrículas:

1. TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL - SUBSEQUENTE - ABR. 2010 / ABR. 2012
2. TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL - SUBSEQUENTE - AGO. 2010 / AGO. 2012
3. TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL - SUBSEQUENTE - FEV. 2012 / FEV. 2014

O quadro Abaixo, vem demonstrar o quantitativo atual, no que tange a movimentação acadêmica, de acordo com os Censos Internos (PI/2019).

QUADRO 01: TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL - SUBSEQUENTE - ABR. 2010 / ABR. 2012

INFORMÁTICA ABR/2010	
Alunos	41
Cursando	0
Desligados	33
Transferidos	0
Integralizado	0
Concluintes	8
TOTAL	41
Percentual de Evasão	80,49
Percentual de conclusão	19,51

Fonte: Censo Interno – PI

QUADRO 02: TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL - SUBSEQUENTE - AGO. 2010 / AGO. 2012

INFORMÁTICA AGO/2010	
Alunos	54
Cursando	0
Desligados	50
Transferidos	0
Integralizado	0
Concluintes	4
TOTAL	54
Percentual de Evasão	92,59
Percentual de conclusão	7,41

Fonte: Censo Interno – PI

QUADRO 03:TÉCNICO EM INFORMÁTICA - PRESENCIAL - SUBSEQUENTE - FEV. 2012 / FEV. 2014

INFORMÁTICA 2012	
Alunos	37
Cursando	0
Desligados	35
Transferidos	0
Integralizado	0
Concluintes	2
TOTAL	37
Percentual de Evasão	94,59
Percentual de conclusão	5,41

Fonte: Censo Interno – PI

Dessa forma, venho por meio deste, informar que não há aluno cursando, trancado ou integralizado, estando os Ciclos com status **Concluído**. A descrição dos resultados acadêmicos desse ciclo nominalmente, encontra-se anexa a esse relatório e estão registrados no SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica).

Sendo o que tínhamos, subscrevemo-nos,


Sandra Cristina Martini Rostirola
Pesquisadora Institucional Substituta
Portaria 185 GAB/DG/CVID/IFC/2019 de 16/07/2019



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira

Ata 03/2019 – DDE – IFC *Campus* Videira

Aos sete dias do mês de agosto, às 16h30, na sala M08, gabinete 07, do bloco pedagógico reuniram-se o membros do colegiado de informática, a servidora Lizete Hubler e a DDE, Gloria Strapasson para definir a oferta ou encerramento dos cursos subsequente e concomitante de informática. O colegiado avaliou os cursos como tentativas positivas que deram início a área de informática em 2010 no IFC, porém a evasão era muito grande. Apontaram para o perfil dos alunos ingressantes, pois no caso do concomitante, não conseguiam conciliar as exigências escolares de suas respectivas instituições com as exigências do curso no IFC. Passado nove anos do concomitante e sete do subsequente, o colegiado decidiu unanimemente em dar oficialmente por encerrado ambos os cursos para os esforços serem direcionados aos cursos atualmente ativos, técnico integrado de nível médio e curso de ensino superior Ciência da Computação. O grupo havendo decidido, encerra-se esta reunião e lavra-se esta ata com anuência de todos os participantes.

Diego Ricardo Krohl: _____

Gerson Luiz Camillo: _____

Gloria Elizabeth Riveros Fuentes Strapasson: _____

Kennedy Ferreira Araújo: _____

Leila Lisiane Rossi: _____

Lizete Camara Hubler _____

Manassés Ribeiro: _____

Taynara Cerigueli Dutra: _____

Wagner Carlos Mariani: _____



Emitido em 01/10/2019

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 12246/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/10/2019 17:44)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
12246, ano: **2019**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **08/10/2019** e o código de
verificação: **107b1d8e55**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA
Rodovia SC 135 – km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira/SC – CEP: 89560-000
Fone/Fax: (49)3533-4900 – www.ifc-videira.edu.br

Para: Presidente do CONCAMPUS – *Campus* Videira

SOLICITAÇÃO DE APRECIÇÃO DE MATÉRIA

ASSUNTO: <i>Trilha ecológica</i>
PROPONENTE: <i>Programação Visual</i>
RESUMO: <i>melhorar a trilha de Mata do IFC Campus Videira para que possa ser usada pela comunidade acadêmica e externa</i>
SOLICITANTE: <i>Maria Louí C. Bonfim</i>
OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Solicitante: *Maria Louí C. Bonfim*



Emitido em 01/10/2019

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 12247/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/10/2019 17:44)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
12247, ano: **2019**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **08/10/2019** e o código de
verificação: **c880e7e16f**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

REGIMENTO DO CONSELHO DE CAMPUS

CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais, Categoria e Finalidade

Art. 1º – O Conselho de *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, doravante denominado Concampus, é uma instância Institucional que presta apoio ao processo decisório, à gestão administrativa, econômica, orçamentária e financeira, acadêmica e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, sendo um Colegiado Consultivo no âmbito Institucional, presente em cada *campus*, em conformidade com o Regimento Geral.

Art. 2º – O Concampus será dirigido pelo Diretor-Geral do *campus* ou Diretor do *Campus* Avançado, na qualidade de Presidente e, nas faltas e impedimentos pelo seu substituto legal.

CAPÍTULO II

Da Composição e Funcionamento

Art. 3º – O Concampus, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor, tem a seguinte composição:

I. *Campus*:

- a. O Diretor-Geral do *Campus*;
- b. Os Diretores de Ensino e Administração do *Campus*;
- c. 02(dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- d. 02(dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- e. 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- f. 01(um) representante dos egressos, eleito/indicado por seus pares;
- g. 01(um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;
- h. 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

II. *Campus* Avançado:

- a. O Diretor do *Campus* Avançado ou equivalente;
- b. O Coordenador de Ensino do *Campus* ou equivalente;
- c. 02(dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- d. 02(dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

exercício, eleitos por seus pares;

e. 02(dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;

f. 01(um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;

g. 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

§ 1º – Para cada membro efetivo do Concampus haverá um suplente, cuja designação obedecerá às normas previstas para os titulares, à exceção dos membros natos, cujos suplentes serão seus respectivos substitutos legais.

§ 2º – As normas para a eleição dos representantes do Concampus, bem como as necessárias para o seu funcionamento, serão fixadas em regulamento próprio, aprovado pelo CONSUPER.

§ 3º – Exceto para os Conselheiros natos, cujo mandato perdura pelo período em que se mantêm no respectivo cargo, o mandato dos membros do Concampus terá duração de 02(dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente.

§ 4º – Os representantes da sociedade civil serão eleitos pelos seus pares, com votação de maioria simples entre os presentes, sendo permitidos, no máximo, três membros representantes de uma mesma entidade civil organizada.

§ 5º – Nenhum indivíduo poderá exercer mais de uma posição no Conselho, devendo representar somente um segmento.

§ 6º Nos *Campus* Avançados, serão eleitores os servidores lotados e em efetivo exercício no *campus*.

Art. 4º – Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I. Faltar, injustificadamente, a 02(duas) reuniões consecutivas;
- II. Vir a ter exercício profissional ou representatividade diferente daqueles que determinou sua designação como Conselheiro;
- III. Sendo servidor do IFC, em caso de aposentadoria;
- IV. Sendo discente do IFC, em caso de perda do vínculo com a Instituição.

§ 1º - Em caso de vacância decorrente do cumprimento dos incisos anteriores, ou em virtude de outro afastamento que implique em sua desvinculação do *campus*, o suplente assume a titularidade e a vaga deste Conselheiro suplente será suprida por meio de nova eleição.

§ 2º - É vedada a participação de ocupantes de Cargo de Direção (CD) na condição de representantes de seus pares.

§ 3º - Caso haja substituição dos membros, nos termos do §1º o mandato dos novos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

conselheiros titulares e suplentes perdurará pelo período que restar para conclusão do prazo de 2 (dois) anos da constituição do Conselho.

Art. 5º – O Conselheiro, por razões justificadas, poderá licenciar-se por até 60 (sessenta) dias, assumindo o respectivo suplente até o retorno do Conselheiro efetivo.

Parágrafo Único – A partir do 61º dia de afastamento o Conselheiro será afastado, sendo solicitada a sua substituição ao segmento ou ao órgão representado.

Art. 6º – Os Conselheiros discentes, durante sua permanência nas sessões do Conselho, Comissões e Comissões Especiais, não deverão ter prejuízo algum em suas atividades acadêmicas.

§ 1º – Para o cumprimento do *caput* deste artigo, os Conselheiros discentes receberão declaração do Presidente do Conselho do Campus e as respectivas unidades deverão providenciar-lhes a reposição de conteúdos, bem como avaliações acadêmicas que tenham acontecido durante as sessões.

§ 2º – Na declaração mencionada no § 1º deverá constar o nome do acadêmico Conselheiro, o dia da sessão do Conselho, Comissão ou Comissão Especial e os horários de início e término da mesma.

Art. 7º – Das reuniões do Concampus são lavradas atas, e suas decisões servirão de recomendações para a gestão do *campus*.

§ 1º – Deverá constar das atas:

- I. Data, hora e local da reunião;
- II. Nome dos Conselheiros presentes e ausentes, com expressa referência à falta justificada;
- III. Resumo da pauta;
- IV. Relatos das proposições apreciadas, do encaminhamento das discussões e das votações;
- V. Registro das recomendações se for o caso;
- VI. Encerramento;
- VII. Assinatura de todos os presentes.

§ 2º – As atas deverão ser publicadas no site do respectivo campus, a fim de dar publicidade as ações do Concampus.

§ 3º – As reuniões sejam, além da escrita da ata, gravadas em áudio ou audiovisual e o arquivo fique em posse da secretaria que redigir a ata, pois além de servir como condutor da redação da ata é um arquivo documento que poderá ser utilizado em caso de dúvidas ou necessidades diversas.

Art. 8º – O Concampus reúne-se ordinária ou extraordinariamente, com a presença



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

da maioria absoluta de seus Conselheiros e decidem por maioria dos presentes, em votação nominal, sendo concedido ao Presidente o direito ao voto de desempate, além do voto comum.

§ 1º – As reuniões do Concampus acontecem ordinariamente, a cada 03(três) meses, quando convocadas, por escrito, por seu Presidente, com antecedência mínima de 96(noventa e seis) horas e com pauta definida.

§ 2º – As reuniões do Concampus acontecem extraordinariamente, quando convocadas com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas, por escrito, por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, com indicação de pauta dos assuntos a serem apreciados.

§ 3º – Em caso excepcional, a convocação do Concampus pode ser feita sem atender aos requisitos relativos a prazo e pauta, com a apresentação das razões no início da reunião.

Art. 9º – As reuniões obedecerão à Ordem dos Trabalhos estabelecidos no Artigo 18, deste Regimento.

§ 1º - Por iniciativa do Presidente ou de um Conselheiro, mediante consulta ao plenário, poderá ser invertida a ordem dos trabalhos, suspensa a parte de comunicação e atribuído regime de urgência ou de preferência a determinados assuntos, dentre os constantes da pauta.

§ 2º - O regime de urgência impedirá a concessão de vista, a não ser para exame do processo no recinto do plenário e no decorrer da própria reunião.

§ 3º - Para cada assunto constante da pauta, haverá uma fase de discussão e outra de votação.

Art. 10 – As decisões do Concampus terão a forma de Recomendações baixadas pelo seu Presidente.

Parágrafo Único – As Recomendações deverão ser publicadas no site do respectivo *campus*, a fim de dar publicidade às ações do Concampus.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Competências

Art. 11 – O Concampus compreende a seguinte estrutura organizacional básica:

- I. Presidência;
- II. Secretaria, exercida por 01(uma) pessoa externa ao Concampus;
- III. Membros.

Art. 12 – Compete ao Presidente:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

- I. Convocar, por escrito os membros integrantes do Concampus, para as reuniões, conforme disposições regimentais;
- II. Presidir as sessões e demais atividades do Conselho;
- III. Propor a ordem dos trabalhos das sessões;
- IV. Propor a pauta das reuniões;
- V. Resolver as questões de ordem;
- VI. Exercer, nas seções plenárias, o voto comum e, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- VII. Designar Comissões Especiais, ouvindo o plenário;
- VIII. Determinar a realização de estudos solicitados pelo plenário;
- IX. Designar relatores dentre os Conselheiros;
- X. Participar, quando julgar conveniente, dos trabalhos das Comissões;
- XI. Submeter as proposições à discussão e encaminhar a votação;
- XII. Suspender a sessão pelo prazo máximo de 01(uma) hora, quando não se puder manter a ordem, ou as circunstâncias assim o exigirem;
- XIII. Distribuir proposições aos Conselheiros e Comissões competentes.

Art. 13 – Compete à Secretaria:

- I. Elaborar a agenda do órgão;
- II. Providenciar a convocação dos membros do Conselho, determinado pela Presidência;
- III. Secretariar as sessões;
- IV. Lavrar atas das sessões;
- V. Redigir os demais documentos que traduzam as decisões tomadas pelo órgão;
- VI. Manter sob guarda, em caráter sigiloso, todo o material da secretaria e manter atualizados os arquivos e registros;
- VII. Executar outras atividades inerentes a sua área ou as que venham a ser delegadas pela autoridade competente;
- VIII. Proceder à tomada de frequência dos Conselheiros, por sessão, fazendo registrar, em ata, inclusive eventuais alterações de frequência;
- IX. Fazer a conferência do quórum, por sessão, sempre que requerida pelo Presidente antes de iniciar a instalação do Conselho ou de qualquer votação;
- X. Registrar, por termo, os votos em separado e as declarações de voto;
- XI. Encaminhar à Presidência, semestralmente, a frequência dos Conselheiros.

Art. 14 – Aos membros do Concampus cabe:

- I. Comparecer as reuniões;
- II. Debater matéria em discussão;
- III. Requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente;
- IV. Participar de comissões quando convocado pelo Presidente;
- V. Propor matéria à deliberação na forma deste Regimento;
- VI. Propor questões de ordem nas reuniões;
- VII. Observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e de decore;
- VIII. Relatar assuntos de interesse da Instituição.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

Art. 15 – Compete ao Concampus:

I. Recomendar aprovação no âmbito do *campus*:

- a. Dos projetos de criação e projetos pedagógicos de cursos;
- b. Do Plano Institucional do *Campus*;
- c. Do calendário acadêmico.

II. Propor no âmbito do *campus*:

- a. Mecanismos e políticas para fomentar e implementar programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão no *campus*;
- b. Mecanismos de desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias para o processo de ensino-aprendizagem no *campus*;
- c. A criação de novos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação lato sensu e projetos de pesquisa e extensão;
- d. Mecanismos de divulgação dos andamentos e dos resultados dos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão do *campus*;
- e. Formas de execução das normas definidas pelas instâncias superiores;

III. Constituir comissões especiais no âmbito de sua esfera de atuação;

IV. Emitir pareceres sobre assuntos afetos à sua competência;

CAPÍTULO IV **Das Reuniões e Sua Organização**

Art. 16 – O comparecimento dos membros do Concampus às sessões, salvo motivo justificado é obrigatório e prefere a qualquer atividade da Instituição.

Art. 17 – As sessões terão início em até 30 minutos do horário previsto na convocação, com presença da maioria dos membros do Conselho.

Parágrafo Único – Decorridos 30 (trinta) minutos do início da sessão, não havendo número legal, será feita uma segunda convocação, observando-se um intervalo mínimo de 02 (duas) horas na designação do novo horário, a contar da hora do início da 1ª sessão.

Art. 18 – Verificada a presença de número regimental, o Presidente dará início aos trabalhos, que obedecerá a seguinte ordem:

- I. Leitura e aprovação da ata da sessão anterior;
- II. Leitura do expediente e comunicações do Presidente;
- III. Proposições para alteração da pauta;
- IV. Pauta;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

V. Comunicações Gerais.

Art. 19 – A ata será lavrada e, em cujas folhas serão rubricadas pelo Presidente e sua leitura será feita na próxima reunião pelo(a) Secretário(a).

§ 1º - Não havendo quem se manifeste sobre a ata, será dada por aprovada, sendo subscrita pelo Presidente e Secretário(a).

§ 2º - Qualquer retificação da ata será solicitada ao Presidente a qual, se aceita pelo Plenário, constará na ata.

Art. 20 – Lida e aprovada a ata, dar-se-á conhecimento ao Plenário do expediente recebido e de comunicações especiais do Presidente.

Art. 21 – A organização da pauta da Ordem do dia obedecerá à seguinte sequência:

- I. Processos adiados;
- II. Proposições que independem de parecer, mas que dependem de aprovação do Plenário;
- III. Processos ou proposições com parecer do Relator e/ou Comissões;
- IV. Atos do Presidente sujeitos à homologação do Plenário.

§ 1º - As alterações da Ordem, prevista neste artigo, somente serão permitidas em caso de pedido de preferência, aprovado pelo Plenário.

§ 2º - Quando houver relator designado, a ele caberá fazer seu relatório, oferecendo parecer conclusivo sobre a matéria.

Art. 22 – Encerrada a discussão, nenhum Conselheiro poderá usar da palavra sobre o assunto debatido, senão para encaminhamento da votação.

Parágrafo Único – Antes do início da votação de qualquer matéria será concedido vista ao Conselheiro que a solicitar devendo o processo ser devolvido ao(a) Secretário(a), no prazo de 72 (setenta e duas) horas, exceto no caso previsto no § 2º, do artigo 9.

Art. 23 – Não será permitido aparte:

- I. Palavra do Presidente;
- II. Por ocasião do encaminhamento de votações;
- III. Quando o orador não o permitir;
- IV. Quando o orador estiver suscitando questões de ordem.

Art. 24 – Esgotada a Ordem do Dia, passar-se-á à parte final dos trabalhos da Sessão, concernente a comunicações e explicações pessoais.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

§ 1º - Ao Conselheiro que solicitar, será dada a palavra pelo prazo máximo de 03(três) minutos.

§ 2º - Não havendo oradores inscritos ou após haverem falado, será encerrada a Sessão.

CAPÍTULO V

Das Votações

Art. 25 – As votações dos assuntos que integram a ordem do dia serão feitas, normalmente, considerando-se aprovados aqueles que obtiveram o apoio da maioria dos presentes a não ser que, por disposição legal ou regimental, exija-se quórum qualificado.

§ 1º - A requerimento de qualquer Conselheiro, aprovado pelo Plenário, poderá ser realizada votação secreta.

§ 2º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, após distribuir as cédulas, o Presidente designará, dentre os Conselheiros, dois escrutinadores.

§ 3º - Além do voto comum terá o Presidente, nos casos de empate, o voto de qualidade.

§ 4º - Nenhum Conselheiro poderá votar nas questões sobre assuntos que diretamente digam respeito a seus interesses particulares, de seu cônjuge, dependentes ou colaterais, até o terceiro grau.

§ 5º - Reservados os impedimentos legais, nenhum Conselheiro poderá recusar-se a votar.

CAPÍTULO VI

Das Questões de Ordem

Art. 26 – Em qualquer momento da sessão, desde que não haja orador falando, poderá o Conselheiro pedir a palavra a fim de levantar questão de ordem.

Art. 27 – Questão de ordem é a interpelação ao Presidente, com vista a manter a plena observância das normas deste Regimento, do Estatuto, do Regimento Geral ou das disposições legais.

Art. 28 – As questões de ordem devem ser formuladas em termos claros e precisos, com citação dos dispositivos cuja observância se considere infringida, sendo resolvidas em primeira instância pela presidência da sessão e conclusivamente pela maioria dos Conselheiros presentes à sessão.

§ 1º – O tempo improrrogável para se formular uma questão de ordem é de 03(três) minutos, na fase da discussão, e de 01(um) minuto, quando houver necessidade de esclarecimento na fase de votação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

§ 2º – Em caso de recurso de qualquer Conselheiro da decisão proferida em primeira instância pela mesa acerca da questão de ordem, a mesa deverá submetê-la imediatamente à apreciação do plenário que a resolverá em caráter definitivo.

§ 3º – Não é lícito renovar, embora em termos diversos, questão de ordem já resolvida, nem falar pela ordem fora dos termos do presente Regimento.

CAPÍTULO VII
Das Comissões

Art. 29 – Poderão ser constituídas Comissões Especiais sempre que assunto submetido à deliberação do Conselho assim o exigir.

§ 1º – Os membros das Comissões Especiais que vierem a ser constituídas serão eleitos pelo plenário do Conselho na sessão que deliberar/apreciar pela sua constituição.

§ 2º – Fica automaticamente dissolvida a Comissão Especial, a partir do momento em que o assunto, para a qual foi criada, for deliberado pelo Conselho de Campus.

Art. 30 – Cada Comissão elegerá o seu Presidente, ao qual competirá distribuir entre os demais membros os processos e outras matérias dependentes de estudo e designar o respectivo relator.

Art. 31 – Quando um dos membros da Comissão for o autor da proposta e alegar impedimento, ou contra ele for arguida e provada suspeição, o Presidente da Comissão lhe dará imediatamente substituto para funcionar no exame do assunto.

Art. 32 – Os membros de cada Comissão farão consultas e debates entre si, sobre assuntos que pendem de seu parecer. Encerrada a discussão acerca da matéria, o que resolverem, por pluralidade de votos, será traduzido pelo relator, em parecer que será subscrito pela maioria, cumprindo ao vencido declarar as razões da divergência em seguida à sua assinatura.

§ 1º – Se nenhum acordo houver, e forem divergentes as conclusões dos membros de uma Comissão, cada um redigirá o seu parecer, dando as razões em que se fundamentar.

§ 2º – As discussões das Comissões deverão ser registradas em ata, com o resumo do que houver sido tratado, as quais deverão ser assinadas pelo respectivo Presidente e Secretário(a) da reunião.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Legais

Art. 33 – As sessões poderão ser suspensas ou encerradas pelo presidente por conveniência da ordem.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Art. 34 – Será considerada como de relevante serviço a participação dos membros desse Conselho nas reuniões.

Parágrafo único: aos membros externos não lhes sendo atribuída qualquer remuneração pela presença.

Art. 35 – O plenário do Concampus poderá propor, por maioria, o fechamento da sessão ordinária ao público quando entender que a matéria em pauta, discussão ou debate envolva questão sigilosa ou possa resultar em prejuízo a alguma pessoa, órgão ou instituição.

Art. 36 – Poderá haver revisão deste Regimento após 01(um) ano da data de sua aprovação.

Art. 37 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação desse Regimento serão dirimidos, no que couber, pelo Presidente do Concampus, ouvido, conforme o caso, o plenário e em grau de recurso, o Conselho Superior do IFC.



Emitido em 27/06/2019

RESOLUÇÃO (ANEXOS) Nº 12/2019 - CONSUPER (11.01.18.67)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/07/2019 18:13)

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITOR

1757038

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **12**, ano: **2019**, tipo: **RESOLUÇÃO (ANEXOS)**, data de emissão: **01/07/2019** e o código de verificação: **75f56643f9**



Emitido em 01/10/2019

CÓPIA DE RESOLUÇÃO Nº 34/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/10/2019 17:44)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
34, ano: **2019**, tipo: **CÓPIA DE RESOLUÇÃO**, data de emissão: **08/10/2019** e o código de verificação:
b342b8249c



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

RESOLUÇÃO *Ad referendum* Nº 001 – CONSUPER/2014

Estabelece as normas para a deflagração do processo eleitoral para a escolha dos representantes do Conselho de Câmpus do IF Catarinense.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IF Catarinense, Professor Francisco José Montório Sobral, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 24/01/2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 24/01/2012, **RESOLVE:**

Art. 1º – APROVAR *Ad referendum* o Regulamento que estabelece as normas gerais para o processo de escolha dos representantes das categorias com assento no Conselho de Câmpus dos Câmpus do IFC, conforme anexo desta Resolução.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Reitoria do IFC, 08 de abril de 2014.



Francisco José Montório Sobral
Presidente do Conselho Superior



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE CÂMPUS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS, CATEGORIAS E FINALIDADES

Art. 1º - O presente regulamento tem por objetivo normatizar os procedimentos para escolha dos membros do Conselho de Câmpus – CONCAMPUS, dos respectivos câmpus do Instituto Federal Catarinense, observadas as disposições legais pertinentes, o Estatuto e Regimento Geral do IFC, bem como a Resolução nº 034 – CONSUPER/2012.

Art. 2º – O Conselho de Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, doravante denominado CONCAMPUS, é uma instância institucional que presta apoio ao processo decisório, à gestão administrativa, econômica, orçamentária e financeira, acadêmica e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, sendo um Colegiado Consultivo no âmbito Institucional em cada Câmpus, em conformidade com o artigo 4º do Regimento Geral.

Art. 3º - Conforme Resolução nº 034 – CONSUPER/2012, em seu Art. 3º (Retificado em 26/12/2012), o CONCAMPUS, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor, tem a seguinte composição:

I. Câmpus:

- a. O Diretor-geral do Câmpus (membro nato);
- b. Os Diretores de Desenvolvimento Educacional e Administração do Câmpus (membros natos);
- c. 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- d. 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- e. 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- f. 01 (um) representante dos egressos, eleito/indicado por seus pares;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

g. 01 (um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;

II. Câmpus Avançado:

- a) O Coordenador Geral do Câmpus Avançado (membro nato);
- b) O Coordenador de Desenvolvimento Educacional e Administração do Câmpus Avançado (membro nato);
- c) 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- d. 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- e. 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- f. 01 (um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;

Parágrafo Único: Nenhum indivíduo poderá exercer mais de uma posição no Conselho, devendo representar somente um segmento.

Art. 4º – Exceto para os Conselheiros Natos, cujo mandato perdura pelo período em que se mantêm no respectivo cargo, o mandato dos membros do CONCAMPUS terá duração de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 5º - A eleição será conduzida por uma Comissão Eleitoral.

Art. 6º – Para a formação da Comissão Eleitoral, cada Diretor-geral indicará, através de Portaria, dois (02) representantes, com dois suplentes, em cada categoria a seguir:

- a) Docentes;
- b) Técnicos Administrativos;
- c) Discentes.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

Art. 7º - No exercício de suas atribuições compete à Comissão Eleitoral, obedecidas as diretrizes traçadas por esta resolução:

- I – Escolher entre seus pares o presidente, o vice-presidente e primeiro-secretário e o segundo secretário;
- II – Elaborar o edital que regulamentará o processo eleitoral;
- III – Presidir e coordenar o processo eleitoral;
- IV – Solicitar à Direção-geral dos câmpus a nomeação da Comissão Eleitoral;
- V – Receber as inscrições dos candidatos;
- VI – Homologar e publicar o registro dos candidatos que atenderem os critérios estabelecidos;
- VII – Supervisionar a campanha eleitoral;
- VIII – Elaborar e divulgar instruções sobre a forma de votação e apuração;
- IX – Se necessário, constituir subcomissões para execução de tarefas específicas;
- X – Providenciar, confeccionar, publicar, distribuir e guardar o material necessário ao processo eleitoral;
- XI – Definir os locais de funcionamento das mesas receptoras e da junta de apuração, bem como indicar/designar mesários necessários para a votação;
- XII – Deliberar sobre recursos impetrados;
- XIII – Proceder a apuração;
- XIV – Fazer cumprir rigorosa fiscalização do pleito eleitoral, seguindo as normas contidas nos editais eleitorais e garantindo a lisura do processo;
- XV – Publicar todas as informações referentes ao processo eleitoral na página eletrônica do IFC (Câmpus), em mural, com localização de fácil acesso;
- XVI – Credenciar fiscais, indicados pelos candidatos, para atuarem junto às mesas receptoras e apuradoras de votos;
- XVII – Dirimir quaisquer dúvidas de interesse dos candidatos e eleitores quanto à interpretação dos critérios da consulta;
- XVIII – Divulgar os resultados da votação em comunicações formais;
- XIX – Encaminhar relatório com o resultado da eleição à Direção-geral;
- XX – Decidir sobre os casos omissos;

Art. 8º – Somente poderão ser indicados para compor as comissões eleitorais os



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

representantes aptos a votarem, conforme requisitos estabelecidos neste regulamento.

Art. 9º - A indicação do membro da Comissão Eleitoral depende de consentimento formal do servidor ou do discente, devidamente manifestado à Direção-geral.

CAPÍTULO III
DOS CANDIDATOS

Art. 10 – Para a representação do segmento Docente, podem ser candidatos todos os servidores docentes ativos do quadro permanente do Instituto Federal Catarinense, lotados no respectivo Câmpus e em efetivo exercício na data do Requerimento de Inscrição de Candidato.

Art. 11 – Para a representação do segmento Técnico Administrativo, podem ser candidatos todos os servidores técnico administrativos ativos do quadro permanente do Instituto Federal Catarinense, lotados no respectivo Câmpus e em efetivo exercício na data do Requerimento de Inscrição de Candidato.

Art. 12 – Para a representação do segmento Discente, podem ser candidatos todos os discentes maiores de 18 anos ou maior de 16 anos emancipado, com matrícula regular ativa em cursos de oferta regular técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, no respectivo Câmpus na data do Requerimento de Inscrição de Candidato.

Art. 13 - Para a representação do segmento de egressos, podem ser candidatos todos os ex-alunos do Câmpus.

Parágrafo único: Entende-se por egresso do Instituto Federal Catarinense, aqueles que cumpriram integralmente o currículo dos cursos e programas e foram diplomados ou certificados na forma e nas condições previstas na organização didática dos cursos de nível médio, de graduação ou de pós-graduação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

Art. 14 – Poderão candidatar-se pais e mães de alunos regularmente matriculados nos cursos de oferta regular dos Câmpus.

Art. 15 – Não poderá se inscrever como candidato:

- I. Servidor em licença sem vencimento;
- II. Servidor à disposição de outros órgãos;
- III. Servidor em licença integral para capacitação;
- IV. Discente menor de 18 anos não emancipado, na data do Requerimento de Inscrição de Candidato ou que não tenha matrícula regular ativa nos cursos de oferta regular do Câmpus;
- V. Servidor que esteja respondendo processo administrativo disciplinar;
- VI. Discente que esteja respondendo processo disciplinar discente;
- VII. Discente, que for também servidor Técnico Administrativo, como candidato à categoria Discente;
- VIII. Docente, que também for Discente, como candidato à categoria Discente;
- IX. Servidor ou Discente membro do Conselho Superior, titular ou suplente;
- X. Servidor designado para compor a Comissão Eleitoral;
- XI. Servidor ocupante de cargo de direção (CD) na condição de representante de seus pares.

CAPÍTULO IV
DAS INSCRIÇÕES

Art. 16 – Os interessados em concorrer as vagas do CONCAMPUS deverão requerer registro perante a Comissão Eleitoral no período previsto no Cronograma, protocolando os seguintes documentos:

- I. Formulário de Pedido de Candidatura preenchido (Anexo I);
- II. Caso seja egresso, comprovante de conclusão de Curso;
- III. Caso seja pai ou mãe de aluno, comprovante de vínculo com o aluno;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

Art. 17 – O candidato que estiver impossibilitado de realizar a sua inscrição pessoalmente poderá efetivá-la somente através de procuração com firma reconhecida em cartório, sendo necessária a juntada da procuração ao requerimento de registro da candidatura, caso em que o aludido documento ficará retido com a Comissão Eleitoral.

Art. 18 – Não serão aceitas inscrições por fax ou correio eletrônico.

Art. 19 – Abrir-se-á prazo para pedidos de impugnação às candidaturas, que deverão ser protocoladas à Comissão Eleitoral com justificativa e devidamente assinado.

Parágrafo único: Encerrado o prazo das inscrições e análise das impugnações por parte da Comissão Eleitoral, a mesma divulgará Lista de Candidatos homologados, conforme cronograma.

CAPÍTULO VI
DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 20 – O período de campanha eleitoral está descrito em Cronograma, elaborado pela Comissão Eleitoral, aprovado pelo Diretor-geral e divulgado no câmpus.

Art. 21 – É proibida a campanha eleitoral fora do período estabelecido neste regulamento, sob pena de incorrer na não homologação do candidato no resultado final da eleição.

Art. 22 – Não será permitido o uso de recursos financeiros ou materiais do IFC, de qualquer projeto de pesquisa ou extensão.

Art. 23 – A visita aos setores do câmpus deverá ser informada à Comissão Eleitoral e ao responsável pelo setor.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

CAPÍTULO VII DOS ELEITORES

Art. 24 – Estarão aptos a votar no representante de seu respectivo segmento todos os servidores ativos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do IFC (Câmpus) e os Discentes regularmente matriculados (IFC Câmpus), bem como os egressos que comprovarem sua situação e pais de alunos que comprovem vínculo com o aluno.

Parágrafo único: Os eleitores poderão votar apenas UMA vez, em apenas UM representante do SEU segmento, ainda que pertença a mais de uma categoria, conforme segue:

- a) docente e técnico-administrativo vota como docente;
- b) docente e discente vota como docente;
- c) docente e egresso vota como docente;
- d) docente e pai de aluno vota como docente;
- e) técnico-administrativo e discente vota como técnico-administrativo;
- f) técnico-administrativo e egresso vota como técnico-administrativo;
- g) técnico-administrativo e pai de aluno vota como técnico-administrativo;
- h) discente e egresso vota como discente;
- i) discente e pai de aluno vota como discente;
- j) egresso e pai de aluno vota como egresso.

Art. 25 – Não estarão aptos a votar:

- I. Servidores Terceirizados;
- II. Ocupantes de Cargos de Direção sem vínculo permanente com a instituição;
- III. Professores substitutos e temporários;

CAPÍTULO VIII DA MESA RECEPTORA



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

Art. 26 – Serão constituídas Mesas Receptoras no Câmpus com a incumbência de receber os eleitores.

§ 1º - A Mesa Receptora será composta por um presidente, um mesário e um secretário convocados pela Comissão Eleitoral.

§ 2º – Não poderão ser indicados como membros da Mesa Receptora, os candidatos, seus parentes em primeiro grau, cônjuges ou pessoas estranhas ao corpo Discente ou ao quadro de Servidores do IFC.

Art. 27 – Os componentes da Mesa Receptora serão dispensados de suas atividades normais na Instituição, no dia e hora da votação e apuração, sendo-lhes atribuídas faltas em caso de abandono ou ausência na atividade sem justificativa.

Art. 28 – Em caso de ausência ou impedimento do Presidente, assumirá o Mesário e, na sua falta, o Secretário.

Parágrafo único: O Presidente da Mesa Receptora notificará à Comissão Eleitoral, possíveis ausências na Mesa e esta convocará automaticamente um novo membro, sendo este fato relatado em ata da mesa receptora.

CAPÍTULO IX DA VOTAÇÃO

Art. 29 – A votação dar-se-á em cabine individual, com uso de urnas tradicionais.

Art. 30 – O local de votação será definido pela Comissão Eleitoral.

Art. 31 – Cabe ao eleitor durante o processo de votação:

- I. Por ordem de chegada, apresentar-se ao presidente da Mesa Receptora, munido de documento que permita sua identificação civil ou funcional;
- II. Assinar a Lista de Presença;
- III. Receber a cédula rubricada pelo presidente da mesa receptora e dirigir-se à cabine de votação;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

IV. Assinalar na cédula de votação o quadro correspondente ao candidato de sua preferência;

V. Depositar seu voto na urna de votação.

Parágrafo único: O eleitor com deficiência, idoso ou gestante, poderá requisitar condição especial à Mesa Receptora para o exercício do seu direito a voto.

Art. 32 – No caso de suspensão da votação por motivo de força maior, o presidente da Mesa Receptora deverá:

I. Lacrar a urna;

II. Lavar ata que será imediatamente afixada em local visível para conhecimento da comunidade, com os motivos da suspensão;

III. Recolher o material remanescente.

Art. 33 – As cédulas oficiais serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único: A disposição dos candidatos na cédula será por ordem alfabética.

Art. 34 – A critério da Comissão Eleitoral, para os segmentos que tenham o número de inscritos igual ao número de vagas, a eleição poderá ocorrer através de assembleia do segmento, com objetivo de homologação dos candidatos previamente inscritos.

Parágrafo único: Na hipótese de eleição por assembleia, a votação passa a ser conduzida pela própria Comissão Eleitoral que comunicará antecipadamente o horário da assembleia, sendo esta na mesma data da eleição.

CAPÍTULO X DA FISCALIZAÇÃO

Art. 35 – Durante o período de votação e apuração, cada candidato, considerado fiscal nato, poderá manter UM fiscal, por ele credenciado, junto à Comissão Eleitoral.

Parágrafo único: O credenciamento dar-se-á pela indicação através de formulário próprio de credenciamento de fiscal (Anexo II), encaminhado à Comissão Eleitoral no período definido no cronograma.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

Art. 36 – Compete aos fiscais:

- I. Apresentar-se ao presidente da mesa Receptora e Apuradora de votos, com crachá de identificação;
- II. Fiscalizar o momento de recepção e apuração dos votos do processo eleitoral, apresentando verbalmente ou por escrito ao Presidente da Mesa as irregularidades que constatar, solicitando providências;
- III. Atender as orientações do Presidente da Mesa.

Art. 37 – O fiscal poderá ter seu credenciamento cancelado pela Comissão Eleitoral, a pedido do Presidente da Mesa Receptora e Apuradora de votos se:

- I. Interferir no trabalho da mesa;
- II. Tentar convencer eleitores em locais de votação;
- III. Usar de qualquer meio para obstruir o bom andamento dos trabalhos de votação.

Art. 38 – A ausência de fiscais não impedirá as mesas de iniciar ou dar continuidade aos trabalhos.

CAPÍTULO XI DA APURAÇÃO

Art. 39 – Encerrada a votação, a Mesa Receptora transformar-se-á imediatamente em Mesa Apuradora e junto com a Comissão Eleitoral executará a apuração dos votos.

Art. 40 – Antes da apuração das urnas, as cédulas que não foram utilizadas no processo eleitoral serão expostas aos fiscais e em seguida serão descartadas.

Art. 41 – Serão considerados NULOS os votos assinalados em cédulas que:

- I. Não correspondam às oficiais;
- II. Não estiverem devidamente autenticadas (rubricadas);
- III. Contiverem expressões, frases ou sinais alheios à votação, ainda que permitam



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

identificar o voto;

IV. Houver a indicação de mais de um candidato.

Parágrafo único: Os votos BRANCO e NULO não serão atribuídos a nenhum candidato, sendo, no entanto, computados para efeito de cálculo do número total de votantes.

Art. 42 – Os candidatos, assim como os fiscais, poderão apresentar impugnações verbais na medida em que os votos forem sendo apurados, as quais serão decididas, no momento, pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único: Os membros da Comissão Eleitoral decidirão, por maioria simples de votos, sobre as impugnações; cabendo ao presidente da mesma, a decisão em caso de empate.

CAPÍTULO XII DOS RESULTADOS

Art. 43 - Serão considerados eleitos, o primeiro e o segundo mais votados no segmento; sendo o terceiro e o quarto mais votados considerados suplentes.

Art. 44 – Em caso de empate no número de votos, será considerado eleito o mais idoso.

CAPÍTULO XIII DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 45 – Caberá impugnação por parte do candidato ou eleitor em qualquer etapa do processo eleitoral

Parágrafo único: As impugnações deverão ser impetradas por escrito e protocoladas, indicando os fatos que as justifiquem e os devidos fundamentos, excluídos aqueles de que trata o Art. 41 e seu parágrafo único.

Art. 46 – O resultado do julgamento ocorrerá por conta da Comissão Eleitoral, sendo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

que esta emitirá parecer conclusivo e irrecorrível.

Parágrafo único: A comissão Eleitoral terá 24 horas para apreciar o mérito da impugnação/recurso, devendo, em seguida, adotar medidas para fazer impedir ou cessar imediatamente o fato que gerou a impugnação/recurso, caso este seja deferido, dando plena e devida publicidade de sua deliberação, excluída a previsão no art. 42 deste Regulamento.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47 – A realização dos trâmites de eleição obedecerá ao cronograma estabelecido em edital próprio, que contemplará todas as fases do processo de consulta dos membros do CONCAMPUS.

Art. 48 – O processo eleitoral deverá ser deflagrado com a antecedência mínima de sessenta dias do término dos mandatos.

Art. 49 – Os casos omissos serão julgados pela Comissão Eleitoral.

Reitoria do IFC, abril de 2014.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

ANEXO I
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATO AO CONCAMPUS

À Comissão Eleitoral do CONCAMPUS.

Nome do candidato: _____

CPF: _____

Vem por meio deste requerer inscrição como candidato a membro do Conselho de
Câmpus _____ (CONCAMPUS)

Categoria:

- () Docente,
- () Discente,
- () Técnico-administrativo,
- () Egresso
- () Pais

Nestes temos,

Pede deferimento.

_____, em __ de _____ de 2014.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Reitoria

Assinatura do Candidato

ANEXO II

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE FISCAIS

Eu, _____,
na condição de candidato, venho através deste apresentar a indicação para FISCAL
junto a Comissão Eleitoral para a eleição que comporá a representação no
CONCAMPUS do Câmpus _____:

(Nome completo do Fiscal)

Data: __/__/____

Assinatura do candidato

OBS: A indicação de fiscal é facultativa, podendo ser indicado para alguns campi, todos ou nenhum, a critério do candidato.



Emitido em 01/10/2019

CÓPIA DE RESOLUÇÃO Nº 35/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/10/2019 17:44)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
35, ano: **2019**, tipo: **CÓPIA DE RESOLUÇÃO**, data de emissão: **08/10/2019** e o código de verificação: **612c3febf0**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA**

DESPACHO Nº 82/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 09 de outubro de 2019.

Juntada de Parecer.

(Assinado digitalmente em 09/10/2019 11:44)

RAFAELA AGOSTINI

Função Indefinida

Matrícula: 1826960

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **82**, ano: **2019**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **09/10/2019** e o código de verificação: **a786912019**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

FORMULARIO Nº 5226/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: 23352.002902/2019-12

Videira-SC, 08 de outubro de 2019.

ASSUNTO:
Encerramento Cursos Concomitante e Subsequente em Informática
PROPONENTE: DDE
ATA ONDE CONSTA A DECISÃO DO CONCAMPUS:
Ata nº 1084-GAB/VID do dia 03 de outubro de 2019.
OBSERVAÇÕES:
PARECER:
O Conselho de <i>Campus</i> - CONCAMPUS, do <i>Campus</i> Videira, emite parecer favorável quando ao encerramento dos Cursos Concomitante e Subsequente em Informática

(Assinado digitalmente em 09/10/2019 10:14)

WANDERSON RIGO
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1991199

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 5226, ano: 2019, tipo: FORMULARIO, data de emissão: 08/10/2019 e o código de verificação: a67d2a8d10



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA**

DESPACHO Nº 89/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Videira-SC, 16 de outubro de 2019.

Juntada de ata.

(Assinado digitalmente em 16/10/2019 14:58)

RAFAELA AGOSTINI
Função Indefinida
Matrícula: 1826960

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **89**, ano: **2019**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **16/10/2019** e o código de verificação: **ec48f93a20**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - VIDEIRA

ATA Nº 1084/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

Nº do Protocolo: 23352.002836/2019-72

Videira-SC, 03 de outubro de 2019.

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, na sala da Direção-geral do bloco administrativo do Instituto Federal Catarinense - *Campus* Videira, reuniu-se o Conselho de *Campus* (CONCAMPUS) do IFC - *Campus* Videira. A reunião teve início às treze horas e trinta minutos, sob presidência da Diretora-Geral do *Campus* Videira, Rosângela Aguiar Adam. Fizeram-se presentes os conselheiros: Gloria Elizabeth Riveros Fuentes Strapasson, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Educacional, Rodrigo Zuffo, Diretor de Planejamento de Administração Substituto, Valdinei Marcola e Liliane Martins De Brito representantes dos docentes, Angela Maria Crotti da Rosa, representante dos técnicos-administrativo. A Diretora inicia a reunião dando as boas vindas e apresentando as matérias: **1ª Pauta Encerramento dos cursos de Informática nas modalidades subsequente e concomitante**- a matéria foi brevemente apresentado pela DDE, que apresentou todas as justificativas para tal solicitação, ambos os cursos já não são ofertados a mais de seis anos e a intuição não possui nenhum aluno vinculado aos cursos, conforme relatórios da coordenação de registros acadêmicos. Em votação o encerramento dos cursos foi aprovado por unanimidade. **2ª Pauta Sugestão sobre trilha ecológica** - Rosângela apresenta a sugestão feita pela servidora Maria José Bomfim, todos os conselheiros são favoráveis que a servidora inicie um estudo sobre a demanda. **3ª Pauta Deflagração da Eleição**- Rosângela apresenta o assunto, as resoluções são apontadas e o conselho deflagra a eleição biênio 2020-2021, que inicia com a formação da comissão eleitoral. Valdinei fala brevemente sobre a reformulação da organização didática. Rosângela agradece a participação de todos e, eu, Rafaela Agostini, secretária do Concampus, lavro, dato e assino a presente ata, que também será assinada pelos demais conselheiros.

(Assinado digitalmente em 16/10/2019 07:34)

ANGELA MARIA CROTTI DA ROSA
COORDENADOR GERAL
Matrícula: 1879497

(Assinado digitalmente em 09/10/2019 09:03)

GLORIA ELIZABETH RIVEROS FUENTES
STRAPASSON
DIRETOR DE DEPARTAMENTO
Matrícula: 1005404

(Assinado digitalmente em 09/10/2019 09:34)

LILIANE MARTINS DE BRITO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
Matrícula: 1836440

(Assinado digitalmente em 08/10/2019 18:01)

RAFAELA AGOSTINI
CHEFE DE GABINETE
Matrícula: 1826960

(Assinado digitalmente em 16/10/2019 09:41)

RODRIGO ZUFFO
DIRETOR
Matrícula: 1827025

(Assinado digitalmente em 16/10/2019 11:15)

ROSANGELA AGUIAR ADAM
DIRETOR GERAL
Matrícula: 1763038

(Assinado digitalmente em 08/10/2019 18:11)

VALDINEI MARCOLLA
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
Matrícula: 1491378

Processo Associado: 23352.001376/2019-65

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1084**, ano: **2019**, tipo: **ATA**, data de emissão: **03/10/2019** e o código de verificação: **7b4ba8bd4c**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

REGIMENTO DO CONSELHO DE CAMPUS

CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais, Categoria e Finalidade

Art. 1º – O Conselho de *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, doravante denominado Concampus, é uma instância Institucional que presta apoio ao processo decisório, à gestão administrativa, econômica, orçamentária e financeira, acadêmica e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, sendo um Colegiado Consultivo no âmbito Institucional, presente em cada *campus*, em conformidade com o Regimento Geral.

Art. 2º – O Concampus será dirigido pelo Diretor-Geral do *campus* ou Diretor do *Campus* Avançado, na qualidade de Presidente e, nas faltas e impedimentos pelo seu substituto legal.

CAPÍTULO II

Da Composição e Funcionamento

Art. 3º – O Concampus, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do Reitor, tem a seguinte composição:

I. *Campus*:

- a. O Diretor-Geral do *Campus*;
- b. Os Diretores de Ensino e Administração do *Campus*;
- c. 02(dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- d. 02(dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- e. 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- f. 01(um) representante dos egressos, eleito/indicado por seus pares;
- g. 01(um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;
- h. 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

II. *Campus* Avançado:

- a. O Diretor do *Campus* Avançado ou equivalente;
- b. O Coordenador de Ensino do *Campus* ou equivalente;
- c. 02(dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- d. 02(dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

exercício, eleitos por seus pares;

e. 02(dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;

f. 01(um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;

g. 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

§ 1º – Para cada membro efetivo do Concampus haverá um suplente, cuja designação obedecerá às normas previstas para os titulares, à exceção dos membros natos, cujos suplentes serão seus respectivos substitutos legais.

§ 2º – As normas para a eleição dos representantes do Concampus, bem como as necessárias para o seu funcionamento, serão fixadas em regulamento próprio, aprovado pelo CONSUPER.

§ 3º – Exceto para os Conselheiros natos, cujo mandato perdura pelo período em que se mantêm no respectivo cargo, o mandato dos membros do Concampus terá duração de 02(dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente.

§ 4º – Os representantes da sociedade civil serão eleitos pelos seus pares, com votação de maioria simples entre os presentes, sendo permitidos, no máximo, três membros representantes de uma mesma entidade civil organizada.

§ 5º – Nenhum indivíduo poderá exercer mais de uma posição no Conselho, devendo representar somente um segmento.

§ 6º Nos *Campus* Avançados, serão eleitores os servidores lotados e em efetivo exercício no *campus*.

Art. 4º – Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I. Faltar, injustificadamente, a 02(duas) reuniões consecutivas;
- II. Vir a ter exercício profissional ou representatividade diferente daqueles que determinou sua designação como Conselheiro;
- III. Sendo servidor do IFC, em caso de aposentadoria;
- IV. Sendo discente do IFC, em caso de perda do vínculo com a Instituição.

§ 1º - Em caso de vacância decorrente do cumprimento dos incisos anteriores, ou em virtude de outro afastamento que implique em sua desvinculação do *campus*, o suplente assume a titularidade e a vaga deste Conselheiro suplente será suprida por meio de nova eleição.

§ 2º - É vedada a participação de ocupantes de Cargo de Direção (CD) na condição de representantes de seus pares.

§ 3º - Caso haja substituição dos membros, nos termos do §1º o mandato dos novos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

conselheiros titulares e suplentes perdurará pelo período que restar para conclusão do prazo de 2 (dois) anos da constituição do Conselho.

Art. 5º – O Conselheiro, por razões justificadas, poderá licenciar-se por até 60 (sessenta) dias, assumindo o respectivo suplente até o retorno do Conselheiro efetivo.

Parágrafo Único – A partir do 61º dia de afastamento o Conselheiro será afastado, sendo solicitada a sua substituição ao segmento ou ao órgão representado.

Art. 6º – Os Conselheiros discentes, durante sua permanência nas sessões do Conselho, Comissões e Comissões Especiais, não deverão ter prejuízo algum em suas atividades acadêmicas.

§ 1º – Para o cumprimento do *caput* deste artigo, os Conselheiros discentes receberão declaração do Presidente do Conselho do Campus e as respectivas unidades deverão providenciar-lhes a reposição de conteúdos, bem como avaliações acadêmicas que tenham acontecido durante as sessões.

§ 2º – Na declaração mencionada no § 1º deverá constar o nome do acadêmico Conselheiro, o dia da sessão do Conselho, Comissão ou Comissão Especial e os horários de início e término da mesma.

Art. 7º – Das reuniões do Concampus são lavradas atas, e suas decisões servirão de recomendações para a gestão do *campus*.

§ 1º – Deverá constar das atas:

- I. Data, hora e local da reunião;
- II. Nome dos Conselheiros presentes e ausentes, com expressa referência à falta justificada;
- III. Resumo da pauta;
- IV. Relatos das proposições apreciadas, do encaminhamento das discussões e das votações;
- V. Registro das recomendações se for o caso;
- VI. Encerramento;
- VII. Assinatura de todos os presentes.

§ 2º – As atas deverão ser publicadas no site do respectivo campus, a fim de dar publicidade as ações do Concampus.

§ 3º – As reuniões sejam, além da escrita da ata, gravadas em áudio ou audiovisual e o arquivo fique em posse da secretaria que redigir a ata, pois além de servir como condutor da redação da ata é um arquivo documento que poderá ser utilizado em caso de dúvidas ou necessidades diversas.

Art. 8º – O Concampus reúne-se ordinária ou extraordinariamente, com a presença



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

da maioria absoluta de seus Conselheiros e decidem por maioria dos presentes, em votação nominal, sendo concedido ao Presidente o direito ao voto de desempate, além do voto comum.

§ 1º – As reuniões do Concampus acontecem ordinariamente, a cada 03(três) meses, quando convocadas, por escrito, por seu Presidente, com antecedência mínima de 96(noventa e seis) horas e com pauta definida.

§ 2º – As reuniões do Concampus acontecem extraordinariamente, quando convocadas com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas, por escrito, por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, com indicação de pauta dos assuntos a serem apreciados.

§ 3º – Em caso excepcional, a convocação do Concampus pode ser feita sem atender aos requisitos relativos a prazo e pauta, com a apresentação das razões no início da reunião.

Art. 9º – As reuniões obedecerão à Ordem dos Trabalhos estabelecidos no Artigo 18, deste Regimento.

§ 1º - Por iniciativa do Presidente ou de um Conselheiro, mediante consulta ao plenário, poderá ser invertida a ordem dos trabalhos, suspensa a parte de comunicação e atribuído regime de urgência ou de preferência a determinados assuntos, dentre os constantes da pauta.

§ 2º - O regime de urgência impedirá a concessão de vista, a não ser para exame do processo no recinto do plenário e no decorrer da própria reunião.

§ 3º - Para cada assunto constante da pauta, haverá uma fase de discussão e outra de votação.

Art. 10 – As decisões do Concampus terão a forma de Recomendações baixadas pelo seu Presidente.

Parágrafo Único – As Recomendações deverão ser publicadas no site do respectivo *campus*, a fim de dar publicidade às ações do Concampus.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Competências

Art. 11 – O Concampus compreende a seguinte estrutura organizacional básica:

- I. Presidência;
- II. Secretaria, exercida por 01(uma) pessoa externa ao Concampus;
- III. Membros.

Art. 12 – Compete ao Presidente:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

- I. Convocar, por escrito os membros integrantes do Concampus, para as reuniões, conforme disposições regimentais;
- II. Presidir as sessões e demais atividades do Conselho;
- III. Propor a ordem dos trabalhos das sessões;
- IV. Propor a pauta das reuniões;
- V. Resolver as questões de ordem;
- VI. Exercer, nas seções plenárias, o voto comum e, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- VII. Designar Comissões Especiais, ouvindo o plenário;
- VIII. Determinar a realização de estudos solicitados pelo plenário;
- IX. Designar relatores dentre os Conselheiros;
- X. Participar, quando julgar conveniente, dos trabalhos das Comissões;
- XI. Submeter as proposições à discussão e encaminhar a votação;
- XII. Suspender a sessão pelo prazo máximo de 01(uma) hora, quando não se puder manter a ordem, ou as circunstâncias assim o exigirem;
- XIII. Distribuir proposições aos Conselheiros e Comissões competentes.

Art. 13 – Compete à Secretaria:

- I. Elaborar a agenda do órgão;
- II. Providenciar a convocação dos membros do Conselho, determinado pela Presidência;
- III. Secretariar as sessões;
- IV. Lavrar atas das sessões;
- V. Redigir os demais documentos que traduzam as decisões tomadas pelo órgão;
- VI. Manter sob guarda, em caráter sigiloso, todo o material da secretaria e manter atualizados os arquivos e registros;
- VII. Executar outras atividades inerentes a sua área ou as que venham a ser delegadas pela autoridade competente;
- VIII. Proceder à tomada de frequência dos Conselheiros, por sessão, fazendo registrar, em ata, inclusive eventuais alterações de frequência;
- IX. Fazer a conferência do quórum, por sessão, sempre que requerida pelo Presidente antes de iniciar a instalação do Conselho ou de qualquer votação;
- X. Registrar, por termo, os votos em separado e as declarações de voto;
- XI. Encaminhar à Presidência, semestralmente, a frequência dos Conselheiros.

Art. 14 – Aos membros do Concampus cabe:

- I. Comparecer as reuniões;
- II. Debater matéria em discussão;
- III. Requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente;
- IV. Participar de comissões quando convocado pelo Presidente;
- V. Propor matéria à deliberação na forma deste Regimento;
- VI. Propor questões de ordem nas reuniões;
- VII. Observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e de decore;
- VIII. Relatar assuntos de interesse da Instituição.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

Art. 15 – Compete ao Concampus:

I. Recomendar aprovação no âmbito do *campus*:

- a. Dos projetos de criação e projetos pedagógicos de cursos;
- b. Do Plano Institucional do *Campus*;
- c. Do calendário acadêmico.

II. Propor no âmbito do *campus*:

- a. Mecanismos e políticas para fomentar e implementar programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão no *campus*;
- b. Mecanismos de desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias para o processo de ensino-aprendizagem no *campus*;
- c. A criação de novos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação lato sensu e projetos de pesquisa e extensão;
- d. Mecanismos de divulgação dos andamentos e dos resultados dos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão do *campus*;
- e. Formas de execução das normas definidas pelas instâncias superiores;

III. Constituir comissões especiais no âmbito de sua esfera de atuação;

IV. Emitir pareceres sobre assuntos afetos à sua competência;

CAPÍTULO IV **Das Reuniões e Sua Organização**

Art. 16 – O comparecimento dos membros do Concampus às sessões, salvo motivo justificado é obrigatório e prefere a qualquer atividade da Instituição.

Art. 17 – As sessões terão início em até 30 minutos do horário previsto na convocação, com presença da maioria dos membros do Conselho.

Parágrafo Único – Decorridos 30 (trinta) minutos do início da sessão, não havendo número legal, será feita uma segunda convocação, observando-se um intervalo mínimo de 02 (duas) horas na designação do novo horário, a contar da hora do início da 1ª sessão.

Art. 18 – Verificada a presença de número regimental, o Presidente dará início aos trabalhos, que obedecerá a seguinte ordem:

- I. Leitura e aprovação da ata da sessão anterior;
- II. Leitura do expediente e comunicações do Presidente;
- III. Proposições para alteração da pauta;
- IV. Pauta;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

V. Comunicações Gerais.

Art. 19 – A ata será lavrada e, em cujas folhas serão rubricadas pelo Presidente e sua leitura será feita na próxima reunião pelo(a) Secretário(a).

§ 1º - Não havendo quem se manifeste sobre a ata, será dada por aprovada, sendo subscrita pelo Presidente e Secretário(a).

§ 2º - Qualquer retificação da ata será solicitada ao Presidente a qual, se aceita pelo Plenário, constará na ata.

Art. 20 – Lida e aprovada a ata, dar-se-á conhecimento ao Plenário do expediente recebido e de comunicações especiais do Presidente.

Art. 21 – A organização da pauta da Ordem do dia obedecerá à seguinte sequência:

- I. Processos adiados;
- II. Proposições que independem de parecer, mas que dependem de aprovação do Plenário;
- III. Processos ou proposições com parecer do Relator e/ou Comissões;
- IV. Atos do Presidente sujeitos à homologação do Plenário.

§ 1º - As alterações da Ordem, prevista neste artigo, somente serão permitidas em caso de pedido de preferência, aprovado pelo Plenário.

§ 2º - Quando houver relator designado, a ele caberá fazer seu relatório, oferecendo parecer conclusivo sobre a matéria.

Art. 22 – Encerrada a discussão, nenhum Conselheiro poderá usar da palavra sobre o assunto debatido, senão para encaminhamento da votação.

Parágrafo Único – Antes do início da votação de qualquer matéria será concedido vista ao Conselheiro que a solicitar devendo o processo ser devolvido ao(a) Secretário(a), no prazo de 72 (setenta e duas) horas, exceto no caso previsto no § 2º, do artigo 9.

Art. 23 – Não será permitido aparte:

- I. Palavra do Presidente;
- II. Por ocasião do encaminhamento de votações;
- III. Quando o orador não o permitir;
- IV. Quando o orador estiver suscitando questões de ordem.

Art. 24 – Esgotada a Ordem do Dia, passar-se-á à parte final dos trabalhos da Sessão, concernente a comunicações e explicações pessoais.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

§ 1º - Ao Conselheiro que solicitar, será dada a palavra pelo prazo máximo de 03(três) minutos.

§ 2º - Não havendo oradores inscritos ou após haverem falado, será encerrada a Sessão.

CAPÍTULO V

Das Votações

Art. 25 – As votações dos assuntos que integram a ordem do dia serão feitas, normalmente, considerando-se aprovados aqueles que obtiveram o apoio da maioria dos presentes a não ser que, por disposição legal ou regimental, exija-se quórum qualificado.

§ 1º - A requerimento de qualquer Conselheiro, aprovado pelo Plenário, poderá ser realizada votação secreta.

§ 2º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, após distribuir as cédulas, o Presidente designará, dentre os Conselheiros, dois escrutinadores.

§ 3º - Além do voto comum terá o Presidente, nos casos de empate, o voto de qualidade.

§ 4º - Nenhum Conselheiro poderá votar nas questões sobre assuntos que diretamente digam respeito a seus interesses particulares, de seu cônjuge, dependentes ou colaterais, até o terceiro grau.

§ 5º - Reservados os impedimentos legais, nenhum Conselheiro poderá recusar-se a votar.

CAPÍTULO VI

Das Questões de Ordem

Art. 26 – Em qualquer momento da sessão, desde que não haja orador falando, poderá o Conselheiro pedir a palavra a fim de levantar questão de ordem.

Art. 27 – Questão de ordem é a interpelação ao Presidente, com vista a manter a plena observância das normas deste Regimento, do Estatuto, do Regimento Geral ou das disposições legais.

Art. 28 – As questões de ordem devem ser formuladas em termos claros e precisos, com citação dos dispositivos cuja observância se considere infringida, sendo resolvidas em primeira instância pela presidência da sessão e conclusivamente pela maioria dos Conselheiros presentes à sessão.

§ 1º – O tempo improrrogável para se formular uma questão de ordem é de 03(três) minutos, na fase da discussão, e de 01(um) minuto, quando houver necessidade de esclarecimento na fase de votação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

§ 2º – Em caso de recurso de qualquer Conselheiro da decisão proferida em primeira instância pela mesa acerca da questão de ordem, a mesa deverá submetê-la imediatamente à apreciação do plenário que a resolverá em caráter definitivo.

§ 3º – Não é lícito renovar, embora em termos diversos, questão de ordem já resolvida, nem falar pela ordem fora dos termos do presente Regimento.

CAPÍTULO VII
Das Comissões

Art. 29 – Poderão ser constituídas Comissões Especiais sempre que assunto submetido à deliberação do Conselho assim o exigir.

§ 1º – Os membros das Comissões Especiais que vierem a ser constituídas serão eleitos pelo plenário do Conselho na sessão que deliberar/apreciar pela sua constituição.

§ 2º – Fica automaticamente dissolvida a Comissão Especial, a partir do momento em que o assunto, para a qual foi criada, for deliberado pelo Conselho de Campus.

Art. 30 – Cada Comissão elegerá o seu Presidente, ao qual competirá distribuir entre os demais membros os processos e outras matérias dependentes de estudo e designar o respectivo relator.

Art. 31 – Quando um dos membros da Comissão for o autor da proposta e alegar impedimento, ou contra ele for arguida e provada suspeição, o Presidente da Comissão lhe dará imediatamente substituto para funcionar no exame do assunto.

Art. 32 – Os membros de cada Comissão farão consultas e debates entre si, sobre assuntos que pendem de seu parecer. Encerrada a discussão acerca da matéria, o que resolverem, por pluralidade de votos, será traduzido pelo relator, em parecer que será subscrito pela maioria, cumprindo ao vencido declarar as razões da divergência em seguida à sua assinatura.

§ 1º – Se nenhum acordo houver, e forem divergentes as conclusões dos membros de uma Comissão, cada um redigirá o seu parecer, dando as razões em que se fundamentar.

§ 2º – As discussões das Comissões deverão ser registradas em ata, com o resumo do que houver sido tratado, as quais deverão ser assinadas pelo respectivo Presidente e Secretário(a) da reunião.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Conselho Superior

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Legais

Art. 33 – As sessões poderão ser suspensas ou encerradas pelo presidente por conveniência da ordem.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Art. 34 – Será considerada como de relevante serviço a participação dos membros desse Conselho nas reuniões.

Parágrafo único: aos membros externos não lhes sendo atribuída qualquer remuneração pela presença.

Art. 35 – O plenário do Concampus poderá propor, por maioria, o fechamento da sessão ordinária ao público quando entender que a matéria em pauta, discussão ou debate envolva questão sigilosa ou possa resultar em prejuízo a alguma pessoa, órgão ou instituição.

Art. 36 – Poderá haver revisão deste Regimento após 01(um) ano da data de sua aprovação.

Art. 37 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação desse Regimento serão dirimidos, no que couber, pelo Presidente do Concampus, ouvido, conforme o caso, o plenário e em grau de recurso, o Conselho Superior do IFC.



Emitido em 27/06/2019

RESOLUÇÃO (ANEXOS) Nº 12/2019 - CONSUPER (11.01.18.67)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/07/2019 18:13)

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITOR

1757038

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **12**, ano: **2019**, tipo: **RESOLUÇÃO (ANEXOS)**, data de emissão: **01/07/2019** e o código de verificação: **75f56643f9**



Emitido em 27/06/2019

CÓPIA DE RESOLUÇÃO Nº 41/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/11/2019 16:43)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
41, ano: **2019**, tipo: **CÓPIA DE RESOLUÇÃO**, data de emissão: **01/11/2019** e o código de verificação: **7a53f0a114**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CÂMPUS VIDEIRA
Rodovia SC 135 – Km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira/SC – CEP: 89560-000
Fone/Fax: (49) 3533-4900 – gabinete@ifc-videira.edu.br

PORTARIA Nº 268/GAB/DG/CVID/IFC/2019, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

O Diretor-Geral Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Videira, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 145/2018, de 23/04/2018, publicada no Diário Oficial da União de 27/04/2018, considerando

Resolve:

Art. 1º – **DESIGNAR** os representantes dos segmentos do IFC *Campus* Videira para comporem a Comissão Eleitoral responsável pela coordenação e divulgação do processo eleitoral para escolha dos representantes do Conselho do *Campus* (CONCAMPUS):

Docentes: como titulares: **WANDERSON RIGO** ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Matrícula SIAPE nº1991199; **ADENES SABINO SCHWANTZ**, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE Nº 2313514, como suplentes: **MATIAS MARCHESAN DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1901189; **MARCOS COLLARES MACHADO BINA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1673794;

Técnicos Administrativos: como titulares: **TIAGO POSSATO**, ocupante do cargo de Técnico em Laboratório/Área Eletroeletrônica, Matrícula Siape nº 1901173; **EVERSON WILLIAN BATISTA**, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, matrícula SIAPE nº 2163217, como suplentes: **DANIELI VIECELI**, ocupante do cargo de Psicóloga, Matrícula SIAPE nº 1836749; **BRUNO JOSE DANI RINALDI**, ocupante do cargo de Técnico em Laboratório/Área: Química, Matrícula Siape nº 2245262;

Discentes: como titulares: **MAURICIO PERIN BECKER**, Matrícula nº 2018008441; **EMERSON RIBEIRO DE SOUZA DOS ANJOS**, Matrícula nº 2017003683, como suplentes: **GUILHERME BALATKA**, Matrícula nº 2018012945, **JONATHAN DOS SANTOS CANCELIER**, Matrícula nº2018015830;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CÂMPUS VIDEIRA
Rodovia SC 135 – Km 125 – Bairro Campo Experimental – Videira/SC – CEP: 89560-000
Fone/Fax: (49) 3533-4900 – gabinete@ifc-videira.edu.br

Art. 2º – A Comissão deverá cumprir as normas estabelecidas pela Resolução *Ad referendum* nº 001-CONSUPER/2014, para o processo de escolha dos representantes no Conselho de *Campus*.

Art. 3º - Determinar que esta comissão terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir desta data, para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Determinar que esta comissão terá o prazo de 5 (cinco) dias, a partir desta data, para a informar seu presidente e secretário.

Art. 2º – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

Wanderson Rigo
Wanderson Rigo
Diretor-Geral Substituto
IFC - Campus Videira
Portaria nº 145/2018 - DQU de 27/04/2018



Emitido em 08/10/2019

PORTARIA Nº 40/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/11/2019 16:43)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
40, ano: **2019**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **01/11/2019** e o código de verificação: **f5caf8ff35**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA

Edital 001/2019 – Comissão Eleitoral CONCAMPUS 2020-2021

**NORMAS DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO
SUPERIOR DO CAMPUS - CONCAMPUS, DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA.**

A Comissão Eleitoral, constituída pela Portaria no 268/GAB/DG/CVID/IFC/2019, de 08 de outubro de 2019, tendo como membros os servidores, Wanderson Rigo, Adenes Sabino Schwantz, Matias Marchesan De Oliveira, Marcos Collares Machado Bina De Souza, Tiago Possato, Everson Willian Batista, Danieli Vieceli, Bruno José Dani Rinaldi, e discentes, Mauricio Perin Becker, Emerson Ribeiro de Souza dos Anjos, Guilherme Balatka, Jonathan dos Santos Cancilier, sob a presidência do primeiro e no uso de suas atribuições, **CONVIDAM** os servidores docentes e os técnicos administrativos (ambos em efetivo exercício e do quadro permanente), os discentes regularmente matriculados no IFC-Videira, os egressos do Campus Videira e os pais ou representantes legais de discentes matriculados no Campus Videira para participarem da eleição dos membros titulares e suplentes que os representarão no **Conselho do CONCAMPUS do Campus de Videira**, para um mandato biênio (2020-2021), conforme RESOLUÇÃO no 045 – CONSUPER/2014.

DOS CANDIDATOS

Art. 1º - Docente

Parágrafo Único - Para a representação do segmento Docente, podem ser candidatos todos os servidores docentes ativos do quadro permanente do Instituto Federal Catarinense, lotados Campus Videira e em efetivo exercício na data do Requerimento de Inscrição de Candidato.

Art. 2º - Técnico – Administrativo

Parágrafo Único - Para a representação do segmento Técnico Administrativo, podem ser candidatos todos os servidores técnicos administrativos ativos do quadro permanente do Instituto Federal Catarinense, lotados no Campus Videira e em efetivo exercício na data do Requerimento de Inscrição de Candidato.

Art. 3º - Discentes

Parágrafo Único - Podem ser candidatos todos os discentes maiores de 18 anos ou maior de 16 anos emancipado, com matrícula regular ativa em cursos de oferta regular técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, no Campus Videira na data do Requerimento de Inscrição de Candidato.

Art. 4º - Egressos

§ 1º Para a representação do segmento de egressos, podem ser candidatos todos os ex-alunos do Campus Videira.

§ 2º Entende-se por egresso do Instituto Federal Catarinense aqueles que cumpriram integralmente o currículo dos cursos e programas e foram diplomados ou certificados na forma e nas condições previstas na organização didática dos cursos de nível médio, de graduação ou de pós-graduação.

Art. 5º - Pais

Parágrafo Único - Poderão candidatar-se pais, mães ou representantes legais de alunos regularmente matriculados nos cursos de oferta regular do Campus Videira.

Art. 6º - Não poderá se inscrever como candidato:

- I. Servidor em licença sem vencimento;
- II. Servidor à disposição de outros órgãos;
- III. Servidor em licença integral para capacitação;
- IV. Discente menor de 18 anos não emancipado, na data do Requerimento de Inscrição de Candidato ou que não tenha matrícula regular ativa nos cursos de oferta regular do Campus;
- V. Servidor que esteja respondendo processo administrativo disciplinar;
- VI. Discente que esteja respondendo processo disciplinar discente;
- VII. Discente, que for também servidor Técnico Administrativo, como candidato à categoria Discente;
- VIII. Docente, que também for Discente, como candidato à categoria Discente;
- IX. Servidor ou Discente membro do Conselho Superior, titular ou suplente;
- X. Servidor designado para compor a Comissão Eleitoral;
- XI. Servidor ocupante de cargo de direção (CD) na condição de representante de seus pares;

Art. 7º - O CONCAMPUS integrado por membros titulares e suplentes, designados por portaria do reitor tem a seguinte composição:

- I. O Diretor-geral do Campus (membro nato);
- II. Os Diretores de Desenvolvimento Educacional e Administração do Campus (membros natos);
- III. 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;

IV. 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;

V. 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;

VI. 01 (um) representante dos egressos, eleito/indicado por seus pares;

VII. 01 (um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;

Parágrafo Único – Nenhum indivíduo poderá exercer mais de uma posição no conselho, devendo representar somente um segmento.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º - Os interessados em concorrer às vagas do CONCAMPUS deverão requerer registro perante a Comissão Eleitoral no período previsto no cronograma deste edital (Anexo I), na Secretaria de Registros Acadêmicos, de acordo com o horário de funcionamento do setor, protocolando os seguintes documentos:

I. Formulário de Pedido de Candidatura preenchido (Anexo II).

II. Caso seja egresso, comprovante de conclusão de Curso;

III. Caso seja pai, mãe ou representante legal de aluno, comprovante de vínculo com o aluno.

Art. 9º - O candidato que estiver impossibilitado de realizar a sua inscrição pessoalmente poderá efetivá-la somente através de procuração com firma reconhecida em cartório, sendo necessária a juntada da procuração ao requerimento de registro da candidatura, caso em que o aludido documento ficará retido com a Comissão Eleitoral.

Art. 10 - Não serão aceitas inscrições que não estejam descritas nos Art. 8º e 9º.

Art. 11 - O período para pedidos de impugnação às candidaturas seguirá o cronograma (Anexo I), que deverão ser protocoladas à Comissão Eleitoral com justificativa e devidamente assinado, entregues na Coordenação de Registros Acadêmicos.

Parágrafo Único: Encerrado o prazo das inscrições e análise das impugnações por parte da Comissão Eleitoral, a mesma divulgará Lista de Candidatos homologados, conforme cronograma (Anexo I) em espaço público institucional e demais canais oficiais de divulgação.

DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 12 - O período de campanha eleitoral previsto no cronograma deste edital (Anexo I).

Art. 13 - É proibida a campanha eleitoral fora do período estabelecido neste edital, sob pena de ocorrer a impugnação da sua candidatura no resultado final da eleição.

Art. 14 - Não será permitido o uso de recursos financeiros ou materiais do IFC, de qualquer projeto de pesquisa ou extensão.

Art. 15 - A campanha eleitoral não poderá causar transtornos no desenvolvimento das atividades da instituição.

Parágrafo Único – Não será permitido propaganda ofensiva à imagem de outros candidatos, acarretando ao responsável, impugnação de sua candidatura.

DOS ELEITORES

Art. 16 - Estarão aptos a votar no representante de seu respectivo segmento todos os servidores ativos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do IFC-Videira e os Discentes regularmente matriculados no IFC-Videira, bem como os egressos que comprovarem sua situação e pais de alunos que comprovem vínculo com o aluno.

Parágrafo Único: Os eleitores poderão votar apenas UMA vez, em apenas UM representante do SEU segmento, ainda que pertença a mais de uma categoria, conforme segue:

- I. Docente e técnico-administrativo vota como docente;
- II. Docente e discente vota como docente;
- III. Docente e egresso vota como docente;
- IV. Docente e pai de aluno vota como docente;
- V. Técnico-administrativo e discente vota como técnico-administrativo;
- VI. Técnico-administrativo e egresso vota como técnico-administrativo;
- VII. Técnico-administrativo e pai de aluno vota como técnico-administrativo;
- VIII. Discente e egresso vota como discente;
- IX. Discente e pai de aluno vota como discente;
- X. Egresso e pai de aluno vota como egresso.

Art. 17 - Não estarão aptos a votar:

- I. Servidores Terceirizados;
- II. Ocupantes de Cargos de Direção sem vínculo permanente com a instituição;
- III. Professores substitutos e temporários;

DA MESA RECEPTORA

Art. 18 - Serão constituídas Mesas Receptoras no Campus com a incumbência de receber os eleitores.

Art. 19 - A Mesa Receptora será composta por um presidente, um mesário e um secretário convocados pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo Único – A mesa receptora se revezará em turnos, podendo, assim, convocar automaticamente novos membros para comporem a mesa.

Art. 20 - Não poderão ser indicados como membros da Mesa Receptora, os candidatos, seus parentes em primeiro grau, cônjuges ou pessoas estranhas ao corpo Discente ou ao quadro de Servidores do IFC.

Art. 21 - Os componentes da Mesa Receptora serão dispensados de suas atividades normais na Instituição, no dia e hora da votação e apuração, sendo-lhes atribuídas faltas em caso de abandono ou ausência na atividade sem justificativa.

Art. 22 - Em caso de ausência ou impedimento do Presidente, assumirá o Mesário e, na sua falta, o Secretário.

Parágrafo Único: O Presidente da Mesa Receptora notificará à Comissão Eleitoral possíveis ausências na Mesa e esta convocará automaticamente um novo membro, sendo este fato relatado em ata da mesa receptora.

DA VOTAÇÃO

Art. 23 - A votação dar-se-á em cabine individual, com uso de urnas tradicionais.

Art. 24 - O local de votação será na área de convivência no segundo piso do bloco B de salas de aula do campus Videira.

Art. 25. Cabe ao eleitor durante o processo de votação:

- I. Por ordem de chegada, apresentar-se ao presidente da Mesa Receptora, munido de documento com foto que permita sua identificação civil ou funcional;
- II. Assinar a Lista de Presença;
- III. Receber a cédula rubricada pelo presidente da mesa receptora e dirigir-se à cabine de votação;
- IV. Assinalar na cédula de votação o quadro correspondente ao candidato de sua preferência;
- V. Depositar seu voto na urna de votação.

Parágrafo Único: O eleitor com deficiência, idoso ou gestante, poderá requisitar condição especial aos membros da Mesa Receptora para o exercício do seu direito a voto.

Art. 26 - No caso de suspensão da votação por motivo de força maior, o presidente da Mesa Receptora deverá:

- I. Lacrar a urna;

II. Lavrar ata que será imediatamente afixada em local visível para conhecimento da comunidade, com os motivos da suspensão;

III. Recolher o material remanescente.

Art. 27 - As cédulas oficiais serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Comissão Eleitoral aos membros da mesa receptora.

Parágrafo Único: A disposição dos candidatos na cédula será por ordem alfabética.

Art. 28 - A critério da Comissão Eleitoral, para os segmentos que tenham o número de inscritos menor ou igual ao número de vagas, a eleição poderá ocorrer através de assembléia do segmento, com objetivo de homologação dos candidatos previamente inscritos. Além disso, na ocasião poderão ser escolhidos os devidos suplentes para o segmento.

Parágrafo Único: Na hipótese de eleição por assembléia, a votação passa a ser conduzida pela própria Comissão Eleitoral que comunicará antecipadamente o horário da assembleia, sendo esta na mesma data da eleição.

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 29 - Durante o período de votação e apuração, cada candidato, considerado fiscal nato, poderá manter 1 (um) fiscal, por ele previamente credenciado, junto à Comissão Eleitoral.

Parágrafo Único: O credenciamento dar-se-á pela indicação através de formulário próprio de credenciamento de fiscal (Anexo III), encaminhado à Comissão Eleitoral no período estabelecido no cronograma (Anexo I), na Coordenação de Registros Acadêmicos, conforme o horário de funcionamento do setor.

Art. 30 - Compete aos fiscais:

I. Apresentar-se ao presidente da mesa Receptora e Apuradora de votos, com identificação;

II. Fiscalizar o momento de recepção e apuração dos votos do processo eleitoral, apresentando verbalmente ou por escrito ao Presidente da Mesa as irregularidades que constatar, solicitando providências;

III. Atender as orientações do Presidente da Mesa.

Art. 31. O fiscal poderá ter seu credenciamento cancelado pela Comissão Eleitoral, a pedido do Presidente da Mesa Receptora e Apuradora de votos se:

I. Interferir no trabalho da mesa;

II. Tentar convencer eleitores em locais de votação;

III. Usar de qualquer meio para obstruir o bom andamento dos trabalhos de votação.

Art. 32 - A ausência de fiscais não impedirá as mesas de iniciar ou dar continuidade aos trabalhos.

DA APURAÇÃO

Art. 33 - Encerrada a votação, a Mesa Receptora transformar-se-á imediatamente em Mesa Apuradora e junto com a Comissão Eleitoral executará a apuração dos votos.

Art. 34 - Antes da apuração das urnas, as cédulas que não foram utilizadas no processo eleitoral serão expostas aos fiscais e em seguida serão descartadas.

Art. 35 - Serão considerados NULOS os votos assinalados em cédulas que:

- I. Não correspondam às oficiais;
- II. Não estiverem devidamente autenticadas (rubricadas);
- III. Contiverem expressões, frases ou sinais alheios à votação, ainda que permitam identificar o voto;
- IV. Houver a indicação de mais de um candidato.

Parágrafo Único: Os votos BRANCO e NULO não serão atribuídos a nenhum candidato, sendo, no entanto, computados para efeito de cálculo do número total de votantes.

Art. 36 - Os candidatos, assim como os fiscais, poderão apresentar impugnações verbais na medida em que os votos forem sendo apurados, as quais serão decididas, no momento, pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo Único: Os membros da Comissão Eleitoral decidirão, por maioria simples de votos, sobre as impugnações; cabendo ao presidente da mesma, a decisão em caso de empate.

DOS RESULTADOS

Art. 37 - Serão considerados eleitos, o primeiro e o segundo mais votados no segmento; sendo o terceiro e o quarto mais votados considerados suplentes.

Art. 38 - Em caso de empate no número de votos, será considerado eleito o mais idoso.

DOS RECURSOS /IMPUGNAÇÃO

Art. 39 - Conforme cronograma do presente edital abrir-se-á prazo para pedidos de impugnação às candidaturas bem como do resultado preliminar da eleição que deverão ser protocoladas no Coordenação de Registros Acadêmicos, destinado à Comissão Eleitoral com justificativa e devidamente assinado.

Art. 40 - Encerrado o prazo das inscrições e análise das impugnações por parte da Comissão Eleitoral, a mesma divulgará Lista de Candidatos homologados, em espaço público institucional e meios de comunicação oficial.

Art. 41 - Caberá impugnação por parte do candidato ou eleitor em qualquer etapa do processo eleitoral.

Parágrafo Único: As impugnações deverão ser impetradas por escrito e protocoladas, indicando os fatos que as justifiquem e os devidos fundamentos, excluídos aqueles de que trata o item Art. 35.

Art. 42 - O resultado do julgamento ocorrerá por conta da Comissão Eleitoral, sendo que esta emitirá parecer conclusivo e irrecorrível.

Parágrafo Único: A comissão Eleitoral terá 24 horas para apreciar o mérito da impugnação/recurso, devendo, em seguida, adotar medidas para fazer impedir ou cessar imediatamente o fato que gerou a impugnação/recurso, caso este seja deferido, dando plena e devida publicidade de sua deliberação, excluída a previsão no Art. 36 deste edital.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43 - A realização dos trâmites de eleição obedecerá ao cronograma estabelecido no edital (anexo I), que contempla todas as fases do processo de consulta dos membros do CONCAMPUS.

Art. 44 - Os casos omissos serão julgados pela Comissão Eleitoral.

Videira, 25 de Outubro de 2019.


Wanderson Rigo

Presidente da Comissão Eleitoral

ANEXO I

CRONOGRAMA

Publicação do edital	25/10/2019
Inscrição de candidatos	25/10 à 01/11/2019 até o horário de fechamento da Secretaria de registros acadêmicos
Divulgação dos candidatos inscritos	04/11/2019
Impugnações	05/11/2019
Recurso	06/11/2019
Homologação dos candidatos	07/11/2019
Inscrição de fiscais	08/11 até 12/11/2019
Período para campanha eleitoral	08/11 até 12/11/2019
Eleição	13/11/2019 (das 9h às 21h)
Apuração	13/11/2019 (a partir das 21h)
Divulgação do resultado preliminar	14/11/2019
Recurso	18/11/2019
Homologação do resultado	20/11/2019

ANEXO II

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATO AO CONCAMPUS 2020-2021

À Comissão Eleitoral do CONCAMPUS.

Inscrição nº: _____

Nome do candidato: _____

CPF: _____ vem por meio deste requerer inscrição como
candidato a membro do Conselho do Campus Videira.

Categoria:

() Docente,

() Discente,

() Técnico-administrativo,

() Egresso

() Pais

Nestes termos,

Pede deferimento.

Videira, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato

Protocolo de recebimento de inscrição referente ao Edital 001/2019 – CONCAMPUS.

Inscrição nº: _____

Data: ____ de _____ de 2019.

Nome do candidato

Recebido por

ANEXO III

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE FISCAIS

Eu, _____,
na condição de candidato, venho através deste apresentar a indicação para FISCAL
junto à Comissão Eleitoral para a eleição que comporá a representação no
CONCAMPUS do Campus Videira:

(Nome completo do Fiscal)

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato

OBS: A indicação de fiscal é facultativa, a critério do candidato.

Protocolo de recebimento de indicação de fiscal referente ao Edital 001/2019 –
CONCAMPUS.

Nome do fiscal: _____

Data: _____ de _____ de 2019.

Nome do candidato

Recebido por



Emitido em 25/10/2019

EDITAL Nº 1/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/11/2019 16:43)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**,
ano: **2019**, tipo: **EDITAL**, data de emissão: **01/11/2019** e o código de verificação: **630ff8ff8e**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA

1ª RETIFICAÇÃO DO Edital 001/2019 – Comissão Eleitoral CONCAMPUS 2020-2021

A Comissão Eleitoral, constituída pela Portaria no 268/GAB/DG/CVID/IFC/2019, de 08 de outubro de 2019, tendo como presidente o servidor Wanderson Rigo e no uso de suas atribuições, torna pública a 1ª retificação no edital com normas do processo eleitoral para escolha dos membros do **Conselho do CONCAMPUS do Campus Videira**, para um mandato biênio (2020-2021).

1. No cabeçalho, onde se lê:

“..., conforme RESOLUÇÃO no 045 – CONSUPER/2014.”

Leia-se:

“..., conforme RESOLUÇÃO 045 – CONSUPER/2014 e 034 CONSUPER /2019.”

2. No Art. 7º, onde se lê:

Art. 7º - O CONCAMPUS integrado por membros titulares e suplentes, designados por portaria do reitor tem a seguinte composição:

- I. O Diretor-geral do Campus (membro nato);
- II. Os Diretores de Desenvolvimento Educacional e Administração do Campus (membros natos);
- III. 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- IV. 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- V. 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- VI. 01 (um) representante dos egressos, eleito/indicado por seus pares;
- VII. 01 (um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;

Leia-se:

Art. 7º - O CONCAMPUS integrado por membros titulares e suplentes, designados por portaria do reitor tem a seguinte composição:

- I. O Diretor-geral do Campus (membro nato);
- II. Os Diretores de Ensino e Administração do Campus (membros natos);
- III. 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- IV. 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- V. 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- VI. 01 (um) representante dos egressos, eleito/indicado por seus pares;
- VII. 01 (um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;
- VIII. 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Videira, 31 de Outubro de 2019.


Wanderson Rigo

Presidente da Comissão Eleitoral



Emitido em 01/11/2019

EDITAL Nº 2/2019 - GAB/VID (11.01.07.01.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/11/2019 16:43)

RAFAELA AGOSTINI

CHEFE DE GABINETE

1826960

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **2**,
ano: **2019**, tipo: **EDITAL**, data de emissão: **01/11/2019** e o código de verificação: **201de49066**